



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO
ACADÊMICO EM ENSINO**

KATHY DE FREITAS MARINHO DOS REIS

**O ANTI-INTELECTUALISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
IMPLICAÇÕES AO DEBATE DA CRISE CLIMÁTICA**

CUIABÁ

2020

KATHY DE FREITAS MARINHO DOS REIS

**O ANTI-INTELECTUALISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
IMPLICAÇÕES AO DEBATE DA CRISE CLIMÁTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Stricto Sensu, Mestrado acadêmico em Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT, em associação ampla com a Universidade de Cuiabá, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, da linha de pesquisa: 2 Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar, sob a orientação do educador, Dr. Ronaldo Eustáquio F. Senra.

CUIABÁ/MT

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de catalogação na fonte

F862o Freitas Marinho dos Reis, Kathy de
O Anti-intelectualismo e a Educação Ambiental: Implicações ao debate da Crise Climática / Kathy de Freitas Marinho dos Reis – Cuiaba – MT, 2019.
200 f. : il. color.

Orientador(a) Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra
Dissertação. (CBA - Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2019.
Bibliografia incluída

1. Anti-intelectualismo. 2. Educação Ambiental. 3. Crise Climática. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Jorge Nazareno Martins Costa (CRB1-3205)

ATA DA DEFESA



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso
Campus Cuiabá

ATA Nº 16/2020 - CBA-DPP/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT

ATA DE BANCA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cidade: Cuiabá – MT
Data: 05/11/2020
Horário: 14:00
:

Local (Local de defesa: Webconferência (Sala do Google Meet))
Discente Kathy de Freitas Marinho dos Reis
Matrícula 2019180660286
Curso de pós-graduação Programa de Pós-Graduação em Ensino
Tipo de Exame Defesa

Título do trabalho:

O Anti-intelectualismo e a Educação Ambiental: Implicações ao debate da Crise Climática.

Membros da Banca Examinadora
(Informar na frente do
nome caso seja participação
remota)

Instituição

Examinador

Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

(participação remota)	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Presidente
Dra. Raquel Martins Fernandes (participação remota)	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Interno
Dra. Marilena Loureiro da Silva	Universidade Federal do Pará - UFPA	Externo
(participação remota)		
Dra. Imara Pizzato Quadros	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Suplente
(participação remota)	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Suplente

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Concluídas as etapas de apresentação, arguição e avaliação do trabalho, a Banca Examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** do/a discente neste Exame. Foi concedido o prazo regulamentar do curso para que sejam efetuadas as correções sugeridas pela Banca Examinadora. Para constar, foi lavrada a presente Ata e assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Notas. 1) O Presidente enviará esta ata à Secretaria do curso de Pós-Graduação com as assinaturas eletrônicas em até 48h. 2) Para assinar a ata pelo SUAP o Examinador Externo deve estar cadastrado no Módulo Administração - Prestador de Serviço. 3) O título de conclusão do discente será expedido após o discente cumprir todas as normativas do Curso e do IFMT.

Documento assinado eletronicamente por:

- Ronaldo Eustaquio Feitoza Senra, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2020 16:38:35.
- Raquel Martins Fernandes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2020 16:50:08.
- Imara Pizzato Quadros, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 04/11/2020 17:57:51.
- Marilena Loureiro da Silva, Marilena Loureiro da Silva - Membro de banca de pós-graduação - Ufpa (34621748000123), em 10/12/2020 14:26:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 102934
Código de Autenticação: bf86930cd5



DEDICATÓRIA

Dedico esta Pesquisa ao Toni, meu companheiro, por me emprestar seus olhos para que eu enxergasse melhor. A Lucas, Amon e Eros, pelo amor e companheirismo. Á você, que como eu, deseja uma sociedade mais justa, mais sustentável.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são a todos que de alguma maneira buscam transformar o mundo, mais do que apenas interpretá-lo, iniciando por:

Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra, meu querido orientador, amigo, pesquisador dedicado, acreditou em mim e me orientou da melhor maneira que pode. Pelas orientações nos corredores, nas conversas informais, nas aulas, na mesa de um bar, sou muito agradecida. Tenho muito a aprender, mas, o que me ensinou ficará como mola propulsora para novos voos.

Aos Educadores Ambientais que fizeram dessa pesquisa muito mais significativa. Primeiramente agradeço: A Michèle Sato, por sua garra e determinação em defesa da Educação Ambiental. Ser humano único, ético e comprometido com a vida planetária. Por sua amizade, pelo seu exemplo e generosa contribuição, agradeço!

Ao queridão, Heitor Medeiros, educador engajado nas causas ambientais, com um histórico de luta por políticas públicas a favor do Meio Ambiente no Estado do Mato Grosso, por sua coragem e generosa contribuição, agradeço!

A Irineu Tamaio, gentil e dedicado a causa da vida. Portador de um conhecimento único na área ambiental, com um olhar crítico e com significativa influência no campo ambiental nacional, por sua generosa contribuição, agradeço!

A Philippe Layrargues, influente e importante educador ambiental que com uma perspectiva crítica e militante, trouxe luz a pesquisa, no que consiste a possibilidade de autocrítica e reconstrução, por sua generosa contribuição, agradeço!

A Marcos Sorrentino, exímio educador, com um longo e honroso histórico de dedicado trabalho na Educação Ambiental, atendendo ao ideal de uma sociedade mais justa e sustentável.

Por sua generosa contribuição, agradeço!

Aos membros da banca examinadora, Imara Pizzato Quadros, Marilena Loureiro da Silva e Raquel Fernandes Martins, pela gentileza e competência em avaliar esta dissertação. Meus sinceros agradecimentos pelas significativas observações que aperfeiçoaram esta pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ Programa de Pós-Graduação stricto sensu, Mestrado Acadêmico em Ensino, por oportunizar esse momento único da minha vida, quando a educação me transformou. Sinto que sou melhor do que quando entrei, e por isso, agradeço!

A PROPES/IFMT pela concessão de auxílio financeiro a esta pesquisa, através do edital 46/2019, proporcionando ao estudo um auxílio fundamental ao processo de construção do conhecimento e apresentação dos resultados. Pela oportunidade agradeço!

Por fim, agradeço a paciência e amor doados gratuitamente pelo meu eterno companheiro Toni, pelas inúmeras noites que me ouviu e aconselhou, me emprestando seus olhos para que eu enxergasse melhor, pelos incentivos e apoio, por acreditar em mim, quando muitas vezes eu mesma não acreditava, minha eterna gratidão.

Aos meus maiores motivadores, Lucas, Amon e Eros, minha expectativa de um mundo melhor, a esperança de que ao menos em meu pequeno mundo há de haver mais justiça, mais consciência de classe, mais determinação, militância e criticidade. As inúmeras vezes que os incomodei com os desafios tecnológicos, agradeço! Pelo apoio e incentivos, agradeço!

RESUMO

Esta pesquisa intitulada: O Anti-intelectualismo e a Educação Ambiental: Implicações ao Debate da Crise Climática, do Mestrado em Ensino, PPGEN/IFMT, pesquisa aprovada pelo Edital 46/2019, PROPES/IFMT, está inserida na Rede de Educação Ambiental e Justiça Climática - REAJA e Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina – GEAC. A pesquisa se desenvolve a partir das experiências compartilhadas pelos educadores ambientais entrevistados. Profissionais com um longo e significativo histórico na Educação Ambiental. Sua prática é refletida na busca por uma sociedade justa e sustentável. O Materialismo Histórico Dialético é a metodologia desta pesquisa, buscando a partir da entrevista, com um questionário semiestruturado, uma síntese, que considerou os dados coletados no período do ano de 2019 a 2020. A pesquisa se atém, em apresentar as concepções dos entrevistados quanto ao fenômeno do Anti-intelectualismo, da Educação Ambiental e Crise Climática, buscando compreender e expor os possíveis impactos da negação intelectual às questões ambientais e suas implicações no clima. Os entrevistados participaram direta e indiretamente na constituição de políticas públicas voltadas para a Educação ambiental no âmbito nacional e local. Tornando significativa a colaboração no desenvolvimento desta pesquisa. Sobre o fenômeno anti-intelectual, a pesquisa revela uma perspectiva ideológica de exploração e controle, disseminada pela classe dominante ao longo da história da então sociedade “desenvolvida”. Ideologia que envolve todas as esferas da vida, as políticas, econômicas, sociais e culturais. A educação Ambiental nesse contexto, surge como um dos mecanismos de resistência frente aos ataques diretos ao Meio Ambiente, especialmente neste momento atual brasileiro, onde um governo, ultraliberal, autoritário e negacionista, desmonta mais de três décadas de luta por políticas públicas que garantam a proteção ambiental, como a redução de emissão de gases poluentes causadores do aquecimento global, ocasionando a condição de Crise Climática atual. A pesquisa além de considerar a Educação Ambiental como mecanismo de resistência ao capital, também identifica a influência desta, refletida nas tentativas de justificação da exploração e predação do meio ambiente, levando a reflexão do próprio papel que a Educação Ambiental tem exercido, deixando de lado em alguns momentos, sua característica crítica e militante. Ao propor a discussão das causas da Crise Climática, esta pesquisa se concentra ao fato de que a luta de classes é tão vigente na atualidade quanto foi na época de Karl Marx, pois, é na produção material da própria vida, que trabalhadores são explorados em nome da manutenção do modelo insustentável da classe dominante, sendo assim, a denúncia, a necessidade de transformação da realidade se voltam para esse modo capitalista, pois, é ele o responsável pela crise do clima. A transformação é urgente, no modo de produção da vida, buscando alternativas mais justas e sustentáveis. Mesmo que utopicamente, se propõe aqui, uma forma de vida que seja mais justa, mais igualitária, mais sustentável, do ponto de vista que todos os habitantes do planeta sejam considerados, animais, plantas, micro-organismos e seres humanos.

Palavras Chave: **Anti-intelectualismo; Educação Ambiental; Crise Climática.**

ABSTRACT

This research entitled: Anti-intellectualism and Environmental Education: Implications for the Debate of the Climate Crisis, from the Master in Teaching, PPGEN / IFMT, research approved by the Public Notice 46/2019, PROPES / IFMT, is part of the Environmental Education and Justice Network Climatic - REAJA and Study Group on Environmental Education and Rural Education - GEAC. The research develops from the experiences shared by the interviewed environmental educators. Professionals with a long and significant history in Environmental Education. Its practice is reflected in the search for a fair and sustainable society. Dialectical Historical Materialism is the methodology of this research, seeking from the interview, with a semi-structured questionnaire, a synthesis, which considered the data collected in the period from the year 2019 to 2020. The research focuses on presenting the interviewees' conceptions regarding to the phenomenon of Anti-intellectualism, Environmental Education and Climate Crisis, seeking to understand and expose the possible impacts of intellectual denial on environmental issues and their implications for the climate. The interviewees participated directly and indirectly in the constitution of public policies aimed at Environmental Education at the national and local levels. Making collaboration in the development of this research significant. Regarding the anti-intellectual phenomenon, the research reveals an ideological perspective of exploitation and control, disseminated by the ruling class throughout the history of the then "developed" society. Ideology that involves all spheres of life, political, economic, social and cultural. Environmental education in this context, emerges as one of the mechanisms of resistance in the face of direct attacks on the Environment, especially in this current Brazilian moment, where a government, ultraliberal, authoritarian and denialist, dismantles more than three decades of struggle for public policies that guarantee the environmental protection, such as reducing the emission of polluting gases that cause global warming, causing the condition of the current Climate Crisis. The research besides considering Environmental Education as a mechanism of resistance to capital, also identifies its influence, reflected in attempts to justify the exploration and predation of the environment, leading to the reflection of the very role that Environmental Education has played, leaving aside at times, its critical and militant characteristic. In proposing a discussion of the causes of the Climate Crisis, this research focuses on the fact that class struggle is as prevalent today as it was at the time of Karl Marx, because it is in the material production of life itself, that workers are exploited in name of the maintenance of the unsustainable model of the dominant class, therefore, the denunciation, the need for the transformation of reality turns to this capitalist mode, because he is responsible for the climate crisis. Transformation is urgent, in the way life is produced, seeking more just and sustainable alternatives. Even if utopically, a form of life that is more just, more egalitarian, more sustainable is proposed here, from the point of view that all inhabitants of the planet are considered, animals, plants, microorganisms and human beings.

Keywords: Anti-intellectualism; Environmental education; Climate Crisis.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1	Os movimentos de Contracultura, década de 60.	63
FIGURA 2	Conferências das Nações Unidas.	65
FIGURA 3	Linha de Evolução da vida na terra.	82
FIGURA 4	Paul Crutzen e a nova era geológica: o Antropoceno.	83
FIGURA 5	Descaso com o meio ambiente, Brumadinho e Mariana.	89
FIGURA 6	Versão brasileira para “desenvolvimento”.	91
FIGURA 7	Migração Climática.	107
FIGURA 8	Os efeitos da Crise Climática.	128
FIGURA 9	Colapsos: a era do Anti-intelectualismo.	143
FIGURA 10	Colapso na saúde brasileira: Corona vírus.	167

GRÁFICOS

GRÁFICO 1	O aquecimento do planeta	113
GRÁFICO 2	Assassinato de Lideranças Indígenas	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
COPS: Conferência das Partes
CQNUMC: Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CMA: Comissão de Meio Ambiente
EA: Educação Ambiental
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMAT: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Mato Grosso
FIOCRUZ: Fundação Osvaldo Cruz
FUNDEB: Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação
GEE: Gases de Efeito Estufa
GPEA: Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC: Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
LGBTs: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgênero
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MDL: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MST: Movimento dos Trabalhadores sem Terra
ONU: Organização das Nações Unidas
OMM: Organização Meteorológica Mundial
PNEA: Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA: Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA: Programa Nacional de Educação Ambiental
PNMC: Política Nacional sobre Mudanças Climáticas
REAJA: Rede Intern. de Pesquisadores em Ed. Ambiental e justiça Climática
SEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente
UFMT: Universidade Federal do Mato Grosso
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UICN: União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO: Org. das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNB: Universidade Nacional de Brasília
USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
ECO BIOGRAFIA	21
CAPÍTULO I: O ANTI-INTELECTUALISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23
1.1 O ANTI- INTELECTUALISMO	25
1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA	52
CAPÍTULO II: A CRISE CLIMÁTICA E AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES	81
2.1 ERA GEOLÓGICA: DO ANTROPOCENO AO CAPITALOCENO	81
2.2 A REALIDADE DA CRISE CLIMÁTICA	91
2.3 CÉTICOS OU NEGACIONISTAS DO CLIMA?	109
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	114
3.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	114
3.2 OS ENTREVISTADOS	122
CAPÍTULO IV: A ESPIRAL ASCENDENTE DO CONHECIMENTO	127
4.1 A TESE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CRISE CLIMÁTICA	127
4.2 ANTI-TESE: ANTI-INTELECTUALISMO, ACADEMICISMO E NEGACIONISMO	143
4.3 SÍNTESE: IMPACTOS DO ANTI-INTELECTUALISMO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E RESISTÊNCIA	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

O Anti-intelectualismo e a Educação Ambiental: Implicações ao debate da Crise Climática, título desta pesquisa de mestrado que se fundamenta a partir das considerações de cinco educadores ambientais: Michèle Sato, Marcos Sorrentino, Irineu Tamaio, Heitor Medeiros e Philippe Layrargues, que, através de um significativo histórico na Educação Ambiental brasileira estão resistindo bravamente a um sistema econômico que mostra sua face através dos impactos ao meio ambiente, acarretando o que se nomeia hoje de Crise Climática.

O conceito de Anti-intelectualismo, ou seja, o que se opõe ao que é intelectual, hostilizando e negando diretamente o cultivo do saber, surge no contexto brasileiro atual em um momento conjugado por uma crise política e econômica, assim como, disputas partidárias, denúncias de corrupção, um impeachment e uma enxurrada de ataques a ciência. A pesquisa se atém a esse recorte histórico do fenômeno no país, considerando os possíveis impactos ao Meio Ambiente a partir da disseminação desse pensamento. A pesquisa emerge do anseio de desvelar o pensamento anti-intelectual como tóxico, a uma sociedade que vivencia uma democracia frágil e pueril, correndo um sério risco nas mãos de líderes autoritários e negacionistas.

Em 2018, ano de eleições presidenciais, ficou marcado pela disseminação do fenômeno anti-intelectual no país, ocasionando um sinal de alerta. Uma parte da extrema direita partidária brasileira adotou um discurso autoritário, negacionista, embasado na moral religiosa, impulsionando a dicotomia entre os “cidadãos de bem e os corruptos”, no populismo, e ainda, com apoio de ruralistas e mineradores que ansiavam por alguém que os representasse. Dentro das retóricas dos palanques, discursos como o desmonte das instituições reguladoras, o afrouxamento nas políticas públicas de proteção, a extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a promessa de avanço do agronegócio em terras protegidas, entre outros retrocessos, tornou-se uma bandeira, justificada pelo discurso falacioso de “desenvolvimento econômico”.

Embora amparado por políticas públicas construídas nas últimas três décadas, o Ministério do Meio ambiente (MMA) começa o ano de 2019 com sua pasta esvaziada, pois, o mesmo candidato que efetuou as ameaças, foi eleito. O desmonte prometido nos palanques e redes sociais tem início, colocando o país em destaque mundial pelo aumento

exacerbado do desmatamento, pelas queimadas na floresta amazônica e pantanal, pelo descaso com os povos originários, negando as demarcações das terras, assim como, os assassinatos de alguns líderes, possível resultado do afrouxamento das políticas de contenção e dos discursos violentos e autoritários vindos do governo, realidade exposta no corpo da pesquisa.

Em um cenário favorável à disseminação do pensamento anti-intelectual, cabe questionar: seria possível um fenômeno anti-intelectual impactar negativamente o Meio Ambiente agravando a condição da Crise Climática? Eis a problemática abordada e que será explorada a partir das definições do Anti-intelectualismo e seus possíveis impactos, da Educação Ambiental e da condição de Crise Climática, possibilitando através de um movimento dialético, uma nova forma de pensar a realidade.

Diante da realidade apresentada, se faz necessário afirmar a importância da discussão ambiental na seara da educação. Sendo a Educação Ambiental o mecanismo de contraponto, de resistência, a um modelo econômico capitalista que vem ao longo da história, depredando e explorando o Meio Ambiente, que ao contrário do que alguns argumentam, não possui recursos “infinitos”. Nessa premissa, a pesquisa potencializa a discussão sobre a luta de classes no contexto de uma Crise Climática, tendo como âncora os preceitos da Educação Ambiental Crítica. Considerando as correntes no contexto da Educação Ambiental, a pesquisa percorrerá o caminho da Criticidade, da Transformação e da Emancipação, sendo esses pressupostos fundamentais para uma possível mudança da realidade.

O grupo de educadores entrevistados compreende um segmento da comunidade científica brasileira que afirma a emergência em se tratar das questões ambientais em um contexto de descaso, manipulação dos conceitos de ambientalismo e sustentabilidade. Instrumentalização, efetuada pelo sistema econômico, que transforma o meio ambiente em mercadoria. Em tempos de apologia à ignorância, a defesa do pensar crítico é unânime entre os entrevistados, pois, desacreditando a ciência, resta somente a supremacia do “desenvolvimento econômico”.

Além do que apenas a defesa da ciência, se propõe aqui também, uma reflexão sobre o hiato criado entre a academia e a sociedade, em alguns contextos, o endeusamento da academia, o denominado academicismo. Considerando o contexto da universidade e suas pesquisas, formuladas por uma linguagem rebuscada, termos técnicos e científicos que limitam seu público, impossibilitando o acesso da população, dos cidadãos que não

pertencem a “bolha acadêmica”. Entendendo que o contexto do cientista é a academia, porém, para que esse conhecimento chegue a todos, é preciso atribuir novo contexto. Esse é um espaço explorado pelos negacionistas do Clima, cientistas que negam a influência humana no agravamento da Crise Climática. O academicismo evitado, contrapondo-o por uma forma de conhecimento científico para todas as camadas da sociedade, favoreceria a possibilidade de transformação da realidade atual.

Na possibilidade de extinção das espécies, questionar as causas, mais do que os efeitos é também pretensão desta pesquisa. Para Carson (1969), na medida em que o ser humano avança em seu objetivo de conquista da natureza, deixa também um rastro de destruição. Em outras palavras, existe um padrão dominante de produção e consumo causando a destruição ambiental. O químico holandês Paul Crutzen, popularizou o termo antropoceno em poucas décadas, determinando uma nova era geológica (ANGUS, 2016). Foi a primeira vez que se pensou que as mudanças ambientais estariam ligadas a ação humana. Eis uma verdade já estabelecida através de dados e fatos científicos, a realidade da ação antrópica no meio ambiente. Dentro do conceito de responsabilização humana, pensou-se a possibilidade de se discutir não somente a responsabilidade humana, mais o padrão que os leva a destruir seu próprio Meio. A partir daí, se sugere que, a era geológica presente na verdade, é a era do capitaloceno, é o que afirma o historiador e geógrafo norte americano, Jason Moore, é o capitalismo quem criou a crise ecológica global, causando a destruição ambiental (MOORE, 2018).

Nesse cenário onde as certezas adquiridas até agora pela ciência, apontam para um colapso ambiental e possível extinção das espécies, inúmeras movimentações a favor da vida vêm unindo as nações em prol do comprometimento de frenagem desse processo. Seminários, Conferências, organismos mundiais e a própria militância dos profissionais ambientalistas, têm alertado sobre a importância de se poluir menos, alterar o modo de consumo da vida humana, pois, os impactos não são apenas a terra, mas, a todos que partilham o planeta. De acordo com o relatório do IPCC (Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), estima-se que as atividades humanas tenham causado 1,0° C de aquecimento global, acima dos níveis pré-industriais, a temperatura média registrada entre 2006 a 2015 foi de 0,87°C, para leigos pode parecer pouco, porém, em proporção científica, significa que a terra está aquecendo mais do que deveria (IPCC, 2018). Existe o movimento natural de equilíbrio efetuado pela própria natureza, a questão é a ação humana, que desde a industrialização, argumento defendido por alguns estudiosos, vêm

eliminando na atmosfera gases causadores do efeito estufa, responsável pelo aquecimento global, causando as mudanças no clima, que para muitos estudiosos o termo adequado é Crise ou Colapso climático, evidenciando a emergência de se tratar o assunto.

A realidade da Crise Climática é notificada a décadas através da ciência, como também a influência humana nesse processo. Entretanto, há os que desconsideram dados científicos. Os cientistas intitulados céticos ou negacionistas do clima, esta pesquisa os considerará negacionistas, pois, não suspendem o juízo como fazem os céticos no sentido grego original, renunciando as certezas, suspendendo o juízo sobre as coisas, submetendo as afirmações a dúvidas constantes (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008). Os intitulados céticos do clima, apenas negam os dados, não, porque não acreditam que não é possível alcançar uma certeza, mas, por interesses econômicos. A oposição levantada não torna relevante dados científicos, se trata apenas de uma questão econômica, os cientistas aqui retratados são financiados por grandes corporações petrolíferas, industriais, que tentam a qualquer custo manter seu padrão de exploração em nome do capital, eis a causa da Crise, o capitalismo (PBMC, 2011).

A pesquisa terá como aporte metodológico o materialismo histórico dialético, objetivando a compreensão do fenômeno a partir da categoria de totalidade, que implica seus aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, etc. Atribuindo a causalidade a matéria, ou seja, no Marxismo a matéria é a constituição do sujeito. Quando este adquire consciência, se volta para matéria e busca entender suas interrelações com o mundo. Esse processo é materialista, ou seja, tudo que existe no mundo, na natureza, é matéria, sem vínculos idealistas tradicionais, sendo o mundo material o responsável pela constituição do sujeito (MARX, 1968).

A dimensão da Dialética do método está relacionada diretamente às contradições da luta de classes. Para Marx, as ações humanas se desenvolvem mediante aos conflitos de classes, onde a ideologia surge como mecanismo de controle, que se caracteriza pelo mascaramento da realidade, ou, a imposição de uma visão particular de classe, no intuito de impedir a percepção das contradições sociais (MEIER, 2014).

A perspectiva histórica do método está ligada à categoria de totalidade, pois, concebendo o conhecimento como social, ou seja, construído, se faz necessário considerar todo o percurso histórico e seus aspectos. Não há como analisar um objeto sem considerar os aspectos aos quais está exposto, não se pode afirmar algo partindo apenas da análise do fator econômico da época, por exemplo. Os aspectos sociológicos, culturais, políticos,

influenciam diretamente no que constitui o objeto de pesquisa (MARX; ENGELS, 2010). Sendo a pesquisa de caráter qualitativo, também prima pela compreensão do fenômeno nas suas especificidades históricas. Importante ressaltar que, Marx considera que apesar de encontrar uma “verdade”, essa, como um conceito que corresponde ao mundo material, é um resultado que se atém a verdade apenas para uma época específica. O método propõe pensar ainda o mundo como um conjunto, em nenhum momento de forma acabada, mas, concebendo este, como um conjunto em processo dinâmico. Um mundo que está sujeito a constantes mudanças e transformações (MARX; ENGELS, 1963, p.195).

O instrumento para o desenvolvimento da pesquisa foi o da entrevista. Com um questionário semiestruturado e um roteiro breve. As entrevistas foram realizadas em períodos diferentes, adequando a agenda de cada entrevistado. Os educadores Michèle Sato e Heitor Medeiros, foram entrevistados pessoalmente. Como primeiros entrevistados e pelo fato de a entrevista ter acontecido presencialmente, o tempo oferecido foi maior. O roteiro de entrevista com os outros educadores, Marcos Sorrentino, Philippe Layrargues e Irineu Tamaio, foram readaptados, tornando-o mais objetivo, por se tratar de entrevistas realizadas pelo aplicativo WhatsApp, respeitando o tempo despendido de cada um. Todas as entrevistas foram transcritas, analisadas e afirmadas juntamente ao referencial teórico desta dissertação.

Alicerçada nos princípios do Materialismo Histórico Dialético, da Educação Ambiental Crítica, a dissertação discorre partindo do referencial teórico, revelando o fenômeno do Anti-intelectualismo, suas especificidades históricas, dando prioridade às evidências da atualidade. No que consiste a base teórica desta pesquisa, o alicerce se fez a partir: Richard Hofstadter (1967), Hannah Arendt (1989), Marx (1963), Freire (1980), Tozoni-Reis (2015), Roberto de Barros Freire (2006), Rachel Carson (1969), Henri Acselrad (2018), Frederico Loureiro (2003), Mauro Guimarães (2016), Paulo Artaxo (2014), Raquel Trajber (2009), Senra (2009), Jacobi (2005). Os entrevistados, Michèle Sato, Marcos Sorrentino, Irineu Tamaio, Philippe Layrargues, Heitor Medeiros, entre outros, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. A perspectiva de Educação Ambiental aqui abordada é a da corrente crítica, transformadora, justificando as premissas do método: descrever, interpretar e transformar. A Educação Ambiental nesse percurso servirá como ponte para discussão da Crise Climática, pois, segundo os dados científicos estamos todos em condição de vulnerabilidade, sendo urgente uma abordagem mais

eficaz e crítica da realidade, ocasionada pelo modelo de exploração estabelecido no país e no mundo.

O movimento dialético na última parte da pesquisa, é constituído a partir do resultado das contradições entre ciência e Anti-intelectualismo, Educação Ambiental, Crise Climática e negacionismo. As contradições da tese e antítese. Os impactos do Anti-intelectualismo, a justiça climática e os mecanismos de resistência ao capitalismo, são considerados a síntese. A síntese como resultado, não como um conhecimento acabado, o processo de transformação é contínuo, um espiral ascendente é no que se configura a síntese dessa pesquisa. O que é possível afirmar, é que o sistema capitalista estabelecido e nutrido pelo ultraliberalismo que comanda atualmente o país, tem utilizado ferramentas para se perpetuar, o Anti-intelectualismo é uma delas, e tem afetado drasticamente todas as formas de vida, em nome do capital.

Dentro da perspectiva de tratar a causa e não somente os efeitos da degradação ambiental, propõe-se a denúncia das injustiças do sistema econômico estabelecido no país, o capitalismo. A responsabilização do capitalismo é parte iniciante do processo de transformação. A necessidade de se discutir as consequências de um modelo exploratório e injusto precisa alcançar todas as camadas da sociedade. O capitalismo já não responde a todas as demandas da sociedade, a crise sanitária atual é a prova de tal afirmação.

O mundo experimenta uma das piores crises de saúde, um vírus (Corona vírus) tem ensinado o ser humano que o lucro, o consumismo, o desenvolvimento econômico, perde seu sentido, quando um microscópico problema desnuda a fragilidade humana, com um número crescente de vítimas fatais. É a prova de que o capitalismo nunca conseguiu responder todas as expectativas humanas e já não consegue justificar todas as suas ações. O modelo de vida humana tem destruído o meio ambiente, colocando toda forma de vida em rota de extinção. A busca é, descrever essa realidade, interpretá-la como momento de colapso ambiental e climático e mesmo que minimamente transformá-la.

Para cumprir o objetivo exposto, a dissertação tratará da definição de Educação Ambiental Crítica, sendo a corrente adotada para o percurso, assim como, a definição do fenômeno do Anti-intelectualismo no primeiro capítulo. O segundo capítulo expõe a realidade da Crise Climática, trazendo a discussão sobre o clima, como fundamental no processo de transformação da realidade, evidenciando os mecanismos de mitigação dos efeitos da crise, as conferências das partes, os acordos traçados, os movimentos sociais contrapondo a lógica capitalista, como também os que negam a responsabilização humana

no aceleramento do aquecimento da terra, causando o estado de crise, os negacionistas do clima. O capítulo terceiro apresenta a metodologia adotada, o Materialismo Histórico Dialético, que como já apresentado, norteia toda a pesquisa, partindo dos pressupostos da materialidade, historicidade e racionalidade Dialética. O capítulo também apresenta mais detalhadamente os entrevistados desta pesquisa. O último capítulo apresenta o resultado da pesquisa, sendo uma espiral ascendente do conhecimento, no sentido do método, não um conhecimento acabado, mas, uma continuidade ascendente de tese, antítese e síntese.

A realidade de mudança no modo de produção da vida material está representada pela discussão da existência de luta de classes, pela exposição de um sistema econômico injusto e insustentável. Essa discussão deve ser fomentada por uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória. A educação como ferramenta de transformação, não pode reproduzir o sistema, ela precisa questionar para transformar e transformar para emancipar. A resistência identificada nas ações dos entrevistados é um mecanismo de transformação. A resistência está em comunidades que vivem à margem do capital, os povos originários, que entendem a relação natureza e ser humano como uma simbiose, onde não há proprietários, mas, ambos são partes um do outro, por ações que refutam o consumismo, por um modelo de sociedade mais sustentável, mais justo, por movimentos como dos trabalhadores sem-terra, com o cultivo agroecológico. Diante da realidade de crise, transformar é condição de sobrevivência.

ECO BIOGRAFIA

Sou Kathy de Freitas Marinho dos Reis, já fui neta, filha, esposa, mãe. Agora, estou na tentativa de me descobrir (ser eu). O processo de conhecer a si mesmo é longo e árduo, como já previam os Gregos, porém, é fundamental na construção de uma vida “sem tutores”.

Nasci na cidade de São Luís, no Maranhão, no dia vinte e sete de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, mas, cresci em Cuiabá, cidade natal de minha mãe. Toda a educação básica foi cursada em rede pública de ensino. Com a ausência de meu progenitor, fui obrigada, como muitos nesse país, a trabalhar desde cedo para ajudar a família, o que me colocou em uma posição de vantagem epistêmica sobre meu processo de desalienação, pois, desde muito jovem, senti os impactos de um sistema econômico injusto, explorador e excludente.

Aos vinte anos, me casei com o Toni, tivemos três filhos, Lucas, Amon e Eros. Cuidei da minha segunda família, fato que me concedeu muitas alegrias e muitos desafios. Nos desafios de uma família brasileira sem muitos recursos, a opção é o trabalho, onde quer que esteja, nesse período fomos procura-lo no Estado de Santa Catarina. Com todos os avanços e retrocessos, muito próprios do percurso, o desejo de prosseguir com minha formação educacional nunca me abandonou. Não posso dizer que não fui persistente, quando os meninos “caminhavam com seus próprios pés”, voltei a estudar, levei oito anos para me formar no curso de Pedagogia, entre matrículas trancadas e efetivadas, por conta das condições financeiras. No ano de 2016, finalmente consegui pagar cada mensalidade e me graduei. Fiz, logo em seguida uma pós-graduação, pois, estava decidida que seria a melhor educadora que pudesse ser. Por conta dos anos dedicados à educação formal de nossos filhos, eles conseguiram cursar o ensino médio no Instituto Federal Catarinense e foram aprovados no seu primeiro vestibular, em uma Universidade Federal de qualidade, a UFMT, por conta disso, voltamos à Cuiabá. Meus filhos não precisaram trabalhar fora para ajudar a família, não precisaram abandonar os estudos. Com nosso auxílio constante, fizeram o ensino fundamental em escolas públicas. Entraram aos dezenove anos de idade em uma Universidade Pública. Nosso caçula, cursa o ensino médio Integrado no Instituto

Federal de Mato Grosso (IFMT), eles não possuem minha vantagem epistêmica, mas, eles possuem pais, que denunciam todas as injustiças que permeiam nossa sociedade a séculos.

O Toni é graduado em Filosofia pela UFMT, por conta de sua influência, aprendi a amar toda tradição filosófica. Antes de voltarmos a Cuiabá, estudei um ano no curso de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Abri mão do curso para acompanhar minha família, mas, não da continuação de minha formação, me inscrevi para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com meus filhos mais velhos, graças a política pública de cotas, nos enquadrámos na pequena parcela da população que consegue entrar em uma universidade de qualidade. Experimentei o prazer de efetivar minha matrícula e a dos meus filhos, sou estudante do curso de Letras/Espanhol na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Assim que chegamos, também soube da seleção do mestrado em Ensino pelo IFMT, me inscrevi, estudei e fui aprovada. Um ano depois de ser aprovada para o mestrado, fui também, aprovada no concurso público da Secretaria de Educação do Município de Cuiabá. Estudarei para ser aprovada em meu próximo desafio, o doutorado. Entendo perfeitamente meu papel como influenciadora na sociedade em que pertenço, a educação foi minha única opção de emancipação. Quando penso em meu percurso, na busca pela emancipação, às vezes me pergunto, como teria sido se eu tivesse a chance de estudar no tempo adequado, quantas oportunidades teriam surgido?

Se as potencialidades da população nas periferias brasileiras fossem estimuladas com educação de qualidade, distribuição de renda justa, moradia, saúde, segurança, não existiria miséria, fome, injustiças capitalistas. Dessas experiências de minha própria vida, surge o desejo pela transformação. A denúncia nesta pesquisa é meu mecanismo de resistência e meu desejo por uma sociedade mais justa em todos âmbitos, especialmente no ambiental. Recebi de presente de meus avós maternos, a beleza da relação com a terra, com as plantas, com os animais, esse equilíbrio, compõe minha formação. Uma certeza que esta pesquisa me trouxe é que enquanto a exploração dos recursos naturais não for interrompida, nossa condição será de extinção, então, todas as outras discussões são periféricas. No processo de descoberta sobre quem sou, Manoel de Barros, poeta da minha vida, faz uma boa representação: “Quem anda no trilho é trem de ferro, sou água que corre entre pedras - liberdade caça jeito!” (Manoel de Barros. Matéria de Poesia. Rio de Janeiro: Record, 2001).

CAPÍTULO I: O ANTI-INTELLECTUALISMO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“A estupidez é infinitamente mais fascinante do que a inteligência. A inteligência tem seus limites, a estupidez não” (Anônimo).

Este capítulo tratará das definições do fenômeno do Anti-intelectualismo e seus recortes históricos, assim como, da Educação Ambiental, especificamente sua corrente crítica e transformadora. O capítulo é dividido em dois subtítulos, o Anti-intelectualismo e a Educação Ambiental Crítica.

A construção de uma estrutura teórica se efetiva a partir dos estudos e reflexões dos autores abordados. Sobre os temas tratados neste capítulo, é importante considerar as limitações ao definir o Anti-intelectualismo, a Educação Ambiental e Crise Climática. Os autores que embasam este capítulo contribuem com a ampliação da investigação proposta, que pretende identificar e interpretar os possíveis impactos do pensamento anti-intelectual na Educação Ambiental, especialmente à questão da Crise Climática. Implicando ser fator significativo no processo educacional ambiental.

Na definição do pensamento anti-intelectual, cabe descrever algumas de suas características: autoritarismo, preconceitos, ódio às diferenças, controle da população, populismo, características que podem ser identificadas com o totalitarismo tratado por Hannah Arendt (1989), apesar dos movimentos se diferirem em muitos aspectos, pois, o totalitarismo foi um regime governamental que se capilarizou por todo tecido social, e o Anti-intelectualismo é um fenômeno cíclico, que é identificado no contexto histórico de muitos países que dispunham de um momento favorável a utilização dessa ferramenta de controle (HOFSTADTER, 1963).

No Brasil, o fenômeno do Anti-intelectualismo encontrou campo fértil em meio a crises políticas, com denúncias de corrupção, com a desqualificação dos políticos, assim como das instituições políticas do país, que também, se desenvolve em um contexto de ausência de políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população, como, educação, moradia, saúde, segurança, saneamento básico, revelando o descaso com os

mais pobres, que são maioria, desprovidos de condições básicas de sobrevivência. Sendo assim, o oprimido aceita o pensamento do opressor para suprir suas necessidades básicas, aderi ao negacionismo e todas as características de dominação. Discussão que remeteria a dimensão pré-capitalista¹, com um modo de produção material escravista e feudalista. Características identificadas na sociedade atual, sendo o trabalho análogo a escravidão ainda realidade em algumas regiões brasileiras. Segundo dados das Nações Unidas, mais de 90% dos trabalhadores resgatados da escravidão no Brasil, são de municípios com baixo índice de desenvolvimento. Tratando aqui, de uma correlação direta entre pobreza, déficit de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social, fatores que contribuem para a condição de aliciamento para o trabalho escravo (ONU, 2018).

[...]os dados do Observatório indicam que 57% destes municípios onde nasceram os trabalhadores resgatados entre 2003 e 2017 possuem pelo menos um terço de seus habitantes vivendo em domicílios nos quais nenhum morador tem ensino fundamental completo. Entre 1995 e 2017, mais de 50 mil pessoas foram resgatadas de trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil (ONU, 2018, p.2).

Diante da realidade de disseminação do pensamento anti-intelectual no país, reafirma-se aqui, a falta de políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população, especialmente uma formação educacional adequada. A falta de uma formação educacional adequada coloca em vulnerabilidade grande parte da população que passa a acreditar nos discursos falaciosos, impregnados de moral religiosa, populismo, pseudo-patriotismo, expostos através das redes sociais. Negando a ciência, na intencionalidade de manutenção do sistema que aliena e oprime.

No pensamento anti-intelectual tudo que soa ameaçador a ideologia disseminada, é negado ou desacreditado. O pensamento crítico, a ciência, as instituições formadoras, são desacreditadas. Para essa ferramenta de manipulação, o pensar crítico é uma ameaça direta, pois, uma sociedade alienada (alienação no sentido Marxista, uma falsa ideia da realidade) pode ser facilmente manipulada. Esses fatos também remetem a discussão dos

¹ Para o que nos interessa aqui, é possível agrupar diversos modos de produção pré-capitalistas (escravismo antigo, feudalismo, escravismo moderno) num conjunto razoavelmente coerente de elementos gerais e abstratos e contrastar esse conjunto com o modo de produção capitalista. Tais elementos, característicos dos modos de produção pré-capitalistas, são os seguintes: a) o baixo nível de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas; b) a subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção, subordinação estabelecida pelo direito pré-capitalista; e c) a proibição expressa de participação dos produtores diretos no aparelho de Estado, cujos cargos são monopolizados pelos indivíduos pertencentes à classe dominante. BOITO, Armando Jr. Artigo: Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para teoria de uma ação sindical. Acesso em 29 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/04boito.pdf

diferentes tipos de governo² ou teorias de estado e de como os modelos estabelecidos ao longo da história do país, influenciaram nos moldes atuais de governar. Na perspectiva de manutenção do poder do modo de governar atual, o pensamento anti-intelectual tem afetado diretamente as questões ambientais brasileiras, contribuindo para o agravamento da Crise Climática.

1.1 O ANTI- INTELLECTUALISMO

Após a segunda guerra mundial a cientista política e filósofa Hannah Arendt (1989), relata em: “As origens do totalitarismo”, uma explicação minuciosa dessa forma de governo. O totalitarismo, termo cunhado para designar o fascismo italiano e o nazismo alemão, ou qualquer doutrina absolutista política (ABBAGNANO, 2000). Um regime que em oposição ao estado liberal de partido único, propunha que as manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais se mantivessem sob o poder do estado, associando ainda as teorias racistas, de ódio, de eliminação de classes sociais, de raça (ABBAGNANO, 2000).

A política totalitária, longe de ser simplesmente antissemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista, usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que dilua quase que completamente com sua base, inicialmente elaborada, partindo da realidade dos fatos - realidade de luta de classes, ou dos conflitos de interesse entre judeus e seus vizinhos, que fornecia aos ideólogos a força dos valores propagandísticos (ARENDR, 1989, p.21).

A autora citada, analisa elementos de dois governos considerados totalitaristas: a Alemanha nazista de Hitler³ e o regime soviético⁴ sob direção de Stalin, regimes

² Para entender os tipos de regime de governo existentes, é necessário entender a noção de governo e a distinção entre governo e Estado. Estado é uma instituição criada para definir a soberania e o conjunto de regras de um território definido, enquanto o governo é o gestor de um Estado. Tendemos a pensar, para facilitar o entendimento, que o Estado é fixo (ou é, ao menos, mais duradouro), enquanto o governo é efêmero. Nesse sentido, temos Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram no povo a soberania; governos menos flexíveis, que retiram a soberania do povo por meio da suspensão e da revogação de direitos; e governos que pretendem controlar a vida total da população, tanto nos âmbitos político e jurídico como no âmbito pessoal. No primeiro caso, podemos afirmar que se trata de um regime de governo democrático; no segundo, um regime autoritário e, no terceiro, um regime totalitário.
 Texto disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/regimes-de-governo.htm>

³ O Nazismo foi um movimento político, liderado por Adolf Hitler, que se desenvolveu na Alemanha na década de 1920. É caracterizado pelo racismo, o antissemitismo e a eugenia.

⁴ A cultura stalinista postulava uma coisa, mas desenvolvia outra completamente diferente. Postulava o internacionalismo, mas afirmava o isolacionismo, o nacionalismo e a autarquia; postulava a ausência de classes, mas afirmava um sistema de hierarquias; falava em liberdade, mas desenvolveu formas de ausência de liberdade radical; falava em modernização, mas se apoiava no gosto tradicional das massas. Assim como

fundamentados na ideologia do terror e manipulação das massas. Uma característica do modelo totalitário de governar é o ataque ao pensamento e o estímulo à ignorância. Para Meier (2014): “Quando a razão está dormindo ou anestesiada, o homem não reconhece os absurdos nos quais está mergulhado e seu ser alienado o torna insensível, concebendo com normalidade e naturalidade as violências que ele ajuda a perpetuar” (p.359).

Tudo que soa ameaçador a narrativa totalitária é negada. O pensar crítico, a ciência, as instituições formadoras, entre outras, estão sob ataque. Os estados conhecidos pela expressão nazifascista se estabeleciam acima de todas as organizações públicas ou privadas, suas expressões morais alcançaram as esferas da vida social, principalmente a educação. Características totalitárias foram identificadas no Brasil de 1964, quando um golpe militar ocorreu. Com viés anticomunista e com apoio dos setores conservadores, das elites empresariais, perdurou por mais de duas décadas, com violenta repressão.

A negação a ciência relatada no livro do historiador norte americano Richard Hofstadter, “Anti-intelectualismo nos Estados Unidos”, escrito na década de sessenta, o fenômeno do Anti-intelectualismo se apresenta em diversas esferas e ao longo do tempo se modifica, considerando as especificidades de cada época (HOFSTADTER, 1967). Característica que o difere do totalitarismo, que é, uma forma de governo. No Brasil, o fenômeno do Anti-intelectualismo encontrou campo fértil para se proliferar.

O fenômeno, está de certa forma, relacionado ao modelo de governo totalitário, apesar de se diferenciar em alguns aspectos, como já afirmado. Ele pretende a subjugação e dominação, negando a ciência, diminui-se a importância da formação educacional. Características dessa natureza, são evidenciadas na atualidade brasileira. Em fevereiro de 2020, a secretaria de Estado da Educação de Rondônia, emitiu um ofício a todas as escolas estaduais, determinando o recolhimento de quarenta e três livros clássicos da literatura brasileira e mundial, entre eles, estão as obras de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Ferreira Goulart, Nelson Rodrigues, Franz Kafka, entre outros. O pedido inicial era de que os livros fossem retirados, pois, continham conteúdo inadequado às crianças e adolescentes. A secretaria voltou atrás rapidamente, depois de exposta em rede nacional, alegando que uma denúncia de que haviam livros “inadequados”, os levara a tal decisão. Somente após a emissão do documento que perceberam que se tratavam de

outros regimes totalitários e autoritários, a cultura soviética era afinada não com o futuro, mas com o passado. Artigo intitulado: A cultura soviética entre a revolução e o Stalinismo de Evgeny Dobrenko. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300025&lng=pt&tlng=pt . Acesso em 29 de agosto de 2020.

clássicos (ALFANO, 2020). Um estranho momento de fomentação do pensamento anti-intelectual vive o Brasil, com características que conduzem à um regime totalitário de pensamento único.

No dia dez de maio de 1933, na praça de Bebelplatz em Berlim, líderes nazistas queimaram obras de escritores alemães que divergiam do regime, o mesmo aconteceu em outras praças do país, a limpeza literária, demonstrando outra característica do fascismo, deturpar ou apagar a história como ocorrida, livros críticos ou que revelam uma verdade não conveniente, são descartados e desacreditados, muitas vezes utilizando argumentos morais religiosos (NEHER, 2019).

O fenômeno anti-intelectual é identificado no Brasil, quando o atual presidente, em março de 2019, afirma que: “Onde você viu no mundo uma ditadura entregar para a oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil, então não houve ditadura” (BOEHM, 2019, p.1). Para o presidente, o período de ditadura ocorrido no Brasil entre 1964 a 1985, não se tratou de um golpe militar, mas sim, de um movimento social pacífico, quando um governo foi “dado” aos militares sem eleições diretas, com registros de repressão violenta, autoritarismo, torturas, censura e corrupção. Foi com o discurso de “ameaça vermelha⁵” utilizado pela guerra fria, que os militares e parte da direita brasileira liderada por Carlos Lacerda armam o golpe em João Goulart (GASPARINI, 2004).

A Ditadura Militar ficou marcada por ser um período de exceção, no qual todo tipo de arbitrariedade foi cometido pelo governo em nome da “segurança nacional”. A ditadura ficou marcada pelas prisões arbitrárias, cassações, expurgos, tortura, execução, desaparecimento de cadáveres e até mesmo por atentados com bombas. O aparato de repressão da ditadura deu-se por meio de diversos mecanismos. O primeiro mecanismo foram os Atos Institucionais, o suporte jurídico que possibilitou aos militares perseguir e aprisionar todos os que eram considerados opositores do regime. Exemplificando, o AI-1 permitiu à ditadura aprisionar pessoas, indiscriminadamente, em locais como navios e estádios de futebol, e a expurgar pessoas do serviço público (SILVA, 2020, p.1).

Em janeiro de 2020, o então secretário de cultura do governo Federal brasileiro, Roberto Alvin, divulga um vídeo referenciando Joseph Goebbels, ministro da propaganda na Alemanha nazista: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional.

⁵ Discurso anticomunista ganhou relevância tanto em 1964, quanto em 2016. Contudo, ao longo da história do século XX, no Brasil e no mundo, o imaginário anticomunista esteve presente em outros contextos e uma “ameaça vermelha” ganhou corações e mentes, levando ao medo e à paranoia. (A ameaça vermelha: medo e paranoia anticomunista)
Artigo disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/anticomunismo/> Acesso em 29 de agosto de 2020.

Será dotada de capacidade e envolvimento emocional, será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo, ou então, não será nada”. A frase utilizada por Goebbel diz: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos, igualmente imperativa e vinculante, ou então, não será nada” (ALEGRETTI; BARRUCHO, 2020, p.1).

Questionado pela imprensa brasileira, da razão por utilizar um discurso de um representante nazista para enfatizar o papel da arte no país, o ministro argumentou que, a frase foi apenas uma coincidência retórica e que ela em si é perfeita. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, afirma que: “Na Alemanha, ele estaria preso. Lá o Código Penal proíbe esse tipo de referência”, disse Santa Cruz à BBC News Brasil, e continua: “Todos os limites foram ultrapassados ao claramente se idealizar uma política de cultura nazista” (ALEGRETTI; BARRUCHO, 2020, p.1).

A configurada apologia ao nazismo se fez presente no atual governo, um crime foi cometido, crime este previsto na constituição de 1988, Lei 7716/89⁶. Em sua defesa, o ministro alegou a possibilidade de “forças ocultas” estarem atuando para sua derrota: “Estou orando sem parar, e começo a desconfiar não de uma ação humana, mas de uma ação satânica em toda essa horrível história” (DEMITIDO..., 2019, p.1).

Alguns estudiosos afirmam que é possível fazer uma comparação entre as ações da Alemanha nazista e o ainda candidato em campanha à presidência da república em 2018, Jair Bolsonaro. Um deles é a antropóloga Adriana Dias, pesquisadora do tema a quinze anos, entrevistada pela Rede Brasil Atual (RBA) em outubro de 2018:

O discurso de Bolsonaro é similar ao que Hitler pregava em sua campanha, na Alemanha de 1932. “A construção do partido nazista foi uma construção voltada para a ideia anticorrupção de Estado, muito militarista, fundamentalmente pautada na ideia de que havia uma Alemanha que estava acabando economicamente”, explica Dias. Para ela, esse avanço de figuras políticas fascistas é impulsionado por dois fatores fundamentais: uma forte ideia de meritocracia, ou seja, “que as pessoas nascem nos mesmos lugares e têm as mesmas oportunidades”; e a criação de um inimigo responsável por todos os

⁶ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97) Art. 2º (Vetado). Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos. Pena: reclusão de dois a cinco anos. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010)

problemas do país, o que Dias chama de “outro conveniente”. Esse ódio ao outro, segundo Dias, faz com que se crie uma falsa ideia de “maioria nacional única”, que é personificada no homem, branco, heterossexual, de classe média urbana. “Toda vez que a extrema direita ascende há uma ascensão da masculinidade, um culto à masculinidade, uma negação do feminino, uma ascensão da cultura do estupro, uma aversão a gays, e minorias”, explica (BIANCHINI, 2018, p.1).

A ascensão da extrema direita partidária e de uma onda conservadora no Brasil é evidenciada desde 2013. Período onde se verificou um avanço de um grupo de pessoas raivosas no mundo político. O país já flertava com o fascismo a tempos, no ano de 2013 os deputados mais votados no Rio de Janeiro, foram os com discursos mais violentos.

Se Celso Russomano (PRB) e o Pastor Feliciano (PSC) não tivessem sido os deputados mais bem votados em São Paulo, e se o Rio de Janeiro não tivesse escolhido Jair Bolsonaro (PP) em primeiro lugar, eu poderia jurar que o deputado mais votado no Rio Grande do Sul, Luís Carlos Heinze (PP), que declarou que “quilombolas, índios, gays e lésbicas: tudo o que não presta” era um caso isolado de uma possível patologia gaúcha. Mas infelizmente não é (O REICH..., 2014, p.1).

Como já evidenciado, o regime fascista apresenta características que remetem ao fenômeno tratado neste estudo, o Anti-intelectualismo. Fenômeno que tem demonstrado sua face na realidade brasileira atual, daí a importância do tema. Quando o candidato a presidente do país, militar aposentado, defensor do porte de armas, é o emissor de frases como:

[...]Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. [...]Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado Laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem! [...]Um dia o trabalhador vai ter que decidir: menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego. [...]E ainda: Nós não podemos escancarar as portas do Brasil para tudo quanto é tipo de gente. Isso vai virar a casa da mãe Joana (BIANCHINI, 2018, p.2).

Os discursos anti-direitos humanos do então candidato à presidência da país se concretizam. No início de 2020, a Anistia Internacional publica seu relatório⁷, e afirma

⁷ O documento faz uma análise do cenário dos direitos humanos em todo o continente americano. “A retórica abertamente anti-direitos humanos do presidente Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 foi colocada em prática por meio de medidas legislativas e administrativas dos governos federal e estadual”, afirmou a entidade. No Brasil, ataques contra defensores dos direitos humanos, incluindo assassinatos — muitos dos quais de líderes indígenas — estão ocorrendo em um contexto de retrocessos significativos em políticas de proteção do meio ambiente e dos direitos de pessoas indígenas. Há ainda um aumento da tomada de terras de afrodescendentes e indígenas, além de esforços para deslegitimar trabalho da sociedade civil e de movimentos sociais. No relatório divulgado hoje, a anistia afirma também que a desigualdade, a corrupção, a violência, a degradação ambiental e o enfraquecimento das instituições continuaram a ser uma

que o governo atual não apresentou soluções contra violações e crises. Em um momento de denúncias de casos de corrupção, o discurso de limpeza política é muito utilizado para descredibilizar as instituições e políticos. Apesar de todos sinais, o autoritarismo venceu, com um discurso racista⁸, homofóbico⁹, xenofóbico¹⁰. Características que divergem do estereótipo de um povo pacífico, generoso e cristão, ideia romantizada, desmascarada pelos cinquenta e oito milhões de votos ao autoritarismo e a violência (SOUZA, 2017). O discurso autoritário em 2018, não se altera nos anos seguintes, as violações aos direitos humanos¹¹ se multiplicam, como afirma o relatório acima, a imposição da moral religiosa, negligenciando a Constituição Federal, que prevê em seu artigo 19, um estado Laico¹², incita o ódio contra os que se diferem de seus padrões.

realidade na América. No Brasil, a Anistia Internacional destacou o aumento na letalidade policial, a crise na Amazônia, as tentativas de restringir a atuação de organizações da sociedade civil e, por fim, as ameaças e mortes de defensores de direitos humanos. Entre os exemplos de falhas do governo, a Anistia citou a tentativa de aprovação do excludente de ilicitude, que evitaria que policiais fossem processados por mortes no exercício da função, além da ampliação do acesso a armas de fogo.

Agência O Globo. Relatório da Anistia Internacional. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-colocou-em-pratica-discurso-contra-direitos-humanos-diz-anistia/> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁸ “Com toda a certeza o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano, igual a nós. Fala do presidente Bolsonaro em janeiro de 202, durante uma live em rede social. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁹ Apontado como favorito a vencer o pleito presidencial de 2018, a carreira política de Jair Bolsonaro (PSL) está alicerçada em polêmicas envolvendo discursos homofóbicos, machistas, racistas, entre outros, embora o candidato negue veementemente as acusações de que ele seria preconceituoso. Há 28 anos na vida pública, o ex-deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro começou a ganhar destaque na mídia justamente por causa de seus discursos conservadores, principalmente contra a comunidade LGBT. Vídeos com entrevistas de Bolsonaro demonstrando sua ojeriza às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Reportagem disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/> . Vídeos de Bolsonaro com falas homofóbicas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H60pBDPuStI> Acesso em 29 de agosto de 2020.

¹⁰ Bolsonaro disse ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que “daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão [governador Flávio Dino]”. E emendou: “tem que ter nada com esse cara”. O comentário do presidente partiu de uma conversa informal com Onyx antes de dar início a um café da manhã com jornalistas da imprensa estrangeira no Palácio do Planalto, em Brasília. Reportagem disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-governadores-nordeste_br_5d331812e4b0419fd32d85da Acesso em 29 de agosto de 2020.

¹¹ Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. “Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações...”

Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 (Nações Unidas).

¹² Título III Da Organização do Estado: Capítulo I Da Organização Político-Administrativa. **Art. 19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes

Retornando a definição do termo, Anti-intelectualismo, compreende-se algo ou alguém que se opõe ao que é intelectual, que se dedica à prática de ridicularizar, hostilizar o cultivo do saber, da inteligência, de todos os meios para se chegar até ela (ACSELRAD, 2018). Realidade próxima do perfil do atual governo. Esse fenômeno caracterizado pela aversão a intelectualidade trata a mesma, como sendo algo que dificulte o bom andamento social, ou, que até mesmo seja dispensável. O anti-intelectual utiliza várias estratégias para desacreditar todo o saber construído academicamente. Impondo um novo modo de interpretar o mundo social, político e filosófico.

O fenômeno surge em momentos de crises políticas, utiliza da fragilidade social e política que envolve o país. Em um movimento cíclico, também revela o lado obscuro da democracia, com características específicas, fundamentalmente autoritárias, utilizando do populismo, da moral religiosa, do apelo ao patriotismo, da utilização das indústrias, empresas e por fim, da educação como mecanismo de manipulação (HOFSTADTER, 1963). Característica do Anti-intelectualismo: “mentalidade que leva o ódio a categoria de credo. Em virtude dessa mentalidade os ódios grupais adquirem na política importância comparável a luta de classes em outras sociedades modernas” (HOFSTADTER, 1963, p.47).

Na década de sessenta, nos Estados Unidos, o historiador Hofstadter, relata as condições intelectuais e políticas do país sobre a influência do fenômeno anti-intelectual, ou seja, o ódio, o descrédito ao cultivo da inteligência, à ciência, ao conhecimento de uma forma geral. O que se apresenta no campo das discussões sociais e políticas, é a luta pela manutenção de um regime capitalista, que, especialmente nesse período não considerava o desenvolvimento do intelecto como sendo fundamental para a formação cidadã.

Ódio ao intelectual: fato de não compreender a complexidade das coisas, se ressentir contra quem sabe. A inteligência treinada foi reconhecida como força de fundamental importância. O que costumava ser uma zombaria, não raro benevolente ao intelectual e a formação metódica, transforma-se em maligno ressentimento contra o intelectual por sua capacidade como técnico (HOFSTADTER, 1963, p.44).

O fenômeno se revela nessa desconfiança e ressentimento contra o intelectual, contra seus representantes, por sua capacidade técnica são ridicularizados. O ódio ou descrédito ao cultivo da inteligência, ao conhecimento, apesar de parecer um fenômeno

relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

novo já se apresenta há décadas no contexto histórico político de muitos países. Complexo e impossível de uma estreita definição de seu surgimento, por considerar as diferentes motivações de cada local em que o fenômeno se apresentou. Vale afirmar que onde ele se apresentou, a ignorância passou a ter o mesmo valor que o conhecimento, sugerindo até mesmo a eliminação das pesquisas de cunho científico (HOFSTADTER, 1963).

Cunha (2019) afirma que o Anti-intelectualismo se fez presente muitos anos na Itália fascista; Na Hungria com Viktor Orban, defensor ferrenho do liberalismo, impondo uma cultura oficial, vetando tudo que não esteja ideologicamente alinhado com os objetivos de seu governo; Na Turquia, com o governo autoritário de Tayyip Erdogan, atacando entre outros, educadores, intelectuais, jornalistas, ativistas; Na Rússia de Stálin; No macartismo que aconteceu na década de cinquenta, no Trumpismo mais recente, nos Estados Unidos, com um governo populista e autoritário, assim como o de Matteo Salvini, na Itália; E no Brasil, o bolsonarismo, conduzindo o país ao autoritarismo e investindo contra as universidades, entre outros.

A fermentação política e a controvérsia educacional dos anos cinquenta fizeram do termo anti-intelectual o epíteto central na autoavaliação americana; ele introduziu-se discretamente em nosso uso, sem uma definição muito precisa, é comumente usados para denominar uma variedade de fenômenos desagradáveis. Aqueles que abruptamente dele tomaram consciência, julgam quase sempre que o Anti-intelectualismo é uma nova força nesta ou naquela área da sociedade e que sendo um resultado das condições atuais, poderá desenvolver-se de forma avassaladora (HOFSTADTER, 1963, p. 9).

Para Hofstadter (1963), comentando o possível surgimento do fenômeno, relata que foi durante o macartismo que o ódio aos intelectuais foi disseminado. McCarthy, senador eleito em 1946 perseguia em tom exaltado intelectuais de sua época, sugerindo que a inteligência crítica seria uma ameaça¹³. Os ataques as universidades e intelectuais passaram a ser imitadas por uma horda de inquisidores com o discurso convincente de “ameaça vermelha”.

No insistente discurso de McCarthy contra o pensamento crítico, estava oculta a intenção da manutenção do modelo econômico opressor e injusto. Sua principal bandeira: a luta contra o comunismo. No Brasil, a utilização da ideia de luta contra o comunismo é

¹³ Sob este ponto de vista, acreditamos que o estudo relevante e denso de atitudes de intolerância governamental, neste caso o macarthismo do pós guerra, e que afetou milhões de pessoas não apenas em seu país de origem, os Estados Unidos, mas também em outros tantos países como o Brasil sejam relevantes nos dias atuais.

Artigo de Rodrigo dos Santos. Medo, paranoia, macarthismo e o século XXI. Revistas UFPR. 2018.

identificada no discurso de posse do atual presidente em 2019, onde o mesmo defende uma luta contra o socialismo, pressupondo que algum dia o país tivesse experienciado tal modelo de governo, como se o comunismo fosse uma ameaça hoje (GORTÁZAR, 2019).

No modelo econômico que o capital é o eixo norteador, que o desenvolvimento está baseado na exploração e obtenção de lucro a todo custo, a ideia de igualdade social é uma ameaça direta. O contexto de combate à exploração da classe trabalhadora é fato evidenciado na linha histórica do país, e a falácia de combate ao comunismo soa como desculpa velada para manutenção do sistema capitalista. Modelo econômico, que também se serve do fenômeno do Anti-intelectualismo, estimulando as diferenças e injustiças sociais. Susan Jacoby (2008), escritora americana, declarou no texto intitulado: “Como emburrecer Americanos”:

A mente deste país, ensinado a almejar objetivos baixos. Ralph Waldo Emerson fez esta observação em 1837, mas suas palavras ecoam como um doloroso pressentimento nos Estados Unidos muito diferente de hoje. Os americanos estão em sérios apuros intelectuais, correndo o perigo de perderem nosso capital cultural, duramente conquistado, por uma mistura virulenta de Anti-intelectualismo, antirracionismo e baixas expectativas. Este é o último tema que um candidato ousaria levantar no longo e sinuoso caminho até a Casa branca. É quase impossível falar sobre de que forma a ignorância da população contribuiu para graves problemas nacionais sem ser rotulada de elitista, um dos mais poderosos pejorativos que podem ser aplicados a alguém que está aspirando um alto cargo público. Em vez disso, nossos políticos, repetidamente garantem aos americanos que eles são apenas “pessoas comuns”, um termo condescendente que vocês procurarão em vão nos importantes discursos presidenciais antes de 1980 (JACOBY, 2008, p.1).

Jacoby continua sua crítica afirmando que há uma exaltação a mediocridade, e maximizando o que afirmou Hofstadter, ser o Anti-intelectualismo um fenômeno cíclico, ela diz se tratar de uma avalanche duradoura. Ela denuncia o avanço da mídia digital e todos seus derivados, com o declínio da leitura de livros, revistas, jornais, como também, responsáveis pela propagação do Anti-intelectualismo. Através de relatórios comprovou que a população americana se tornou menos inteligente, afirmando que isso se deu de forma programada (JACOBY, 2008).

Tornar o intelecto impopular é prática na perspectiva anti-intelectual. Estipula-se pelo que, ou de quem, se terá ódio, com fins fundamentalmente políticos de dominação. Para Hofstadter (1963), o Anti-intelectualismo cria aspirações ideais, caracterizando os intelectuais como pessoas pretensiosas, orgulhosas, afeminadas e esnobes. Apelando para a moral religiosa, os define como imorais, perigosos e subversivos. Se por algum motivo

o ser humano comum alcance sucesso no que diz respeito a atividades práticas, é nomeado como substituto superior ao conhecimento formal, assim como das técnicas adquiridas nas escolas, sendo fácil induzir um grupo a pensar de que o que ele precisa não se encontra nos bancos das universidades que os afastam dos valores essenciais à formação humana.

O intelecto por sua vez, é o aspecto crítico, criador e contemplativo da mente. Onde a inteligência procura apoderar-se, manipular, reordenar, ajustar, o intelecto examina, pondera, inquire, teoriza, imagina. A inteligência apanhará o sentido imediato de uma ação e o valorizará. O intelecto avalia as valorizações e procura o significado das situações como um todo (HOFSTADTER, 1963, p.32).

Falar sobre Anti-intelectualismo é também considerar os regimes totalitários e a manipulação ideológica. Arendt (1989), afirma que: “Aquilo que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação”. Compreendendo o ser político, no termo grego, um ser capaz, que exerce seu poder de escolha em benefício da “pólis¹⁴”, do coletivo, que se preocupa com a vida de todos cidadãos. É necessário compreender que na Grécia antiga apenas alguns eram considerados cidadãos. Porque a definição de cidadão pressupunha igualdade nas relações e igualdade é o campo da democracia. Barros Freire (2006, p.38) afirma que: “A democracia é um regime de iguais. e, portanto, todos podem exercer qualquer função”. Essa é a perspectiva a qual a pesquisa se atém, o ser humano como um ser que age politicamente.

A política nasce ou é inventada quando o poder público, por meio da invenção do direito e da lei, a instituição de tribunais e da criação de instituições públicas de deliberação e decisões (as assembleias) foi separada das três autoridades tradicionais: a do poder privado ou econômico do chefe de família, a do chefe militar e a do chefe religioso (figura que nos impérios antigos estavam unificados numa chefia única (BARROS FREIRE, 2006, p.39).

Para Aristóteles, “o homem é um animal político”, portanto, existe uma diferença entre o ser político, criação das cidades gregas e a tradução para animal social¹⁵ feita por

¹⁴ A polis grega eram as cidades estados da Grécia Antiga, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura grega no final do período homérico, período arcaico e período clássico. Sem dúvida Atenas e Esparta merecem destaque como as cidades gregas (pólis) mais importantes do mundo grego. Juliana Bezerra. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/polis-grega/#:~:text=A%20polis%20grega%20eram%20as,mais%20importantes%20do%20mundo%20grego>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

¹⁵ Ao ser traduzida para o latim, a expressão grega *Zoon politikon* foi resignificada, recebendo a tradução de *animalis socialis*, através de Tomás de Aquino: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (o homem é, por natureza, político, isto é, social)³. Para Arendt, a ideia de sociedade ou social era estranha ao grego, tendo sido retirada da cultura romana, porque a política na Antiguidade grega indicava uma certa aliança voluntária entre as pessoas para um fim específico. Além disso, para ela, ainda que Aristóteles não ignorasse

Tomás de Aquino, uma versão latina e cristã. Para os gregos o homem não é um animal social, animais sociais são as abelhas, as formigas, que agem em sociedade naturalmente determinadas, já os seres humanos, por escolha, decidem abrir mão de suas atividades privadas em prol do bem comum. Concebendo então, que o entrave entre a faculdade da ação política do ser, está na educação para o ser como “animal social”, e não como “animal político” (BARROS FREIRE, 2006). Nesse sentido, as instituições formadoras, ao não educar para vida política estão reproduzindo o sistema, que mantém as formações apenas no campo social. Criando assim, uma ilusão da realidade. “O desenvolvimento do conhecimento científico é poderoso meio de detecção dos erros e de lutas contra as ilusões [...] A educação deve dedicar-se, por conseguinte, a identificação da origem dos erros, ilusões e cegueiras” (MORIN, 2011, p.20).

O texto abaixo é atribuído a Bertolt Brecht pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço, North Americans in Solidarity with the People of Brazil (BRECHT, 1988). Sendo uma reflexão sobre o papel político do ser humano na sociedade em que habita. Como é fundamental formar seres políticos e não apenas sociais. O texto também reflete o desejo do novo governo totalitário sobre a educação:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais (BRECHT, 1988, p.42).

A dificuldade de exercitação da cidadania é afirmada no texto de Brecht, a alienação é representada pelo medo da liberdade e da responsabilidade que isso implica. Perceber-se sujeito participante da sociedade, exige instrução. A política no sentido de formação cultural, conduz ao processo de educação, sendo algo que todas as civilizações ocidentais fizeram forçosamente, a educação para seus cidadãos como uma forma de perpetuação. A criação de instituições democráticas como as assembleias, o parlamento,

o fato de que o homem não pode viver fora da companhia de outros homens, ou não considerasse de suma importância o que se chamou posteriormente de sociedade, isso para ele não era uma característica especificamente humana que pudesse distinguir os homens dos demais animais. Formigas, abelhas, cupins, macacos têm sociedades. BARROS FREIRE, Roberto. Tese de doutorado, 2006, p.25.

conduziram a urgência da formação educacional do cidadão, para que este exercesse mais plenamente sua participação na cidade (BARROS FREIRE, 2006).

Todas as civilizações que tiveram arroubos democráticos e /ou republicanos se viram forçados a educar sua população, começando por Atenas, depois Roma , depois mais modernamente a Inglaterra no século XVI: o primeiro país a ter um parlamento moderno, será o primeiro a instituir a escolas públicas (que não eram estatais, ainda que controladas por ele) por sinal, título de origem inglesa - public school- que depois se espalhou pelo resto do mundo ocidental, fortemente influenciado pelos ideais republicanos: faz parte do republicanismo educar seus cidadãos para exercerem e desfrutarem a cidadania (BARROS FREIRE, 2006, p.42).

O ser político entende que é a vida em sociedade que o faz humano. A grande virtude humana é se ocupar do coletivo, a partir daí que o ser constrói sua dignidade. E somente existe vida humana que seja construída em vida civil, não há outra constituição (MONTAIGNE, 2002). Daí a importância na defesa de uma educação política e não apenas social. Mais do que viver em sociedade é necessário participar dela, se envolvendo com tudo que constitui uma sociedade sustentável e justa, considerando aqui o tema desta pesquisa, a educação ambiental como mecanismo de resistência frente uma sociedade capitalista, individualista, opressora, exploratória. Formar o cidadão político, pode ser o primeiro passo para a transformação.

Considerando a metodologia adotada, todo fenômeno deve ser entendido pela concepção da totalidade, propõe-se então, uma breve passagem pelo histórico educacional colonial brasileiro, buscando vestígios do pensamento anti-intelectual como ideologia de dominação, propagada até a contemporaneidade. Identificando a importância dada à formação educacional durante esse período histórico.

A história da educação no Brasil, a princípio, foi marcada pela tentativa de controle das massas e da institucionalização de uma violenta desigualdade. Encontram-se como primeiros influenciadores, os jesuítas. Sendo um colonizador cristão, a coroa portuguesa tratou rapidamente de “educar” os selvagens conquistados (mais de cinco milhões de pessoas que já viviam aqui). O principal objetivo da companhia de Jesus não era “educar”, era sim, recrutar mais fiéis e servidores para a igreja, ou seja, catequizar, perspectiva relatada pelo historiador Bueno no Fórum da Liberdade do ano de 2004. Para o historiador, a função primeira em terras selvagens era tornar os índios, “povos das florestas” em seres dóceis e submissos, adaptando-os aos serviços braçais, concepção logo abandonada, pois, ao contrário do que muitos historiadores relatam, houve muita “resistência” por parte dos habitantes originários. Habitados a pescar, plantar e colher

apenas o que era necessário para sua subsistência, não compreendiam a necessidade do “branco” de destruir para acumular cada vez mais. Os Jesuítas compreenderam logo que seria difícil domar os “animais”, passaram então, a dedicar-se a educação de elites, assim mantinham as contribuições generosas, como também a formação de futuros sacerdotes (BUENO, 2004).

Esse contexto foi fundamentado pela Bula *Dum Diversas*, emitida pelo Papa Nicolau V no ano de 1452. Esse documento legitima a luta contra os “infiéis”, permitindo sua captura e escravidão.

Nós vos concedemos pleno e livre poder, por meio da autoridade apostólica por este édito, para invadir, conquistar, combater, subjugar os sarracenos e pagãos, outros infiéis e outros inimigos de Cristo, e onde quer que estejam estabelecidos seus Reinos, Ducados, Palácios Reais, Principados e outros domínios, terras, lugares, propriedades, acampamentos e quaisquer outras possessões, bens móveis e imóveis encontrados em todos esses lugares e mantidos em qualquer nome e possuídos pelos mesmos sarracenos, pagãos, infiéis e inimigos de Cristo, reinos, ducados, palácios reais, principados e outros domínios, terras, lugares, propriedades, acampamentos, possessões do rei ou príncipe ou dos reis ou príncipes, e conduzir esses povos em escravidão perpétua e aplicar e apropriar domínios, ducados, palácios reais, principados e outros domínios, bens e bens deste tipo para você e seu uso e seus sucessores os Reis de Portugal (SUESS, 1992, p.225).

Ao utilizar o termo “outros infiéis ou outros inimigos”, a igreja abre precedente para qualquer um que se oponha ao cristianismo, indígenas, povos originários e os negros, que para a bula, nem poderiam ser catequizados, estes estavam condenados à escravidão perpétua.

Portanto, o desejo português de conquistar e submeter à escravidão sarracenos e pagãos (isto é, negros) e demais infiéis e inimigos de Cristo nas terras além-Bojador só foi oficialmente autorizado por Roma em 1452, justamente com a bula *Dum Diversas* (SAUNDERS, 1982, p. 65).

Por obra da companhia de Jesus, o Brasil permaneceu por muito tempo com uma educação voltada para formação da elite dirigente. Esse modelo de educação sobreviveu todo o período colonial, imperial, como também o republicano. A influência era tamanha que, durante o período colonial a posição social do indivíduo era medida pela quantidade de terras, números de escravos, títulos concedidos pelos colégios católicos. Esse modelo de educação sobreviveu, porque reforçava o sistema sócio-político econômico da época (BUENO, 2004).

Historicamente temos reproduzido ao longo do tempo o desejo de perpetuar a ignorância. Para Bueno (2004), a coroa Portuguesa através dos Jesuítas, reproduzia a ideia de que livros não poderiam dar em “coisas boas” e estudar não era uma “boa ideia”, a proposta não era necessariamente uma educação formal, mas, a catequização, ou seja, dominar, controlar. O primeiro colégio jesuíta foi fundado em 1549, lembrando que este a princípio, era um colégio para indígenas, ou seja, com o objetivo de catequizar. Nessa mesma época, a Holanda possuía quatro mil colégios espalhados pelo país, Portugal onze, todos Jesuítas. Instituiu-se a primeira universidade no Brasil por volta de 1830, oitocentos anos depois da fundação da primeira universidade no mundo em Bolonha, na Itália, nesse pequeno percurso pode-se observar qual a importância dada à educação no país (BUENO, 2004).

Com a ação do Marquês de Pombal expulsando os jesuítas, passamos por várias reformas educacionais, das aulas régias em 1759, mantendo o modelo jesuíta, logo depois vieram todos os atos institucionais, observa-se então, um longo período que se mantém a aliança entre o modelo educacional e o econômico político, até a chegada do século XX e todas as tendências, libertárias progressistas, críticas (BUENO, 2004).

Assustadoramente, depois de tantos séculos passados, vê-se presente no modelo de educação atual resquícios da influência jesuítica. Considerando o fato de termos sido colônia, é preciso entender em qual perspectiva de construção de conhecimento estamos inseridos. Para Quijano (2005):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e euro centrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa (QUIJANO, 2005, p.11).

O povo brasileiro então é formado. Para Darcy Ribeiro (1995) o povo brasileiro é formado por uma Ninguéndice! Fruto do estupro, da invasão, genocídio, doutrinação. Ninguéndice! O país formou-se a partir da domesticação dos corpos, depois do intelecto. Na imposição da cultura colonizadora se intensifica o apagamento da cultura originária. Primeiro a colonização Portuguesa, Espanhola, Francesa. A domesticação capitalista, euro centrada, como citado por Quijano à cima. Atualmente a colonização do pensamento

é imposta pela cultura estadunidense, com estereótipos que afetam as condições sociais, culturais, econômicas e políticas do país.

Compreendendo o contexto histórico educacional do país, fica fácil entender como em pleno século XXI a formação educacional, assim como, as instituições formadoras não são tratadas com a devida importância pelo poder público, e de certa maneira, uma considerável parcela da população alienada não consegue reagir diante do descaso e desmonte da educação pública no país. Os ataques diretos às instituições de ensino é uma característica significativa do Anti-intelectualismo, pois, a educação ou a falta dela é ferramenta de controle. O Censo Escolar de 2019, evidencia o tamanho do descaso com a educação no país, é o que afirma o presidente da comissão de Educação, Dário Berger:

O Censo Escolar de 2019 é a prova inequívoca do quanto precisamos elevar nossos investimentos em educação. Segundo o Censo, o Brasil possui 180 mil escolas, das quais 140 mil são da rede pública, o que demonstra a importância do setor público na educação brasileira. Dessas 140 mil escolas há: 17 mil que não possuem banheiros dentro do prédio escolar; 7 mil que não possuem ligações de energia elétrica; 97 mil, portanto, mais da metade das escolas brasileiras, que não possuem biblioteca; 95 mil, também mais da metade das escolas brasileiras, que não possuem quadras de esportes; e 85 mil escolas que não possuem laboratório de informática. Portanto, o novo Fundeb, com mais participação da União e uma revisão da distribuição dos recursos, pode amenizar esse quadro desolador (BERGER, 2019, p.1).

Hofstadter (1963), ao apresentar as características do Anti-intelectualismo nos Estados Unidos no que se refere a educação, cita o discurso do presidente Manning, o presidente quem criara as escolas elementares para os pobres e os colégios aos ricos. No mesmo período em que foi acusado de desvios dos recursos para os colégios dos ricos. Em seu posicionamento sobre o papel do professor, ele afirma: “O professor deveria tornar-se, como de fato ocorreu na América, um trabalhador alugado e barato, de condição social bastante inferior” (HOFSTADTER, 1963, p.191). Próprio de governos autoritários e anti-intelectuais desvalorizar o profissional da educação, pois eles sabem que é por meio da educação que a população se torna crítica e militante, ou seja, se politiza, conceitos que não os interessa na condição de exploradores.

Concebendo a metodologia adotada na pesquisa, toda a teoria crítica, essa que deveria ter sido desenvolvida no modelo de educação brasileiro desde o início, segundo Marx, é entendida partindo da compreensão da natureza do mercado capitalista, sendo o “capitalismo uma forma histórica que se caracteriza por organizar toda a vida material em

torno do mercado” (NOBRE, 2004, p.25). Na lógica capitalista o aumento de produção, o controle dos fenômenos naturais, o desenvolvimento tecnológico na área do transporte, de infraestruturas que atendam o aumento do lucro de uns poucos detentores das riquezas, é fundamental (NOBRE, 2004). Diante dessa realidade, aos desprovidos de riquezas resta vender o que possuem, a força de trabalho. O valor desse bem é entendido na citação de Hofstadter acima, quando relata que tipo de tratamento deveria receber um professor. Daí a importância de se compreender o que se pretendia a teoria crítica da escola de Frankfurt e sua oposição à teoria tradicional. Para Marcos Nobre, a teoria tradicional se define como:

A atitude crítica. Segundo Horkheimer, a perspectiva tradicional de teoria, pretendendo simplesmente explicar o funcionamento da sociedade, termina por adaptar o pensamento à realidade. Em nome de uma pretensa neutralidade da descrição, a Teoria Tradicional resigna-se à forma histórica presente da dominação. Em uma sociedade dividida em classes, a concepção tradicional acaba por justificar essa divisão como necessária (NOBRE, 2004, p.38).

Para o estudioso, nas diferenças da Teoria Tradicional encontram-se discussões entre o conhecer e agir, teoria e prática. Nesse percurso a teoria tradicional desconsidera do seu campo de reflexão as condicionantes históricas, deixando de considerar que o conhecimento produzido é historicamente determinado, justificando a forma presente de dominação, sendo a exploração das classes menos favorecidas necessárias a manutenção do mercado. Contrariamente à teoria tradicional, surge a Teoria Crítica, que afirma a necessidade de se considerar o caráter histórico do conhecimento produzido, sendo a produção de mercadoria o ponto central que estrutura a sociedade. Discute-se a própria realidade das condições sociais capitalistas, sendo sua fonte de orientação a emancipação e não a dominação (NOBRE, 2004, p.40).

Nesse sentido, a Teoria Crítica irá interpretar todas as rígidas distinções em que se baseia a Teoria Tradicional (como "conhecer", "agir", "ciência", "valor" e tantas outras) como indícios da incapacidade da concepção tradicional de compreender a realidade social em seu todo. O método tradicional, ao tomar essas decisões como dadas e não como produtos históricos de uma formação social, não é capaz de explicar satisfatoriamente por que elas seriam, afinal, necessárias. A Teoria Crítica, ao contrário, mostra que tais divisões rígidas são características de uma sociedade dividida, ainda não emancipada (NOBRE, 2004, p.41).

A educação brasileira também tem cumprido ao longo do tempo seu papel de reprodutora do sistema capitalista, porém, é também através dela, que se combate o Anti-

intelectualismo, que se apresenta como um fenômeno que serve apenas uma classe social, a dominante. À luz da Teoria Crítica, aporte metodológico desta pesquisa, se apresenta uma sociedade ainda dividida em classes, em uma relação de exploradores e explorados. Considerando o percurso histórico da educação no Brasil, pode-se afirmar que todas as transformações ocorridas não foram suficientes para a emancipação como pretendida na Teoria Crítica, porém, isso não quer dizer que elas não foram importantes. A educação sozinha não pode efetuar mudanças, se faz necessário um conjunto de ações políticas, sociais. Mas, é necessário afirmar que, a possibilidade de transformação da realidade social não se faz sem ela.

Da disseminação do pensamento anti-intelectual no país, contrapondo a teoria crítica de emancipação, desde sua posse, o presidente da República atual e sua equipe têm evidenciado seus objetivos sobre a educação brasileira, pois como afirma Tílburi (2016, p.1) “O lugar do saber é um lugar de poder”. E para um governo autoritário, saber, pode ser perigoso. A desqualificação do ensino público tem se mostrado uma estratégia política para justificação de práticas neoliberais, como a privatização. Para servir ao “mercado” e para a manutenção do poder, se faz necessário colocar a população em um estado de não criticidade e alienação, sendo as universidades públicas as maiores fomentadoras do pensamento crítico, porém, não únicas, são as mais atacadas.

Para Rede Brasil Atual, Ricardo Vélez Rodrigues, primeiro ministro da educação do governo atual, afirma que: “universidade não seria para todos, apenas para uma elite intelectual” (MINISTRO..., 2019, p.10). O que necessariamente ainda é uma realidade no país, mesmo com a lei de cotas, o trabalhador ainda precisa fazer um esforço sobre humano para entrar e permanecer na universidade. Considerando que no país com índice de desigualdade elevado, é exigido que um trabalhador continue trabalhando enquanto estuda. Dados do IBGE do ano de 2018 revelam que a desigualdade no Brasil aumentou consideravelmente, 1% da população detém quase 30% da renda no país, ainda, os 5% mais ricos da população recebem por mês o mesmo que os 95% juntos. Demonstrando o abismo social e a luta de classes no âmbito educacional (PIRES, 2018).

Na lógica da desigualdade social educacional, soma-se aos dados do IBGE, os inscritos do ENEM 2019, foram quase cinco milhões de inscritos para quase trezentas mil vagas em universidades públicas (MEC, 2019). Este é o retrato do descaso a formação educacional da população, intencionalmente programada para não criticidade e sim, mão de obra explorável, e barata.

Está na moda um Anti-intelectualismo horrendo, alimentado pela falsa noção de que a democracia significa que a minha ignorância é tão boa quanto o seu conhecimento, segundo dizia o escritor Isaac Asimov (...), mas os novos pesquisadores do Brasil não querem Marx. Acham que o contato com a obra dele transformaria qualquer estudante em marxista convicto. Acreditam que o próprio saber é nocivo- igual aos inquisidores. E, como bons inquisidores, exortam à denúncia de mestres e professores. A obra 1984, de George Orwell, está se tornando realidade no Brasil em 2018 (...) é exatamente esse o problema: A ignorância de hoje conta mais que o conhecimento (LICHTERBECK, 2018, p.1).

O primeiro ministro da educação do país em poucos meses foi exonerado, e Abraham Weintraub foi nomeado em seu lugar, e como primeira medida de sua gestão, anunciou a retenção de 30% das verbas destinadas a três grandes universidades, UNB, UFF e UFBA, com argumento de que as instituições eram promovedoras de “balbúrdias”, logo em seguida, a medida foi estendida a todas as universidades do país (SALDAÑA, 2019). Definindo “balbúrdia”, como: minar a credibilidade das universidades, impondo uma característica do Anti-intelectualismo que é a doutrinação do governo, pois, além de ajuizar moralmente sem provas, o mesmo ministro definiu que filmar o professor era um direito do estudante, em uma verdadeira “caça às bruxas”, no caso, aos professores (BASÍLIO, 2019). Os cortes das bolsas científicas nas universidades, foi a nova decisão do ministério da educação, desmontando a pesquisa brasileira e restringindo o campo de pesquisa apenas aos mais ricos (JUCÁ, 2019).

O projeto antidemocrático que naturaliza e justifica a distribuição das pessoas segundo status desiguais – expressão explícita do conservadorismo brasileiro- costuma recusar o debate intelectual quando este se aplica à busca de superação das desigualdades. Tendências anti-intelectuais deste tipo têm aparecido, por exemplo nos ataques feitos às ciências humanas, tidas como inúteis, e à universidade pública em geral, por esta abrigar pesquisas que questionam a reprodução da sociedade tal como ela é (ACSELRAD, 2018, p.1).

A apologia à ignorância vem se espalhando como um vírus ideológico que coloca a população envolta em um discurso escravista, onde se deve escolher entre ter “emprego ou direitos”, sendo esse comentário, fala do ainda candidato à presidência da república Jair Bolsonaro em 2018, se referindo as possíveis reformas trabalhistas, momento em que o mesmo afirma ter sido o único deputado a ter votado contra a PEC (Projeto de Emenda à Constituição) das domésticas, para o então candidato: “muitas mulheres perderam os empregos por excesso de direitos” (FURNO, 2018). Outra característica do Anti-intelectualismo é a indução das mulheres a condição de subalternidade, em detrimento da

superioridade masculina, hetero patriarcal, atitude justificada pela religião judaico cristã. Também como arroubo anti-intelectual, tramitou no Congresso Federal um projeto de lei que poderia impedir que a escola fosse um local de criticidade, o “escola sem partido”, a apologia à ignorância, o estímulo a delação de professores que segundo o relator praticam “doutrinação política nas escolas”, o projeto poderia eliminar toda e qualquer objeção ao modelo governamental estabelecido, pois, impedia que o professor questionasse ou ao menos discutisse política em sala de aula. Com elementos totalitários, o projeto era uma afronta à democracia, alienando ainda mais uma população já domesticada. O Supremo Tribunal Federal (STF) o julgou inconstitucional (GUILHERME; PICOLLI, 2018).

No item “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, o movimento defende que “é fundamental que as escolas adotem medidas concretas para assegurar a diversidade de perspectivas ideológicas nos seus respectivos corpos docentes”. Tal encaminhamento afronta, no caso das escolas públicas, o princípio da impessoalidade na administração pública presente no caput do art. 37 da Constituição Federal. Esse princípio garante que as opções políticas, ideológicas, sexuais e religiosas do servidor público ou do aspirante a servidor não serão levadas em consideração no processo seletivo e não serão critério de discriminação para progressão. Se considerada a pertinência do que defende o movimento, as opções político-ideológicas se tornarão critério de ingresso no serviço público, ou seja, reinará o princípio da pessoalidade, marca de sociedades não democráticas. Em outras palavras, o discurso da abolição da ideologia está a serviço de uma perspectiva ideológica, antidemocrática e pessoalista (GUILHERME; PICOLLI, 2018, p.1).

Nos Estados Unidos, onde os “pais fundadores” foram intelectuais, tiveram suas bases abaladas por alguns meios políticos que consideraram as habilidades intelectuais danosas para a atividade política. A desqualificação do pensamento crítico como forma de manutenção do poder (ACSELRAD, 2018). Para o pensador citado, no Brasil atual a luta pela desqualificação dos espaços de ensino, em especial as universidades públicas, é a representação explícita do Anti-intelectualismo, um mecanismo político que legitima a desigualdade, tratando o trabalho intelectual que na maioria das vezes expõe dados que contradizem os métodos governistas, com descrédito, colocando estudos aprofundados, em igualdade com notícias e informações em redes sociais.

Na desqualificação dos espaços de ensino o Ministro da educação Weintraub, foi incisivo. Depois dos cortes nas bolsas científicas, dos ataques às universidades, surgiram os erros na correção do Exame Nacional do ensino médio (ENEM). Em fevereiro do ano de 2020, o Ministro foi convidado a dar explicações sobre os erros na correção das provas

do ENEM, assim, como às questões relacionadas ao ministério e o fim do FUNDEB¹⁶ (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Sessão no Senado de iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Humberto Costa. O Senador Contarato exemplifica o retrato da administração do Ministério e o descaso com a educação, com a perda do prazo para empenho da verba atribuída ao Ministério, em um país com o cenário educacional deficitário (SENADO FEDERAL, 2020).

No MEC houve o empossamento de 4,3 bilhões de dinheiro. O que é esse empossamento? O dinheiro foi alocado ali, está liberado, mas o Ministério não consegue gastar. Aí, eu fico pensando: meus Deus, apenas 27,3% das escolas de ensino fundamental contam com biblioteca; apenas 37,2% contam com quadras de esporte; apenas 8,1% com laboratórios de ciências; e o MEC não gastou 4,3 bilhões! E não para esse prejuízo não fica aqui, Sras. e Srs. Senadores, porque o orçamento do ano de 2020 é com base com o que você gastou no ano anterior. Então, neste ano, na educação, já foram cortados R\$10 bilhões. Mas todos têm direito à educação pública de qualidade, essa é uma garantia constitucional prevista no art. 6º. Então, está aqui: corte de bolsas de pesquisa de ensino superior, 21%, aproximadamente 600 milhões; a pasta comandada por V. Sa. deixou de utilizar R\$1 bilhão de recursos recuperados pela Lava Jato; o MEC descontinuou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e atrasa repasse no Programa Mais Alfabetização (SENADO FEDERAL, 2020, p.1).

A má gestão tem agravado ainda mais o desenvolvimento da pesquisa no país. Depois do histórico de descaso com a educação brasileira, em erros na correção do último ENEM, casos de racismo contra a China, de sabatinas no senado por não utilizar as verbas para a educação em tempo hábil, o então Ministro Weintraub, em uma reunião ministerial, sugere mandar prender os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em defesa do então Presidente (WEINTRAUB..., 2020). Depois do mal estar da reunião que foi exposta em rede nacional, o ministro precisou ser demitido, e recebeu como prêmio, um emprego no Banco Central, com um salário sem incidência de impostos de mais cem mil reais mensais (AMADO, 2020).

O governo estabelecido nega o pensamento crítico, sucateia instituições públicas e descredibiliza a ciência. Marx, Paulo Freire, ou qualquer um que estimule a população a pensar são colocados na posição de algozes. Em dezembro de 2019, o então presidente do Brasil, afirma que Paulo Freire era um “energúmeno”, o patrono da educação no Brasil

¹⁶ Hoje o Fundeb corresponde a 63% do financiamento de toda educação básica do País, mas a legislação atual extingue o fundo em 2020. O fundo é composto por uma cesta de recursos de estados e municípios, que inclui impostos e transferências recebidas. E, desde 2010, a União entra com 10% do valor do fundo, dinheiro que é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.
Fonte: Agência Câmara de Notícias

desde 2012, revolucionou a pedagogia do país, pensando uma escola democrática, possui vinte e nove títulos de “doutor honoris causa,” concedido por universidades europeias e da América (MAZUI, 2019). A perspectiva crítica, a formação política, a autonomia, incomodam governos autoritários. “Nunca antes nosso futuro foi mais imprevisível, nunca dependemos tanto de forças políticas que podem a qualquer instante fugir às regras do bom senso e do interesse próprio” (ARENDRT, 1989, p.11). Lewis (2017) afirma a importância do espírito livre, inquisitivo e crítico:

Cada vez mais, conforme penso na história, fico convencido de que tudo que vale a pena no mundo foi conquistado pelo espírito livre, inquisitivo, crítico, e que a preservação desse espírito é mais importante do que qualquer sistema social, seja ele qual for. Mas os homens de ritual e os homens de barbárie são capazes de calar os homens de ciência e silenciá-los para sempre (p.383).

Outra característica do Anti-intelectualismo é o populismo. Fazendo seu apelo junto ao povo utiliza de concepções moralistas com o intuito de manipular. O descrédito ao representante político é estimulado, criando uma antipatia as questões políticas, assim como, uma dicotomia entre os cidadãos moralmente puros e um outro grupo corrupto e imoral, geralmente esse segundo grupo é composto por uma elite intelectual, o que torna muito compreensivo que no imaginário populista o intelectual seja um inimigo (NARITA; MORELOCK, 2018).

A ascensão do populismo da extrema direita nos Estados Unidos distende a polarização social ao alimentar o preconceito, estigmatizar as diferenças e apoiar assertivas autocráticas a respeito de procedimentos institucionais. No terreno social, o ímpeto populista dissemina violência simbólica e pulveriza ecos autoritários – ou seja, como uma micro- política, o populismo penetra nos interstícios da socialização, e governa afetos por meio de radicalização, da polarização de práticas sociais e da segmentarização da população (NARITA; MORELOCK, 2018, p.1).

Durante um discurso no parlamento no ano de 2020, Donald Trump, presidente norte americano utiliza do populismo como manobra política, evidenciando a polarização, o preconceito, a moral religiosa, a violência simbólica disseminada por um discurso autoritário:

Reiterou sua promessa de retirar as tropas do Iraque, disse que em um ano teria construído até 800 quilômetros do polêmico muro na fronteira com o México, e bateu no peito pela morte do poderoso general iraniano Qasem Soleimani num ataque com drones. Também acusou as cidades-santuários (as que evitam perseguir os imigrantes irregulares que não cometeram crimes) de favorecer a

delinquência e aproveitou para atacar os programas dos pré-candidatos democratas, acusando-os de pretenderem “dar saúde grátis” aos estrangeiros sem documentos. Trump, o presidente que chegou à Casa Branca após anos como apresentador de reality shows, proporcionou momentos de puro entretenimento televisivo. Como quando surpreendeu a esposa e os dois filhos do sargento Townsend Williams com o retorno do militar para seu lar, após sete meses de missão no Afeganistão. Ou quando Melania Trump entregou de forma inesperada a medalha presidencial da liberdade ao radialista conservador Rush Limbaugh, que tem câncer (MARS, 2020, p.1).

Na atual conjuntura brasileira a característica do populismo é identificada. No dia dois de janeiro de 2019, em seu discurso de posse, o atual presidente declarou: “O país começava a se livrar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo e do politicamente correto” (CONFIRA..., 2019, p.1). O que se observou desde então, foi uma mobilização popular dos eleitores do presidente em campanhas contra o socialismo, termo pouco ou quase nada compreendido. Campanhas que utilizam o apelo aos valores morais, ampliando as polarizações: “cidadãos de bem” e os “degenerados”. Conceitos fomentados em redes sociais, que deram vez e voz a ignorância, ao conservadorismo e a violência.

O lugar do saber é um lugar de poder que é interessante para muitos. Se podemos falar em “coronelismo intelectual” como um uso elitista do conhecimento, e de “ignorância populista”, como um uso elitista da ignorância, como duas formas de exercer o poder manipulando o campo do saber, podemos falar também de um ódio à inteligência, do seu apagamento (TIBURI; CASARA, 2016, p.1).

Hannah Arendt (1989), afirma que, a propaganda totalitária e o terror são faces da mesma moeda que podem ser substituídos pela doutrinação. Em um momento no país, em que a massa participa ativamente das redes sociais, sendo na maioria das vezes, único meio de informação, tornando-a, uma influência significativa no processo de doutrinação.

Somente a rale e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo, as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda. Sob um governo constitucional e havendo liberdade de opinião, os movimentos totalitários que lutam pelo poder podem usar o terror somente até certo ponto e, como qualquer outro partido, necessitam granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público que ainda não está rigorosamente isolado de todas as outras fontes de informação. Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Quando o totalitarismo detém o poder absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias (ARENDR, 1989, p.390).

Quanto ao papel da mídia, ela também cumpre seu papel de denúncia, os mais renomados jornais do mundo noticiaram a quantidade de vezes que Donald Trump mentiu

em campanha para a presidência dos Estados Unidos, assim como denunciaram as “fake News” ou notícias falsas, contra seus adversários (AGUILAR, 2019).

No Brasil, não foi diferente, o atual presidente também foi acusado de utilizar em campanha notícias falsas para mobilizar e manipular a população (BENITES, 2018). Quanto ao terror durante e após as eleições, os discursos de ódio foram desferidos contra quilombolas, LGBTQI+, cientistas, povos originários e mulheres (FRASES..., 2018). O advento da internet, o surgimento das redes sociais e dos canais independentes, que inicialmente deram voz a discursos autoritários e que encontrou respaldo em uma parte significativa da população que elegeu o governo que aí está. Nessa circunstância, a mídia cumpriu seu papel de manipulação das massas.

Quando vídeos com notícias falsas, são compartilhados na internet e são “viralizados” em pleno período eleitoral, percebe-se o tamanho da influência que a mídia exerce sobre uma massa desinformada pronta a acreditar, importante ressaltar que essa mesma mídia também cumpre o papel de informar. O jornal El País denunciou as notícias falsas que podem ter ajudado na eleição do atual presidente (BENITES, 2019, p.1).

Quando parte significativa da população não reage a fala de um representante político, exaltando um torturador como Ustra, que se destacou no período de ditadura brasileira pelos métodos cruéis de tortura (MAZUI, 2019), só pode ser, porque já foram convencidos de que esse período de ditadura no Brasil não aconteceu, e se aconteceu, somente pessoas “ruins” foram torturadas, pressupondo que existe um determinado grupo de pessoas aos quais se é permitido torturar. Ou quando não há reação, senão gritos de euforia ao ouvir um candidato a presidência da república esbravejar em um palanque no Acre que: “iria metralhar toda a petralhada”, uma referência aos adeptos ao partido dos trabalhadores (CAMPANHA..., 2018). Ou até mesmo, quando se vê um deputado federal ameaçar a população com um novo AI 5, “Ato institucional número cinco”, um decreto editado, concedendo ao presidente poderes quase ilimitados, como até o fechamento do congresso, feito realizado pelo governo militar em 1968. Depois de quase cinquenta anos a população é ameaçada novamente por um ministro do governo e um deputado federal (PAULO..., 2019). Para Umberto Eco (2015): “As redes sociais concederam o direito a palavra a uma legião de imbecis, que antes falavam apenas num bar, depois de uma taça de vinho sem causar dano à coletividade” (ECO, 2015, p.1).

A racionalidade como ferramenta de conhecimento em pesquisas científicas, somente valida um dado depois de criteriosa investigação, análise e metódica avaliação,

e esse processo é desconsiderado e negado a partir da avalanche de ideias anti-intelectuais disseminadas como “conhecimento”, como verdade pelas redes sociais, infere-se então, que o fenômeno do Anti-intelectualismo alcançou seu objetivo, até mesmo em populações supostamente instruídas.

A reportagem veiculada no dia nove de abril do ano de 2019, reporta um surto de sarampo identificado em uma comunidade judaico ortodoxa no Brooklyn em New York. Os governantes emitiram estado de emergência, exigindo que os moradores não vacinados tomassem a vacina ou pagassem uma multa, o prefeito e os profissionais da saúde culpavam as desinformações espalhadas por críticos da vacina na internet (ALLEN; CHERILUS, 2019).

Não é possível acreditar que tal população esteja alheia e totalmente insensível aos fatos e dados científicos, se não, manipuladas através de meios de comunicação e por valores morais, que exigem que pessoas pensem e ajam de forma padronizada e todos que fogem desse modelo, estão condenados ao isolamento. Assim, também, como enganadas, com discursos patrióticos, enquanto o país é vendido ao capital estrangeiro ou ludibriadas por reformas que retiram os direitos adquiridos constitucionalmente.

Quando o princípio fundamental em Sócrates, filósofo ateniense de que: “uma vida irrefletida não vale a pena ser vivida” (ZIEGELMAIER, 2011), não é compreendido, no que diz respeito a importância da democracia, todos são penalizados. É necessária a reflexão, especialmente sobre a vida em sociedade, caso contrário, direitos podem ser retirados em nome da manutenção de um governo opressor, a exploração do proletariado pode ser estimulada em nome do “patriotismo”, a população pode fazer sacrifícios para “salvar o país”, sendo coniventes com as retiradas de direitos através da reforma da previdência e a administrativa, agrotóxicos nocivos podem ser liberados em nome da monocultura produtora de commodities. Cidadãos podem ser perseguidos e violentados por não se adequarem ao padrão imposto. Instituições reguladoras, como a ANVISA, o INPE, IBGE, a FIOCRUZ, podem ser descredibilizadas se não seguem os princípios ideológicos do governo. A apatia é identificada em boa parte da população, comportamento esperado por governos autoritários, que negam o pensamento crítico e enaltece a obediência servil. Uma das características do pensamento anti-intelectual, a obediência cega, decorrente da estrutura religiosa do pensamento.

O apelo aos valores morais religiosos foi um dos fatores relevantes na ascensão da extrema direita no país, em um momento de crise econômica, denúncias de corrupção

e descrédito aos governantes, disseminando ódio. Os discursos autoritários, moralistas, negacionistas, ganham a confiança da população, que imersa na necessidade de manter a condição material da vida e impregnada de um moralismo cristão, espera angustiada por um “messias”.

Em meio à onda anti-intelectualista, não causa surpresa que a lógica do pensamento passa a trabalhar com categorias pré-modernas como o “messianismo” e a “peste”. O messianismo identifica-se com a construção de heróis e salvadores da pátria (seres diferenciados, bravos e destemidos, mas que não são necessariamente cultos ou inteligentes, nem corajosos, mas usam uma performance política em que gritar e esbravejar provocam efeitos populistas). A lógica da peste identifica cada um dos problemas brasileiros como um mal indeterminado, em sua extensão, em suas formas e em suas causas, mas tangível e mortal, contra o qual só Deus ou pessoas iluminadas podem resolver. Só há messianismo e peste, fenômenos típicos de um conservadorismo carente de reflexão, onde desaparece o saber e a educação (TIBURI; CASARA, 2016, p.1).

A moral religiosa usada como manipulação da população não é privilégio apenas do Brasil, no auge dos movimentos fundamentalistas nos Estados Unidos de 1920, surgem discursos morais religiosos, onde o ataque direto a busca da inteligência conduz muitos a alienação, a uma vida com tutores, sem autonomia. Vida com ideologias religiosamente hegemônicas, preconceituosas, opressoras, especialmente com mulheres, homossexuais, lésbicas, travestis, negros, indígenas, ou seja, todos aqueles que não se submetem ao modelo judaico cristão (HOFSTADTER, 1963). John Cotton, líder do puritanismo no ano de 1642, quando os Estados Unidos ainda era uma simples colônia, afirma que:

Quanto mais instruído e engenhoso sejas, mas pronto a agir por satanáas serás... Livra-te da paixão insensata... Pela sabedoria dos Jesuítas, pela glória do Episcopado e pela magnífica situação dos Prelados. Digo-te que não te iluda com essas pompas e ostentações vazias, essas agradáveis imagens de uma condição vantajosa diante dos olhos da carne e do sangue, não te deixe levar pelos aplausos dessas pessoas (HOFSTADTER, 1963, p.58).

A população brasileira é constituída de uma estrutura religiosa do pensamento, ou seja, a ideia de Deus, um ser transcendente, soberano, que não deve ser questionado. Diante dessa realidade tudo que contrarie essa estrutura será negado, sem questionamento. As desavenças entre ciência e religião são antigas, a questão é a manipulação dessas diferenças como estratégia política. Em abril de 2019, o então presidente da República, postou um vídeo em uma rede social, em que um pastor afirmava que ele, o presidente, foi chamado por Deus (CALDAS, 2019). Em junho do mesmo ano, o mesmo afirma em entrevista para o jornal La Nación, que: “Tenho uma missão de Deus, vejo dessa maneira”

(TENHO..., 2019, p.1). No imaginário popular, o povo cristão, “cidadão de bem”, estava representado, e, nada, nem ninguém, pode questionar alguém que foi enviado por Deus.

Que poder é esse capaz de tornar um povo servo de um só tirano? Seguramente esse poder vem do próprio povo, que prefere sentir-se seguro sob a tirania e trocar sua liberdade pela sensação de segurança. Essa aparente unidade, confundida com uniformidade, não tolera a diversidade. Assim, a hostilidade aos princípios democráticos é marca essencial do sistema totalitário [...] (MEIER, 2014, p.361).

Como representação desse pensamento, se apresenta a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos humanos, Damares Alves, segundo o Jornal Estadão, veiculado em nove de janeiro de 2019, ela questionou o ensino da teoria da evolução nas escolas, em entrevista, disse: “ a igreja evangélica perdeu espaço na ciência, quando deixou a teoria da evolução entrar nas escolas” (HOLANDA, 2019, p.1), somando a essa declaração polêmica do papel que a igreja supostamente deve exercer no ensino da população que é constitucionalmente laica, ela afirma: “agora no Brasil, menino veste azul, menina veste rosa”, explicitando outro ideário religioso (PAINS, 2019). Ainda em janeiro de 2020, a mesma ministra, reconhece a abstinência sexual como política pública. A abstinência seria ensinada como método contraceptivo (SASSINE, 2020).

As afirmações de Damares Alves refletem a condição da moral religiosa como ideologia vigente do governo atual. Oportunizando a discussão sobre como acontece a definição binária macho e fêmea conforme o conhecimento metafísico religioso, nesse contexto evidenciando claramente a negação dos que fogem a esse padrão, como é o caso dos LGBTQI+. A imposição da heteronormatividade, fomenta a discussão feita por Judith Butler, filósofa Norte Americana, com a teoria da performatividade de gênero considera a condição social de formação de gênero, ou seja, “Não se nasce mulher, se torna mulher”, como afirmou Simone de Beauvoir. Nesse embate é preciso considerar a condição da mulher e dos LGBTQI+, no contexto hetero patriarcal religioso e conservador, onde a opressão, a estereotipação dos gêneros e a violência são realidades, especialmente neste momento histórico do país. Butler busca contribuir para uma reflexão de liberdade de gênero, onde todos tenham a possibilidade de uma vida mais “vivível”, com alegria e dignidade, ela ressalta que o ser poderia usufruir mais plenamente de sua sexualidade quando superada a questão de gênero e todos fossem vistos como apenas seres humanos. O papel das instituições sociais em uma democracia deveria fomentar esta possibilidade e não privilegiar apenas um segmento (FRATESCHI, 2019).

O pensamento cristão da década de cinquenta nos Estados Unidos afirmava que: “O culto da inteligência é o grande pecado do mundo intelectual. Somente o coração que é o terreno da religião, pode disciplinar as coisas da inteligência de modo que elas ajam para o bem” (HOFSTADTER, 1963, p.160). Negam e desacreditam todas as pesquisas sistematicamente realizadas em diferentes áreas, em nome de um “deus” metafísico como estratégia política de manipulação.

A negação de conceitos científicos pela religião é um feito antigo, a indiferença pela intelectualidade também está carregada de obscurantismos e preconceitos. Quanto ao fenômeno do Anti-intelectualismo, o ódio propagado é sempre a todos que ameassem a estabilidade, o controle, o poder. Uma população instruída é uma população perigosa para um modelo de governo, autoritário, patriarcal. Na intencionalidade da manipulação, valores morais são usados como justificativas para falas e ações violentas e autoritárias, estereotipando todos que divergem de suas ideologias, hoje rotulados de comunistas. Nova versão para hereges, antigo método de manipulação. O pensamento religioso como instrumento de manipulação. Os púlpitos utilizados para a demonização ou canonização de seres que habitam Brasília. O endeusamento dos “messias” que utilizam ternos Armani e sapatos ao invés de sandálias e roupas simplórias. Utilizam carros blindados e jatinhos, comem lagosta e caviar com dinheiro público ao invés de uma vida minimalista em favor do coletivo.

No Brasil atual, não se grita “herege!”, mas “comunismo!”. É a acusação com a qual se demoniza a ciência e o progresso social. A emancipação de minorias e grupos menos favorecidos: Comunismo! A liberdade artística: Comunismo! Direitos humanos: Comunismo! Justiça social: Comunismo! Educação sexual: Comunismo! O pensamento crítico em si: Comunismo! (LICHTERBECK, 2018, p.1).

No desejo de dominação qualquer desculpa servirá, um pseudo patriotismo, o populismo, a moral religiosa, que deve controlar todos os comportamentos. O país está sendo regido por um grupo de pessoas que condenam tudo que diverge de sua ideologia, estranhamente ao mesmo tempo que argumentam defender a democracia, não se sabe se há um plano de dominação ou se é apenas incompetência mesmo. Diante de um cenário de barbárie, parte da população segue acreditando em planos comunistas para o Brasil. Religiosos esbravejam ao discutir diversidade e justiça social. Ministro estremece, ao ter que considerar acesso à educação de qualidade para todos, administradores econômicos

lutam bravamente para desmoralizar uma crise pandêmica em nome do “desenvolvimento econômico do país”.

1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

“Dinheiro não se Come” Ailton Krenak, 2020.

Diante do que foi dito é possível afirmar que se vive no Brasil uma significativa influência do fenômeno anti-intelectual, sendo disseminado por sujeitos ressentidos com a academia, que desconsideram os resultados catastróficos que o descrédito a um tema de relevante importância como o da questão Ambiental e sua finitude, pode causar em uma população inteira. Desconsiderar a influência do ser humano no que diz respeito a Crise Climática é o anúncio de maiores catástrofes ambientais. Este subtítulo tratará de um mecanismo de resistência ao sistema exploratório e predatório que tem ocasionado a crise citada, a Educação Ambiental em uma perspectiva Crítica.

Em um discurso no Rutgers University¹⁷ comment Speech, Barack Obama, quando ainda então presidente dos Estados Unidos, compartilhou suas ideias sobre o Anti-intelectualismo. Ele afirma que a ignorância não é uma virtude, defendendo a academia, as formas de conhecimento e todo desenvolvimento científico que tem favorecido a vida da população, alertando que não se pode desdenhar os fatos. Obama utiliza a seguinte analogia para explicar a necessidade das escolas e universidades e tudo que é realizado lá: “Quando se está doente, se exige saber se a pessoa que está realizando o tratamento frequentou uma universidade de medicina, assim como quando se vai viajar de avião, verifica-se se o piloto passou pelo curso de pilotagem” (OBAMA, 2016). E ao mesmo tempo em que se exige uma formação, defendendo sua individualidade, se desdenha a fonte formadora, ao se atacar as universidades, prejudicando uma coletividade

Pode-se inferir que é na apologia à ignorância, como também na defesa do modelo de governo capitalista neoliberal que ideias anti-ecologistas, por exemplo, tem colocado em risco a existência de toda forma de vida terrestre. Quando é disseminado o pensamento de que não há Crise Climática, que agrotóxicos não causam doenças, não

¹⁷ Universidade em New Jersey EUA, onde o então presidente Barack Obama, discursou para uma turma de graduação no ano de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1CKOt161Igo> . Acesso dezembro de 2019.

contaminam o ar, terra, pessoas. Que desmatar florestas não extingirá espécies, também é disseminada a não responsabilidade do ser humano quanto à preservação e proteção da natureza, podendo acelerar o processo de extinção da humanidade.

Destrói-se a natureza para manter padrões de consumo insustentáveis. Quanto a isso, Morin (2011) esclarece:

Por todo planeta, o desmatamento e a retirada das árvores em milhares de hectares contribuem para o desequilíbrio hídrico e a desertificação das terras. Caso não sejam regulamentados, estes desmatamentos transformarão, por exemplo, as fontes tropicais do Nilo em cursos de água secos durante três quartos do ano e acabarão por secar o Amazonas (MORIN, 2011, p.41).

Leme (2015), argumenta que existe uma infinidade de projetos ligados ao meio ambiente e sustentabilidade cuja tarefa consiste em questionar o seguinte: o que nós, uma população majoritariamente urbana, temos haver com a poluição atmosférica do planeta, a poluição dos rios, mares, enchentes nas cidades, o desmatamento das florestas, apoiando o “progresso” com a expansão agrícola, assim como a desigualdade sócio ambiental, onde o Brasil é um dos campeões? Para Capra (1982):

As últimas duas Décadas de nosso século vêm registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossas vidas – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda vida no planeta (p.19).

Diante da real ameaça de auto extinção exposta pelo pesquisador no século passado, torna ainda mais urgente a discussão da educação ambiental e especialmente a denúncia de ideias negacionistas que tem sido difundida na atualidade, propagando o obscurantismo¹⁸, distorcendo décadas de pesquisa a favor da vida planetária. Opiniões como a não existência de Crise Climática, assim como a negação dos efeitos danosos da utilização dos agrotóxicos são usados como justificativa no Brasil para o afrouxamento da legislação ambiental, com a intenção de maximizar os lucros, característica do governo neoliberal estabelecido.

¹⁸ Ao longo da história humana, os governos obscurantistas são os mais autoritários e violentos. Eles prescindem da política e, portanto, do diálogo pois suas ações se dirigem ao extermínio daqueles que consideram adversários ou dos que são “diferentes” do padrão estabelecido, qualquer que seja o assunto, pelos que se consideram os “senhores do tempo e da história”. Texto do Pensar Educação. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/governo-bolsonaro-obscurantismo-que-mata/>

O professor Layrargues (2018) trata da questão da legislação ambiental no país e para isso utiliza o termo anti-ecologismo, denunciando a desregulação política que tem desconstruído décadas de avanços em políticas públicas na defesa do meio ambiente, políticas essas, que prezam pelo equilíbrio em desenvolvimento e sustentabilidade. Nessa premissa, o Anti-intelectualismo tem justificado também a prática do anti-ecologismo.

O Anti-Ecologismo é um fenômeno social que basicamente se expressa por meio de práticas discursivas, simbólicas, políticas, institucionais e inclusive criminais, que tem como propósito afetar negativamente aspectos específicos tanto o imaginário social como a prática ecologista (LAYRARGUES, 2018, p.3).

O retrato desenhado do planeta hoje é de uma crise ambiental. Fato que não pode ser ignorado no âmbito escolar, destacando a educação ambiental como fundamental no processo de formação do sujeito consciente que interfere no seu meio. Realidade discutida por Senra (2009), quando afirma a necessidade de uma educação ambiental escolarizada que seja permanente, contínua no ambiente escolar. É por meio da Educação ambiental que fenômenos como o do anti-ecologismo, citado pelo professor Layrargues, podem ser evitados, através de políticas públicas que favoreçam uma educação para a vida.

O que as políticas públicas precisam, na verdade, é de uma revolução didática, não apenas inovando e criando novas maneiras de se fazer uma Educação Ambiental Escolarizada, mas substancialmente promovendo uma transformação para que haja a apropriação de uma Educação para a Vida e para as múltiplas vidas (SENRA, 2009, p.55).

No século XIX, David Thoreau¹⁹ se negou a pagar os impostos ao seu governo que seriam destinados a financiar a guerra dos Estados Unidos contra o México, o qual considerava imoral. Foi preso. Escreveu a obra: *Desobediência Civil* (THOREAU, 1854, p.25). Para ele: “Todos os homens reconhecem o direito de revolução, isto é, o direito de recusar lealdade e de resistir ao governo, quando a sua tirania ou a sua incompetência se tornam excessivas e insuportáveis” (THOREAU, 1854, p.27).

Contemporânea do historiador Richard Hofstadter, a cientista, bióloga, escritora e ecologista, Rachel Louise Carson, desafiou o poder econômico de sua época e entendeu como Thoreau, que quando um governo é tirânico ou incompetente deve ser questionado.

¹⁹ Henry David Thoreau (1817-1862) foi um escritor norte-americano, autor da obra “*Desobediência Civil*”, uma espécie de manual do anarquismo pacífico, que influenciou Gandhi, Martin Luther King e Nelson Mandela. Disponível em: https://www.ebiografia.com/henry_david_thoreau/ Acesso em janeiro de 2020.

No ano de 1962, nos Estados Unidos, Carson escreveu o livro: *Primavera Silenciosa*, desafiando as maiores indústrias químicas do país, como o modelo patriarcal, capitalista. Foi perseguida por ser cientista, mulher e por contrariar o modelo econômico capitalista explorador e predador. Denunciou os efeitos maléficos dos pesticidas químicos para todos os sistemas naturais, especialmente o DDT, comumente utilizado em muitos países para combater pragas. Para ela: “O homem adquiriu capacidade para alterar a natureza de seu mundo” (CARSON, 1969, p.15). O movimento ambiental contemporâneo ganha mais estímulo nesse período.

Na medida em que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma sequência de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a terra que ele habita, mas também contra a vida que compartilha o globo com ele (CARSON, 1969, p.95).

“Por áreas cada vez mais amplas dos Estados Unidos, a primavera surge, sem ser anunciada pelo regresso dos pássaros; e as madrugadas se apresentam estranhamente silenciosas” (CARSON, 1969, p.113). A *Primavera Silenciosa*. O silêncio trazido pelos agrotóxicos liberados em grandes quantidades nos Estados Unidos contaminou diferentes espécies de pássaros, peixes, terra, ar e até mesmo o leite materno humano, em diferentes localidades. A pesquisa realizada foi de imediato desconsiderada, por afetar diretamente o que o mercado chama de “desenvolvimento” (CARSON, 1969).

Sob as condições agrícolas primitivas, o fazendeiro enfrentava poucos problemas relativos à insetos. Tais problemas surgiram com a intensificação da agricultura, com a entrega de imensas quilometragens quadradas a um único gênero de colheita. Este sistema preparou o terreno para aumentos explosivos de população de insetos específicos. O cultivo da terra com um único gênero de plantação não tira vantagem dos princípios pelos quais a natureza opera (CARSON, 1962, p.20).

A natureza opera pelo princípio do equilíbrio, o ser humano pelo princípio da exploração e dominação. A primeira crítica da autora é ao regime de governo estabelecido no país, o capitalismo. Os efeitos da monocultura, com a expansão agrícola, propagaram o desequilíbrio nas plantações, as pragas que eram controladas em pequenas extensões e com as diversidades de espécies cultivadas próximas umas das outras já não tem controle. Em nome do desenvolvimento econômico, populações inteiras estão sendo contaminadas, e em sua maioria desconhecem todos os riscos os quais são expostos. A Carta da Terra, uma declaração embasada em princípios éticos que primam por uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica, documento esse, proveniente da lógica dos movimentos sociais,

afirma que, o padrão de produção capitalista é o causador da destruição ambiental (MMA, BRASIL, 2000):

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando a devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção das espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológicos e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis (MMA, BRASIL, 2000, p.1).

Diante da realidade de crise ambiental, o capitalismo é revelado como causador da crise, os seus efeitos no meio ambiente comprovam. Não há como negar os impactos causados na natureza desde de que o ser humano deixou de ser parte dela, para se tornar proprietário e, é, na tentativa de denúncia e alerta que o conceito de Educação Ambiental vai se desenvolver.

Diante do percurso histórico da Educação Ambiental, ela se transmutou diversas vezes. Das diferentes nomenclaturas atendeu as classificações das tendências liberais, positivistas e Marxistas, as fontes epistemológicas da Educação (SANTANA; TEROSSI, 2015). Dessas fontes surgiram as várias tendências teóricas pedagógicas²⁰ que, também influenciaram na constituição das classificações no campo da Educação Ambiental. Na Educação Ambiental, também surgiram diferentes correntes²¹, e de cada corrente uma pluralidade de proposições pedagógicas (SAUVÉ, 2005). Nas concepções das tendências da Educação ambiental, dois caminhos se cruzam, o da educação ambiental conservadora,

²⁰ Assim, considerando as classificações existentes sobre as tendências teóricas da educação, com todos os riscos que toda e qualquer classificação pode ter, podemos verificar que as tendências “humanista” tradicional ou “humanista” moderna, segundo denominação de Saviani (1985, 1987, 2003), liberal tradicional ou liberal renovada, conforme classificação de Libâneo (1985, 1994) encontram no liberalismo a fonte epistemológica de sua sustentação. As tendências tecnicistas (Saviani: 1985, 1987, 2003; Libâneo: 1985, 1994) encontram tal fonte principalmente no positivismo e as tendências críticas: libertária, libertadora, crítico-social dos conteúdos (Libâneo: 1985, 1994) ou histórico-crítica (Saviani: 1991, 2003) encontram-na no marxismo. Também as tendências crítico-reprodutivistas, cunhadas por Saviani (2003) em sua classificação, possuem uma certa vinculação de origem também marxista.

Artigo: Educação Ambiental: tendências pedagógicas, fontes epistemológicas e a pedagogia de projetos (SANTANA; TEROSSI, 2015). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2350/1587> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

²¹ Entre as correntes que têm uma longa tradição em educação ambiental: • a corrente naturalista • a corrente conservacionista/recursista • a corrente resolutiva • a corrente sistêmica • a corrente científica • a corrente humanista • a corrente moral/ética. Entre as correntes mais recentes: • a corrente holística • a corrente biorregionalista • a corrente prática • a corrente crítica • a corrente feminista • a corrente etnográfica • a corrente da eco-educação • a corrente da sustentabilidade (SAUVÉ, 2005, p.18).

tradicional²², mais hegemônica e reprodutora da cultura dominante e outra revolucionária, a busca de uma nova cultura com um caráter crítico. Sobre esta última, Loureiro (2003), afirma:

A Educação Ambiental não tem a finalidade de reproduzir e dar sentido universal a valores de grupos dominantes, impondo condutas, mas de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida (p.10).

As tendências tradicionais, conservadoras e convencionais, estão relacionadas a transmissão não crítica, tornando o indivíduo responsável ambiental, porém, sem uma discussão histórico, social, as relações de poder são excluídas do contexto, passando a ser apenas ativismo desvinculado das questões políticas. Essa tendência é mais voltada aos interesses da classe dominante (SANTANA; TEROSSI, 2015).

As tendências críticas, em oposição as tendências tradicionais encontram sua fonte epistemológica no Marxismo. Para Tozoni-reis (2006), o princípio metodológico mais conhecido da Educação crítica, transformadora, conceito repetido muitas vezes pela Educação Ambiental é a ideia de conscientização, um olhar “com ciência”, superando a aparência. Termo carregado de conceitos políticos, sendo Paulo Freire, segundo a estudiosa, o principal responsável por incluir este termo no discurso dos educadores, pois, ele entende a educação como prática de liberdade. Se faz necessário então nesse processo, a superação do conhecimento imediato da realidade. Optando por um modo mais elaborado e refletido de enxergá-la, e a conscientização como ponto fundante desse processo, pois remete a uma ação-reflexão-ação.

Num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual está e procura. Essa tomada de consciência não é ainda a conscientização porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na

²² Esta Educação ambiental tradicional, não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relações de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação norte-sul entre nações, assim como também entre relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade de natureza. São nessas relações de poder e dominação que podemos encontrar um dos pilares da crise ambiental dos dias de hoje (GUIMARÃES, 2007, p.35).

qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1980, p. 26).

Sendo assim, a Educação Ambiental crítica não se satisfaz com a aparência e a conscientização não é algo estático, ou um termo usual e banalizado, ela implica uma ação concreta, uma reflexão histórica da realidade, buscando uma efetiva transformação das relações sociais (TOZONI-REIS, 2006).

Ao incorporar o tema ambiental, o processo da educação conscientizadora tem como objetivo a transformação das relações entre os sujeitos e desses com o ambiente, estabelecidas pela história das relações sociais. A educação ambiental como mediadora dessas relações se estabelece sobre a ideia de conscientização, na articulação entre conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, se puder promover a transformação radical da sociedade de hoje rumo à sustentabilidade, também radical, que implica transformar a relação dos sujeitos com o ambiente, compreendendo-o social e histórico. Conscientização é, portanto, um processo de construção, ativa e refletida dos sujeitos, rumo à consciência crítica, assim, supera a apropriação de conhecimentos, referindo-se à articulação radical entre conhecimento e ação, não qualquer ação, mas uma ação política, transformadora, libertadora e emancipatória. Esse processo é histórico e concreto, não imediato. Conscientização, como princípio da educação ambiental, não é um resultado imediato da aquisição de conhecimentos sobre os processos naturais, mas a reflexão filosófica e política, carregada de escolhas históricas que resultam na busca de uma sociedade sustentável (TOZONI-REIS, 2006, p.106).

Esta articulação radical entre conhecimento e ação é a que pretende esta pesquisa, não qualquer ação, como afirma a estudiosa acima, uma ação que seja suficiente para transformar, libertar²³ e emancipar. A Educação Ambiental brasileira na perspectiva crítica se embasa em conceito Marxista e Freiriano, e se diferencia em algumas vertentes, dentre elas, a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória²⁴.

Para Lucie Sauvé, pesquisadora canadense, mesmo que as correntes partilhem do mesmo objetivo, a preocupação com o meio ambiente e o papel fundamental da

²³ Na EA, a Pedagogia Libertadora, fundamentada no pensamento de Paulo Freire, tem sido utilizada, muitas vezes, como referência, pois dá ênfase ao [...] conhecimento das relações sociais de dominação que se realiza na sociedade desigual para, através do processo educativo dialógico, conscientizar os sujeitos para transformar estas relações de dominação. Artigo: Educação Ambiental: tendências pedagógicas, fontes epistemológicas e a pedagogia de projetos (SANTANA; TEROSSI, 2015). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2350/1587> Acesso em 03 de setembro de 2020.

²⁴ Há que se ressaltar que a perspectiva crítica de EA no Brasil se desdobrou em algumas vertentes, cujas diferenças se manifestam em pequenas nuances que, contudo, no essencial, se mantêm enquanto críticas e, portanto, podem ser consideradas nesta categoria de críticas. Dentre elas, lembramos a EA Crítica (GUIMARÃES, 2000; CARVALHO, 2004); EA Emancipatória (LIMA, 2002); EA Transformadora (LOUREIRO, 2006). Artigo: Educação Ambiental: tendências pedagógicas, fontes epistemológicas e a pedagogia de projetos (SANTANA; TEROSSI, 2015). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2350/1587> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

educação na relação entre seres vivos e o ambiente, os diferentes autores, assumem diferentes discursos e maneiras de conceber e praticar a ação educativa (SAUVÉ, 2005). Nas concepções das correntes da educacional ambiental, a Educação Ambiental crítica transformadora²⁵, se contrapõe à Educação Ambiental Convencional:

A dita educação ambiental convencional, está centrada no indivíduo, no alcançar a condição de ser humano integral e harmônico, pressupondo a existência de finalidades previamente estabelecidas na natureza e de relações ideais que fundamentam a pedagogia do consenso. Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, com uma tendência a aceitar a ordem social estabelecida como condição dada, sem crítica às suas origens históricas (LAYRARGUES, 2004, p.80).

A Educação Ambiental Convencional, propõe o condicionamento a um padrão idealizado de relações entre humanos e natureza, pressupõe acreditar em uma ordem natural das coisas, enfatizando mais o ser social, excluindo o ser político, desconsiderando todo o contexto histórico que envolve essa relação. Fato que coloca a educação ambiental em uma posição de anestesia. A educação Ambiental a que se pretende essa pesquisa não segue a tendência de aceitar a ordem social estabelecida como condição dada. Para Sato (2001), a Educação Ambiental se define como:

A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (SATO, 2001, p. 36).

Seguindo a premissa do que disse Sato (2001), a Educação Ambiental deve se configurar em uma luta política, afirmando aqui, que é o ser político, através de sua ação que pode efetuar alguma transformação efetiva na realidade de crise ao qual está inserido. Para uma Educação Ambiental crítica, transformadora, se faz necessário cidadãos que compreendam além da sua relação individualizada com a natureza, mas, que saibam da realidade socioambiental degradada e aja para transformá-la.

²⁵ A educação Ambiental Transformadora procura a realização humana em sociedade, enquanto forma coletiva de organização de nossa espécie, e não simples “cópia” de uma natureza descolada do movimento total. Tal mimesis aparece, assim, como uma imitação de uma natureza pensada tal qual o todo hipostasiado em relação às partes. Todo e parte, são em nosso caso, a unidade complexa de natureza-espécie cultural. Todo e parte, dialeticamente, são um movimento dinâmico, contraditório e complementar, mutuamente constituídos (LAYRARGUES, 2004, p.80).

No momento de crise precisamos, para superar o risco e perigo da grave situação socioambiental do que aí está, buscar a oportunidade do diferente que nos dê novas referências de pensar e agir para transformar a realidade socioambiental degradada. É sairmos do círculo vicioso e inconsciente de agir (“no automático”), referenciado pelo paradigma disjuntivo da modernidade, nos abrindo para outras leituras de mundo que nos inspire na diversidade e vitalize a sermos e fazermos diferente. Esse é o compromisso de uma Educação Ambiental que vem se consolidando como crítica, transformadora e emancipatória (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016, p.4).

Buscar a oportunidade do fazer diferente para transformar a realidade da Crise Climática, é uma das saídas sugeridas pelos estudiosos acima, evidenciando que, o que está posto, não está sendo suficiente, é preciso transformar. A questão da crise ambiental, assim como da Crise Climática, percorrerá o caminho pelos pressupostos da Educação Ambiental Crítica, Transformadora. Questionando as abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas, no que consiste a relação cultura-natureza (LOUREIRO, 2004).

A Educação Ambiental Transformadora enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o “lugar” ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza (LAYRARGUES, 2004, p.81).

A Educação Ambiental Crítica, está em consonância com o pensamento freiriano de uma educação crítica e também emancipatória²⁶, que também vai de encontro com a metodologia da pesquisa, o materialismo histórico dialético de Marx. E o que seria o crítico no processo educativo ambiental? Diz respeito a toda a tradição crítica²⁷ nas ciências sociais, na filosofia, na educação. E a criticidade nesse sentido pressupõe um processo educativo.

²⁶ A noção de emancipação, historicamente utilizada para significar a abolição de restrições e opressões jurídicas, sociais e políticas que motivaram movimentos de libertação de diversos matizes – maioridade, escravos, camponeses, operários e de etnias – vive contemporaneamente um processo de ressignificação para incorporar a defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidades humanas e não-humanas. Com isto estende-se a emancipação para além de seu sentido jurídico e político convencional, integrando tanto a emancipação no nível da vida e da saúde psíquica do indivíduo quanto a emancipação da natureza de todas as formas de dominação que sobre eles se imponham (LAYRARGUES, 2004, p.94).

²⁷ Crítica: Termo introduzido por Kant para designar o processo através do qual a razão empreende o conhecimento de si: “o tribunal que garanta a razão em suas pretensões legítimas, mas condene as que não tem fundamento” (ABBAGNANO, 2000, p.223).

Desta forma, a Educação Ambiental Crítica se propõe a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política. Portanto, na educação formal, certamente esse processo educativo não se basta dentro dos muros de uma escola, o que explicita a interface entre esta Educação Ambiental e a Educação Popular (LAYRARGUES, 2004, p.34).

Na tradição crítica, o ser se torna humano a partir das relações que ele desenvolve nesse mundo e nessa realidade, e a educação é um fator fundamental no tornar-se humano. Nesse sentido, a transformação da realidade social só é possível com educação. Educação que conduz a necessidade de transformação nas relações de exploração e dominação.

Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma hegemônica de organizar a sociedade. Por isso entendemos que incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho. [...] Para além de invocarmos as diversas epistemologias, que embasam diferentes vertentes do que se convencionou chamar de campo da educação ambiental crítica, se faz necessário compreender [...] os diferentes efeitos sobre a reprodução social que cada uma dessas vertentes produz. Pois é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e de seu compromisso de classe (TREIN, 2012, p. 316).

Nessa perspectiva do materialismo histórico dialético, educar criticamente é um ato político, pois, coloca o sujeito em condição de ajuizar sobre como a sociedade na qual está inserido se estrutura, percebendo as relações de poder instauradas, assim como todo processo de exploração e dominação. Nessa premissa a educação ambiental adquire um caráter político, pois, denuncia uma relação de explorador e explorado. Na produção material da vida, os donos dos meios de produção, exploram a natureza, instrumentalizam e coisificam tudo a sua volta, em defesa de um modelo de consumo insustentável. No que cabe a educação ambiental crítica, Loureiro (2015) afirma que:

Assim, a produção, transmissão e apropriação de conhecimentos em processos educativos críticos visam contribuir para o enfrentamento intencional das relações sociais alienadas, e se definem no movimento de explicitação e superação da crise ambiental enquanto uma expressão da crise societária. Na prática, tomar tal posicionamento como pressuposto exige de um educador ambiental clareza do que se apresenta como determinante, do que é estratégico e do que é finalidade, do que é conjuntamente possível fazer e do que é um horizonte que se busca (p.15).

Na busca de um distanciamento do discurso capitalista dominante, a Educação Ambiental Crítica evidencia os problemas socioambientais, expondo as relações de poder

que permeiam o contexto ambiental, assumindo então, as características de uma educação política. E através da teoria e prática, as transformações sociais são possibilitadas.

Para os críticos, a rigor, não há possibilidade de superação da totalidade social alienada sem se viver a dialética necessidade-liberdade, indivíduo-sociedade, em seus movimentos mutuamente constitutivos e contraditórios. Sem estar embebido das lutas sociais dos trabalhadores, dos sujeitos expropriados pelo capitalismo. Sem reconhecer que não há respostas prontas, neutralidade científica, soluções prévias e formalistas; mas ação intencional na práxis, no movimento teórico-prático de produção de novos caminhos em nossa história (LOUREIRO, 2015, p.15).

Sendo assim, se o que se deseja é pensar um processo educativo que transforme a realidade que está posta, se faz necessário discutir as relações sociais e históricas que envolvem o ser humano e a exploração da natureza na produção material da vida através do trabalho. Trabalho esse alienado pelo modelo econômico capitalista, evidenciando a luta de classes, que condiciona e explora a classe trabalhadora.

O método Marxista, permitiu compreender que os fatos humanos são as instituições sociais e históricas, que tudo que o ser humano produz está dentro do campo das condições objetivas nas quais a ação e o pensamento realizam. E a compreensão dos fatos humanos, estão relacionados diretamente com sua relação com a natureza na luta pela sobrevivência. Foi à partir dessas relações que se originou as primeiras instituições sociais: a divisão sexual do trabalho na família, a divisão social do trabalho no pastoreio e agricultura e por fim, a distribuição social dos produtos do trabalho, na troca e comércio (CHAUÍ, 2013, p.307).

As instituições sociais relatadas por Chauí podem ser identificadas por relações econômicas. E com intuito de mantê-las, os grupos sociais a legitimam criando conceitos e instituições de poder, as leis são uma delas. A abordagem da legislação que rege a Educação Ambiental, faz com que seja possível uma compreensão da mesma no país. Interpretando os fenômenos históricos, partindo dos conflitos, das lutas, das contradições sociais determinadas pelas relações econômicas.

Na década de sessenta, nos Estados Unidos, mesmo período de Hofstadter (1963) e Carson (1969), surge um fenômeno identificado como contracultura (Figura 1), um movimento de insatisfação e revolta, mas, de cunho pacífico, denunciando exatamente a exploração planetária. Uma exploração humana em nome do modelo econômico que visa o aumento do capital. Com um conteúdo social político, cultural e artístico, o movimento levanta sua bandeira (SATO; SENRA; OLIVEIRA, 2009).

FIGURA 1 - Cartaz representando os movimentos de contracultura na década de 60.



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>.

A imagem acima reflete a efervescência da época denominada contracultura. No mesmo período aconteciam guerras, como a do Vietnã, a dos Seis Dias no Oriente Médio; a luta contra a repressão da ditadura brasileira; Martin Luther King marchando sobre Washington; a rebelião estudantil contra as injustiças sociais nos Estados Unidos; a luta contra o racismo e os protestos estudantis e operários que eclodiram na França. Tudo isso culminou também no movimento ambientalista. Em um momento de expansão industrial, o capital em alta, grupos sociais se reúnem em contestação ao modelo de consumo, sua ganância lucrativa, ao conservadorismo e a indústria cultural, entre outros.

O movimento prezava pelo amor a natureza e propunham mudanças de valores, exercendo grande influência na visibilização da questão ambiental. “Foram momentos em que a expansão do capitalismo em escala global produziu simultaneamente uma imensa liberação de energias sociais que questionavam o modelo de sociedade” (JAMESON, 1972, p.24).

Importante ressaltar que o movimento de contracultura se mantinha distante das plataformas governamentais e científicas. Alertando da não neutralidade da produção científica, também, denunciava que o desenvolvimento industrial era um dos responsáveis pelos impactos ambientais. O movimento abordou um dos maiores dilemas ambientais: não apenas exigia ciência e tecnologias limpas, como também, uma melhor distribuição de renda, prezando por maior qualidade de vida e menor foco no lucro (SATO; SENRA;

OLIVEIRA, 2009). Nessa mesma época, Carson (1969), também fazia ecoar sua voz, na denúncia de degradação ambiental: “Pela primeira vez na história do mundo, cada um dos seres humanos, está agora sujeito a entrar em contato com substâncias químicas perigosas, desde o momento em que é concebido até o instante em que sua morte ocorre” (CARSON, 1969, p.25).

Numa breve história da educação ambiental global, considera-se o encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) no ano de 1948, em Paris, o primeiro momento em que o termo Educação Ambiental foi utilizado, nesse momento, a temática foi incluída na agenda internacional, sendo de grande importância mundial, pois, passou-se a estimular a criação de agências, secretarias e ministérios (TRAJBER, 2009).

Embora os primeiros registros da utilização do termo "educação ambiental" datassem de 1948 num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, os rumos da educação ambiental são definidos a partir da Conferência de Estocolmo, na qual se recomenda o estabelecimento de programas internacionais. Em 1975, lança-se em Belgrado o Programa Internacional de Educação Ambiental, no qual são definidos os princípios e as orientações para o futuro. Desde então, três momentos marcam a trajetória do processo de institucionalização e pactuação da necessidade da inserção da educação ambiental no nível planetário (JACOBI, 2005, p. 9).

Em 1975 em Belgrado na antiga-Iugoslávia, é lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental, momento em que foram definidas as orientações e princípios para o futuro. A carta de Belgrado, onde estão as diretrizes para o futuro, foi assinada por sessenta e cinco representantes dos sessenta e cinco países participantes. Cinco anos após Estocolmo, acontece a Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental em Tbilisi, antiga União Soviética, no ano de 1977. O evento ocorreu da parceria entre a UNESCO e PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Um importante momento, pois, é nessa conferência que a Educação Ambiental passou a ser considerada um projeto crítico, político e transformador. Realidade afirmada na citação e figura abaixo (Figura 2), evidenciando as conferências em Estocolmo, Tbilisi e Genebra: (TRAJBER, 2009).

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, acontece em Tbilisi, na Geórgia, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Isto inicia um processo global orientado para criar as condições para formar uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e os princípios da complexidade (JACOBI, 2005, p.10).

FIGURA 2 - Cartaz representando as Conferências das Nações Unidas



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

No ano de 1992, acontece no Rio de Janeiro o Fórum Global da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (RIO 92), cria-se um tratado²⁸ entre as políticas públicas de Educação Ambiental e sustentabilidade, documento básico, assim como, as diretrizes e planos de ação para educadores ambientais, a formação crítica é mantida buscando uma transformação social (TRAJBER, 2009).

Durante a Rio-92 foi redigido o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, que estabelece dezesseis princípios fundamentais da educação para as sociedades sustentáveis, enfatizando a necessidade de um pensamento crítico, de um fazer coletivo e solidário, da interdisciplinaridade, da multiplicidade e diversidade. Estabelece

²⁸ Nós, signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta. Segue parte dos Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar (MMA, BRASIL).

igualmente um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade civil planetária (JACOBI, 2005, p.10).

Quanto ao plano de ação escrito na RIO 92, a Agenda 21²⁹, foi um documento com significativos desdobramentos na educação ambiental. Sendo um planejamento que busca a análise da situação do país, estado e município. Porém, a Agenda 21 representa uma lógica mais governamental, sendo, um instrumento utilizado para políticas públicas governamentais, que atendem também, as necessidades do mercado. Simultâneo a RIO 92, um documento de significativa importância foi proposto, a Carta da Terra, só que este, um documento imbuído da lógica dos movimentos sociais:

Durante a Rio-92 houve a proposta de uma Carta da Terra discutida mundialmente por Organizações Não Governamentais e Governos -Não houve consenso entre os Governos, pois o texto não estava suficientemente maduro. Em seu lugar adotou-se a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-Cruz Verde Internacional e Conselho da Terra, apoiadas pelo governo holandês, assumiram o desafio de elaborar uma Carta da Terra-1995: Encontro de 60 representantes de diversas áreas em Haia, na Holanda. Foi criada a Comissão da Carta da Terra para organizar uma consulta mundial durante 2 anos (MMA, BRASIL, 1992).

No mesmo evento da Rio 92, ocorreu no aterro do Flamengo, ao lado da Baía da Guanabara, o Fórum Global das ONGS. Evento que atendia a lógica dos Movimentos Sociais, regido por organizações não governamentais e movimentos sociais de várias partes do mundo, reunindo um conjunto de atividades paralelas à Conferência Oficial da ONU. De uma perspectiva de discussão teórica, política e ideológica diferentes.

Em 1992, recém saídos da queda do muro de Berlim, o Fórum Global gerou, a partir do trabalho em 45 tendas, um conjunto de tratados das ONGs e movimentos sociais que organizaram uma rica plataforma de lutas que expressava um ambiente de unidade na resistência ao neoliberalismo. Um exemplo foi o Planeta Fêmea, que somou suas ações por direitos sexuais e reprodutivos, dirigidas à afirmação do direito ao próprio corpo e vivência da sexualidade, a uma luta contra as políticas de controle da natalidade e o ambientalismo neomalthusiano que reinava na época, e que atribuía ao nascimento de pessoas em situação de pobreza os males ambientais do planeta, articulando-se assim às lutas socioambientais que questionavam o modelo de desenvolvimento em curso. Algo similar ocorreu com muitos outros movimentos, que no Fórum Global foram convocados a somarem suas agendas específicas a uma convergência e uma síntese mais amplas (MELLO, 2012, p.1).

²⁹ A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. Ministério do Meio Ambiente (MMA) Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em 3 de setembro de 2020.

O argumento questionado no Fórum das Ongs a três décadas volta a ser utilizado no ano de 2020, a atribuição dos males ambientais é designada aos pobres brasileiros pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, revelando a velha retórica capitalista (PEREIRA, 2020). Do movimento das Ongs, surgiram os tratados³⁰ que incisivamente reivindicavam justiça social e ambiental, articulando as lutas socioambientais e mobilizando a população contra o neoliberalismo. A Conferência da ONU está pautada na relação humanidade e planeta, porém, distante da necessidade de mudança do sistema. Esse foi o momento que a comunidade política internacional admitiu que deveriam conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos naturais. Mesma ocasião em que os países participantes reconheceram o conceito de “desenvolvimento sustentável” como premissa para as ações de “proteção ambiental”, o que para muitos ambientalistas é apenas uma cortina de fumaça para a manutenção do sistema.

O Fórum Global de 1992 que nos antecedeu tem muito a nos ensinar. Um dos tratados aprovados há vinte anos no Aterro do Flamengo, a Declaração do Rio de Janeiro, afirmou que “A ‘Cúpula da Terra’ frustrou as expectativas que ela mesma havia criado para a humanidade. Manteve-se largamente submissa aos poderosos interesses econômicos dominantes e às lógicas de poder que ainda prevalecem. (...) Denunciamos o fato de as grandes corporações transnacionais se constituírem como um poder acima das nações, em conluio com muitos governos e instâncias públicas internacionais, apresentando-se como campeões do desenvolvimento sustentável.” Nada mais atual do que essa declaração escrita em 1992 (MELLO, 2012, p.1).

As expectativas frustradas na Rio 92 estão relacionadas diretamente a condição de Crise Climática e Crise ambiental atual, pois, as ações tomadas não foram suficientes para conter ou ao menos amenizar os impactos do sistema capitalista no Meio Ambiente. Como a agenda 21, as COPS (Conferências das Partes) que serão tratadas mais à frente, também correspondem a lógica governamental. Não apresentando efetivamente ações de enfrentamento ao capital. O termo desenvolvimento sustentável, no que diz respeito a redução da exploração e degradação ambiental não resultou positivamente, segundo a

³⁰ [...] conhecimento das relações sociais de dominação que se realiza na sociedade desigual para, através do processo educativo dialógico, conscientizar os sujeitos para transformar estas relações de dominação. Neste sentido, é o pensamento de Paulo Freire que inspira o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1995): transformação social, conscientização, educação política, cooperação e diálogo. Os temas do tratado são problematizadores para um processo de conscientização político e transformador como a pobreza, a degradação humana e ambiental, a violência, a compreensão das formas de vida da população, suas condições de saúde, a fome e, em especial, a democracia (MELLO, 2012, p.1).

citação acima, apenas manteve-se a submissão aos interesses econômicos, representados aqui pelo termo desenvolvimento.

No ano de 1997, foi a vez de Thessaloníki, na Grécia, aconteceu a III Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência pública para a Sustentabilidade, ela reforça os tratados assinados no Rio de Janeiro. Temas como: ética, sustentabilidade, cultura e diversidade, foram tratados nessa conferência (TRAJBER, 2009).

Em Thessaloníki, no ano de 1997, o documento resultante da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade reforça os temas colocados na Eco-92, e chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares. O que os pesquisadores observam é que as recomendações são vagas e sem maiores efeitos práticos, sendo que muitas delas apenas servem para alimentar a lógica de mercado e as políticas liberais (JACOBI, 2005, p.10).

Foi na Assembleia Geral da ONU em 2002, que se publicou a resolução 57/254, instituindo o período de 2005 a 2014 como a década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A IV Conferência Internacional de Educação Ambiental aconteceu na Índia, em Ahmedabad no ano de 2007, fomentou-se a educação para um futuro sustentável. No mesmo ano formulou-se políticas públicas voltadas para a questão da Crise Climática. Essas Conferências seguiram a lógica governamental (TRAJBER, 2009). Para Boff (2012), o termo desenvolvimento e sustentabilidade são incompatíveis:

Quando falamos aqui de desenvolvimento não é qualquer um, mas o realmente existente que é aquele industrialista/capitalista/consumista. Este é antropocêntrico, contraditório e equivocado. Explico-me. É antropocêntrico pois está centrado somente no ser humano, como se não existisse a comunidade de vida (flora e fauna e outros organismos vivos) que também precisa da biosfera e demanda igualmente sustentabilidade. É contraditório, pois, desenvolvimento e sustentabilidade obedecem a lógicas que se contrapõem. O desenvolvimento realmente existente é linear, crescente, explora a natureza e privilegia a acumulação privada. É a economia política de viés capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todos. Como se depreende: são lógicas que se auto-negam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo, uma enfatiza a competição, a outra a cooperação, uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos interconectados (p.1).

Para o modelo capitalista, o desenvolvimento econômico viável é aquele voltado ao Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, lucrar com menor investimento possível, com a

máxima rentabilidade. Entendendo que ganhar dinheiro aqui, significa o esgotamento dos recursos naturais. O modelo padrão de sustentabilidade que deveria ser efetivado, sendo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, é incompatível com o discurso político de desenvolvimento, o capitalismo preza pelo individualismo e a sustentabilidade pelo coletivo, polos opostos.

A expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los. Assume o ideal da economia (crescimento) mascarando, a pobreza que ele mesmo produz (BOFF, 2012, p.1).

Se existe uma categoria para o sistema econômico capitalista é que este nunca foi socialmente justo. Segundo dados do IBGE do ano de 2019, menos de 3% das famílias se apropriam de 20% das rendas no Brasil. Como se tudo que fosse produzido no país, toda a renda arrecadada, ficasse concentrada em uma única cidade do tamanho de Fortaleza, em proporções matemáticas (GOMES, 2019). No país, no ano de 2019, já somavam 13,5 milhões de pessoas vivendo com até 145 reais mensais, processo agravado pelo índice crescente de desemprego, os programas sociais reduzidos, como é o caso do bolsa família (NERY, 2019). O sistema econômico capitalista não atende a categoria socialmente justo, também não se enquadra em ambientalmente correto:

Ambientalmente correto: O atual tipo de desenvolvimento se faz movendo uma guerra irrefreável contra Gaia, arrancando dela tudo o que lhe for útil e objeto de lucro, especialmente, para aquelas minorias que controlam o processo. Em menos de quarenta anos, segundo o Índice Planeta Vivo da ONU (2010) a biodiversidade global sofreu uma queda de 30%. Apenas de 1998 para cá houve um salto de 35% nas emissões de gases de efeito estufa. Ao invés de falarmos nos limites do crescimento melhor faríamos falar nos limites da agressão à Terra (BOFF, 2012, p.1).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente do ano de 2019 (PNUMA), revela que, as ações realizadas nas conferências do clima não foram suficientes para reduzir o agravamento da Crise Climática atual. Segundo o relatório, os gases causadores do efeito estufa emitidos na atmosfera, precisam diminuir mais de 7% ao ano, durante o período de 2020 e 2030. Caso isso aconteça, a temperatura média global permanecerá em 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Caso as emissões dos gases de efeito estufa não sejam reduzidas o mundo caminhará para um aumento de temperatura de 3,2°C (CONTRA...,2019). Diante da realidade de crise, retórica vazia, não auxilia no

processo de contenção da destruição do meio ambiente, ao contrário, ela apenas reproduz a manutenção do sistema. Realidade já denunciada desde 2012 por Leonardo Boff:

O modelo padrão de desenvolvimento que se quer sustentável, é retórico. Aqui e acolá se verificam avanços na produção de baixo carbono, na utilização de energias alternativas, no reflorestamento de regiões degradadas e na criação de melhores sumidouros de dejetos. Mas reparemos bem: tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, nem se enfraqueça a competição. Aqui a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação política importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para a mudança necessária de paradigma econômico se quisermos uma real sustentabilidade. Dentro do atual, a sustentabilidade é ou retórica ou localizada ou inexistente (BOFF, 2012, p.1).

Considerando resumidamente a realidade das conferências Internacionais no que diz respeito ao percurso da Educação ambiental no mundo, se faz necessário pensar as contradições, as incompatibilidades políticas, os conflitos de interesses que estiveram presentes na maioria dos eventos. A sociedade contemporânea mudou ao longo das conferências, suas concepções a respeito do meio ambiente. Passando da preservação e conservação para a emergência na manutenção da vida no planeta, porém, a realidade dos avanços da degradação ambiental, talvez exijam não apenas medidas de contenção, mas, uma alteração significativa e imediata no sistema econômico vigente.

No que diz respeito ao percurso histórico das políticas estruturantes nacionais, o avanço aconteceu gradativamente. Em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) vinculada à presidência da República é criada. Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelece a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino incluindo a comunidade. Em 1991 a Educação Ambiental foi considerada um dos instrumentos de política ambiental brasileira. No ano de 1993, a Coordenação de Educação Ambiental, vinculada ao MEC (Coea/MEC) é criada. Em 1994, se efetiva o PRONEA, Programa Nacional de Educação Ambiental, criado pelo governo federal na Rio 92, compartilhado pelo (MMA) Ministério do Meio Ambiente. Em 1999 foi aprovada a Lei de número 9.795, que dispõe sobre a política Nacional de Educação Básica, que só foi regulamentada em 2002. De acordo com a linha histórica traçada de forma resumida, existe uma necessidade de políticas públicas que fomentem a educação ambiental de forma mais ampla e eficaz (TRAJBER, 2009).

Contribuir para o aprimoramento da educação ambiental no Brasil passa pela ampliação e aprofundamento dos debates e reflexões destinados a esclarecer

quem somos, onde estamos e para onde queremos caminhar com nossas ações, projetos e políticas públicas na área (LAYRARGUES, 2004, p1).

Em 1981, a Educação Ambiental foi incluída no sistema normativo brasileiro por meio da lei 6.938/81, versando sobre a política nacional do Meio Ambiente, considerando que o movimento conservacionista se fazia presente no país, assim como o ambientalismo de 1970, posteriormente a Lei 6.938/81, foi destacada pela constituição brasileira de 1988, o artigo 225, que impõe à todos, o poder público e à coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente. A lei de crime ambiental foi aprovada, 9605/98 e o decreto 3179/99, dispendo sobre as atividades e condutas lesivas ao meio ambiente (TRAJBER, 2009).

[...] A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), aprovada em 1999, que institui a EA, promove a criação de políticas estaduais e municipais em boa parte do território nacional, além do decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, que a regulamentou; o Programa Nacional de Educação Ambiental (1994, 2003 e 2005) que apresenta planos de ação, princípios e diretrizes para variados atores sociais e contextos. No âmbito não governamental, temos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Agenda 21 e a Carta da Terra, todos elaborados em 1992, no Fórum Global (TAMAIO, 2013, p.47).

No embate de interesses políticos e econômicos que a educação ambiental é construída. A compreensão do movimento ambientalista no Brasil não se faz de forma coesa e linear, é importante considerar as múltiplas e diferentes correntes e manifestações. Ideias que se contradizem em um momento e se complementam em outro. A questão de uma sociedade Sustentável levantada no movimento de contracultura, veio ao longo do tempo se transformando e se adaptando conforme as exigências do sistema econômico (SATO; SENRA; OLIVEIRA, 2009).

Para uma ampla maioria das pessoas (depois da década de 80) e inclusive organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação, ciência e cultura (UNESCO), Banco Mundial ou fundo monetário Internacional (FMI) a palavra de ordem é “desenvolvimento sustentável”. Para os grupos ambientalistas que nasceram na década de 60, as construções versam sobre as proposições de “sociedades sustentáveis” (SATO; SENRA; OLIVEIRA, 2009, p.25).

Para Boff (2015, p.45): “É o defeito de todas as definições dos organismos da ONU, o de serem exclusivamente antropocêntricas e pensarem o ser humano acima da natureza ou fora dela, como se não fosse parte dela”. Nessa mesma perspectiva no Brasil,

também houve uma apropriação indevida do termo sustentabilidade, pois, o mesmo é pensado a partir do bem estar financeiro de um único ser, o humano.

O ano de 2018 no país foi fundamental para o norteamento de políticas públicas em Educação Ambiental. Ano eleitoral, com promessas de campanha e uma diversidade de candidatos, se destaca um, que com uma agenda peculiar, propõe o desmonte de mais de trinta anos de luta no que se refere às políticas públicas para o Meio Ambiente. O então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, afirmou que defende a exploração estrangeira da Amazônia, criticou as multas ambientais, argumentou que eram as multas que impediam o avanço do agronegócio, que “leva o país nas costas”, também, defendeu a liberação da caça de animais e a extinção do Ministério do Meio Ambiente, todas ações inconstitucionais³¹. Como se não bastasse, o então candidato, ainda propõe acabar com o que chama de “ativismo ambiental xiita” com uma suposta indústria de demarcação de terras indígenas e afirma que retiraria o Brasil do Acordo de Paris³², acordo esse, firmado para a redução da emissão de gases de efeito estufa, fator agravante da Crise Climática (SAMPAIO, 2018). A mídia nacional na época se posicionou sobre a possibilidade dessas propostas se efetivarem:

³¹ Lei 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais - Reordena a legislação ambiental quanto às infrações e punições. Concede à sociedade, aos órgãos ambientais e ao Ministério Público mecanismo para punir os infratores do meio ambiente. Destaca-se, por exemplo, a possibilidade de penalização das pessoas jurídicas no caso de ocorrência de crimes ambientais. [...] Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa. [...] Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. Art. 38-A. Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006). Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006). Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006). Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização: Pena - reclusão, de um a cinco anos.

³² Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris> Acesso em 7 de setembro de 2020.

O ultradireitista que flerta com o fascismo já anunciou que pretende fundir o ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura e que o ministro desta aberração será “definido pelo setor produtivo”. O que Bolsonaro chama de “setor produtivo” é tanto o agronegócio quanto os grileiros, criminosos que se apropriam de terras públicas na base da pistolagem. No Brasil, parte do agronegócio se confunde com a grilagem e é representado no Congresso pelo que se chama de “bancada do boi” (BRUM, 2018, p.1).

Depois de todas as ameaças feitas, um percentual considerável de cidadãos, faz de Bolsonaro o presidente do Brasil, ele toma posse em janeiro de 2019 e passa a cumprir as promessas de campanha. As inconsequentes propostas de campanha encontram apoio em alguns grupos distintos, mineradores, ruralista, conservadores religiosos e a indústria armamentista, estes, compondo as bancadas no congresso Federal, “do boi, da bala e da bíblia”, como são popularmente conhecidos. Em junho do mesmo ano, em sessão especial do Plenário, em que se celebrava o “Dia Mundial do Meio Ambiente”, ambientalistas e parlamentares reclamam da política adotada pelo governo, ações defendidas ou atribuídas pelo poder executivo, ações inconstitucionais, capítulo VI do Meio Ambiente, artigo 225³³. Em suas primeiras ações encontram-se o fim da demarcação de terras indígenas, a flexibilização dos licenciamentos ambientais, o sucateamento de órgãos de defesa ambiental, as alterações do código florestal e as mudanças no Fundo da Amazônia³⁴ (AGÊNCIA SENADO, 2019). Carlos Rittl, secretário-geral do Observatório do Clima, em sessão especial do plenário afirmou que: “o Brasil vive tempos de obscurantismo e negacionismo”.

— Isso faz com algumas das mais altas autoridades do governo desmonte deliberadamente um legado de 30 anos de governança ambiental no Brasil, construído com imensa contribuição do Parlamento brasileiro. O Brasil sofreu prejuízos de R\$ 278 bilhões nos últimos dez anos em função de eventos climáticos extremos. De 2013 a 2017, 2.706 municípios sofrem com secas severas. No mesmo período, 1.726 sofreram com alagamentos. Mudanças

³³ **Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Constituição Federal - 1988.

³⁴ O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008. O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas: Gestão de florestas públicas e áreas protegidas, controle, monitoramento de fiscalização ambiental, manejo florestal sustentável, atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta, entre outros.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-amazonia> Acesso em 7 de setembro de 2020.

climáticas são reais, causam impactos — afirmou. (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.1).

A resposta à crise ecológica como argumenta Guattari (1990), é possível em escala planetária e com o comprometimento de uma revolução política, social e cultural, propondo um novo caminho no que se refere aos objetivos de produção dos bens materiais e imateriais. Realidade distante de alguns países que de alguma maneira tentam burlar as diretrizes de redução da degradação ambiental em favor do capital. Realidade também distante do Brasil, com o modelo governamental neoliberal estabelecido. A pasta do meio Ambiente correu o sério risco de ser extinta. Na explícita intencionalidade de interromper ou descredibilizar as instituições e programas de regulamentação ou contenção de danos ambientais que se concentram as ações do governo atual, que nomeou para ministro do Meio Ambiente³⁵, alguém que desconsidera a proteção, apoiando a exploração ambiental, e uma ruralista para o Ministério da Agricultura³⁶. Para Jacobi (2005), a crise ambiental estabelecida está ligada diretamente ao sistema econômico de exploração:

Assim, o que se observa é que, enquanto se agravavam os problemas sociais e se aprofundava a distância entre os países pobres e os industrializados, emergiram com mais impacto diversas manifestações da crise ambiental, que se relacionam diretamente com os padrões produtivos e de consumo prevaletentes (JACOBI, 2005, p.4).

O período de obscurantismo e negacionismo em que vive o país, afirmado por Carlos Rittl do Observatório do Clima é identificado nas ações do governo com o descaso com as instituições de regulação e a negação dos dados científicos que comprovam o

³⁵ Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo Corona vírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça, conforme vídeo divulgado nesta sexta-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello. Segundo ele, seria hora de fazer uma “baciada” de mudanças nas regras ligadas à proteção ambiental e à área de agricultura e evitar críticas e processos na Justiça. “Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, para simplificar. Não precisamos de Congresso”, disse o ministro do Meio Ambiente. “Passando a boiada”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> Acesso em 07 de setembro de 2020.

³⁶ A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que haverá cada vez mais aprovação de registros de defensivos agrícolas, o que é necessário para o Brasil “entrar na modernidade”. Depois de polêmica criada após a liberação de novos defensivos, a ministra alegou que os produtos autorizados atualmente têm menos toxicidade e são melhores para o País. Reportagem disponível em: <https://exame.com/brasil/consumidor-nao-esta-sendo-impactado-diz-tereza-cristina-sobre-agrotoxicos/> Acesso em: 07 de setembro de 2020.

avanço da degradação ambiental. Em 2019, o júri federal de São Francisco, Califórnia, estabeleceu condenação a Bayer, que comprou a multinacional Monsanto e julgará sua responsabilidade no caso de um agricultor acometido por câncer causado pelo agrotóxico glifosato, o mesmo agrotóxico que em fevereiro deste ano a Anvisa - Agência Nacional de vigilância Sanitária, sobre o comando do novo governo, liberou no Brasil, ignorando pesquisas que o apontam como prejudicial (GLIFOSATO..., 2019). Sobre o glifosato a doutora em saúde pública e vice coordenadora do grupo de trabalho de agrotóxicos da fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Aline Gurgel, indaga: “Como um ingrediente ativo de agrotóxicos em reavaliação no país desde 2008, em função de riscos proibitivos para efeito de registro de produto e que agora é liberado, exatamente com um produto formulado dessa substância”? (MOTA, 2019).

Na audiência pública no senado federal, realizada pela Comissão da Agricultura, a atual ministra Tereza Cristina, afirmou não acreditar nas pesquisas realizadas em laboratórios como o da Fiocruz, assim como os dados da Organização Mundial da saúde, descredibilizando o método utilizado, alegando que a grande liberação de agrotóxicos no país pela ANVISA ocorreu porque só agora a instituição resolveu trabalhar, deixando de prejudicar a competitividade do agronegócio. Os dados negados pela ministra foram apresentados na mesma audiência pela senadora Eliziane Gama (PPS-MA). A senadora apresentou dados atribuídos a Fiocruz e a OMS, afirmando que em média per capita, cada brasileiro consome 7,3 litros de agrotóxicos. Lembrando que toda pesquisa feita pelos laboratórios da Fiocruz, prezam pelo método científico, ainda assim, a ministra disse discordar “totalmente da pesquisa, da metodologia, números e conclusões” (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Diante do exposto, questiona-se: Como um país aprova a entrada de mais novos tipos de agrotóxicos, fabricados por indústrias estadunidenses e Europeias, sendo que alguns dos agrotóxicos liberados aqui, foram proibidos em seu país de origem? Como o país incentiva um modo de produção agrícola irresponsável que estimula a monocultura químico-dependente com monopólio de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, com um absurdo exagero na utilização dos mesmos, contaminando o solo, conseqüentemente os alimentos, o ar, a água, os seres humanos, evidenciando danos ao meio ambiente.

Quatrocentos e noventa e sete princípios ativos foram liberados no Brasil desde a posse de Tereza Cristina sobre o comando do Ministério da Agricultura (SUDRÉ, 2019).

Quase metade dos princípios ativos de agrotóxicos liberados em território brasileiro são proibidos em países da União Europeia. É o que mostra levantamento organizado por Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), publicado no fim de julho. Nem todos os 497 princípios ativos autorizados no Brasil são passíveis de comparação com o quadro Europeu. Isso porque 65 deles referem-se a substâncias derivadas e outros 79 não estão classificados pelas agências de saúde de lá. Dos 353 princípios que sobram, 194 também são liberados nos países da União Europeia; e 155 são proibidos (44% do total). Entre as substâncias liberadas aqui e não autorizadas lá, 22 (ou 14,2%) são completamente banidas na Europa (SUDRÉ, 2019, p.1).

Fica evidente que mesmo com dados científicos, com um longo histórico de investigação sobre o efeito danoso dos agrotóxicos a vida de um modo geral, a denúncia realizada não foi capaz de mobilizar para uma reflexão sobre os riscos apresentados, os agrotóxicos continuam a ser liberados no país. Assim, cabe questionar: Porque as políticas públicas tem favorecido apenas a monocultura? Seria resultado de uma bancada ruralista no congresso, quarenta por cento dele ocupado pelo agronegócio? Seria porque ideias anti-intelectuais sobre a preservação ambiental, a utilização de agrotóxicos ou da demarcação de terras indígenas e quilombolas estão sendo difundidas e validadas pelos governantes?

O presidente da República, em seu discurso de posse, vociferou, garantindo que cumpriria a Constituição. Esclarecendo, que o Artigo 231 e parágrafos da Constituição Federal Brasileira prevê o direito originário à terra que tradicionalmente são ocupadas, definindo que os povos indígenas possuem posse permanente. Pouco tempo depois do discurso de posse, o presidente anunciou que nenhuma terra indígena seria demarcada, além de revelar a retórica de palanque, o seu discurso revela um interesse maior em jogo, terras protegidas sofrem a desregulamentação política, ficando livre para a exploração do capital (VERDÉLIO, 2019).

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL,1988).

Recente estudo solicitado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral, revela que metade das terras indígenas na Amazônia são alvo de mineração. Das trezentas e setenta e nove áreas homologadas, cento e noventa registram processos de interesse para garimpo. O interesse à mineração na Amazônia foi despertado no início de 2020, quando o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um projeto de

lei, PL 191/20³⁷, que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas, alvo de críticas feitas por lideranças indígenas e ambientalistas. Não é à toa a resistência em não demarcar terras originárias por parte do governo federal (PRAZERES, 2020). Em entrevista o representante máximo da nação, explicita a importância dada por parte dele aos povos originários:

Foi deflagrada uma verdadeira indústria das demarcações de terras indígenas. Hoje temos o estado de Roraima praticamente tomado grande parte da Amazônia e existe no Brasil todo. Deixo bem claro que ninguém é contra dar a devida proteção e terra aos nossos irmãos índios, mas da forma como foi feito... e hoje em dia reflete 14% do território nacional demarcado como terra indígena é um tanto quanto abusivo (SOARES, 2020, p.1).

Na questão da Crise Climática, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi questionado no senado federal em audiência pública, sobre a realidade de Crise Climática, o uso de agrotóxicos, o licenciamento ambiental, a administração de parques nacionais, o afastamento de vinte e um superintendentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA). Sobre a condição de Crise Climática, alegou concordar que o planeta está mais quente do que deveria, porém, não aceita o fato do ser humano ser responsabilizado pela aceleração do processo de aquecimento global (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Dados científicos já comprovam a existência da Crise Climática, e os impactos dessa crise para todas as formas de vida já podem ser sentidos e serão abordados mais à frente. Alguns cientistas, conhecidos no meio ambiental como “negacionistas do clima”, desenvolvem pesquisas que tentam negar a existência do aquecimento global e o fato da ação humana como responsável pelo aumento do aquecimento. Um dos mais importantes na área do negacionismo climático é o professor Richard Muller, físico e negacionista, integra uma equipe de cientistas em Berkeley, universidade da Califórnia, estuda como as mudanças de temperatura podem estar ligadas com a atividade humana ou com fenômenos naturais, como a atividade solar e vulcânica. Ele se mostrou surpreso sobre as

³⁷ O Projeto de Lei 191/20 regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. A iniciativa do governo federal vai ao encontro de declarações do presidente Jair Bolsonaro, que desde a posse defende o aproveitamento econômico de territórios indígenas. De acordo com a Constituição Federal, essas atividades só podem ser realizadas em solo indígena com prévia autorização do Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, e mediante consulta às comunidades afetadas, as quais é assegurada participação nos resultados.

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas> Acesso em 29 de agosto de 2020.

descobertas que comprovam que a temperatura média da superfície terrestre aumentou 1,5 ° celsius ao longo dos últimos duzentos e cinquenta anos e os seres humanos são quase inteiramente os responsáveis por induzir tal fenômeno. Após descoberta, se considerou um cético convertido (CIENTISTA..., 2012). Sobre a questão da Crise Climática, o chanceler brasileiro nomeado pelo governo atual, Ernesto Araújo, afirmou que o aumento da temperatura terrestre é causado por “asfaltos quentes”, ele literalmente questionou evidências científicas, argumentando de que não há termostato que meça a temperatura global (BARBOSA, 2019).

Diante da realidade de negacionismo por parte do governo atual, como é possível ensinar a população de um país que há a necessidade emergente de mobilização a favor da vida no planeta, quando os que governam seguem uma agenda de genocídio ambiental e descaso social? A efetiva transformação da realidade é potencializada a partir das ações políticas, econômicas, sociais e culturais. A educação Ambiental Crítica, transformadora, emancipatória e sua prática educativa é um instrumento na construção de uma sociedade mais sustentável, que precisa estar relacionada com outras esferas da vida (LOUREIRO, 2003).

A educação defendida aqui, parte de uma matriz que enxerga a educação como elemento de transformação social. Elemento esse, que incentiva o exercício da cidadania, expondo toda forma de dominação capitalista, que explora e oprime. Essa corrente de educação nasce na década de setenta na América Latina, com Paulo Freire, uma corrente designada ao grupo das pedagogias emancipatórias e libertárias, percebendo o ser humano como inacabado, que está em constante mudança, nesse movimento se pode conhecer e transformar (LAYRARGUES, 2004).

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente “falado” neste texto. Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente me alegra saber-me um ser condicionado, mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento. A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro (FREIRE, 1996, p.66).

Seguindo a perspectiva de uma educação crítica, tratar das violações ambientais também é papel de uma Educação Ambiental Crítica. O condicionamento de um modelo educacional que trata os efeitos e não as causas exige superação. No que consiste o papel

do educador ambiental ele se estende além dos projetos escolares de reciclagem do lixo, o que se faz urgente é tratar do modelo de consumo predatório o qual se é “condicionado” a se adequar, pois, nesse sistema capitalista, você só é, o que pode consumir.

No campo da Educação Ambiental, exemplo clássico de que ela em si não é garantia de transformação efetiva, mas pode ser também a reprodução de um viés conservador de educação e sociedade, são alguns dos programas de coleta seletiva de lixo em escolas. Partem de um pressuposto equivocado: o de que o lixo sempre é o problema principal para a comunidade escolar, e em grande medida acabam, intencionalmente ou não, reproduzindo uma Educação Ambiental voltada para a reciclagem, sem discutir a relação produção-consumo-cultura (LOUREIRO, 2003, p.2).

Pensar que a Educação Ambiental irá salvar o planeta sozinha é ingenuidade ou reprodução de uma ideologia. A reciclagem do lixo é discussão emergencial no contexto global, na relação parte e todo. No âmbito local, a questão do tratamento que se dá ao lixo, não é o mesmo. Há comunidades escolares que precisam discutir o acesso à água potável, ao saneamento básico, e outra, a reciclagem do lixo é o meio de sobrevivência, e em outra uma ação ambiental de conscientização, cada região tem uma particularidade e vai focar em causas diferentes, diante disso, é necessário partir dos particulares para uma visão de universalidade. Os casos particulares estão ligados em uma dinâmica global, sendo o capitalismo o modo de produção gerador do problema, nesse sentido, o “todo é mais que uma soma das singularidades num movimento de mútua constituição” (LOUREIRO, 2003, p.7).

Para a vertente crítica, a educação ambiental precisa construir um instrumental que promova uma atitude crítica, uma compreensão complexa e a politização da problemática ambiental, a participação dos sujeitos, o que explicita uma ênfase em práticas sociais menos rígidas, centradas na cooperação entre os atores (JACOBI, 2005, p.12).

Para que a práxis educativa ambiental se efetive é necessário um corpo teórico que a sustente. O materialismo histórico dialético pode ser a tradição teórica que atenda a necessidade de uma educação ambiental efetivamente crítica e transformadora. Os aspectos que permeiam tal tradição são os que a educação ambiental crítica adotada nesta pesquisa se baseia, sendo eles: a noção de totalidade, compreendendo o princípio como um todo estruturado, ou seja, é impossível compreender um aspecto sem relacioná-lo com o todo, a racionalidade dialética, que livre de conceitos idealistas, fundamentada na

compreensão histórica, pensa a possibilidade da mudança nas relações sociais, incluindo a de produção (LOUREIRO, 2003).

Mais do que apenas interpretar e conhecer a realidade, é imperativo através do conhecimento adquirido, das práticas sociais, das relações estabelecidas, transformar essa realidade. Esta corrente segue os princípios da criticidade e da racionalidade, interferindo na realidade apresentada com uma base teórica estabelecida. “Não basta também atuar sem capacidade crítica e teórica. O que importa é transformar pela atividade consciente, pela relação teoria-prática, modificando a materialidade e revolucionando a subjetividade das pessoas” (LOUREIRO, 2003, p.8).

A educação transformadora busca redefinir o modo como nos relacionamos conosco, com as demais espécies e com o planeta. Por isso é vista como um processo de politização e publicização da problemática ambiental por meio do qual o indivíduo, em grupos sociais, se transforma e à realidade. Aqui não cabe nenhuma forma de dissociação entre teoria e prática; subjetividade e objetividade; simbólico e material; ciência e cultura popular; natural e cultural; sociedade e ambiente. [...] a Educação Ambiental Transformadora tem na participação e no exercício da cidadania princípios para a definição democrática de quais são as relações adequadas ou vistas como sustentáveis à vida planetária em cada contexto histórico. Educar para transformar significa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade, estando articulada necessariamente às mudanças éticas que se fazem pertinentes (LAYRARGUES, 2004, p. 82).

Uma sociedade politicamente envolvida, está apta a pensar o bem comum. O individualismo exacerbado do capitalismo revela a falta de civilidade e a iminência de auto destruição. A necessidade de uma educação transformadora é realidade, educação essa, que politicamente engajada no contexto ambiental redefini os caminhos da vida em sociedade, na perspectiva de justiça social e sustentabilidade. Mesmo diante dos desafios apresentados a educação ambiental crítica é uma valiosa ferramenta de resistência ao sistema capitalista, que além de conhecer e interpretar a realidade, busca compreender para conscientizar, para denunciar e encontrar mecanismo para transformar.

CAPÍTULO II: A CRISE CLIMÁTICA E AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES

“Nos tornamos Bidesagradáveis na medida em que desafiamos o capital”

Michèle Sato (2018).

Este segundo capítulo tratará das questões da Crise Climática, da realidade de um Colapso já existente e das Conferências das partes como mecanismo de mitigação. O capítulo será dividido em subtítulos: a definição dos conceitos das novas eras geológicas, do Antropoceno e do Capitaloceno, a realidade da Crise Climática e a existência dos negacionistas do clima.

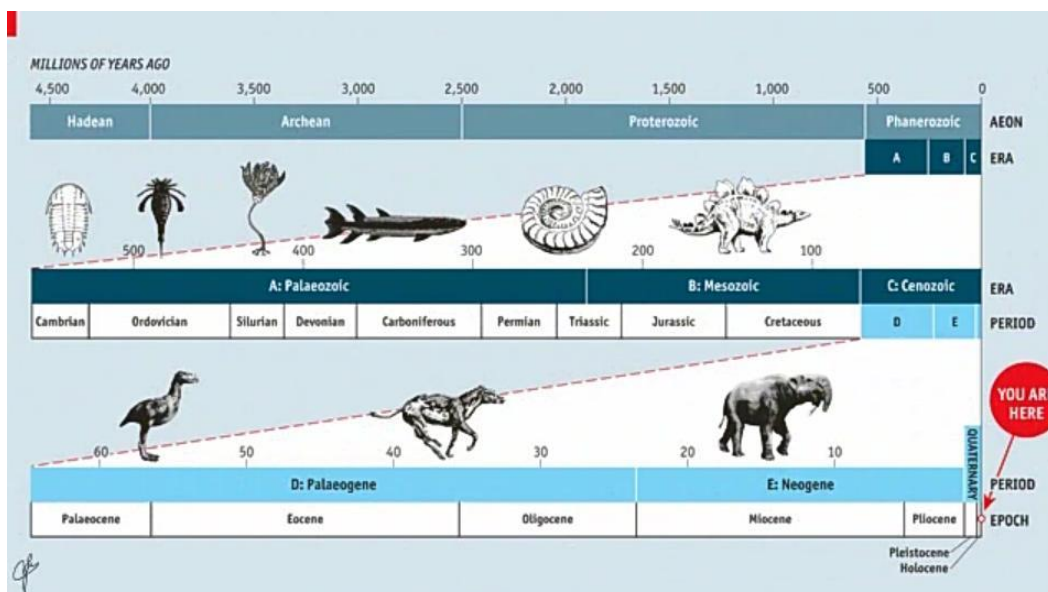
2.1 ERA GEOLÓGICA: DO ANTROPOCENO AO CAPITALOCENO

O estado atual planetário é de crise, emergência ou colapso climático, no campo da linguagem, a mudança da palavra implica também uma mudança do pensamento, ou seja, a importância do conceito precisa estar explicitada no significado real da palavra que o identifica, sendo a palavra “mudança”, inadequada para o estado atual. Em estado de Emergência, Crise, Colapso, é preciso agir imediatamente para transformar a realidade da vida planetária, que está na iminência de extinção, sendo assim, esta pesquisa se atém ao termo Crise, revelando a urgência do tema.

O planeta Terra possui aproximadamente quatro bilhões e meio de anos e cada processo de grande transformação, de mudanças, diz respeito a uma era geológica, sendo que cada era vai representar intervalos de tempo que são marcados por alterações na crosta terrestre e alterações da biodiversidade. As eras foram divididas em cinco períodos: Era Arqueozoica, que iniciou aproximadamente aos quatro bilhões e meio de anos atrás. Era Proterozoica, teve início a dois bilhões e meio de anos atrás, findando em quinhentos e cinquenta bilhões de anos. Era Paleozoica, prevaleceu de quinhentos e cinquenta a duzentos e cinquenta milhões de anos atrás. Era Mesozoica, iniciou duzentos e cinquenta milhões de anos atrás e a era Cenozoica, que teve início sessenta milhões de anos, com intenso movimento na crosta terrestre no período compreendido como terciário, e o quaternário de um milhão de anos atrás, que compreende a criação das grandes glaciações, formação dos oceanos e continentes e o surgimento do ser humano (FRANCISCO, 2019).

As eras geológicas estão representadas na figura abaixo (Figura 3), revelando uma linha da evolução da vida na terra:

FIGURA 3 - Linha da evolução na vida na terra



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

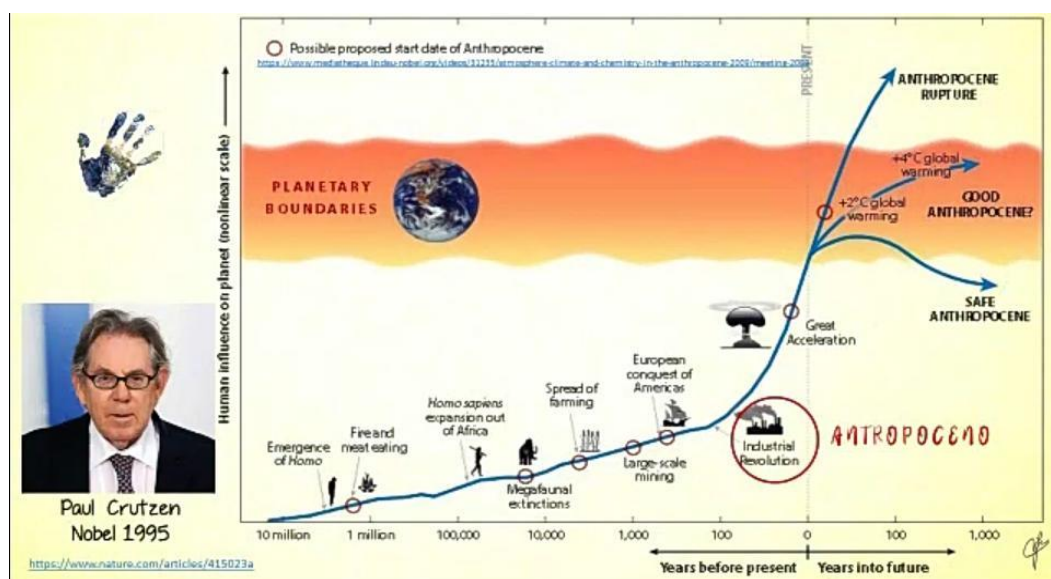
O planeta terra passou por momentos de extinção durante as eras geológicas. A duzentos e cinquenta milhões de anos aconteceu o estrangulamento da vida no planeta acarretando mudanças ambientais com a super Pangeia. A duzentos milhões de anos as atividades vulcânicas mudaram o clima causando a extinção da vida. Aproximadamente sessenta e cinco milhões de anos novo estrangulamento da vida aconteceu, a extinção dos dinossauros, causado por meteoros e atividades vulcânicas. E apenas a trezentos mil anos surgiu o homo sapiens (FAUTH, 2019).

Depois da última era, a Cenozoica, a ciência contemporânea passa a marcar o tempo a partir da ação humana. A era do Holoceno, época do período quaternário da era cenozoica, logo após ao último período glacial, aproximadamente a doze mil anos atrás, antecede a era que será abordada, a era do Antropoceno (FAUTH, 2019).

A época do Holoceno, os últimos doze mil anos de clima estável em que a agricultura, comunidades assentadas e grandes civilizações apareceram pela primeira vez, chegou ao fim. O vice-presidente da IGBP (Programa Interno da Geosfera/Biosfera) Paul Crutzen, propôs nomear a nova era como Antropoceno, do grego *anthropos* que significa ser humano (ANGUS, 2016, p.1).

Cientista químico atmosférico holandês, Paul Crutzen, com sua pesquisa sobre a química atmosférica, conquistou o prêmio Nobel em 1995, popularizando a nova era no século XX. Seu significado sofreu alterações constantes de acordo com o reducionismo ou amplitude que as análises o dedicavam, assim como o uso político feito dele. Mas, foi depois de Crutzen que os impactos da ação humana sobre o clima foram pensados. Muitos estudiosos atribuem o início da era do Antropoceno ao período das navegações, a revolução industrial, a intervenção nuclear ou a exploração dos combustíveis fósseis. Independente do início atribuído ao Antropoceno, é fato que, com a definição de uma nova era geológica, as consequências são atribuídas a ação humana. Consequências essas de atividades econômicas, industriais, políticas, militares (ZALASIEWICZ, 2017).

FIGURA 4 - Paul Crutzen e a nova era geológica: o Antropoceno.



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTIETo7NY&t=29s>

Para Paulo Artaxo (2014), professor do Instituto de Física da USP, especialista em Crise Climáticas, o ser humano sempre afetou o meio ambiente onde habita, porém, os impactos dessa ação deixaram de ser locais ou regionais, como revela a imagem acima (Figura 4) das pesquisas realizadas por Paul Crutzen. Com registros que antecedem o período de industrialização do mundo, o ser humano já vem afetando seu ambiente:

Com o desenvolvimento das máquinas a vapor e, posteriormente, dos motores a combustão interna, o uso de combustíveis fósseis (inicialmente carvão, depois petróleo e gás) cresceu exponencialmente, até esses se tornarem hoje responsáveis por 70% a 80% da energia total utilizada em nosso planeta. Isso

levou ao aumento da concentração atmosférica de dióxido de carbono (CO₂), que passou de cerca de 280 ppm, na era pré-industrial, para uma concentração média de 399 ppm, em 2015. Essa alta concentração não foi observada ao longo dos últimos 800 mil anos, pelo menos. O aumento nas concentrações de metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), ozônio (O₃) e outros gases de efeito estufa também foi muito significante. As alterações no albedo da superfície terrestre, que quantifica a refletividade do solo associada com mudanças de uso do solo, também foram grandes. A concentração de partículas de aerossóis atmosféricos também afeta fortemente o balanço de radiação terrestre através do efeito radiativo direto dos aerossóis bem como de seu efeito na alteração das propriedades e desenvolvimento de nuvens (ARTAXO, 2014, p.4).

Artaxo ainda aborda o crescente impacto da agricultura nas formas de manejo do solo, e na diminuição da capacidade de refletividade da superfície terrestre ocasionando maior absorção de calor. Ele afirma que: “A concentração de partículas de aerossóis atmosféricos também afeta fortemente o balanço de radiação terrestre através do efeito radiativo direto dos aerossóis” (ARTAXO, 2014, p.4). No campo da ciência não há dúvidas de que o que compõe a atmosfera terrestre está mudando por conta da emissão de gases e aerossóis causados por atividades antrópicas.

Hoje, as atividades humanas emitem para a atmosfera cerca de 9,3 PgC por ano (1 PgC corresponde a 1 bilhão de toneladas de carbono), causando um aumento da concentração atmosférica de CO₂ de 2 ppm (partes por milhão) por ano (Forster et al., 2007). Desde 1850, as concentrações de CO₂ aumentaram em 40%, as de CH₄, em 158%, e as de N₂O, em 20%. Há certo consenso em tentar limitar o aumento médio da temperatura global em 2 graus centígrados a partir do nível pré-industrial. O “limite” de 2 graus centígrados foi assumido levando em conta aspectos científicos e políticos. Os aspectos científicos foram baseados nas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que ponderam os possíveis danos aos ecossistemas, o aumento médio do nível do mar e outras variáveis versus o que é possível ser feito a curto e médio prazo em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa (ARTAXO, 2014, p.5).

O estudo elaborado por Artaxo antecede a reunião da Conferência das partes em Paris no ano de 2015, onde foi assinado pelos representantes dos países participantes, um acordo climático global que delimitou a emissão de gases de efeito estufa. Dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) comprovam o aumento na emissão de gases causadores do aquecimento terrestre no ano de 2018, contrariando os números esperados no acordo feito em Paris, tornando assim, o tratado insuficiente para diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera.

A concentração na atmosfera de gases que provocam o efeito estufa e causam o aquecimento global bateu recorde em 2018, aumentando mais rápido do que a média registrada na última década, segundo um relatório divulgado nesta segunda-feira (25/11) pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). "Não

há sinais de uma desaceleração, muito menos de uma diminuição, na concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, apesar de todos os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas", afirmou o secretário-geral da OMM, Petteri Taalas. "Essa tendência contínua de longo prazo significa que as gerações futuras terão que enfrentar impactos cada vez mais graves das mudanças climáticas, incluindo aumento de temperatura, clima mais extremo, estresse hídrico, aumento do nível do mar e perturbação de ecossistemas marítimos e terrestres", acrescentou Taalas (EMISSORA..., 2018, p.1).

É consenso no campo científico que a emissão de Gases do efeito estufa (GEE) são os causadores do aquecimento global, o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), o ozônio (O₃ forma tri atômica do oxigênio), entre outros. Os gases do efeito estufa que envolvem a Terra, absorvem uma parte da radiação solar refletida pela superfície terrestre e impedem que essa radiação fuja para o espaço, ocasionando o aquecimento da Terra, mudando o clima e provocando a Crise Climática.

O relatório anual da agência da ONU indica que a concentração média de dióxido de carbono – gás responsável por aproximadamente dois terços do aquecimento da Terra – atingiu 407,8 ppm (partes por milhão) em 2018, superando a taxa média de aumento de 2,06 ppm registrada entre 2005 e 2015. No ano anterior a concentração foi de 405,5 ppm. A concentração registrada em 2018 é 146% maior do que o nível da era pré-industrial, de 1750, segundo a OMM, que usa os dados recolhidos em estações meteorológicas no Ártico, zonas montanhosas e ilhas tropicais. "A última vez que a Terra experimentou uma concentração comparável de CO₂ foi há 3 a 5 milhões de anos", revelou Taalas. Por sua vez, o segundo gás prevalente na atmosfera é responsável por 17% do aquecimento global, o metano, atingiu uma concentração na atmosfera de 1,86 ppm, uma aumento de 259% em relação ao nível da era pré-industrial (EMISSORA..., 2018, p.1).

Os dados apresentados fazem menção à quantidade de gases que permanecem na atmosfera, não a quantidade que são emitidos, sendo importante considerar o tempo que esses gases podem permanecer na atmosfera. Alguns mecanismos de mitigação não são suficientes para impedir as catástrofes climáticas, pois os efeitos da degradação já podem ser sentidos. O necessário é a redução de emissão de todos os gases poluentes (ARTAXO, 2014). Realidade defendida pela REAJA³⁸, o que deve ser feito é mudar o sistema e não o clima.

³⁸ No ano de 2016, a Fapemat lança um edital induzido para redes internacionais (037/2016/Fapemat) o que possibilita a aprovação da atual "Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA)", que possui características do projeto do CNPq, mas ampliada nos cenários nacionais e internacionais. No ano de 2019, a Fapemat concedeu a prorrogação do projeto até o ano de 2020 (processo no. 0602434/2016), devidamente registrado na UFMT [Propeq cadastro: 139/2018]. Atualmente, cinco países fortalecem a REAJA: Brasil, México, Cuba, Espanha e Portugal. No Brasil, envolve 7 estados de 3

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C em relação à era pré-industrial, as emissões líquidas de CO₂ precisam ser reduzidas a zero, sendo limitadas ao nível que a Terra consegue absorver (EMISSORA..., 2018, p.1).

Diante da realidade de interferência antrópica, questionamentos surgiram entre aqueles que defendem o modelo econômico capitalista. A ação humana estava realmente mudando as variantes naturais? Não há como negar, foi identificado os efeitos da ação humana nas geleiras, praias tomadas por plásticos, metais, rios contaminados, assoreados, mortos pelos desmatamentos, secando, causando crises hídricas. O desaparecimento de corais e outras espécies, as queimadas, a exploração dos combustíveis fósseis, entre outros (ABRAMOVAY, 2015). A nova era do Antropoceno traz uma perspectiva dos efeitos da ação humana sobre a natureza.

Desde a grande aceleração global - aceleração do crescimento populacional, da industrialização e da globalização de meados do século XX, as camadas de sedimentos do fundo mar, fundos de lagos e pântanos e em leitos de rios são marcados por radionuclídeos artificiais originários de testes com bombas atômicas das décadas de 1950 e 1960, por plástico, alumínio e concreto, por novos pesticidas e outros poluentes orgânicos persistentes e por cinzas volantes como subprodutos da queima de hidrocarbonetos (ZALASIEWICZ, 2017, p.7).

O termo antropoceno se direciona a um ser individual, que se desenvolve em um ambiente totalmente alheio a outras formas de vida. Problematizando essa visão, pode-se afirmar que o ser humano só se torna humano nas relações com outro humano, ou seja, as relações sociais efetivam a condição de humano. A crítica ao antropoceno nasce da lógica dessas relações, para estudiosos que questionam o termo Antropoceno é preciso endereçar a responsabilidade pela crise, que não pode ser a todos os seres humanos, considerando a relação de poder que os envolve no sistema capitalista.

Aqueles que veem no Antropoceno o culminar do potencial humano de dominar e controlar a natureza espalham a ideia de que as mudanças climáticas e o

regiões brasileiras. Com a maciça presença de 12 universidades, a REAJA conta também com as organizações não governamentais e uma entidade governamental, no total de 16 entidades. No âmbito da UFMT, envolve o Instituto de Educação (IE), o Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD), o Instituto de Biociências (IB) e o Instituto de Linguagens (IL), numa equipe multidisciplinar que nem sempre tem consensos, principalmente quando o debate divide a humanidade e outros seres, mas no marco do saudável diálogo científico entre vida e não vida, há consenso de que a crise climática tem influência direta e indireta das atividades humanas.

Blog: Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA. Disponível em: https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reaja_31.html Acesso em 29 de agosto de 2020.

aquecimento global não passam de males menores que podem ser resolvidos com mais tecnologia. Para eles, a humanidade, como os ecossistemas têm capacidade de se adaptar a qualquer novo cenário, portanto, não é necessário reduzir o consumo de material e o crescimento industrial, pelo contrário, o planeta é mais produtivo do que antes, alterada pelos seres humanos e, se pudéssemos nos adaptar aos problemas anteriores, conseguimos novamente (RAMIREZ, 2017, p.1)

É enunciado de que a era do Antropoceno se concentra nos efeitos da degradação ecológica ocasionada por humanos, negligenciando a causa dessa degradação, tornando difícil a identificação dos responsáveis e a busca por soluções políticas para os problemas enfrentados, é o que afirma Moore (MOORE, 2018). Contemporâneo de Paul Crutzen, Jason W. Moore, professor de sociologia na universidade de Binghamton, Nova York, dentre os críticos da teoria do antropoceno ele se destaca como o mais determinado. Para Moore (2018):

Meu ponto de partida é a consciência de que o capitalismo não é apenas uma prática de exploração econômica do trabalho, mas também - e mais fundamentalmente - uma forma histórica de dominação que se estende ao trabalho doméstico, trabalho subserviente e trabalho que envolve natureza. Nesse sentido, o capital sempre precisa produzir natureza barata, a fim de relançar continuamente o processo de acumulação. A palavra "barato" não se refere apenas ao seu baixo custo. Pelo contrário, deve ser entendida como uma estratégia abrangente, na qual a redução do preço está subordinada a uma deterioração mais geral, em termos da dignidade "menor" e do respeito atribuído aos sujeitos dominados: mulheres, povos colonizados e meio ambiente (p.1).

Para Jason Moore: “no capitalismo existem grupos com maior poder para estabelecer dinâmicas e consumo por meios legais, políticos, religiosos, psicológicos e até militares” (RAMIREZ, 2017, p.1). Diante dessa perspectiva, é injusto responsabilizar todo ser humano pela degradação ambiental. As cinquenta pessoas que partilham o ônibus lotado diariamente não têm a mesma responsabilidade que o dono do automóvel que emite co2 sozinho dentro de sua bmw. O estudioso propõe uma nova era. A era do Capitaloceno.

Embora o termo *antropoceno* se refira ao fato de a humanidade ter sido responsável pelas mudanças ambientais, ele não diz que tipo de humanidade é. Na história de nossa espécie, houve diferentes tipos de sociedades e a responsável pela crise atual é uma em particular: a capitalista. O conceito de *capitaloceno* tem a precisão necessária para incluir as contribuições do antropoceno e evitar sua manipulação pela esquerda e pela direita. O conceito de capitaloceno refere-se ao fato de que, embora tenha sido com a Revolução Industrial que começaram a queima de combustíveis fósseis e a expulsão de gases de efeito estufa na atmosfera, essa revolução não ocorreu no vácuo social. Em vez disso, desenvolveu-se dentro de um sistema econômico que exige e impulsiona a inovação técnico científica para mover mercadorias o mais rápido possível, ao longo de distâncias crescentes (RAMIREZ, 2017, p.1).

Eis a base para a crítica ao termo do antropoceno. Para Moore, o capitalismo é o responsável pela crise ambiental atual. A base do Capitaloceno está alicerçada na divisão de renda injusta e desigual. Uns poucos possuem muito e muitos estão na miséria. O que torna o uso político do termo antropoceno muito apropriado para os donos dos meios de produção. Esses são os que degradam, e esses são os que culpam seus funcionários pela degradação.

Em 2015, metade do total de emissões de CO2 foi de responsabilidade dos 10% da população mais rica, 00700 milhões de pessoas, enquanto metade da população mundial - 3500 milhões, gerou apenas 10% das emissões. Pior ainda, as emissões de carbono dos 1% mais ricos são 30 vezes maiores que as dos 50% mais pobres e excedem 175 vezes as emissões dos 10% mais pobres (A EXTREMA..., 2015, p.1).

Partindo do contexto de desigualdade citado, os impactos da crise ambiental, não serão sentidos da mesma maneira por todas as classes sociais. Os desastres ambientais causados pela ação humana ocorridos recentemente no Brasil, atingiram em sua maioria, comunidades de baixa renda e marginalizadas. O exemplo de Brumadinho representa a exposição dos trabalhadores em condição de vulnerabilidade, duzentos e setenta pessoas morreram soterradas pela lama da barragem rompida, todos trabalhadores da mineradora Vale (PARREIRAS, 2020).

Quase quatro anos se passaram do maior desastre ambiental do país, no Estado de Minas Gerais, rompe-se a barragem do Fundão, da mineradora Samarco, trinta e cinco quilômetros de Mariana, cidade que desapareceu no mar de lama dos rejeitos de minério que contaminou o rio Doce, e todos os rios que encontrou pelo caminho, chegando até o mar, deixando um rastro de destruição, toneladas de peixes mortos, famílias desabrigadas, desempregadas, sem acesso à água potável (TRÊS..., 2019). Diante da realidade exposta, é injusto considerar que todos os seres humanos sejam responsáveis pela crise ambiental. Em 2018, segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo IBGE, o país apresentava 13,5 milhões de pessoas com renda per capita mensal inferior a 145 reais, ou seja, abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019). Como essas pessoas podem ser responsabilizadas pela Crise Climática?

Contudo, embora os impactos da mudança do clima afetam a todos, a intensidade desses impactos e a capacidade dos indivíduos e dos grupos sociais em lidar com as consequências de tais mudanças são diferenciadas. As raízes desta diferenciação podem ter ligação com o território no qual tais grupos habitam, ou com o impacto específico na dinâmica de um dado recurso natural utilizado por um grupo e não por outros. Não obstante, existe um fator que gera

e/ou acentua desigualdades entre grupos e classes sociais no que tange à sua resiliência aos impactos das alterações no clima, tais como condições precárias de acesso à renda e a serviços básicos de cidadania (saúde, segurança, educação e infraestrutura em geral) (MILANEZ, 2010, p.4).

Embora há discursos de que os impactos da Crise Climática afetaram todos da mesma maneira, a realidade da figura abaixo (Figura 5) mostra o contrário, são os mais vulnerabilizados nas cidades de Brumadinho e Mariana, que sentiram os efeitos desses desastres causados pela ação humana, pelas privatizações do capitalismo.

FIGURA 5 - Lama, mortes e descaso com o meio ambiente, Brumadinho e Mariana.



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019).

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

Para Boff (2015), as fusões de grandes empresas multinacionais, transferiram a imensa riqueza adquirida, para poucos grupos e poucas famílias, os 20% mais ricos em 2015 consumiam 82,4% das riquezas da terra, enquanto os 20% mais pobres ficam com 1,6%. “As três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos superiores a toda riqueza dos quarenta e oito países mais pobres nos quais vivem seiscentos milhões de pessoas” (BOFF, 2015, p.18).

No ano de 2019, no Brasil, segundo dados do IBGE, o índice de concentração de renda piorou, é o maior em desigualdade desde de 2012. Os 1% mais ricos do país ficaram mais ricos em um percentual de 8,4% no ano de 2018, enquanto que o pobre ficou mais pobre, em um percentual negativo de 3,2% do mesmo ano. 1% dos mais ricos, ganham 33,8 % mais que 50% da população mais pobre, fazendo do Brasil um dos países mais

desiguais do mundo (GERBELLI, 2019).

Grupos sociais em maior vulnerabilidade socioeconômica frequentemente são também mais vulneráveis a eventos tais como enchentes, secas prolongadas, falta de disponibilidade hídrica, variação na quantidade e no preço dos alimentos e variações nas dinâmicas de recursos naturais específicos. Tais eventos estão sendo intensificados com o advento das mudanças do clima, e tendem a ser cada vez mais frequentes e intensos à medida que essas mudanças se acentuam (MILANEZ, 2010, p.4).

Nietzsche (1996) disse que as palavras sempre foram inventadas pelas classes dominantes e antes de se tornarem signos, impõem-nos uma interpretação. Sendo assim, se faz importante compreender o significado de Antropoceno, seu uso social e político e de Capitaloceno, além do aspecto semântico, compreender todo o contexto que cerca tais termos. Ter a consciência de que o capitalismo não é apenas uma prática de exploração do trabalho, mas também uma forma histórica de dominação, que alcança todos os meios de produção.

O Antropoceno marca descontinuidades graves; o que vem depois não será como o que veio antes. Penso que o nosso trabalho é fazer com que o Antropoceno seja tão curto e tênue quanto possível, e cultivar, uns com os outros, em todos os sentidos imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir os refúgios. [...] O limite que é o Antropoceno/Capitaloceno significa muitas coisas, incluindo o fato de que a imensa destruição irreversível está realmente ocorrendo, não só para os 11 bilhões ou mais de pessoas que vão estar na terra perto do final do século XXI, mas também para uma miríade de outros seres. [...] “À beira da extinção” não é apenas uma metáfora; e “colapso de sistema” não é um filme de ‘suspense’. Pergunte a qualquer refugiado, de qualquer espécie. [...] Então, penso que mais do que um grande nome, na verdade, é preciso pensar num novo e potente nome. Assim, Antropoceno, Plantationoceno e Capitaloceno (termo de Andreas Malm e Jason Moore antes de ser meu) (HARAWAY, 2016, p.139–46).

Diante do que relatou Haraway, bióloga, filósofa e escritora estadunidense, a transformação da sociedade é urgente, mas, não apenas uma transformação retórica, que atinge um percentual mínimo das sociedades, e que existe apenas para cumprir protocolos impostos. É necessária uma transformação significativa do sistema capitalista. É o sistema de produção capitalista que precisa ser alterado, é ele quem conduz a humanidade e todo os outros seres à extinção.

Uma das versões brasileira de desenvolvimento cunhada pelo sistema capitalista está exposta na figura abaixo (Figura 6), a abertura da transamazônica durante a Ditadura, ideia de exploração da Amazônia pelo capitalismo para o desenvolvimento da economia.

FIGURA 6 - A versão brasileira de “desenvolvimento”.



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

2.2 A REALIDADE DA CRISE CLIMÁTICA

A realidade da Crise Climática é um dos temas mais importantes e desafiantes da atualidade, um fenômeno que alcança desde a produção de alimentos, até o aumento do nível do mar, potencializando o risco de inundações e desastres (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Considerando tudo que foi discutido, é imprescindível que a condição de Crise Climática seja vinculada diretamente ao modelo econômico estabelecido na maior parte do planeta, o capitalismo. A ação do ser humano tem alterado as variantes naturais do planeta, uma delas é o clima.

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII e, sobretudo, no século XX, após a II Guerra Mundial, ocorreu um aumento significativo da produção industrial e da agricultura e, conseqüentemente, um aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera. Essa nova fase na história da humanidade, o período industrial, trouxe um modelo de desenvolvimento e de padrões de consumo que se sustenta no uso excessivo de combustíveis não renováveis e assim contribuem para a elevação dos níveis de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases causadores do efeito estufa, que provocam as Mudanças Climáticas (TAMAI, 2013, p.15).

Na era do Capitaloceno, a discussão dos impactos do modelo econômico na qualidade de toda forma de vida é fundamental. Pois, é esse modelo de governança que tem alterado todo o funcionamento natural do planeta. A terra até a influência humana manteve um controle na temperatura, porém, com uma forma de consumo pungente, com o aumento da emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa, tem feito com que a temperatura que até então era controlada, aumentasse. O aquecimento global revela seus causadores, geralmente países desenvolvidos, como os Estados Unidos, poluem mais, e negligenciam os tratados de controle de emissão de gases poluentes (TAMAIIO, 2013).

Como já abordado, o aquecimento global é resultado do efeito estufa, que é um processo natural, a capa que protege a terra da radiação solar através da formação de gases e água na atmosfera, impedindo que o calor da radiação absorvido pela terra escape para o espaço. Esse efeito estufa é responsável pelo equilíbrio da temperatura na terra, não permitindo que se esfrie demais ou que a radiação excessiva a prejudique. Dessa maneira, todas as formas de vida planetária encontram um ambiente saudável para se desenvolver. O problema está no aumento desses gases. É onde a influência humana entra, a queima de combustíveis fósseis, as alterações no uso do solo, transportes, lixo em aterros, são alguns dos causadores do aumento nas emissões dos poluentes, causando o aquecimento da terra, conseqüentemente colocando em risco toda a vida existente (SATO; SILVA; JABER, 2018).

Os gases responsáveis pelo efeito estufa mais importantes são: Dióxido de carbono (CO₂) ou gás carbônico – produzido naturalmente através da respiração celular de microrganismos, plantas e animais, e pela decomposição microbiana da matéria orgânica. A queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás), os desmatamentos e as queimadas de restos vegetais são também importantes fontes de dióxido de carbono causadas pelo ser humano. A maior parte das emissões de CO₂ do Brasil são provocadas pelos desmatamentos e queimadas. Metano (CH₄) – produzido pela decomposição de matéria orgânica, cujas principais fontes vem de lixões, dejetos, restos de vegetais e animais. Outra fonte é o cultivo de arroz em campos alagados. Gases intestinais e os arrotos, principalmente de bovinos, são também fontes de metano. Óxido nitroso (NO₂) – produzido de forma natural pelos oceanos e florestas tropicais. Mas tem outras fontes, resultado das atividades humanas: as indústrias, as atividades agrícolas (manejo do solo, uso de fertilizantes, etc.) Clorofluorcarbonos (CFC) – são os gases utilizados em equipamentos de refrigeração, sprays, solventes industriais, espumas isolantes, produtos usados na eletrônica, etc. Compostos de cloro, flúor e carbono (CFC), são altamente nocivos e destroem a camada de ozônio (SATO; SILVA; JABER, 2018, p. 80).

Dentro das Políticas públicas voltadas para a condição de Crise do Clima, foi criado o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPPC), é a maior autoridade mundial em questões climáticas. Criado no ano de 1988 pela Organização Meteorológica

Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O IPCC tem como objetivo junto aos governos e estudiosos do clima debater as alterações climáticas. Ele media as negociações internacionais que buscam conter o avanço do aquecimento global, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. O IPCC reconheceu a partir de seus relatórios a ação humana como responsável pela Crise Climática (SATO; SILVA; JABER, 2018).

Considerando a importância do tema, cria-se também a “Convenção do Clima”. Convenção que reúne anualmente países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), eles discutem as questões mais importantes sobre Crise Climática. A primeira convenção mundial aconteceu em 1992. O nome oficial do evento é Convenção-Quadro da Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Nesse mesmo percurso surge o Protocolo de Quioto.

Em 1995, os países iniciaram negociações para fortalecer a resposta global às mudanças climáticas e, dois anos depois, adotaram o Protocolo de Quioto. O Protocolo de Quioto criou diretrizes para que as nações cumpram metas para a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. O primeiro período de compromisso do Protocolo começou em 2008 e terminou em 2012. O segundo período de compromisso começou em 1 de janeiro de 2013 e terminará em 2020. Existem, hoje, 197 Partes na Convenção e 192 Partes no Protocolo de Quioto (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A Conferência das Partes-COPS, é também um mecanismo de combate a Crise Climática, ou deveria ser. Países signatários se reúnem anualmente para discutir a sua implementação. Esses encontros são chamados de Conferências das Partes (COPS). Neste caso, “Parte” é o mesmo que país e a COP constitui o órgão supremo da Convenção do Clima (SATO; SILVA; JABER, 2018). Sendo um importante marco referencial para melhor compreensão da Crise Climática, assim como, importante ferramenta de ação frente ao estado de Crise Climática global. Anteriores as COPS, reuniões serviram como marco referencial para construção de políticas públicas voltadas para discussão sobre o clima. O Clube de Roma (1972), a Conferência de Estocolmo (1972), a formulação do Relatório Brundtland (1987) e as pesquisas científicas que serviram de aporte. Um momento marcado pelas relações econômicas que buscam manter a sua hegemonia (SATO; SILVA; JABER, 2018).

Uma comissão internacional de ambiente e desenvolvimento é formada, e em 1987 lança um famoso documento intitulado “Nosso Futuro em Comum”, ou simplesmente “Relatório de Brundtland”, em homenagem à sua líder, na época

primeira ministra da Noruega. Diferentemente da história das décadas passadas, não é um movimento social, mas é a própria cultura hegemônica que traz à tona o debate ambiental nas arenas de disputas, mercados e princípios de desenvolvimento, que demarca seus campos de poder até os dias atuais (SATO, SILVA E JABER, 2018, p.37).

Como já abordado, a criação do IPCC, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC) ou em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) os encontros das Conferências das Partes (COPS) e o Protocolo de Quioto (1997) colaboraram para um maior aprofundamento nas discussões sobre o clima e toda problemática que o envolve, possibilitando a discussão em âmbito mundial (VERGES, 2017).

No âmbito da UNFCCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – que reúne cientistas independentes de todo o mundo, incluindo pesquisadores brasileiros – quanto a anomalias nos dados de temperatura observados, indica uma tendência de aquecimento global devido a razões antrópicas. Isso foi importante para que a Convenção estabelecesse como seu principal objetivo estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em um nível que impeça uma interferência da ação humana perigosa no sistema climático global (MMA, BRASIL, 1992).

A Conferência das Partes, é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), ela reúne anualmente todos os países Parte em conferências mundiais. Todas as decisões tomadas na Conferência são de ordem coletivas e de consenso unânime pelas Partes, sendo soberana e válida para todos os países signatários. O objetivo das COPS é: “manter regularmente sob exame e tomar as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos que a COP possa adotar” (MMA, BRASIL, 1992, p.1).

[...] Nela os países se reúnem para discutirem os acordos e os mecanismos coletivos de atuação sobre o tema especificado. Dessa maneira, são realizados encontros anuais permitindo a ampla discussão entre os responsáveis definidos por Estados, representantes dos múltiplos atores em sociedade, bem como aliados às iniciativas sobre os caracteres da biodiversidade e clima no Planeta (VERGES, 2017, p. 53).

Nas COPS são discutidas questões referentes às reuniões maiores, revendo metas e a construção de políticas que atendam as questões climáticas. Dentro das COPS, foram criadas regulações referentes a emissão de GEE, questões sobre os usos da terra, o MDL - Mecanismo de desenvolvimento limpo, entre outros, caracterizando um órgão de significativa importância (VERGES, 2017).

O professor da UNB, Irineu Tamaio, afirma que o problema nessas negociações com diferentes nações é o tratamento dado aos recursos naturais. São mercadorias para comercialização, dentro dessa expectativa é que se inicia o percurso das COPS (TAMAIO, 2013).

Essas concepções da relação com o meio ambiente ficam explícitas nessas negociações multilaterais, em que é visível o predomínio de uma ideia hegemônica na qual os recursos naturais do Planeta são vistos como ativo econômico, para atender o modelo econômico baseado na produção e no consumo infinito. Esse pensamento tornou-se anacrônico, isso já não é mais possível (TAMAIO, 2013, p.34).

Desde que a Convenção das COPS, entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993 (Declarado dia Mundial da Biodiversidade pela Organização das Nações Unidas - ONU), já foram realizadas vinte e cinco reuniões das COPS (MMA, BRASIL, 1992). A primeira aconteceu em Berlim, na Alemanha. Seguindo uma linha histórica, em 1996 na Suíça, em 1997 no Japão, esta, um importante marco, onde os mecanismos práticos da convenção são constituídos, com metas obrigatórias e com o surgimento do protocolo de Quioto. Importante ressaltar o anexo do protocolo onde cada país signatário deveria cumprir metas específicas de redução de gases de efeito estufa. O que necessariamente não aconteceu.

O protocolo de Quioto prevê mecanismos para auxiliar os países a cumprirem suas metas ambientais. Ele define quais metas de redução de emissões para os países desenvolvidos capitalistas, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima. “Quioto contemplou três mecanismos de flexibilização: Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo” (MMA, BRASIL, 1992). Ações governamentais, que combatem ou deveriam combater o que afirmou o professor Tamaio, a instrumentalização da natureza, tratada como mercadoria, a reificação³⁹ da natureza. Mantendo a meta de baixar as emissões de gases poluentes de efeito estufa, as organizações criam um “Mecanismo de Desenvolvimento limpo”, um

³⁹ Segundo Georg Lukács 1885-1971, alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx 1818-1883, processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado. Disponível em: https://www.google.com/search?rlz=1C1ASVC_pt-BRBR893BR893&sxsrf=ALeKk02UCMc_5czpZ9_U2dB_nDbWIXKDHA:1599598040723&q=Dicion%C3%A1rio&stick=H4sIAAAAAAAAAAONQesSowS3w8sc9Ysn5SWtOXmOU5OLzL0jNc8IMLsnMzOssqrRiV2ItKNF1CuJZxMoNFaaKH15YIJKPAKWEZ7E7AAAA&zx=1599598242264#dobs=reifica%C3%A7%C3%A3o Acesso em 08 de setembro de 2020.

instrumento criado para que países desenvolvidos cumpram com o acordo de redução de emissão dos gases.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um instrumento criado para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. Para os países desenvolvidos cumprirem a meta de reduzir suas emissões em 5,2% até 2012, como acordado no Protocolo de Quioto, além de cortar localmente suas emissões, podem também comprar uma parcela de suas metas em créditos de carbono gerados em projetos em outros países em desenvolvimento, como o Brasil. A Conferências das Partes (COP) deve elaborar modalidades e procedimentos que objetivem garantir transparência, eficiência e responsabilidade através de auditoria e verificação independente destes projetos. A COP deve também garantir que parte destes certificados seja usada para cobrir custos administrativos, assim como ajudar países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima, a cobrir os custos de adaptação (SATO; SILVA; JABER, 2018, p.83).

A realidade atual de Crise Climática comprova a ineficiência dos mecanismos adotados. A quarta conferência aconteceu em Buenos Aires, Argentina, em novembro de 1998. Em 1999, a quinta conferência aconteceu em Bonn, na Alemanha, a primeira parte da sexta conferência ocorreu em Haia, países baixos e a segunda parte, no ano de 2000, na Alemanha, todas as conferências citadas tiveram seu eixo norteador a implementação e ratificação do Protocolo de Quioto. Construiu-se um programa de metas que atendia a análise de impactos das mudanças do clima e alternativas de compensação (HISTÓRIA..., 2019, p.5).

O plano de ação de Buenos Aires trouxe um programa de metas para a abordagem de alguns itens do Protocolo em separado: análise de impactos da mudança do clima e alternativas de compensação, atividades implementadas conjuntamente, mecanismos financiadores e transferência de tecnologia (CONFERÊNCIA..., 2013, p.5).

A sétima conferência foi realizada entre os dias vinte e nove de outubro e nove de novembro de 2001, na cidade de Marraqueche, Marrocos. Os acordos efetivados nessa conferência trouxeram a definição dos mecanismos de flexibilização e a decisão de limitar o uso de créditos de carbono gerados de projetos florestais do Mecanismo de desenvolvimento limpo. Como também, a determinação de fundos de ajuda a países em desenvolvimento, buscando alternativas de adaptação à Crise Climática (HISTÓRIA..., 2019, p.9).

O acordo firmado em Quioto concedeu as nações envolvidas a possibilidade de acabar localmente com a emissão e também poderiam comprar parte das suas metas em

crédito de carbono. Créditos que são gerados em projetos nos países em desenvolvimento como o Brasil. Esse sistema de compensação, onde o país que não conseguiu reduzir os níveis de poluição podem comprar os créditos de um outro país que tenha conseguido cumprir a meta estabelecida, gerou inúmeras críticas, pois, segundo muitos estudiosos, o projeto permitiu uma flexibilização para emissão de gases poluentes, pois, os países que poderiam pagar pelos créditos, continuaram com seu modo de consumo desenfreado, não se responsabilizando pelo bem estar do planeta. Sobre o crédito de carbono a Agência BBC de notícias (2019) afirma:

O crédito de carbono funciona assim: uma entidade paga a outra pelo direito de emitir gases que provocam o efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂). O recebedor desse dinheiro, em tese, o investe em fontes de energia renováveis e deixa de desmatar. Cada crédito é equivalente ao aquecimento global causado por uma tonelada métrica de CO₂. O Brasil, que concentra um terço da área de floresta tropical do mundo, é um dos maiores receptores de recursos do crédito de carbono. O mercado dos créditos é atraente para indústrias altamente poluentes, como companhias aéreas, e países industrializados que assinaram o acordo climático de Paris, porque as compensações podem servir como uma alternativa mais barata do que reduzir de fato o uso de combustíveis fósseis (CRÉDITO..., 2019, p.1).

Apesar do projeto no início da década de noventa aparentemente ter funcionado, com o passar do tempo se mostrou uma permissão para alguns países continuarem com seu modelo econômico, emitindo gases poluentes sem culpa, evidenciando a luta de classes por muitos negada. Os Estados Unidos, um dos maiores poluentes do mundo, demonstraram entusiasmo com o mercado do crédito de carbono, mas, segundo a Pro pública - organização americana de jornalismo investigativo, há cada vez mais evidências de que eles não renderam, e não vão render o benefício climático desejado. No Brasil não foi diferente, madeireiros derrubaram mais árvores do que todos os créditos vendidos (CRÉDITO..., 2019).

O projeto vendeu 250.000 créditos. Enquanto isso, um líder tribal documentava a destruição. "Todos os dias, 300 caminhões deixam nosso território repletos de madeira", escreveu ele em uma carta pública em 2016. O projeto foi suspenso no ano passado, depois que os madeireiros destruíram mais árvores do que todos os créditos vendidos (CRÉDITO..., 2019, p.1).

Nova Déli, Índia, foi palco da oitava COP, que aconteceu em novembro de 2002. No mesmo ano realizava-se em Durban, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). Para Tamaio (2013):

A impressão que temos é que o conceito “Mudanças Climáticas” vem ganhando cada vez mais um enfoque econômico e tecnológico, seguindo o mesmo caminho percorrido pelo conceito meio ambiente. Em 1972, a questão ambiental foi discutida internacionalmente pela primeira vez, com foco nas questões socioambientais que emergiram pelas práticas humanas insustentáveis. Passados 20 anos, a Rio-92 debate o tema meio ambiente, mas com o enfoque em desenvolvimento. Passados mais 10 anos, na Rio + 10, realizada na África do Sul, deixou-se de lado o termo “meio ambiente”, passando a utilizar apenas “desenvolvimento sustentável” (TAMAI, 2013, p.37).

A crítica realizada acima denuncia a domesticação do tema climático, o sistema econômico sutilmente em alguns casos, em outros, explicitamente, impõe seu modus operandi mesmo entre os mecanismos de resistência. Em 2003, a nona conferência das Partes ocorreu na Itália, 2004 na capital Argentina e 2005 no Canadá, são anos que se tornam marcos, pois, finalmente o protocolo de Quioto entra em vigor, ou seja, dezoito anos para que fosse implementado.

A COP-12 aconteceu na África em novembro de 2006. A cidade de Nairóbi no Quênia, sediou a conferência que abordou como tema principal o compromisso da revisão de itens do Protocolo de Quioto. Em 2007, em Bali, na Indonésia, foram estabelecidos compromissos verificáveis para a redução e emissões, assim como a primeira vez em que se propõe metas voluntárias para países em desenvolvimento, durante a décima terceira conferência. Período em que se descobre que apesar de todo esforço realizado até ali, os resultados não eram bons (HISTÓRIA..., 2019, p.14).

Foram estabelecidos compromissos verificáveis para a redução de emissões causadas por desmatamento das florestas tropicais para o acordo que substituirá o Protocolo de Quioto. Pela primeira vez a questão de florestas foi incluída no texto final. Os países em desenvolvimento teriam até 2009 para definir as metas de redução de emissões oriundas do desmatamento depois de 2012, quando o Protocolo de Quioto se encerra. Também foi aprovada a implementação efetiva do Fundo de Adaptação, para que países mais vulneráveis à mudança do clima possam enfrentar seus impactos. Entretanto, o adiamento para 2050 de metas compulsórias claras para redução de emissões, deixando de lado a proposta de metas entre 25% e 40% para 2020 (HISTÓRIA..., 2019, p.15).

Em Poznan, na Polônia, aconteceu a décima quarta Conferência das Partes, em dezembro de 2008, discutiu-se um possível acordo climático global, uma vez que na COP13 foi estabelecido que um novo acordo deveria substituir Quioto. A COP14 deu continuidade às negociações iniciadas com o Mapa do Caminho na conferência anterior em Bali, sendo uma preparação para COP15 em Copenhague na Dinamarca. Nessa conferência participou o vice-presidente americano Al Gore – “os EUA ficaram de fora

do Protocolo de Quioto ao não o ratificar em 2005 e a mudança de posição dos países em desenvolvimento” (HISTÓRIA..., 2019, p.16).

Para Tamaio (2013), a reunião de Copenhague foi representada pelo fracasso no que diz respeito a criação de um acordo de metas. Os interesses econômicos e geopolíticos se sobressaíram diante da negociação de um possível acordo, as expectativas da sociedade global foram frustradas.

Para o teólogo Leonardo Boff, o encontro de Copenhague trouxe duas lições: “A primeira é a consciência coletiva de que o aquecimento global é um fato irreversível, do qual todos são responsáveis, mas principalmente os países ricos. E que agora somos também responsáveis, cada um em sua medida, do controle desse fenômeno para que não seja catastrófico à natureza e à humanidade. A consciência da humanidade nunca mais será a mesma depois de Copenhague”. E a segunda lição, na visão de Leonardo Boff, foi a exposição dos interesses do “sistema do capital com sua correspondente cultura consumista e centrado na concepção de progresso infinito, na inserção exaustiva da ideia de crescimento” (TAMAIO, 2013, p.36).

Diante da realidade de um aquecimento global irreversível continua-se em 2010, em Cancún, México, uma busca por soluções. Uma série de acordos foram fechados. Foi nessa conferência que foi efetivada a criação do Fundo Verde do Clima, para administrar o dinheiro que países desenvolvidos se comprometeram a dar para deter a Crise Climática (HISTÓRIA..., 2019, p.18).

[...] uma série de acordos foram fechados. Entre eles, a criação do Fundo Verde do Clima, para administrar o dinheiro que os países desenvolvidos se comprometeram a contribuir para deter as mudanças climáticas - foram previstos US\$ 30 bilhões para o período 2010-2012 e mais US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020. Outro acordo foi a manutenção da meta fixada na COP-15 de limitar a um máximo de 2°C a elevação da temperatura média em relação aos níveis pré-industriais. [...] Foi na COP-16 que o Brasil lançou sua Comunicação Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e anunciou a regulamentação da Política Nacional sobre Mudança do Clima através do Decreto nº 7.390, assinado pelo presidente no dia 9 de dezembro. Isto torna o Brasil a primeira nação a assumir formalmente e se autoimpor limites de reduções de emissões (no máximo 2,1 bilhões de CO₂ até 2020) (CONFERÊNCIA..., 2013, p.17).

Com as metas de redução que já estavam previstas para até 2012, a COP17 em Durban, na África do Sul, passa então a definir novas metas para 2015, que deveriam ser colocadas em prática em 2020, tendo um novo acordo substituindo o protocolo de Quioto em um prazo de oito anos. Os mais de cento e noventa países que compõem a Convenção-Quadro das Partes, se comprometeram a empreender ações para conter o aumento da temperatura no mundo, limitada em 2°C, reconheceram a necessidade de minimizar os

problemas decorrentes da Crise Climática. No ano de 2012 o Catar sediou a COP18, na tentativa de evitar o fracasso do encontro, o país apresentou um texto de compromisso para intensificar os esforços no combate a emissão dos gases causadores (HISTÓRIA..., 2019, p.19).

Em Varsóvia na Polônia, aconteceu a décima nona Conferência das Partes. O desafio dessa conferência foi antecipar questões e debates a serem levados para a COP21, em Paris, no ano de 2015, tentando evitar o fracasso de conferências anteriores. Na capital peruana, Lima, aconteceu a vigésima conferência, em que o objetivo era definir as bases para um acordo geral sobre o clima a ser aprovado na COP21 em Paris, em substituição ao Protocolo de Quioto (HISTÓRIA..., 2019, p.22).

Na busca de um acordo vinculante para todas as partes, Paris, França, cedia a vigésima primeira Conferência das Partes, em 2015. Da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a décima primeira Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, vinte e um temas sobre o que está em jogo nas negociações oficiais e na preparação das mobilizações da sociedade civil foram discutidos (HISTÓRIA..., 2019, p.23). Segue parte do acordo de Paris:

Congratulando-se com a adoção da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/70/1, “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em particular sua meta 13, e a adoção da Agenda de Ação de Adis Abeba da terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para Desenvolvimento e a adoção do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. Reconhecendo que as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta e, portanto, requer a mais ampla cooperação possível de todos os países e sua participação numa resposta internacional eficaz e apropriada, com vista a acelerar a redução das emissões globais de gases de efeito estufa. Reconhecendo ainda que serão necessárias reduções profundas nas emissões globais, a fim de alcançar o objetivo final da Convenção, e enfatizando a necessidade de urgência no combate às mudanças climáticas (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.1).

No dia 22 de novembro de 2016, foram expostos os resultados da primeira COP pós Paris, a COP 22. Após quase um ano da histórica da Conferência das Partes em Paris, a COP 21, os países signatários da Convenção do Clima, se reuniram em Marraqueche para conversar sobre as principais formas de garantir a implementação do Acordo de Paris (HISTÓRIA..., 2019, p.24). A COP 23 aconteceu na Alemanha, com a missão de avançar no desenho do livro de regras do Acordo de Paris. É também a primeira COP a ocorrer depois do anúncio da saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris (O QUE..., 2017). A cidade de Katowice, Polônia, sediou a 24ª Conferência das Partes da Convenção

do Clima das Nações Unidas (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018). A conferência se inicia com um duplo desafio:

[...]do ponto de vista formal, os negociadores de 195 países e da União Europeia precisam concluir o chamado “livro de regras” ou “manual de operações” do Acordo de Paris, que determinará, entre outras coisas, a maneira como as metas nacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima, as NDCs, serão cumpridas e averiguadas. Do ponto de vista prático, Katowice precisa obter das partes um compromisso de que as NDCs hoje na mesa terão suas metas revisadas no sentido de maior ambição já em 2020, de forma a evitar a catástrofe climática. (NOSSAS..., 2018, p.1).

Em Madri na Espanha aconteceu a vigésima quinta Conferência das Partes no ano de 2019, depois do Brasil, com Jair Bolsonaro já eleito se negar a sediar o evento. Comentando o motivo de ser contra a realização da vigésima quinta conferência das partes no Brasil, Bolsonaro afirma que: “O país que mais preserva no mundo somos nós⁴⁰, agora não pode uma política ambiental atrapalhar o desenvolvimento do Brasil, nós queremos uma política ambiental de verdade” (VILELA, 2018, p.1). Ele também não compareceu a conferência. Depois da negação do Brasil, a COP 25, foi transferida para o Chile, que por conta dos protestos contra o governo⁴¹, precisou ser transferida novamente, dessa vez para Madri. Para Carlos Rittl, do observatório do clima, a COP 25:

[...]falhou em seu objetivo de trazer a urgência da crise climática para dentro da implementação do Acordo de Paris. A COP latino-americana, que precisou ser transportada para a Europa após a recusa do Brasil e a convulsão social no Chile, fez pouco mais do que reafirmar o Acordo de Paris. A própria presidente da COP 25, a ministra de meio ambiente do Chile, Carolina Schmidt, reconheceu estar insatisfeita com o resultado obtido, em seu discurso de encerramento da conferência. (CONTURBADA..., 2019, p.1).

⁴⁰ O Brasil lidera a lista de dez países com maior perda anual líquida de floresta (diferença entre floresta criada e destruída) entre 2010 e 2020, informou na terça-feira (21) a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A agência da ONU publicou o seu relatório anual Avaliação Global de Recursos Florestais. Segundo a pesquisa, os outros nove países são República Democrática do Congo, Indonésia, Angola, Tanzânia, Paraguai, Mianmar, Camboja, Bolívia e Moçambique. Nações Unidas.2020.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-lidera-lista-de-paises-com-maior-perda-florestal-na-ultima-decada-mostra-relatorio/> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁴¹ A crise começou quando, por recomendação de um painel de especialistas em transporte público, o governo decidiu aumentar o preço das passagens de metrô em 30 pesos, atingindo um valor máximo de 830 pesos (R\$ 4,73, na cotação atual). Políticos e especialistas afirmaram que o aumento da tarifa do metrô é apenas a "ponta do iceberg" dos problemas que os chilenos estão enfrentando. A palavra "desigualdade" ganhou protagonismo nos últimos dias, com centenas de manifestantes insistindo que a diferença social entre pobres e ricos no país é excessiva.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830> Acesso em 08 de setembro de 2020.

Outro fracasso do evento foi a decisão sobre mercados de carbono, um dos temas centrais da Conferência, foi adiada para a COP 26, em Glasgow, na Escócia. Entre outros motivos, pela posição brasileira em defesa de regras fracas que poderiam gerar a chamada dupla contagem de redução, para cumprimento de metas de dois países, devido à redução realizada por uma empresa em um dos países e comercializada com o segundo (CONTURBADA..., 2019).

A COP se realizou sob o peso dos movimentos de jovens e cidadãos que explodiram em 2019, exigindo ação dos governos e elevaram a emergência climática — a expressão do ano em língua inglesa. Também teve alertas redobrados da comunidade científica, com dois novos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e um do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que avisou aos negociadores que as emissões precisam cair 7,6% ao ano até 2030 se quisermos nos manter na meta de 1,5oC (CONTURBADA, 2019, p.2).

A conferência foi marcada pela desconexão entre as negociações, o clamor das ruas, as evidências científicas que eram imensas e a condução do evento era fraca. Ao posicionamento firme de Greta Thunberg, jovem suíça que promoveu um movimento global de protestos contra o aquecimento terrestre e falta de posicionamento dos governos frente à crise. Durante o discurso na cúpula do Clima da ONU e com uma fala que reflete a emergência do momento, afirmou: “Os líderes estão nos traindo. Já chega”, lamentou Thunberg no fim da manifestação, no palco que foi montado. “A mudança vem, quer vocês gostem ou não” (PLANELLES, 2019, p.1). O apelo feito pelos documentos gerados eram vagos. Aos países foi solicitado que refletissem em 2020 sobre: “como aumentar a ambição o máximo que puderem na NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e em financiamento climático, o que é fundamental para países em desenvolvimento, em especial, os mais pobres e mais vulneráveis” (CONTURBADA..., 2019, p.1).

O espírito construtivo visto em 2015 na COP21, que produziu o Acordo de Paris, mostrou-se enfraquecido. Antigos vilões climáticos, como Estados Unidos e Austrália, voltaram a atrapalhar as negociações. Os EUA entregando a carta de saída de Paris e a Austrália, com um governo que nega as mudanças do clima enquanto o país literalmente pega fogo, bloqueando decisões importantes. Juntou-se a eles um novo vilão: o Brasil de Jair Bolsonaro, chefiado por um ministro do Meio Ambiente que constrangeu a diplomacia brasileira na Espanha, dizendo que cobraria recursos pelo desempenho ambiental do Brasil, apesar da explosão do desmatamento e da violência contra povos indígenas (CONTURBADA..., 2019, p.2).

Com os efeitos da Crise Climática piorando em todo mundo, a COP 25 finda sem muitas expectativas, mesmo considerando algum sucesso de algumas conferências nesse

percurso histórico, a sensação é de frustração diante dos fatos. Afirmando o que disse o professor Irineu Tamaio (2013), a máxima capitalista de tratar tudo como mercadoria está mais do que nunca avivada, não somente no imaginário social, como nas nações que discutem a finitude dos recursos naturais pela exploração humana sem considerar todos os impactos relatados através de fatos e dados, utilizando a fala do ambientalista Carlos Rittl, que reafirma exatamente o momento atual:

Em contexto completamente diferente do espírito cooperativo que nos deu o Acordo de Paris, em Madri os suspeitos de costume se juntaram a novos bloqueadores, como o Brasil. “A política ecocida do governo do presidente Jair Bolsonaro manchou o trabalho da delegação brasileira na COP 25 e transformou um ex-campeão do meio ambiente em um pária climático, cujo envolvimento na luta contra a catástrofe climática corre o risco de se limitar a uma assinatura em um acordo global (CONTURBADA..., 2019, p.2).

A triste realidade da não eficiência dos métodos não diminui a importância da causa, partindo das experiências fracassadas continua-se buscando meios mais eficazes, em um movimento dialético de construção de um novo modelo, não se entregando a um inatismo apático. Resistir ao capitalismo que transforma tudo em mercadoria, inclusive os próprios mecanismos de resistência.

Vive-se na contemporaneidade a era geológica do Capitaloceno, teoria defendida por Jason Moore, denunciando o sistema capitalista como responsável pela degradação ambiental, ao incentivar o consumismo desenfreado, a busca incessante por lucratividade, com uma produção material predadora e exploradora. Não se sugere aqui uma discussão sobre o modelo de governo mais apropriado, mas, uma análise sobre as possibilidades de buscar meios mais justos, igualitários, democráticos, onde todos, tenham direito a uma vida digna, considerando toda forma de vida no planeta.

Na perspectiva dos movimentos que convergem a favor de uma vida planetária melhor, há necessidade de se reconhecer a interferência do sistema capitalista como um sistema econômico exploratório e predatório, como também, encontrar soluções para a redução das emissões de GEE. Como o que está posto não tem sido suficiente para conter o aquecimento, o desafio está em se repensar o sistema, e não o clima.

É uma questão de posicionamento político. Líderes mundiais, por meio de decisões políticas, rapidamente elaboraram um plano para deter o colapso do sistema financeiro mundial. Por que esses mesmos líderes demoram tanto para criar um acordo global que detenha o colapso da vida no planeta, trazido por uma conduta irresponsável e ainda perigosa chamada de obsessão pelo

crescimento? No entanto, esse cenário não pode ser elemento de paralisia das ações de mudanças para evitar piores cenários. É preciso agir. É possível fazer algo já. Ainda dá tempo. Como dizia Paulo Freire “o sujeito é fazedor de si mesmo”. A Educação Ambiental, como ação mobilizatória, crítica e transformadora, pode contribuir para enfrentar os cenários futuros que se projetam (TAMAIO, 2013, p. 37).

É realidade o aumento da temperatura da terra ocasionando muitos impactos. As projeções feitas pelo IPCC são de aumento de temperaturas, caso a emissão de poluentes não diminua, o retrato será de catástrofes que ampliarão a condição de crise ambiental. A emissão de gases de efeito estufa cada vez maiores, é uma ameaça significativa ao meio ambiente (TAMAIO, 2010).

Estima-se que as atividades humanas tenham causado cerca de 1,0°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, com uma variação provável de 0,8°C a 1,2°C. É provável que o aquecimento global atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual. Refletindo a tendência de aquecimento de longo prazo desde o período pré-industrial, a temperatura média global observada na superfície (sigla em inglês GMST) para a década 2006–2015 foi 0,87°C (provavelmente entre 0,75°C e 0,99°C) 6 mais altas que a média registrada no período 1850–1900 (confiança muito alta). O aquecimento global antrópico estimado é compatível ao nível de aquecimento observado dentro de $\pm 20\%$ (variação provável) (IPCC, 2018, p.1).

O pesquisador do clima Carlos Nobre, em audiência no Senado Federal, afirma as projeções negativas caso as emissões continuem. Nesse contexto, o Brasil é candidato a eventos extremos climáticos, relacionando períodos de chuvas e secas. Segundo ele, esses fenômenos já tem se manifestado com uma frequência maior nos últimos anos:

[...] praticamente todas as regiões brasileiras serão inviabilizadas socioeconomicamente, caso a temperatura média mundial aumente 5°C até o final do século, que é o que pode ocorrer se nada for feito para reduzir as emissões de CO₂. Ele alertou que os efeitos do aquecimento global já são evidentes no Brasil, uma vez que durante a década de 1960, a média de dias por ano com temperatura superior a 34°C nunca passava de 30 dias, mas desde o início do século 21, este índice nunca mais foi inferior a 60 dias por ano. A temperatura média de 34°C é relevante para o Brasil porque um índice superior a este inviabiliza a prática de diversas culturas agrícola (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Dentro da discussão de Crise Climática, retoma-se o pressuposto do sistema econômico ligado diretamente ao processo de marginalização da massa trabalhadora em detrimento de uma minoria e de seu modo de vida insustentável, colocando na linha de frente das catástrofes ambientais as populações menos favorecidas ou em condição de vulnerabilidade. Em 2019 na Conferência Internacional: Como Ciência e Tecnologia

Podem Contribuir para a Redução da Pobreza e da Desigualdade, tratou-se dos impactos das catástrofes sobre populações em vulnerabilidade, participantes comentaram sobre a não existência de tsunamis e terremotos no Brasil, mas, por outro lado, o país apresenta um histórico de excesso de chuvas, enchentes ou falta dela, a seca e as crises hídricas, sendo os mais pobres os que mais sofrem com tais eventos (MACHADO, 2019).

A Crise Climática afetará a vida de todos, porém, as populações menos favorecidas serão as que mais sofrerão os impactos, pois, os mais ricos encontram a sua disposição os recursos tecnológicos para fugirem dos impactos ambientais, consequência de suas próprias ações (DALA-NORA, 2018). Nessa linha de pensamento a questão da Crise Climática torna-se mais do que um problema ambiental, mais, um caso de direitos humanos (MILANEZ, 2010). Sendo assim, é a desigualdade social que define o tamanho da exposição dos grupos em vulnerabilidade aos riscos ambientais.

E são os maiores poluidores os que têm mais condição financeira de mitigar os efeitos da crise climática no âmbito mundial, iniciando com mudanças que envolvam uma retomada no modelo de matriz energética, repensando o modelo de consumo e a relação ser humano e natureza (DALA-NORA, 2018, p.58).

Importante chamar a atenção para as injustiças climáticas que decorrem da ação humana e tem atingido uma significativa parcela da população. Os países mais pobres, os que contribuem menos para a Crise Climática, são os que mais sofrem. De acordo com Brandlin (2019), ambientalistas alertam sobre as injustiças climáticas recorrentes em países que apresentam a emissão de carbono insignificante, e que estão sendo impactadas pelas emissões de dióxido de carbono das camadas mais ricas do planeta. Um relatório da agência britânica Christian Aid mostra essa disparidade:

O relatório *Greve de fome: o índice de vulnerabilidade climática e alimentar* aponta que os dez países que registram os maiores índices de insegurança alimentar no mundo geram menos de meia tonelada de CO₂ por pessoa. Combinados, eles geram apenas 0,08% do total de CO₂ global. "O que realmente me surpreendeu e me chocou foi a forte correlação negativa entre pobreza alimentar e a baixíssima emissão per capita", diz a autora do relatório, Katherine Kramer. "É muito maior do que esperávamos."

No topo do ranking está o Burundi, na África Central, que registra 0,027 toneladas, a menor emissão de CO₂ per capita entre todos os países. O número é tão baixo que é muitas vezes arredondado para zero. Em comparação, os alemães, americanos e sauditas geram, em média, a mesma quantidade de CO₂ que 359, 583 e 719 burundeses, respectivamente (BRANDLIN, 2019, p.1).

O último relatório do IPCC, tratou da insegurança alimentar como uma das principais ameaças à vida, que pode ser ampliada pela Crise Climática. "Esse risco é especialmente

maior no Hemisfério Sul, onde as pessoas dependem da agricultura em pequena escala e são mais vulneráveis a secas, inundações e condições climáticas extremas” (BRANDLIN, 2019, p.1).

Grupos sociais em maior vulnerabilidade socioeconômica frequentemente são também mais vulneráveis a eventos tais como enchentes, secas prolongadas, falta de disponibilidade hídrica, variação na quantidade e no preço dos alimentos e variações nas dinâmicas de recursos naturais específicos. Tais eventos estão sendo intensificados com o advento das mudanças do clima, e tendem a ser cada vez mais frequentes e intensos à medida que essas mudanças se acentuam (MILANEZ, 2010, p.4).

Em 2009 e 2010, importantes cidades brasileiras passaram por experiências de eventos extremos, como São Paulo em 2009 e Rio de Janeiro em 2010. Os efeitos desses eventos foram a morte de centenas de pessoas, em sua maioria grupos vulneráveis que habitavam áreas de risco e cujo padrão de consumo era insignificante para o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Mesmo caracterizando situações de injustiça climática, o discurso governamental era de desastre natural (BRASIL..., 2010). Entre os anos de 2008 e 2012, segundo dados do IBGE, mais de 1,4 milhão de pessoas ficaram desabrigadas devido às enchentes no país (ENCHENTES..., 2014). Em 2019, as enchentes tomam o Sudeste novamente (BOCCHINI, 2019). Em 2020, tudo se repete, enchentes, São Paulo e Minas Gerais, estados mais afetados, mortos e desabrigados pelo caminho das injustiças climáticas (SUDRÉ, 2020).

A crise hídrica, enchentes e secas, foram o retrato do Brasil no ano de 2019, chegando a afetar todas as classes sociais, a diferença está nos que concentram mais poder financeiro, são os que possuem mais possibilidades de criar alternativas para adaptação. Para Milanez (2010), a possibilidade de que a Crise Climática tenha causado desastres no país, como deslizamentos e enchentes, deve ser considerado. Segundo as previsões do IPCC, esses eventos extremos deveriam se tornar cada vez mais frequentes.

Nesse contexto, muitos estudos ligados às mudanças climáticas configuram em injustiças climáticas, pois seus efeitos já são sentidos por inúmeras populações, em especial as em situação de vulnerabilidade social em muitos locais do planeta. Alguns estudos relacionados ao impacto das mudanças climáticas apontam que todos sofrerão com as mudanças climáticas, mas clamamos uma outra realidade pouco debatida (DALA- NORA, 2018, p.58).

Um dos grupos em condição de vulnerabilidade são os Migrantes climáticos. “A crise climática causa mais migração do que guerras e fatores econômicos no país de origem” (PINTO, 2019, p.1), é o que relata a revista Ihu On da Unisinos. Afirmção feita pelo pesquisador da Universidade de Otago, Nova Zelândia, Dennis Wesselbaum, para o jornal El Diario, respaldada por um estudo publicado na revista Global and Planetary Change. A reportagem é de Teguayco Pinto, em dezenove de maio de 2019:

A mudança climática é sentida de várias formas: secas, chuvas torrenciais, inundações ... O impacto em áreas empobrecidas resulta na perda do modo de vida de milhões de pessoas. A mudança climática destrói colheitas, mata rebanhos e torna áreas inteiras inabitáveis, conforme o relatório sobre os deslocamentos em 2018 da ONU reuniu. Este último estudo analisou os dados sobre a migração para 16 estados-membros da OCDE, de 198 países de origem, entre 1980 e 2015. De acordo com os resultados, as temperaturas mais altas e o crescente número de desastres naturais relacionados ao clima nos países de origem são fatores fundamentais no aumento dos fluxos migratórios (PINTO, 2019, p.1).

FIGURA 7 - Migração Climática



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

A Crise Climática vem gerando consequências, de acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos, 17,2 milhões de pessoas tiveram que deixar suas casas em 2018, explicitado na figura acima (Figura 7), ocasionadas por desastres que atingiram seus países de origem, a estimativa para 2050 é de um bilhão de migrantes. “Mudanças lentas no meio ambiente, como a acidificação dos oceanos, a desertificação e

a erosão das costas, estão impactando diretamente meios de subsistência de pessoas e suas capacidades de sobreviver em seus lugares de origem” (NAÇÕES UNIDAS, 2019, p.1).

No mais das vezes, é comum o relato de situações onde a falta d’água é o principal motivo do estresse socioambiental e de conflitos. Porém, não é apenas a falta d’água que é capaz de criar transtornos para a vida humana; seu excesso também é potencialmente catastrófico, especialmente em ilhas e em regiões costeiras de baixa topografia, cuja população e natureza são seriamente afetadas pelas inundações e cheias de mares, lagos e rios. Entre os possíveis efeitos das enchentes, tanto aquelas provenientes de rios quanto dos oceanos, a migração, a insegurança alimentar e as doenças infectocontagiosas são as que mais preocupam as comunidades (CLARO, 2012, p.31).

Em 2020, Davos, na Suíça sediou o Fórum Econômico Mundial, o ministro da economia brasileira, Paulo Guedes, esteve presente representando o país, em seu discurso durante o painel intitulado “moldando o futuro da indústria avançada”, o ministro atribuiu aos mais pobres a culpa pela degradação ambiental no Brasil. Ele afirmou: “o grande inimigo do meio ambiente é a pobreza” e “as pessoas destroem o meio ambiente porque precisam comer” (PEREIRA, 2020, p.1). No mesmo fórum, o ministro afirmou que o mundo precisava de alimentos e para produzir alimentos é preciso agrotóxicos, outra justificativa para liberação absurda de agrotóxicos no país.

Da simplificação ao atribuir aos pobres os impactos sobre o meio ambiente, Guedes afirmou que as coisas são “complexas”, quando envolvem o agronegócio. Ele afirmou que o mundo precisa de mais alimentos, mas a ampliação da produção depende, segundo ele, da utilização de agrotóxicos. É uma escolha política. Você não tem um meio ambiente limpo porque as soluções não são simples. São complexas (PEREIRA, 2020, p.1).

As políticas públicas referentes ao meio ambiente, estão em declínio, como já comentado, há uma preocupação por parte dos ambientalistas sobre os impactos desse modelo neoliberal de governo que desconsidera dados científicos importantes, como os relacionados a Crise Climática, o discurso governamental é a favor de mais exploração da terra e de tudo que a natureza ainda possa conceder. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em audiência no senado Federal, se mostrou extremamente negacionista, quanto a influência humana no agravamento da Crise Climática (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Em resposta aos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jean Paul Prates (PT-RN) e Márcio Bittar (MDB-AC), o ministro se mostrou cético quanto à ação do homem como principal causa do aquecimento global. Ele disse não discordar de que haja um aquecimento no planeta, o que pode ser verificado pelo regime

de chuvas e pelo nível dos oceanos, mas questionou a "parcela de contribuição humana" nas mudanças climáticas (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.1).

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) em audiência no Senado Federal aprovou o relatório com a avaliação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC). Dez anos após a sua instituição em 2009, a avaliação da PNMC acontece devido a condição de emergência do tema, assim como, a ruptura na política climática brasileira com as áreas de referência extintas na pasta do meio ambiente, paralisando toda a estrutura de governança sobre Crise Climática no país. O texto, do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) reconhece a existência de avanços institucionais, mas, manifesta preocupação com o desmonte da estrutura governamental da pasta do Meio ambiente no que diz respeito à Crise Climática (AGÊNCIA SENADO, 2019).

— Trata-se de um momento de ruptura na política climática brasileira, com extinção das áreas de referência nas pastas de Meio Ambiente e Relações Exteriores. Paralisa de toda a estrutura de governança sobre mudança do clima, descontinuidade na implementação dos instrumentos de política, incluindo importantes mecanismos financeiros como o Fundo Clima, Fundo Amazônia e recusa do país em sediar a 25ª Conferência das Partes, a COP 25 — avaliou Contarato. (AGÊNCIA DO SENADO, 2019, p.1).

Com o desmonte na área ambiental, o Brasil deixa de priorizar políticas públicas de proteção, ficando a iniciativa do senador Contarato sem muito efeito, pois a frente do ministério estão pessoas que negam a discussão da crise do clima, negam a condição de responsabilidade do ser humano frente a realidade de Crise Climática, em um modelo político ultraliberal, que em um curto período, vem desmontando as políticas públicas ambientais em nome do modo de produção capitalista.

2.3 CÉTICOS OU NEGACIONISTAS DO CLIMA?

Em tempos de obscurantismo, existem os que negam a existência de uma Crise Climática, não acreditando na intervenção humana como causadora de danos a natureza, negam dados e fatos científicos, estimulando um modelo de vida voltado para o consumo e exploração do meio ambiente. Os céticos ou negacionistas do clima, são estudiosos financiados pela indústria do petróleo, carvão, das grandes commodities internacionais, que se esforçam em produzir informações que contestem os desastres ambientais no planeta ligados às ações humanas, não qualquer humano, aquele que tem posse dos meios de produção (PBMC, 2011). Com o objetivo de negar e desacreditar as pesquisas que

comprovam e combatem os impactos do capitalismo no meio ambiente, os céticos criam dúvidas e contribuem para a permanência do status quo do capitalismo e da exploração da natureza (DALA-NORA, 2018).

O termo Cético, vem do Grego *Skeptikós* que significa o que observa, o que reflete. Ceticismo é uma corrente filosófica onde o juízo é suspenso, concebendo que o conhecimento real é impossível de se alcançar, é impossível a razão humana. Nessa perspectiva o homem deve renunciar a certeza submetendo toda a afirmação a uma dúvida constante. O ceticismo se opõe diretamente ao dogmatismo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

No que consiste aos céticos do clima, há uma incompatibilidade com a definição do termo, pois, estes negam as pesquisas voltadas a comprovação de Crise Climática e influência humana, não suspendem o juízo. Então, é necessário estabelecer a identificação correta para estes: negacionistas do clima.

Pode-se considerar que o ceticismo inspira em grande parte a atitude crítica e questionadora da filosofia contemporânea. Por exemplo, as questões da relatividade do conhecimento e dos limites da razão e da ciência, que a epistemologia contemporânea trata, têm raízes no ceticismo clássico e no Moderno (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.42).

Um estudo divulgado em 2013 com base na análise de publicações científicas das últimas duas décadas, revelou que 99% dos artigos apontam a ação humana como a causa da crise climática. Um contraponto diante dos chamados negacionistas do clima, que atribuem o aquecimento global a fatores naturais. O estudo em questão traz a análise de John Cook, pós-doutorando em astrofísica pela Universidade de Queensland, na Austrália, o estudo foi publicado no jornal científico *Environmental Research Letters*: (CÉTICOS..., 2013):

Ele avaliou o *abstract*, o resumo do conteúdo, de 11.944 artigos científicos sobre aquecimento global e mudanças climáticas publicados entre 1991 e 2011. A avaliação de todo esse volume de material, disponível no banco de dados científico *Web of Knowledge*, revelou que 66,4% das publicações posicionaram-se em concordância a corrente do aquecimento global antropogênico, ou seja, causado pelo homem. Outros 32,6% dos artigos pesquisados endossava essa posição. Cook encontrou apenas 0,7% das publicações negando a participação humana no aquecimento global e 0,3% expressando incerteza quanto às reais causas das mudanças climáticas (CÉTICOS..., 2013, p.1).

Os resultados alcançados pelo pesquisador, esclarecem que as publicações que contrariam a responsabilização do ser humano pela degradação ambiental são mínimas. Os negacionistas do clima são menos de 1% da população científica.

O painel Brasileiro de Mudanças Climáticas em 2011, publicou uma pesquisa sobre o físico e cético do clima, Richard Muller. O professor afirmou ficar surpreso com descobertas que comprovam o aumento da temperatura média da superfície terrestre (PBMC, 2011). Richard afirma em entrevista ao New York Times:

Nossos resultados mostram que a temperatura média da superfície terrestre aumentou 1,5o Celsius ao longo dos últimos 250 anos, incluindo um aumento de 0,9o Celsius ao longo dos últimos 50 anos. Além disso, parece provável que, essencialmente, todo esse aumento resulta da emissão humana de gases do efeito estufa”, escreveu Muller em um artigo publicado no New York Times. A equipe de cientistas com base na Universidade da Califórnia em Berkeley reuniu e consolidou um conjunto de 14,4 milhões de observações de temperatura da superfície, coletadas em 44.455 locais em todo o mundo, datadas desde o ano de 1753. Conjuntos de dados anteriores criados pela Nasa e a NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration), nos EUA, e pelo Met Office e o Departamento de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia, no Reino Unido, só chegavam até meados do século 19 e usavam apenas um quinto do número de registros de estações meteorológicas (PBMC, 2011, p.1).

Os negacionistas do clima não decidiram por conta própria negar as pesquisas que comprovam o aquecimento terrestre e a influência humana. Aqui, novamente se faz importante considerar, a luta pela manutenção do modo de produção capitalista para o desenvolvimento econômico de uns poucos. No mundo capitalista tudo que atrapalha o processo de acúmulo e renda, é negado e desacreditado. A exploração está justificada pela manutenção de um modo de vida insustentável. O projeto dos negacionistas do clima, foi financiado pelo sistema econômico capitalista:

O financiamento para o projeto incluiu 150 mil dólares da Fundação Charles G. Koch, criada pelo magnata americano bilionário do carvão, que também é um dos principais financiadores do Instituto Heartland, um centro de estudos que reúne céticos. A pesquisa também recebeu 100 mil dólares do Fundo para Pesquisa Inovadora do Clima, criado por Bill Gates (PBMC, 2011, p.1).

Em 2017, o Climatempo publica as quatro alegações falsas dos negacionistas do clima. A primeira alegação é: “Se o aquecimento global é real, por que estamos vivendo invernos com recorde de frio?” (DI GIAIMO, 2017, p.1). É importante considerar que as temperaturas globais não aumentam de forma linear e uniforme. Não há uma constância no clima, porque são consideradas muitas variantes que o influenciam. O fenômeno conhecido por El Niño por exemplo, é responsável pelo aumento de temperatura

causando enchentes em certas partes e secas em outras. Outro exemplo, é a cobertura de gelo aumentando na Antártica e diminuindo no ártico por conta das correntes marítimas (DI GIAIMO, 2017).

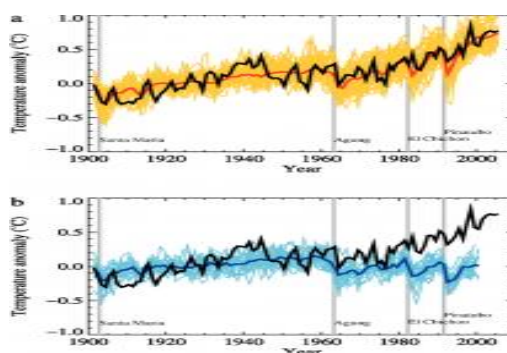
O segundo argumento dos negacionistas é: A crise climática é um processo natural e não pode ser causado pelo homem e que as emissões de CO₂ pelos humanos são pequenas demais para influenciar o clima. As mudanças climáticas ocorrem no decorrer da história da terra de forma natural, alterando o clima, porém depois da industrialização foi identificada por fatos e dados o aumento do aquecimento terrestre nesse período (DI GIAIMO, 2017).

As observações do sistema climático baseiam-se nas medições diretas e na detecção remota a partir de satélites e outras plataformas. As observações à escala global da era instrumental começaram em meados do século XIX para a temperatura e outras variáveis, com conjuntos mais abrangentes e diversificados de observações disponíveis para o período de 1950 em diante. Alguns registros obtidos por reconstruções paleoclimáticas datam de há centenas de milhões de anos. Juntos, fornecem uma visão abrangente da variabilidade e alterações a longo prazo na atmosfera, oceano, criosfera e à superfície. [...] O aquecimento do sistema climático é inequívoco, e desde a década de 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes ao longo de décadas a milênios. A temperatura da atmosfera e do oceano subiu, as quantidades de neve e de gelo diminuíram, o nível do mar subiu, e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram (IPCC, 2013, p.7).

As evidências científicas comprovam os impactos do aquecimento terrestre ao longo do tempo, os termômetros e satélites comprovam. Os dados científicos apresentam a possibilidade de refutação, dados e fatos concedem uma visão atualizada da realidade, e o que mostram hoje (Gráfico 1), é a interferência da ação humana nos eventos naturais.

Não dá para discutir com o termômetro: o planeta está mesmo mais quente. Mas isso pode ser um fenômeno cíclico – afinal, o clima da Terra mudou no passado, e de forma muito mais radical, por causas inteiramente naturais, certo? Certo. Há variações nas manchas solares, na órbita da Terra e erupções vulcânicas que afetam o clima, certo? Certo. O problema é que essas variações naturais (linha azul no gráfico abaixo), sozinhas, não explicam o aquecimento observado (linha preta) no último século. Os modelos só casam com as medições quando a interferência humana (linha vermelha) é incluída na conta. (Em tempo: as linhas cinzentas verticais representam erupções vulcânicas, que esfriam temporariamente o planeta.) (EVIDÊNCIAS..., 2018, p.1).

GRÁFICO 1: O aquecimento do planeta.



FONTE: Observatório do Clima (2018)

<http://www.observatoriodoclima.eco.br/dez-evidencias-conclusivas-para-apresentar-aos-amigos-no-bar-de-que-mudanca-climatica-e-real/>

A terceira alegação falsa é: “Se não conseguimos prever com exatidão como será o tempo amanhã, como podemos antever o clima daqui a cem anos?” (DI GIAIMO, 2017, p.1).

Em princípio, as previsões meteorológicas são diferentes dos modelos climáticos. O tempo é referente a um período mais curto, caótico e influenciado por muitos fatores. Por outro lado, o clima é referente a um prazo mais longo, e eventos caóticos são estatisticamente equilibrados. Portanto, reconhecer uma tendência climática ao longo de várias décadas – no caso de um aumento de temperatura causada por gases de efeito estufa – é mais fácil do que prever o tempo com precisão de horas (DI GIAIMO, 2017, p.2)

A quarta e última falsa alegação é: a temperatura está aumentando em todo o mundo em apenas alguns graus Celsius. Isso é realmente tão ruim? Afinal, a Terra já lidou com muitas mudanças (DI GIAIMO, 2017).

Dois ou três graus a mais não parece muito. Algumas pessoas acham até melhor ter mais verão e menos inverno. Mas esses graus Celsius de diferença podem ter consequências extremas para o clima global. De acordo com o IPCC, sem uma proteção ambiciosa do clima, a temperatura média global poderia subir 5,4 graus até o final do século 21 em comparação ao período pré-industrial. Isso significaria mais eventos climáticos extremos, como secas e precipitações intensas (DI GIAIMO, 2017, p.2).

Como soa utópico, no sentido de impossível de ser alcançado, travar uma luta contra o poderoso sistema econômico. Porém, quando se descobre que o capital financeiro acumulado, ou seja, a soma de valores do trabalho realizado é obtida através de espoliação e exploração (mais valia) da mão de obra de pessoas e da natureza, que esses trabalhadores são tão alienados (alienação no sentido de uma falsa consciência da realidade), ao ponto de defender seu explorador, a reação mínima é a repulsa, a indignação.

Dentro da complexidade que permeia essa relação de manutenção da vida e exploração pelo trabalho, pode ser pensada uma nova forma de produção material, uma que considere todas as formas de vida e não apenas a humana, onde a exploração e a alienação, sejam substituídas por maneiras mais efetivas de extinção da emissão de gases poluentes, onde as fontes de energia poluentes sejam substituídas pelas renováveis. Nesse percurso, ciência e indústria trabalham juntas a favor de uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, onde a renda produzida através do trabalho seja distribuída de forma justa, concedendo a todos os mesmos direitos a uma vida digna, direitos também concedidos a natureza e tudo que a compõe. Que a produção da riqueza do país leve em conta o seu povo e seu meio ambiente, e não a instrumentalização desses, para a manutenção do modo insustentável de vida da classe dominante, que se apresenta como economicamente inviável, socialmente injusta e ambientalmente incorreta. Que o combate ao consumismo seja prioridade. Enquanto isso não acontece, os mecanismos de resistência persistem, espera-se que essa pesquisa cumpra esse papel.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

3.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” Karl Marx.

O arcabouço metodológico desta pesquisa se debruça sobre os estudos de Karl Marx e seu método. A estruturação de sua teoria está alicerçada em três linhas de força: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. “Numa palavra: Marx não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele” (NETTO, 2011, p.18).

Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de crítica, de se posicionar frente ao conhecimento existente para acusá-lo ou, na melhor das hipóteses distinguir dele o “bom” do “mal”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo que se faz a verificação desse conhecimento a partir dos processos históricos reais [...] (NETTO, 2011, p.18).

Seguindo a perspectiva da crítica do conhecimento acumulado, que Marx, passa a pesquisar a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa. Formando seu corpo teórico foi determinando progressivamente seu método, paulatinamente e não de forma abrupta. O Método Marxiano⁴² é resultado de uma demorada pesquisa que levou quinze anos para se consolidar (NETTO, 2011).

Ampliando a compreensão do método, se faz necessário entender a definição de teoria em Marx. Para ele sua definição de teoria não está reduzida ao exame sistemático das formas de um objeto, sendo a descrição e o detalhamento e criação de modelos feitos pelo pesquisador, isso revela a base de hipóteses nas relações de causa e efeito, muito próprias do positivismo (NETTO, 2011).

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico religioso. [...]), mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução que constitui propriamente o conhecimento teórico será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p.21).

Seguindo a linha de raciocínio marxiana, o objeto de pesquisa que se apresenta é a sociedade burguesa, sendo analisada em toda sua estrutura e dinâmica. No percurso de sua pesquisa, o estudioso se depara com um modelo de política liberal onde a visão de humano é aquela individualizada, possuidora de direitos naturais, onde se destacam o da propriedade privada como direito natural, direito esse, que está justificado, pois estimula a competitividade, o crescimento social, combate a preguiça e está ancorado moralmente

⁴² “O que é a obra e o pensamento Marxiano, é aquilo que é autógrafo. Aquilo que foi escrito pelo próprio Marx, aquilo que é da responsabilidade direta de Marx, que funda uma tradição teórica e política. A partir da obra Marxiana existe uma longa tradição Marxista, tradição essa que amplia, recupera, desenvolve, atualiza, mas, ao mesmo tempo unilateraliza, aleija, deforma a fonte originária. Dessa tradição derivam os vários Marxismos. Não há um Marxismo”. Cada contexto histórico social influenciou diretamente no tipo de marxismo desenvolvido em cada localidade. Marx é um teórico vinculado a revolução, a revolução não é um problema teórico, mas, sim, um problema de ordem prática política, cada leitor de Marx, leu para buscar uma transformação em sua própria realidade. Os diferentes marxismos são de responsabilidade de Marx, na medida em que se inspiram em sua obra, não o são, na medida em que respondem a contextualização histórico política determinadas. Fragmento do curso: O método em Marx, ministrado pelo professor José Paulo Netto (2015). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_AlYXnBoaRc Acesso em 3 de dezembro de 2019.

por ser constituído “naturalmente” (MEIER, 2014). Contudo, para Marx a compreensão é outra:

O homem é essencialmente ser histórico e social, marcado pela produção de sua existência em sociedade. Por isso, o homem não pode ser entendido de forma abstrata e isolada. [...] o nosso jeito de ser e pensar é determinado pelas relações sociais de produção. Isso significa o termo materialismo histórico. Nele, a consciência humana é determinada a pensar as ideias oriundas das condições materiais. O materialismo se opõe ao idealismo (MEIER, 2014, p.350).

Na condição de um ser construído historicamente, não há direitos constituídos naturalmente. No que consta a materialidade, há que se considerar que como seres sociais são construídos a partir da práxis, ou seja, de sua ação dentro de seu percurso histórico, sendo isso, a matéria que o define (MEIER, 2014).

O materialismo é histórico, pois a sociedade e a política não são de instituição divina nem naturalmente dadas. Ao contrário, nascem e dependem da ação concreta dos seres humanos situados no tempo, fazendo história. O materialismo histórico pretende-se explicativo da história, das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos (MEIER, 2014, p.351).

No Marxismo a matéria é a constituição do sujeito e quando o sujeito toma consciência ele volta para matéria e tenta entender suas interrelações com o mundo. Esse processo é materialista, ou seja, tudo que existe no mundo, na natureza, é matéria, sem vínculos idealistas tradicionais (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2018).

Materialismo: Esse termo designa, em geral, toda doutrina que atribui causalidade apenas à matéria. Em todas as suas formas historicamente identificáveis [...] o materialismo consiste em afirmar que a única causa das coisas é a matéria (ABBAGNANO, 2003, p.649).

Na definição de idealismo se utilizará a de Hegel, o “idealismo absoluto”, termo que caracterizava sua metafísica. Na sua perspectiva o real é a ideia entendida em sentido absoluto e não subjetivo. Contrapondo aos outros tipos de idealismos, constitui-se um monismo, relacionados também ao espiritualismo, racionalismo, psicologismo, oposto ao materialismo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.149).

Marx passa a criticar Hegel por este absolutizar dados ou fatos históricos, transformando-os em verdades filosóficas; ou seja, para Marx, Hegel desconsidera o processo histórico e dialético de constituição de um fato. Com efeito, para compreender e transformar o mundo, é preciso sair de um

pensamento essencialista, a-histórico, que fica preso às nuvens, desvinculado da realidade (MEIER, 2014, p.351).

No idealismo, especificamente o alemão, concebe-se a noção de que o ser tem papel mais determinante que o objeto no processo do conhecimento. A grosso modo, no idealismo, é o pensamento quem cria a matéria e não como no materialismo Marxiano, é o mundo material que constitui o sujeito (COTRIM; FERNANDES, 2010, p. 258).

A perspectiva materialista fica bem representada nessa pesquisa a partir da definição do sujeito como ser afetado pelo meio, adquirindo consciência ou não, e agindo mediante essa influência. Um exemplo disso, é quando o ser, impactado ideologicamente (entendendo aqui ideologia em Marx, como uma consciência falsa da realidade), degrada o meio em que vive, em nome de um modelo econômico. Diferenciando seu método do idealismo Hegeliano, Marx afirma:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1968, p.16).

O método então, é materialista e, é histórico, livre de idealismos tradicionais, onde a maneira de estudar e conceber o fenômeno é dialética, no sentido de que todos os fenômenos estão interligados, não podendo analisá-los isoladamente, eles se relacionam, se transformam, se desenvolvem. Na intencionalidade de não cair na armadilha de uma representação simplista do método, que se faz necessário considerar as complexidades da definição (ABBAGNANO, 2003). Na concepção histórica do método, Engels e Marx, afirmam que:

Mas a nossa [de Marx e Engels] concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo[...] é necessário voltar e estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhe correspondem. (MARX; ENGELS, 2010, p.107).

Uma crítica ao método, seria que Marx fazia do fator econômico o único determinante, algo improvável, pois, ele considerava as variantes, políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas e religiosas. “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância

na explicação da história das causas econômicas apenas, característica que diferencia o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 2003, p.14).

Na perspectiva do materialismo, o mundo é entendido como um conjunto, em nenhum momento de forma acabada, mas, concebendo este, como um conjunto em processo dinâmico. Um mundo sujeito a constantes mudanças e transformações (MARX; ENGELS, 1963, p.195).

Diante do exposto, a categoria de totalidade consiste a mais importante para se chegar ao conhecimento, que para Marx era social. Aspecto preponderante na construção dessa dissertação, buscando respeitar todas as características dos fenômenos pesquisados, isso se deu através da descrição dos dados bibliográficos e das entrevistas, da análise dos resultados mediante a consideração dos fatores históricos, sociais, políticos, jurídicos e religiosos, buscando abranger a categoria de totalidade defendida pelo método.

A dimensão da Dialética do método está relacionada diretamente às contradições da luta de classes. Para Marx, as ações humanas se desenvolvem mediante aos conflitos de classes, e a ideologia como mecanismo de controle, que para Marx “se caracteriza pelo mascaramento da realidade, ou a imposição de uma visão particular de classe, no intuito de impedir a percepção das contradições sociais” (MEIER, 2014).

Partindo do pressuposto de que as ações humanas se desenvolvem mediante ao conflito de classes, temos que a história não é retilínea, um processo linear e contínuo, uma sequência determinada de causas e efeitos, mas dialética. Assim, a história é processual marcada por transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas. A luta dos contrários move a história, por isso a história é uma permanente dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos (MEIER, 2014, p.353).

Realidade apresentada através das definições do Anti-intelectualismo, Educação Ambiental e da Crise Climática. Em todos os tópicos é evidenciada a luta de classes e a característica ideológica impregnada nos conceitos, na intencionalidade do mascaramento da realidade e da imposição de uma visão particular de classe, ainda considerando que tudo está em relação, se transformando, como afirma Marx.

A história de toda a sociedade passada é a história de luta de classes. Dessa forma percebemos que as classes são os produtos das relações econômicas de cada era. Assim, apesar das diversidades aparentes, escravidão, servidão e capitalismo seriam essencialmente etapas sucessivas de um processo único que caminha para o comunismo como etapa final desse processo. Por isso, o materialismo é dialético. A dialética nos revela a lei da ação recíproca e da conexão universal, isto é, que tudo está em relação; a lei da transformação

universal e do desenvolvimento incessante, tudo se transforma (MEIER, 2014, p.353).

A fim de atender aos objetivos propostos desta pesquisa, a metodologia adotada consistirá também de natureza qualitativa, sendo para Moreira (2002), uma pesquisa que tem a interpretação como foco, sob o olhar dos participantes, a subjetividade enfatizada, a flexibilidade, considerando o contexto ligado ao comportamento e formação das experiências, entendendo que o pesquisador também sofrerá influência da situação de pesquisa. A entrevista foi a técnica de coleta de dados, sendo um instrumento utilizado, desempenhando um importante papel nos estudos científicos. Moreira (2002), afirma que, a entrevista pode ser considerada uma conversa entre duas pessoas ou mais, com um propósito específico em mente, buscar informações que contribuirão como subsídio para a pesquisa.

A entrevista semiestruturada considerou o momento de perguntas determinadas e também, momentos de perguntas não previstas, possibilitando liberdade de resposta ao entrevistado, criando possibilidades de novos questionamentos, ocasionando uma melhor compreensão.

Durante a coleta de dados o questionário semiestruturado foi revisto de acordo com o entrevistado, respeitando a subjetividade de cada um, defendida nas definições da metodologia desta pesquisa. No que diz respeito a entrevista semiestruturada, objetiva-se à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado.

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI 1990/1991, p. 154).

Os educadores ambientalistas entrevistados responderam aos questionamentos, demonstrando comprometimento na causa ambiental, criticidade e militância. Todas as falas estão em consonância, no sentido de que há uma urgência em se tratar da causa ambiental, fato que os une, o comprometimento com a causa, especialmente na questão da Crise Climática, onde há uma emergência em mudar o sistema causador.

A avaliação dos dados foi realizada na perspectiva do materialismo histórico dialético, sendo consideradas as condições materiais históricas e suas contradições, que envolviam o objeto desta pesquisa, foi considerada a condição de materialidade, buscando

excluir qualquer vínculo idealista. No processo de análise dos dados, buscou-se torná-los significativos e válidos. Respeitando a subjetividade de cada entrevistado, os pontos de divergência e consonância. Todos os resultados obtidos serão apresentados no corpo da dissertação no último capítulo.

No que diz respeito aos resultados obtidos, é importante considerar que, quanto a conclusão da investigação: “[...] no domínio científico, toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono, etc.” (NETTO, 2011, p.26). Mantendo a concepção do movimento dialético como um espiral ascendente, ou seja, a contradição entre tese e antítese formando uma síntese, e novamente recomeçando o movimento dialético. Entendendo aqui, a incompletude de um tema rico e complexo, tratado nesta pesquisa a partir da perspectiva dos entrevistados, da interpretação da pesquisadora, deixando lacunas que podem ser preenchidas por estudos posteriores, na intenção de sempre transformar a realidade estabelecida.

Mesmo na condição de conhecimento provisório, pretende-se diante dos dados coletados, que foram descritos e interpretados criticamente, em um recorte da realidade, um processo de transformação, mesmo que paulatinamente. Mais do que a descrição e interpretação dos dados, transformar a realidade é exigência do método. Na expectativa de que todos os objetivos traçados fossem cumpridos, como o objetivo geral: Descrever e Interpretar quais as possíveis implicações do Anti-intelectualismo sobre a educação ambiental na perspectiva de cinco educadores e ambientalista do estado de Mato Grosso, assim como do cenário nacional.

Os objetivos específicos foram evidenciados ao identificar as concepções de educação ambiental e do fenômeno do Anti-intelectualismo através das entrevistas, considerando também o aporte teórico dos dados bibliográficos. Evidenciar os possíveis impactos do pensamento anti-intelectual na educação ambiental, especialmente no que consiste a condição de Crise climática. Propor possíveis transformações da realidade, através das ações apresentadas pelos entrevistados. Devolvendo a educação ambiental seu potencial crítico e revolucionário, que refute todo pensamento anti-intelectual em nome de uma sociedade sustentável e justa.

A pesquisa iniciou-se em abril do ano de 2019, considerando um ano de coleta de dados bibliográficos que embasaram os capítulos abordados, assim como, o período das disciplinas obrigatórias, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. O último semestre do ano deu-se início às entrevistas, que se estendeu até fevereiro de 2020, por

conta da adequação da agenda de todos os entrevistados. O professor Heitor Medeiros, foi entrevistado no dia dezoito de setembro de 2019, em uma conversa amigável por mais de uma hora, na ocasião do VIII Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade na Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande, MS. A professora Michèle Sato, foi entrevistada no dia dez de outubro de 2019, em seu apartamento em Cuiabá, MT. Por uma hora, demonstrou todo seu empenho em lutar por uma educação ambiental que transforme. O professor Irineu Tamaio foi entrevistado no dia treze de dezembro de 2019, de sua residência em Brasília, DF, através do aplicativo WhatsApp, por quase uma hora, respondeu generosamente todas as perguntas. No dia vinte e dois de janeiro de 2020, o professor Marcos Sorrentino, gentilmente, no meio de muitos compromissos, concedeu valiosa contribuição para esta pesquisa, através do WhatsApp, da cidade de São Paulo, respondeu a todas as perguntas por mais de trinta minutos. Professor Philippe Layrargues, de sua residência em Brasília, DF, respondeu a todas as perguntas por quase uma hora, pelo aplicativo WhatsApp, no dia quatro de fevereiro de 2020, comprometido com a educação ambiental, professor Layrargues e o professor Irineu, representaram todo o engajamento na causa ambiental na Universidade de Brasília, UNB. É fundamental afirmar que os educadores ambientais foram escolhidos pelo caráter ético e de militância diante da luta por uma educação ambiental que transforme a realidade.

Como a metodologia dessa pesquisa é o Materialismo Histórico Dialético, todos os dados coletados foram analisados a partir da concepção marxiana, ou seja, a concepção de totalidade dos dados coletados, sendo assim, não há fato solto, estão todos relacionados historicamente, entendendo suas relações e construções históricas, como também foi considerado a perspectiva dialética, pois, entende-se a relação da influência do mundo material formando o indivíduo, discutindo no tratamento dos dados a questão da luta de classes, imposta na realidade ambiental brasileira. Em um movimento dialético de tese, antítese e síntese os resultados são apresentados, entendendo que o método, concebe a noção de inacabado, a verdade adquirida através dos dados é apenas um conceito que tem uma correspondência com o mundo real neste momento, podendo não ter o mesmo efeito em outro momento.

Um vídeo foi elaborado como resultado da pesquisa, revelando o fenômeno do Anti-intelectualismo como nocivo a causa ambiental, implicando especialmente na Crise Climática, evidenciando também os mecanismos de resistência dos entrevistados, assim como, a necessidade urgente de lutar por uma sociedade mais justa e sustentável. O vídeo

e um ebook, são os mecanismos de resistência desta dissertação, a denúncia e a práxis ambiental identificadas em ambos documentos, correspondem a uma oportunidade de transformação pela educação, que é uma ferramenta política mais que necessária em tempos de obscurantismos e negacionismos, condição do Brasil atual. Resistir! Resistir e Resistir! É a resposta ao opressor ambiental capitalista, a certeza de que haverá sempre espíritos nobres como estes entrevistados, a lutar por uma sociedade socialmente justa e ambientalmente correta.

3.2 OS ENTREVISTADOS

“A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível. Isso faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo” Paulo Freire.

Importante ressaltar a fundamental e generosa participação dos entrevistados nesta pesquisa, educadores ambientalistas engajados com o ensino crítico, por forma que, suas práticas refletem engajamento e resistência. Gratidão e reconhecimento por todos os anos de resistência frente a luta pela elaboração de políticas públicas que atenderam aos anseios ambientais nacionais, estaduais e municipais. Sendo também, quatro dos entrevistados, participantes da Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática - REAJA. No percurso histórico dos entrevistados identificam-se décadas de dedicação à pesquisa e ensino, incentivando novos militantes para a causa fundamental, a luta pela vida planetária.

O quadro de educadores ambientais brasileiros engajados em conceitos adotados por esta pesquisa é considerável, são inúmeros os que compreendem a necessidade de discutir a prática da educação ambiental no Brasil, porém, os educadores escolhidos para esta pesquisa, estão diretamente relacionados com movimentos sociais, envolvidos com a dimensão política ambiental. Além da construção de um alicerce intelectual, seus mecanismos estão centrados na efetivação da prática do que ensinam. Michèle Sato, além de uma vasta produção acadêmica, inúmeros livros, artigos na área ambiental, vem ao longo de sua trajetória revelando sua prática acadêmica no campo político, social, participa ativamente da defesa ambiental no Estado de Mato Grosso. Na graduação e pós graduação, desenvolve importantes trabalhos de formação ambiental, nos cursos, na proposta política de Educação Ambiental a Distância, nos seminários, em ações diretas

em comunidades, em movimentos sociais, com muita arte e militância, segue inspirando os participantes de seu grupo de estudos, (GPEA) fundado em 1997, ao qual tenho o prazer de participar. Marcos Sorrentino, desde a década de setenta está envolvido com entidades ambientalistas, movimentos sociais e com inúmeras contribuições acadêmicas, participou diretamente nas formulações de políticas públicas na área ambiental no âmbito federal, quando ocupou o cargo de diretor de Educação Ambiental entre 2003 a 2008, e posteriormente, assessor do Ministro da Educação nos anos de 2012 a 2014. O professor Sorrentino, assim como a professora Sato, entende a importância de resistir, ambos, em seus contextos, foram perseguidos pelo sistema, que insiste em invisibilizar as questões ambientais.

O professor Philippe Layrargues, trabalhou com professor Sorrentino no departamento de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, contribuindo para elaboração de políticas públicas ambientais. Alguns de seus estudos fundamentam teoricamente a pesquisa, em uma perspectiva crítica da realidade da educação ambiental no Brasil, o educador tem contribuído para a transformação da realidade, através também de uma significativa produção acadêmica. Irineu Tamaio, também com uma significativa e consistente produção acadêmica, tem um engajamento político e social, como quando, coordenador do Programa Educação para sociedades sustentáveis da WWF Brasil, e suas pesquisas estão relacionadas diretamente ao bem estar social e ambiental, revelando sua prática social/política, na perspectiva de uma sociedade mais justa e que se contrapõe ao sistema capitalista vigente. Um exímio pesquisador do clima, contribuiu para formulação teórica desta pesquisa. Assim como todos os outros participantes, o educador Heitor Medeiros faz parte da Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática - REAJA, rede essa, que prioriza os estudos relativos ao clima e educação ambiental, no intuito de encontrar caminhos que transformem a realidade de crise atual. O professor Heitor, é envolvido em movimentos sociais a favor da natureza desde da juventude, ele é um dos responsáveis pela criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT, que desde então, protege o ecossistema local e assegura a preservação dos recursos naturais da região. Com um histórico de militância na causa ambiental, contribuiu para a formulação de políticas públicas no estado do Mato Grosso. Eis algumas das razões pelas quais esses educadores foram escolhidos para participar da pesquisa.

Como já apresentado, cinco foram os educadores ambientalistas entrevistados. Responderam as questões que identificavam suas concepções de Educação Ambiental, assim como a do Anti-intelectualismo. Também evidenciaram os possíveis impactos do pensamento anti-intelectual no meio ambiente, evidenciando suas práticas de resistência frente ao desmonte das políticas públicas que se referem ao Meio Ambiente, revelando seu compromisso com a prática de uma Educação Ambiental Crítica e Transformadora. Os dados abaixo foram pesquisados no próprio currículo lattes de cada um, para que também seu currículo acadêmico afirme todo o engajamento nas questões ambientais.

Michèle Sato, é licenciada em Ciências Biológicas (São Paulo: 1982), mestre em Filosofia (Norwich: 1992), doutora em ciências (São Carlos: 1997), pós-doutorado em Educação (Canadá, 2007), pós-doutorado em educação (Espanha, 2014). É docente titular no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). Principais áreas de atuação: educação ambiental, artes, emergência climática, direitos humanos, migração climática e epistemologia popular. É coordenadora da Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA), envolvendo 5 países e 17 entidades.

Marcos Sorrentino, possui graduação em Biologia (1981) e Pedagogia (1984) e mestrado em Educação (1988) pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação (1995) e pós doutorados no Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (1999) e no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2010), onde também foi pesquisador colaborador. Foi Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de abril de 2003 a junho de 2008. De outubro de 2012 a março de 2014 foi assessor especial do Ministro da Educação, para a construção da política ambiental do MEC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: educação ambiental, políticas públicas e planejamento de futuro na direção de sociedades sustentáveis. Participa, desde os anos 70, de entidades ambientalistas, de cidadania e de educação ambiental. De 1985 a 1988 foi docente no Departamento de Educação na UNESP, campus de Assis. Desde 1988, no Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP, como professor associado (livre-docente) desde 2011, atualmente é professor sênior e coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca).

Philippe Pomier Layrargues, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (1989), especialização em Planejamento e Educação Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (1990), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Trabalhou de agosto de 2003 a julho de 2008 no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. É Professor Adjunto do curso de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília e pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação Ambiental, Ecologia Política e Filosofia da Natureza.

Irineu Tamaio, possui doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília-UnB - área de concentração: Política Pública de Educação Ambiental, mestrado em Geociências - área Educação aplicada às Geociências, pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Professor Adjunto IV do curso de Gestão Ambiental e no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (Rede Prof. Água) da Universidade de Brasília - UnB e pesquisador no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA)- UFMT. Membro da Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA). Trabalhou como Coordenador de Educação Ambiental do WWF-Brasil e no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, elaborando as estratégias e diretrizes de política pública para a área de educação ambiental e mudanças climáticas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação docente em Educação Ambiental, Educação Ambiental e Crise Climática; Educação Ambiental e História Ambiental, Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Heitor Medeiros, realizou pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, 2017-2018. Doutorado em Ciências - Ecologia e Recursos Naturais, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 2006. Mestrado em Ciência Ambiental, pela Universidade de São Paulo (USP) 1999. Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) 1979-1982 e Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT) 1983. Atualmente é

Professor na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Mestrado e Doutorado, atuando na Linha de Pesquisa 'Diversidade Cultural e Educação Indígena' (2013-Atual), tendo coordenado o programa entre 2014-2018. Foi professor visitante no Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) 2008-2013. Foi professor substituto na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no Departamento de Pedagogia (2001-2003). Ex-técnico do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) 2003-2008. Líder do Grupo de Pesquisa Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte - CNPq. Fundador, ex-coordenador editorial e membro do conselho editorial da Revista Brasileira de Educação Ambiental (2004-Atual). Tem experiência nas áreas de Docência de Ensino Superior, Interculturalidade e Educação Ambiental, Diversidade Cultural e Educação Indígena, História e Ciências Ambientais, Políticas Públicas

Os entrevistados fazem parte de um grupo de cidadãos politizados que entendem o poder das pesquisas científicas a favor da vida planetária, do conhecimento popular, que somado ao conhecimento científico possibilita inúmeros benefícios ao meio ambiente e ao ser humano, das práticas de resistência frente ao desafio de incentivar uma sociedade para que seja mais sustentável contrapondo o modelo capitalista de produção material. Na percepção de Morin (2011, p.20): “a educação deve dedicar-se, por conseguinte, à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras”. Nessa perspectiva, as entrevistas vêm de encontro à identificação do erro que é o fenômeno do Anti-intelectualismo, que com ideias equivocadas, acentua ainda mais a questão de crise ambiental e climática que o mundo enfrenta.

Na busca de subsídios para um ensino eficaz, o esclarecimento de fatos e dados por quem possui teoria e prática conjugados, se faz fundamental no ensino do tema transversal mais importante e mais ignorado, o Meio Ambiente. É emergente a abordagem crítica do tema ambiental. Em um momento de significativa preocupação quanto às desregulações políticas sofridas na área, os ataques às instituições de ensino, as violências sofridas contra comunidades em vulnerabilidade, se faz primordial discursos e práticas que favoreçam a denúncia da violência, da exploração e degradação ambiental. Na perspectiva do materialismo histórico dialético, se faz importante questionar, quais são os fatores que levam um governo iniciado em 2019 a negligenciar dados e fatos que revelam a degradação do meio ambiente, a favor de um modelo econômico que amplia as

desigualdades sociais e tem recursos naturais e seres vivos instrumentalizados, se não for para a manutenção da classe dominante, ampliando o abismo social e condicionando os trabalhadores a uma situação de exploração e alienação ainda mais profunda? A educação ambiental Crítica, transformadora defendida pelos entrevistados desta pesquisa vai muito além dos estereótipos conteudistas, reprodutivistas do sistema. Ela é sim, uma discussão econômica, política, social, que exige uma práxis que conduza para a emancipação e transformação.

CAPÍTULO IV: A ESPIRAL ASCENDENTE DO CONHECIMENTO

Os resultados serão apresentados na perspectiva dialética do método adotado, as contradições expostas em tese: a Educação Ambiental e Crise Climática, e antítese: Anti-intelectualismo, Academicismo e Negacionismo, surgindo daí, uma síntese: Os impactos do fenômeno do Anti-intelectualismo na Educação Ambiental e Crise Climática, como também, a discussão de uma justiça climática e os mecanismos de resistência, formando assim, uma nova tese, que será contradita por uma antítese, chegando a uma nova síntese, em uma espiral ascendente do conhecimento.

4.1 A TESE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CRISE CLIMÁTICA

“A vida irrefletida não vale a pena ser vivida” Sócrates (469 a.C).

*Porque é sabido que o movimento ecológico dá resultado, principalmente da educação ambiental, ele é resultado do movimento de contracultura. Você pega o movimento hippie, movimento feminista, o movimento beatnik, esse grupo que está questionando a lógica da modernidade, é nessas águas que o movimento ecológico vai conseguir dar a sua cara, e começar a atuar para enfrentar o sistema capitalista, lógica perversa, destruidora do sistema capitalista. **Heitor Medeiros.***

FIGURA 8 - Os efeitos da crise Climática



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2019)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTIETo7NY&t=29s>

O primeiro subtítulo traz a Tese inicial da análise dos resultados desta pesquisa, apresentando as concepções de Educação Ambiental e Crise Climática, realidade exposta na figura acima (Figura 8), chuvas torrenciais ocasionando deslizamentos, enchentes. Ao mesmo tempo, crise hídrica e incêndios descontrolados em regiões diversas, porém, a realidade de crise ambiental e Crise Climática, não intimidam a energia e resistência do início do movimento ecológico citado pelo educador Heitor Medeiros, e que persiste na atualidade. Todos esforços foram fundamentais para a formação de políticas públicas na área ambiental, que apesar do desmonte hoje, ainda resistem. Ambientalistas e todos os profissionais da área enfrentam com pesquisas, ensino e extensão, com ações diretas em movimentos sociais, os ataques diretos ao meio ambiente. As imagens acima representam as consequências da desregulamentação política ambiental, que só agravaram a condição de crise ambiental no país, causando a morte e ampliando a condição de miserabilidade dos mais vulneráveis. Denúncias que seguirão por quem se importa com toda forma de vida.

A Educação Ambiental dentro das diferentes correntes já citadas no capítulo primeiro, vêm passando ao longo do tempo por transformações conceituais, quase sempre ligadas a questões relacionadas diretamente ao fator econômico da época. Sendo a questão Ambiental de ordem econômica e política. Das muitas denúncias feitas por Rachel Carson em seu livro Primavera silenciosa de 1969, assim como, das décadas de resistência por políticas públicas que atendessem a questão ambiental por parte dos entrevistados desta

pesquisa que resguardam o direito a toda forma de vida. Que a pesquisa seja testemunha da resistência dos educadores entrevistados. Lutar contra o sistema capitalista não é tarefa fácil, considerando o capitalismo fator importante na discussão dos resultados obtidos, pois, é o sistema econômico responsável pelas crises ambientais e climática. A capacidade de resistência nos discursos e práticas dos entrevistados evidencia a altivez diante dos momentos de retrocessos⁴³ em políticas públicas ambientais, causando conflitos com os que defendem o modelo governamental pautado no capital. Discurso evidenciado na fala da educadora **Michèle Sato**, afirmando que:

[...]Eu tinha muita honra, muito orgulho de falar que era educadora ambiental, boca cheia. Hoje em dia, dependendo da situação, do ambiente que eu estou, eu falo que sou filósofa, que sou educadora. O que houve nesse período? A verdade que estava dentro do armário que as pessoas não colocavam no bloco da rua. Então a falsa interpretação de que o Meio ambiente era uma pauta principal, veio à tona, não era na verdade, era o contrário. A conservação do Meio ambiente vai direto contra o capitalismo, e você mexe com a zona de conforto, você mexe com as pessoas. Na ocasião que a gente inicia a travessia, isso não estava claro para a sociedade, ao você enveredar pelo mundo da questão ambiental e você perceber de fato que se conservar o ambiente, significa reduzir o capital monetário, as pessoas se dão conta que o Meio ambiente não pode ser tão prioritário dessa forma.

No relato de sua trajetória Michèle Sato expõe o impasse na discussão ambiental, o conflito com o sistema econômico capitalista, desenvolvimentista e utilitarista que torna a discussão ambiental invisibilizada. A educadora ainda afirma que, houveram períodos em que os ataques ao seu trabalho e até mesmo perseguições contra sua vida a levaram a ter receio ao se declarar educadora ambiental, refletindo o poder do capitalismo no estado do agronegócio, o Mato Grosso. O modelo de Educação Ambiental a qual a professora se dedica não interessa ao sistema econômico.

⁴³ O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Rodrigo Agostinho, se prepara para avaliar uma avalanche de projetos de lei propondo alterações que diminuem a proteção ambiental. Em entrevista dada a Ana Carolina Amaral, da Folha, o deputado lista suas principais preocupações entre os quase mil projetos que “tramitam hoje entre Câmara e Senado propondo algum retrocesso na legislação ambiental”. Sua preocupação imediata é o PL que altera licenciamento ambiental, que pode ser votado a qualquer momento. O projeto propõe flexibilizar o licenciamento ambiental, com o objetivo de agilizar a obtenção de licenças. A última versão do texto prevê licenças automáticas em casos de decurso de prazo e licenças autônomas, que poderiam ser emitidas pelo próprio empreendedor. “O PL traz coisas assustadoras para um país que vivenciou os casos de Mariana e Brumadinho”, diz ele. “E pode sair caro para os empreendedores, com mais insegurança para quem quer investir.”

Reportagem disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/02/05/quase-mil-projetos-de-lei-propoe-retrocesso-ambiental-no-congresso/> Acesso em 27 de agosto de 2020.

Na definição de Educação Ambiental abordada no primeiro capítulo, apresenta-se a vertente conservadora e crítica. A primeira se desenvolve e se define enquanto uma educação reprodutora do sistema econômico capitalista. A outra, política e crítica das ações que de alguma maneira buscam instrumentalizar até mesmo os mecanismos de resistência. Quando se fala em Educação Ambiental, a maioria das ações estão voltadas para o conservacionismo, negando o teor crítico e militante da Educação Ambiental como mecanismo político, crítica feita mais a frente pelo professor Layrargues.

Os projetos trabalhados, em sua maioria discutem a utilização da água, o descarte do lixo, a alimentação saudável, por exemplo. Não, que não sejam projetos importantes, porém, ao delimitar o conteúdo fragmentando-o, desconsidera-se a totalidade do objeto estudado, mascarando a causa e tratando superficialmente os efeitos (LOUREIRO, 2003). Não se discute a pecuária em grande escala, grande utilizadora da água limpa do planeta, grande eliminadora de gás metano, sem falar no desmatamento de florestas, as queimadas, responsáveis pelas emissões de CO₂, para a ampliação da pecuária e do agronegócio, com monocultura química dependente, devastadora de florestas. Quanto ao lixo, pouco se discute o modelo de consumo estimulado pelo capitalismo, que tem gerado toneladas de dejetos descartados no meio ambiente, mas, a responsabilização da grande parte mais vulnerabilizada da população é frequente, desconsiderando as deficitárias estruturas políticas das cidades no tratamento do lixo. Quando se fala de educação alimentar então, a ideologia se evidencia. Ensina-se crianças a se alimentarem com frutas e legumes, só não se revela a quantidade de agrotóxicos contidos nelas, e como isso pode afetar sua saúde. Essa mesma agricultura que não produz alimento, mas sim, commodities para exportação, é a que contamina água, terra, ar, pessoas, com agrotóxicos. E a discussão nem mesmo chega perto de destacar as relações de poder impregnadas no modelo de produção capitalista, que através da exploração do trabalho e da natureza, destroem o meio ambiente, aumentam as desigualdades sociais, ocasionando a violência e a miséria.

Para Mészáros, o capital esgotou sua capacidade civilizatória que desenvolvia, contraditoriamente, juntamente com as formas de alienação do trabalho. Para manter-se, exacerba seu caráter destrutivo sobre o trabalho humano aprisionado pelas relações de exploração e agrava a destruição do meio ambiente e, portanto, as bases da própria vida humana (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001, p.1).

O caráter destrutivo do capitalismo é evidenciado na questão ambiental. Partindo do pensamento crítico, que Carson (1969) vem denunciar o descaso com o meio ambiente,

justificado pelo discurso de avanço da produção econômica e os seus efeitos desastrosos para o planeta como um todo. Expondo sua indignação sobre a utilização de agrotóxicos afirma que:

A contaminação do nosso mundo não é apenas uma questão de pulverização em grande escala. Com efeito, para a maior parte de nós, isto se reveste de menos importância do que as inúmeras exposições em pequena escala, a que estamos sujeitos dia a dia, ano após ano. Como o gotejar constante da água, que por sua vez desgasta a pedra mais dura, este contato, que dura desde o nascimento até a morte, com substâncias químicas perigosas, pode vir a ser, no fim das contas, catastrófico. Cada uma destas repetidas exposições ao veneno, por mais leve que seja, contribui para a acumulação progressiva de substâncias químicas em nosso corpo, e assim, para o envenenamento acumulativo (CARSON, 1969, p.181).

A questão da utilização de agrotóxicos nas lavouras do Brasil, é discussão de uma Educação Ambiental crítica. Enfrentar o discurso desenvolvimentista justificado pelo presidente eleito que defende o progresso da agricultura desconsiderando qualquer dado científico que interfira em seus planos, é um desafio, o embate democrático sempre existiu, porém, em 2019, houve uma ruptura autoritária. Em 2019 mais de quatrocentos diferentes tipos de agrotóxicos foram liberados no país comandados pelo governo federal. Dentro da concepção de que Educação Ambiental se faz requerendo os direitos de todos os elementos naturais e de todos os seres vivos, não somente sobreviverem, mas, viverem bem, em equilíbrio, se faz necessário contrapor o sistema econômico, e contrapô-lo, significa colocar-se em risco, como afirma a educadora **Michèle Sato**, se referindo a luta ambiental no Estado do Mato Grosso, conhecido como o celeiro das commodities:

[...] aqui é o epicentro do agronegócio. Então no Brasil, se existe alguma força que contrapõe à educação ambiental, Mato Grosso é um grande exemplo, até porque, eu já fui ameaçada, e o Brasil inteiro soube disso, por isso que as pessoas sempre ficam de olho[...].

Ser uma educadora ambiental em um cenário de reais ameaças a própria vida se torna mais que um desafio, mas, uma prova cabal do comprometimento ético com uma sociedade mais justa que alcance o patamar de sustentável e economicamente viável. Os educadores, Sato e Senra, afirmam suas práticas de resistência:

Localizado em Mato Grosso no ‘epicentro’ do agronegócio selvagem onde o poder econômico de ruralistas e grandes produtores da monocultura, a ecologia de resistência quer bradar contra a fome e desigualdade social geradas pelo acúmulo do capital da minoria (SATO; SENRA, 2009, p. 142).

Na perspectiva do fomento de uma Educação Ambiental crítica, vale questionar: como se comprova que um tipo de agrotóxico é maléfico à saúde dos rios, das florestas, de todos os seres vivos, que determinados gases poluentes emitidos em grande escala tem causado o aumento da temperatura da terra, que a derrubada de florestas inteiras, assim como a queimada das mesmas, também contribuem para o aquecimento global, assim como a extinção de inúmeras espécies, e que a criação de inúmeras usinas hidroelétricas têm alterado o equilíbrio dos rios, causando alagamentos, assoreamentos, contaminação, e ainda a crise hídrica em vários lugares por conta de aterramentos de lençóis freáticos? Ciência é a resposta, através de estudos científicos que permitam a refutação, que se busca chegar a resultados que favoreçam a vida no planeta, desse tipo de ciência que a educação ambiental se apropria, porém, não é possível que educadores ambientais salvem o planeta sozinhos, é necessário políticas públicas que favoreçam sua prática. Carson explica que já na década de sessenta a causa da Educação Ambiental já não era relevante para os que governavam seu país: “Todas essas questões requerem urgentemente respostas precisas, que somente a pesquisa intensiva e extensiva pode proporcionar; todavia, os fundos para semelhantes finalidades são de inspirar piedade, de tão reduzidos” (CARSON, 1969, p.161).

Na atualidade constatou-se o mesmo interesse citado acima por Carson, do poder político brasileiro pela pesquisa científica. Em 2019, O MEC, não financiou nenhum novo pesquisador, em um jogo de perseguição às instituições de ensino, universidades públicas e a ciência, o Ministério da Educação bloqueou quase doze mil bolsas de pesquisa no país (CORTE..., 2019).

Neste ano, a Capes teve R\$ 819 milhões contingenciados, equivalentes a 19% do valor que fora autorizado em seu orçamento. Para 2020 —o primeiro orçamento desenhado pela atual gestão— os fundos do órgão cairão à metade, passando de R\$ 4,25 bilhões previstos em 2019 para R\$ 2,20 bilhões em 2020 (CORTE..., 2019, p.1).

A importância dada a pesquisa e a ciência pelo país está explicitada nos números apresentados acima. O que se espera de um governante no mínimo, é um comportamento diplomático diante das divergências ideológicas, porém, o atual governo não se intimida ao evidenciar seu posicionamento político quanto o papel do educador ambientalista, o qual considera ser um terrorista (BOLSONARO..., 2020). Foi durante o anúncio de um projeto de lei do Executivo, que permite a exploração de petróleo e gás, além da geração de energia elétrica em terras indígenas, que o atual presidente do Brasil afirmou que:

O grande passo depende do Parlamento. Vão sofrer pressão dos ambientalistas. Esse pessoal do meio ambiente. Se um dia eu puder, eu confino-os na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio ambiente, e deixem de atrapalhar os amazônidas aqui de dentro das áreas urbanas” (BOLSONARO..., 2020, p.1).

Como pôde-se perceber até aqui, a discussão sobre o Meio Ambiente vai além das ações conservacionistas, elas percorrem o caminho da “conscientização”, do fato de crise ambiental e Crise Climática. Propondo uma transformação do comportamento, de valores, de políticas públicas que atendam a necessidade de formação de uma sociedade sustentável, ou seja, uma transformação da realidade atual. Sem a pretensão de que a Educação Ambiental seja a saída para resolver os problemas do mundo, pois, muitas áreas do conhecimento já tentaram tal feito e falharam. Mas, na intenção de que a possível transformação somente se dará a partir da ação política, econômica, social e cultural. Nesse sentido o educador **Marcos Sorrentino** afirma que:

A minha concepção de educação ambiental hoje, é todo processo comprometido com transformações sociais em direção a sociedades sustentáveis, mas, transformações sociais que promovam mudanças culturais, que recuperem e revitalizem os sentidos existenciais mais profundos para cada pessoa para cada grupo social, sentidos existenciais que nos conectem com o que está para além do material, além do consumo. A educação ambiental, além do compromisso com a transformação social, ela tem um compromisso com transformações culturais, com mudanças de valores.

Para além das condições materiais, o educador Sorrentino eleva a condição da educação ambiental para níveis altos de existência em coletividade. Buscando recobrar uma dimensão holística de natureza, humanidade e espiritualidade, no sentido amplo da palavra. Uma transformação profunda, duradoura e emergente.

A diferença existencial entre “estar na terra e ser a terra”, ou seja, o ser pertence a terra e não a terra lhe pertence, sendo esse o objetivo de muitos povos originários que tratam tudo a sua volta, tudo que for natural, como sendo parte de si mesmo. A afirmação do professor Sorrentino reflete séculos de enfrentamento a um sistema eurocêntrico muito distante dos conceitos dos povos originários⁴⁴. A busca por sentidos existenciais que leve

⁴⁴ “O povo indígena tem um jeito de pensar, um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência, pela manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco, nem nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das terras indígenas, quanto mais de outros seres humanos”.

KRENAK, 2020, p.1. Entrevista disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ailton-krenak-fala-sobre-o-amanha-durante-e-apos-a->

a uma reflexão além do poder de consumo, é desafiar a arraigada ideologia capitalista. O capitalismo criou um ideal de sucesso que está relacionado diretamente com a capacidade de consumo de cada indivíduo. Pensar a questão ambiental denunciando o consumismo é tanto no passado, quanto na contemporaneidade, correr o risco de ser taxado de maluco, desocupado ou anti-desenvolvimento. Fato evidenciado na afirmação do educador **Heitor Medeiros**:

Nós estávamos preocupados mesmo em focar o nosso trabalho no dia a dia, em dar visibilidade para essa questão, a temática ambiental era considerada coisa de gente que não tinha o que fazer, sempre era chamado de maluco, afinal, tinha tanta gente passando fome no mundo, nós também estávamos preocupados com a fome no mundo e o negócio que estava nos preocupando também era com essa lógica que a gente tem no ecologismo, em que a preocupação com a vida não é só com a vida humana, existe a manifestação da vida do planeta, e há diversas espécies, não somente a nossa. [...]Então, no primeiro momento, a educação ambiental entra na nossa vida dentro de uma forma muito espontânea[...].

Em um país onde a desigualdade social é parte fundante do referencial histórico, a questão ambiental ou de Crise Climática são invisibilizadas por não fazerem parte das prioridades do sistema capitalista. Considerando o contexto histórico da construção da educação no país, educação colonial que perdurou por muito tempo e ainda se vê resquício dela na contemporaneidade, fazendo com que a formação política para cidadania ficasse comprometida, condicionando a população a uma reprodução do sistema que explora e, forma para obediência servil apolítica. Dentro do modelo capitalista de periferia brasileiro atual voltado para a exportação de commodities, interessa mão de obra minimamente qualificada, acrítica, que não saiba o significado de reivindicação de direitos e que desconheça a consciência de classe a ponto de manter voluntariamente a estrutura da desigualdade social. Nesse contexto de luta pela sobrevivência, em meio a alienação, com a realidade mascarada pela necessidade de subsistir, não há tempo disponível para Crise Climática ou para se pensar a quantidade de agrotóxicos contidos nos alimentos. A educação ambiental Crítica nesse contexto, serve como reveladora da realidade. Desde a década de sessenta com todos os movimentos sociais, os da contracultura, os de muitos estudiosos que passaram expor ao mundo os problemas ambientais, como Rachel Carson, encontraram muita resistência dos defensores do modelo econômico capitalista, modelo

[pandemia/#:~:text=Ailton%20Krenak%20%C3%A9%20um%20%C3%ADder,Gerais%2C%20no%20Sudeste%20do%20pa%C3%ADs.&text=Fala%20sobre%20a%20mentalidade%20doentia,esp%C3%A9cies%20vivas%20para%20poder%20sobreviver](#). Acesso em 11 de setembro de 2020.

esse, que está relacionado diretamente com a crise ambiental e Crise Climática, realidade também denunciada nos movimentos de contracultura.

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente) (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; JÚNIOR, 2005, p.3).

Criticidade na Educação Ambiental é fundamental, como afirma a citação acima. Denúncias das injustiças ambientais, da grande desigualdade social causada pelo sistema capitalista, precisa emergir da Educação Ambiental amparada amplamente pelo conceito de transformação, dando visibilidade a questão ambiental. Segue a visão de educação ambiental relatada pelo educador **Irineu Tamaio**:

Veja, a leitura que eu possuo da educação ambiental nos dias de hoje, é de que ela, como toda área da ciência, toda área da cultura, seja da religião, seja da economia, passa por momentos de crise. Nós da Educação Ambiental vivemos um momento de crise que é natural, porque nós somos reflexo da sociedade. Como a minha leitura e minha compreensão de educação ambiental está fundamentada numa abordagem do campo crítico, do campo teórico-crítico, eu denoto e posso observar no meu ponto de vista, que ela é hoje, um grande campo de embate, para a gente poder estar lutando contra todo esse obscurantismo existente, sobretudo relacionado a política ambiental que vem sendo destruída. Então a Educação Ambiental é mais uma pequena contribuição, uma pequena “areia”, um pequeno grão de contribuição para a gente poder lutar contra todo esse fascismo, esse obscurantismo que existe em relação aos fenômenos que vão ocorrendo, sobretudo, a questão da crise climática e a degradação que existe na relação entre o ser humano e a natureza. Para mim, a Educação Ambiental é um instrumento de política e de transformação.

Dentro da perspectiva crítica, na afirmação do educador Tamaio, a educação ambiental é importante instrumento político de transformação, mesmo considerando o período de crise afirmado pelo mesmo. Realidade identificada, no percurso histórico da Educação Ambiental, períodos de avanços e retrocessos se apresentam.

Da perspectiva de uma educação crítica, com ações políticas transformadoras, como defendida por Paulo Freire, que se instala o ideal de Educação Ambiental defendida aqui. A afirmação feita acima se identifica com a definição feita pelo educador **Philippe Layrargues** a respeito da educação ambiental hoje:

Acho que o acidente de percurso nas últimas eleições, que trouxeram o signo do anti ecologismo para o centro do poder, estão ajudando a compreender as limitações da EA e como ela se transmuta lentamente ao longo do tempo. Fica claro para mim, cada vez mais, que a EA brasileira foi domesticada. Discutiu-se longamente se a EA deveria ser ou não ser uma disciplina, enquanto ela foi disciplinada. Ela perdeu a radicalidade da crítica. Se rendeu ao discurso - e prática - do ambientalismo pragmático, de resultados, rendeu-se ao discurso homogeneizador e pacificador da agenda do Desenvolvimento Sustentável. Aceitou se incorporar ao processo cultural capitalista que passou a ditar o que vale e o que não vale no campo da EA. De uma forma sintética, podemos dizer que a EA soube formar o "sujeito ecológico", para usar a formulação da Isabel Carvalho, mas abriu mão de formar o "sujeito ecológico". Talvez isso signifique que a EA ficou mesmo conteudista e normativa, e pouco se importou com o desenvolvimento das habilidades para a contra hegemonia, para a luta política, para a denúncia. Lembra muito Paulo Freire, que dizia ser necessário combinar o anúncio com a denúncia. Ficamos só com a primeira lição.

O educador relata em uma visão crítica o que se tornou a Educação Ambiental. O termo utilizado, “domesticada”, reacende a discussão materialista/histórica de uma luta de classes latente no país. Quem domesticou a Educação Ambiental? Com qual intenção a Educação Ambiental foi silenciada? Seu potencial de criticidade e radicalidade reduzidos a conteúdos e normas, curvando-se ao capital, que nesse contexto, torna-se o tutor do que deveria ser a uma Educação Ambiental crítica, transformadora. A questão da Educação Ambiental está relacionada diretamente a essa dimensão política e econômica, ou seja, no capitalismo não se abre mão de um bem individual a favor de um bem comum, dificultando assim, o surgimento do sujeito “ecopolítico”. No capitalismo o lucro e o consumo são eixos norteadores, questões ambientais universais que tratam da existência de todas as formas de vida não são consideradas dentro desse sistema, a não ser que este, obtenha alguma vantagem. Diante da afirmação acima, o modelo de Educação Ambiental atual contribui na reprodução do modelo econômico vigente, quando abre mão do papel de denunciar, reivindicar e educar para a vida, todo tipo de vida, e não para manutenção do sistema de produção. A visão do educador **Heitor Medeiros** deixa claro a apropriação do capital até mesmo do termo ecologismo:

[..]Nós temos hoje no país, eu acredito, assim do ponto de vista do marco legal, nós temos estruturado, se o atual governo não destruir, uma estrutura para gestão na área de política ambiental e de educação ambiental. Muito bem, a gente tem uma política nacional de meio ambiente, nós temos o programa nacional de meio ambiente regulamentado que reverberam no estado das políticas estaduais, das políticas municipais, nós temos jovens organizados em coletivos, jovens por meio ambiente, em alguns momentos com mais ação. Mas assim... nós temos uma estrutura funcionando da política ambiental do país com todas as condições para funcionar, temos muitas pesquisas nas universidades trabalhando a temática da educação ambiental, nós tivemos por exemplo, o discurso ambiental, que durante um certo momento, na origem que eu estou

falando, era um discurso revolucionário e perigoso, ele foi apropriado. Hoje, banqueiro fala que é ecologista, o Blairo Maggi fala que é ecologista, o pessoal do agronegócio, todo mundo é ecologista, então, você tem uma apropriação oportunista da Bandeira ecologista, você tem entrada de Raimundo, e todo mundo na área ambiental e um monte de ONGs, que entram na área ambiental de forma oportunista para ganhar dinheiro.

Importante esclarecer que o educador Heitor Medeiros foi entrevistado antes do desmonte nas políticas públicas ambientais, ocorrido no segundo semestre de 2019, por isso, afirma que a Educação Ambiental está amparada por legislação e políticas públicas sólidas que foram construídas nas últimas décadas e que, em pouco mais de um ano, foram reduzidas, ocorrendo um afrouxamento das políticas ambientais, ocasionando inúmeras consequências.

Ao afirmar que quem promove e se beneficia da degradação ambiental também se considera ecológico, é evidenciar a apropriação indevida do termo ecologismo ou o papel subserviente da educação ambiental ao sistema econômico capitalista. Afinal, produzir ecologicamente também pode ser regra do mercado para um “desenvolvimento sustentável”, termo criticado por muitos ambientalistas, pois, reflete a domesticação da educação ambiental. Para Boff (2015, p.46): “Quando falamos aqui de desenvolvimento, não é qualquer um, mas, o realmente existente, que é aquele industrialista, capitalista, consumista. Este é antropocêntrico, contraditório e equivocado”. Fator que se evidencia é o antropocentrismo contido no termo “desenvolvimento sustentável”. Pressupõe-se, que o desenvolvimento deva favorecer um único ser, o humano, desconsiderando todas as outras formas de vida, que durante esse processo de “desenvolvimento” são exploradas ou até mesmo extintas. Sociedade sustentável, é o termo trazido no tratado escrito no ano 2000, a Carta da Terra⁴⁵. Nessa perspectiva, pode-se perceber que o capital não se curvará ao movimento ambientalista a não ser que ele ganhe. **Heitor Medeiros** ao compartilhar sua experiência no estado do Mato Grosso, afirma que:

[..]tem gente dentro dos órgãos públicos para vender a natureza, para licenciar obras que não deveriam ser licenciadas, por exemplo, eu disse, que alguns anos

⁴⁵ A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra> Acesso em 11 de setembro de 2020.

*atrás, quase todos os secretários de Meio ambiente do Estado de Mato Grosso acabaram na cadeia. É só pegar na imprensa, você vai ver que diversos deles terminaram presos pela polícia federal, até bem pouco tempo, [um] funcionário, diretor da Sema, [estava] sendo enquadrado pelo ministério público. Mas, essa complexidade do mundo que a gente vive, e a educação ambiental é um reflexo disso, assim, a educação ambiental é uma porta de entrada para o ecologismo, o lado positivo disso é que você consegue trazer as pessoas para entrar nessa militância, e, quando nós estamos falando de ecologismo e quando nós estamos falando de educação ambiental, a gente sabe que pela própria origem tem um componente social muito grande, você está entendendo? não está se falando de um ecologismo que é só para cuidar das árvores, que é para cuidar dos animais, não humanos, que é isso também, mas, é principalmente, **para enfrentamento do modelo de sociedade que a gente vive e que a natureza é um grande ensinamento para [nós], porque a gente tem um processo de transformar a natureza em mercadoria para as pessoas enriquecerem, criando o caos que [nós vivemos].***

O educador Medeiros além de denunciar as apropriações das questões ambientais para fins fraudulentos afirma ser a educação ambiental um reflexo dessa realidade, ou seja, em alguns momentos está cumprindo o papel de reproduzir o sistema capitalista, ou, pode ser uma abertura para o ecologismo. Porém, um ecologismo que busque um melhor equilíbrio entre o ser humano e seu meio, ou seja, o ser humano como parte da natureza, realidade possível a partir de uma mudança no sistema estrutural capitalista. Diante de um momento político de descaso com o Meio Ambiente, fator evidenciado pelas ações institucionais, evidencia-se além da preocupação com as desregulamentações já citadas no segundo capítulo, a possibilidade da situação se tornar mais crítica do que já é. Todos entrevistados demonstraram tal preocupação, porém, nenhum demonstrou apatia diante dos desafios, os movimentos de resistência a favor da vida, seguem.

Porquanto o conceito de tese, a Educação Ambiental, apesar de domesticada, como afirma Layrargues, possui o potencial de transformação da realidade, através dos mecanismos de resistência ao capitalismo. Para tal feito, a Educação Ambiental precisa ser, crítica, transformadora e emancipatória. Uma educação que elimina os conceitos da cultura capitalista que a torna conteudista e normativa. A formação do sujeito político, trará transformação e emancipação.

A Crise Climática é também concebida como tese neste subtítulo. Tese que é o entrelaçamento da Educação Ambiental e Crise Climática, sendo a Educação Ambiental um mecanismo de mitigação da Crise Climática. Mesmo com as alterações naturais da temperatura da terra, tem se constatado através de pesquisas científicas, que a temperatura do planeta tem se alterado ao longo dos anos a partir das atividades humanas. Dois fatores importantes no debate da Crise Climática, primeiro, a terra realmente está aquecendo e isso interfere em todo ecossistema. Segundo fator, o ser humano é o responsável, porém,

existe uma gradação de responsabilidades, dentro da lógica de exploração e degradação, há os que degradam em larga escala, e sofrem menos impactos em comparação aos outros, que poluem em menor escala. Não há como negar as consequências advindas do sistema de produção capitalista, elas já são sentidas em diversas localizações.

O aquecimento do planeta pode intensificar eventos climáticos, como secas, furacões, enchentes e tempestades, elevar os níveis dos oceanos, alterar o regime de chuvas e, assim, impactar a agricultura, as ocupações urbanas, o uso dos recursos hídricos, a matriz energética, causando incomensuráveis prejuízos econômicos e sociais. Sob esse aspecto, são urgentes as ações para mitigar a mudança do clima por meio da redução da emissão de carbono e outros gases de efeito estufa, bem como proporcionar os meios para que a sociedade se adapte aos efeitos dessas mudanças, sobretudo as parcelas mais vulneráveis a eventos extremos (TAMAIIO, 2013, p.8).

Os impactos da crise climática já são sentidos. Muitos dos eventos citados por Tamaio, são presenciados no país. A alteração do ciclo hidrológico já é sentida, chuvas torrenciais atingiram o Sudeste brasileiro ocasionando enchentes, devastações e mortes, é o que afirmou Carlos Nobre, enquanto coordenador do Modelo Brasileiro de Sistema terrestre (INPE), considerando ainda que tais eventos não deveriam ser tratados como episódicos, que só acontecem uma vez a cada cem anos (DAMÁSIO, 2020). Outro fator relevante é a crise hídrica. Sendo que o ciclo da água está diretamente ligado ao clima, as mudanças do clima podem alterar os regimes de chuva, ocasionando enchentes ou secas, afetando a oferta de água para as cidades. Um dos exemplos mais recentes é a mudança do clima e estiagem no Estado do Paraná, no ano de 2020:

Como a meteorologista Marília Guedes do Nascimento, do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), explicou à rádio Band News Curitiba, alterações climáticas em diversas regiões estão afetando o regime de precipitação na capital paranaense. Segundo ela, entre essas alterações, estão as correntes de ar e água que carregam umidade da Amazônia para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que estão se enfraquecendo por causa da intensificação do desmatamento no Norte. Isso resultaria em um verão com poucas chuvas na região de Curitiba, piorando a situação hídrica local (MUDANÇA..., 2020, p.1).

Inúmeros são os efeitos da Crise Climática, se estendendo a população mundial. Mais de um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção, o aumento do volume do mar tem ocasionado o desaparecimento de praias, até mesmo ilhas (MUDANÇA..., 2019). A Crise Climática é definida pelo educador **Philippe Layrargues** como:

É como se estivéssemos de fato diante de um indicador do grau de periculosidade do caos climático, indicando que ele chegou. Mas ele não está

dentro do paradigma do tempo presente, que opera no imediatismo. Não consegue decifrar claramente o que é a crise climática, até porque isso é um processo de longa temporalidade que estamos apenas começando a adentrar. Ao mesmo tempo que dizem que 'o clima está louco, se referindo a uma chuva monumental, ou a um calor insuportável, ou a vendaval enorme, as pessoas parecem não ter acordado do torpor dessa anestesia que diz que é preciso ver o perigo a um palmo do nariz para entrar em alerta. A frase da Greta Thunberg é genial; mais ou menos assim: quando descobri que o planeta está em crise climática, entrei em pânico (obs. sobre a palavra pânico, que ela usou para chamar a atenção da importância do processo, e para agir). Está na hora de desligar as máquinas, já; diz ela; referindo-se à mudança que deve ocorrer. Mas junto disso, há o trabalho ideológico de se camuflar que tais episódios extremos climáticos estejam correlacionados com as mudanças climáticas e os interesses das indústrias do petróleo, do automóvel e das biotecnologias aplicadas à produção agrícola.

Eis uma questão paradigmática trazida pelo educador Layrargues, o capitalismo é apresentado como paradigma dominante, então, o poder financeiro passa a maquiar ou invisibilizar as narrativas climáticas, fazendo-as menos emergentes do que elas são. O que se visualiza é, que o paradigma do capitalismo ainda consegue se justificar apesar da crise, um exemplo, são as contratações de negacionistas do clima, também, o controle dos meios de comunicação, se valendo do poder econômico, tirando o debate ambiental da pauta, o capitalismo compra políticos, parlamentos e conseqüentemente controla as leis, coloca seus agentes nas instituições e nos estados, em todas esferas, legislativo, executivo e judiciário. No momento em que não conseguir dar respostas que mantenham a opinião pública apática quanto a importância do tema, ou seja, quando as tragédias climáticas se tornarem mais evidentes do que já são, um novo paradigma será obrigatoriamente imposto. O mundo será o mesmo, porém, o modo de olhar para este, será outro, nesse momento, os problemas ambientais começarão a ser tratados a partir de sua causa e não de seus efeitos (KUHN, 1978).

Diante dos possíveis mecanismos de resistência ao sistema, importantes políticas públicas foram construídas a partir de reuniões e conferências que trataram das questões climáticas. As últimas conferências do Clima trataram dos compromissos que os países envolvidos firmaram sobre o controle de emissão de gases de efeito estufa, do consumo, ou seja, de mecanismos que pudessem controlar o aquecimento do planeta. Porém, o que se identifica, é um descaso com as questões climáticas e com as propostas de mitigação das emissões de gases responsáveis pelo aquecimento da terra. Reafirmando a função das Conferências das Partes (COPs), como apenas mais um mecanismo que segue a lógica governista, há um abismo propositalmente criado entre a teoria dos acordos firmados e

efetivamente sua práxis. No que consiste a crise climática, o educador **Irineu Tamaio**, afirma que:

O grande debate posto hoje nesse campo, que foge um pouco do campo da ciência do clima, é que, enquanto a questão climática, enquanto o colapso climático estiver restrito ao campo da diplomacia e ao campo da ciência dura do clima, nós jamais teremos uma sociedade de baixo carbono, nós jamais teremos uma sociedade que repense esse modelo produtor de mercadorias e que repense essa matriz energética ainda pautada nos combustíveis fósseis, para que haja mudança nesse modelo societário, significa que essa crise e o colapso climático tem que ter o senso de urgência da sociedade, é um tema fundamental que afetará a todos, não de forma igual, um discurso que [existe] é que todos serão afetados, mas, não serão todos, os grupos mais vulneráveis e os grupos economicamente desfavoráveis serão os mais afetados.

Além da denúncia do modelo capitalista de exploração do planeta, o educador também, evidencia a injustiça ocasionada pela Crise Climática, pois, os eventos extremos têm afetado de forma mais contundente as comunidades em condição de vulnerabilidade. Ou seja, não estão todos no mesmo barco. O descaso do poder público referente a Crise Climática é verificado no Brasil por uma das promessas de campanha do atual presidente, que era a ameaça de tirar o Brasil do acordo de Paris, como procedeu os Estados Unidos da América, recentemente. A saída do Brasil do acordo não aconteceu, porém, na última conferência do Clima, o Ministro do Meio Ambiente, afirmou que aceitava os dados sobre a Crise Climática, mas não aceitava a responsabilização do ser humano para tal fenômeno. O que se subentende, é que, se o ser humano não é responsável, nenhuma ação de redução de emissão de gases poluentes e de exploração ambiental será tomada no país. O problema no posicionamento do governo são os efeitos da crise, esses são reais, e todos estão sendo afetados, porém, não com a mesma intensidade e com a mesma capacidade de adaptação.

A Ciência do Clima adverte que, se queremos evitar eventos extremos que provocam catástrofes e danos a todas as formas de vida, principalmente a humana, deveremos adotar princípios de precaução e não deixarmos a temperatura média do planeta ultrapassar o limite de 1,5 a 2°C (graus Celsius) até 2100, nível considerado relativamente seguro por especialistas, mas que já implica em consequências severas. O problema é que os gases de efeito estufa (GEE), emitidos de forma mais acelerada a partir do século 19, já representam um aquecimento real de 0,76°C. E ainda temos os gases que estão sendo e serão emitidos pela ação humana e que continuarão por muitos anos na atmosfera, contribuindo para que o aquecimento global provoque mais mudanças do clima (TAMAIO, 2013, p.11).

O cientista Carlos Nobre, afirmou em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura em 2019, que o Brasil conquistou a posição de líder mundial em preservação do

meio ambiente, por conta da redução no desmatamento da Amazônia, entre 2005 e 2014, porém, em 2019, a devastação teve um avanço exponencial. “Vamos perder esse prestígio que nos vale muito como imagem e como benefício econômico? Essa pergunta ainda não tem resposta. Seria péssimo para o futuro do país, a curto e longo prazo, se perdêssemos esse protagonismo” (CARLOS..., 2019). Como afirmou o cientista, com as reduções no desmatamento alcançados naquele período, o Brasil foi o país em desenvolvimento que mais reduziu suas emissões de gases de efeito estufa que contribuem para o agravamento da Crise Climática. Ainda afirmou que, o atual governo não deve alcançar as metas para 2020, estabelecidas uma década antes. Para o educador **Marcos Sorrentino**:

A crise climática já é incrementada por governos conservadores como esse que nós temos no Brasil, hoje eles negam o aquecimento global ou pelo menos as causas antrópicas do aquecimento global e se negam a tomar qualquer medida que possa significar menos progresso econômico nas mãos das poucas pessoas que usufruem [desse] progresso, eles têm uma postura, extremamente anti-intelectual, negam toda e qualquer informação. Estou considerando o colapso que nós vivemos hoje, as queimadas na Austrália, as queimadas na Amazônia, os eventos climáticos extremos são a ponta do iceberg de situações difíceis e mais difíceis que viveremos. Um bilhão de pessoas passando fome no planeta, também resultado de uma política perversa que degrada o meio ambiente.

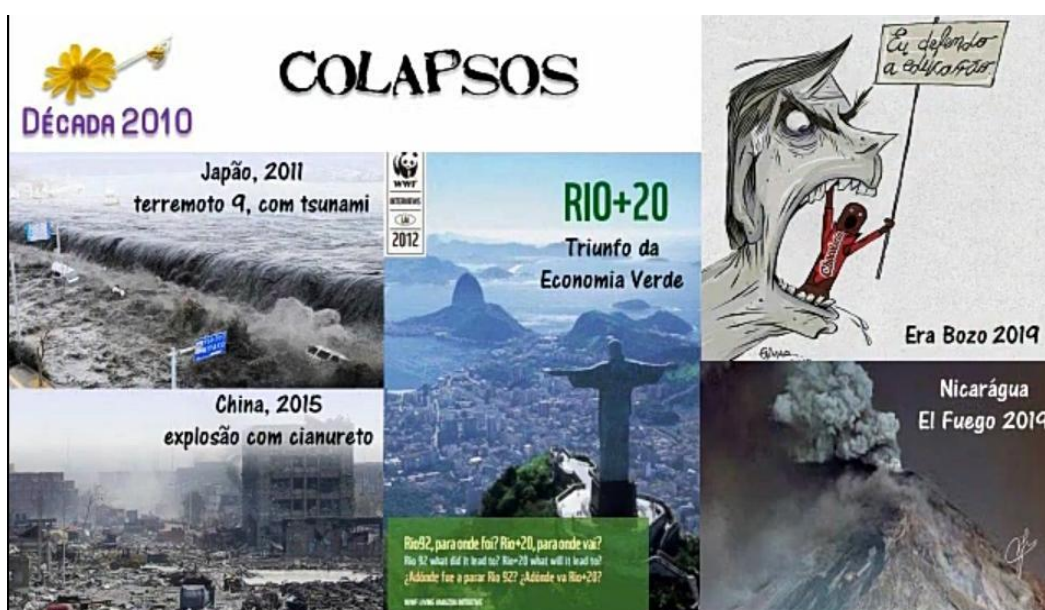
Diante da afirmação do educador Sorrentino, cabe reiterar o que afirmou Jason Moore, educador da Binghamton University, que considerou a necessidade de uma nova era geológica, a era do “capitaloceno”, sendo ele, o capital, responsável pela degradação do planeta. Sendo ele, a causa. Tratando a causa e não somente os efeitos é possível um consenso entre sobrevivência e extinção. No que consta os dados coletados, a Educação Ambiental desempenha um papel fundamental frente aos desmandos de um modelo econômico que degrada e aumenta a desigualdade social no país. Como em um processo conjunto, a Educação Ambiental se faz por ações políticas, sociais, educacionais, que, conjuntamente atuam a favor do meio ambiente, buscando maneiras significativas de transformação, cultural, social, econômica e política. Denunciando o modelo econômico como causador de muitos problemas ambientais, cabe então, uma reflexão sobre o modelo que nos é imposto, com propostas com potencial de transformação, onde a compreensão de que a vida com menos emissão de gases poluentes, pode ser melhor, que o critério de consumo precisa ser repensado, que necessidades básicas precisam ser atendidas, que todos precisam se alimentar adequadamente, com alimentos livres de agrotóxicos, que todos precisam ter moradia digna, segura, com acesso à água potável, saneamento básico, segurança, educação, saúde. E atender esses requisitos básicos, será possível, quando a

produção material da vida, ou seja, o trabalho, deixar de ser um mecanismo de exploração e manutenção da elite dominante. Não importa ser esta uma alternativa utópica, mas, é a realidade presente nesta perspectiva, não há como negar. O sistema capitalista mantém e amplia as diferenças de classes, instrumentalizando tudo e todos.

A Educação Ambiental Crítica, transformadora, emancipatória, pode promover um movimento revolucionário de reversão da condição de Crise Climática, não como salvadora, mas, como catalisadora de outros agentes sociais.

4.2 ANTI-TESE: ANTI-INTELECTUALISMO, ACADEMICISMO E NEGACIONISMO

FIGURA 9 - Colapsos: era do Anti-intelectualismo.



FONTE: Vídeo criado por Michèle Sato (2009)

<https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=29s>

O Materialismo histórico Dialético considera a contradição, meio importante para que se efetive a busca pelo conhecimento. É nesse sentido que este subtítulo vai percorrer, a contradição do que é intelectual, as críticas a academia e a negação da Crise Climática. Sendo então, todo o contrário a uma Educação Ambiental crítica e a realidade de Crise Climática. Como já apresentado, o Anti-intelectualismo se desenvolve como uma ferramenta do sistema capitalista, sendo seus impactos refletidos na figura acima (Figura 9) catástrofes, terremotos, tsunamis, vulcões ativos, a instrumentalização dos mecanismos ambientais pelo capitalismo e o momento atual de avanço do pensamento negacionista

com o bolsonarismo brasileiro, resultando nas desregulações políticas, agravando a realidade de crise. Lembrando o teor crítico desta pesquisa, sem a intenção de tornar o intelectual uma vítima que mereça piedade, mas, expor as contradições, para daí, então, considerar uma síntese. Tratando do primeiro tópico, de acordo com o educador **Irineu Tamaio**, o Anti-intelectualismo é:

[...]Esse ódio a inteligência, esse novo fenômeno que a gente está caracterizando como Anti-intelectualismo, ele está presente, e ele é fruto sobretudo, dessa economia neoliberal e de uma política neoconservadora preponderante que existe.

O combate e a negação ao desenvolvimento do pensamento político/crítico que está relatado no primeiro capítulo desta pesquisa, traz ao campo da educação Ambiental a discussão sobre o fenômeno do Anti-intelectualismo, seus possíveis impactos, partindo da perspectiva dos entrevistados. O fenômeno tratado é evidenciado no governo atual, com discursos autoritários.

[...], mas é necessário acrescentar um novo ingrediente autoritário desse governo: o Anti-intelectualismo e a investida contra as universidades federais. Já presente há tempos em seu discurso, ele agora está sendo colocado em prática. No último dia 26 de abril, o presidente da República defendeu a contenção de recursos para os cursos de filosofia e de sociologia do país. Segundo ele, é necessário focar em áreas que gerem retorno imediato aos contribuintes. Ainda, segundo o presidente da República, os jovens devem aprender a leitura, a escrita e a fazer contas e depois um ofício que gere renda (CUNHA, 2019, p.1).

E o que é ser intelectual? para considerar a contradição do anti-intelectual se faz necessário compreender o que o diferencia. O Anti-intelectualismo não é apenas uma contradição da ciência e toda sua influência, mas, é importante entender o fenômeno como instrumento de manipulação política. A negação da ciência e todas as suas vertentes como mecanismos ideológicos, seguindo a realidade brasileira atual.

Para definir o que é caracteristicamente intelectual é necessário estar apto a determinar aquilo que diferencia, por exemplo, um professor ou um advogado que é intelectual daquele que não o é; ou talvez, mais propriamente, aquilo que nos permite dizer que em certo momento um professor ou advogado está agindo de forma meramente profissional e rotineira e em outro momento como um intelectual. A diferença não está no caráter das ideias com as quais ele trabalha, mas em sua atitude para com elas (HOFSTADTER, 1963, p.35).

Nessa perspectiva, a ideia de intelectual está relacionada ao profissional que além de desempenhar suas funções, mantém continuamente suas pesquisas como um médico

especialista na área que atua e um cientista, pois, continua a estudar meios de aperfeiçoar sua prática. O fenômeno anti-intelectual não reflete um questionamento direto ao posicionamento “superior” do intelectual, mas, ao problema que o desenvolvimento do intelecto pode causar em sociedades autoritárias.

[...]o intelectual é caracterizado, fundamentalmente, pela liberdade do pensamento, pela paixão em relação ao conhecimento desinteressado – leia-se aí como livre de quaisquer pressões e interesses imediatos, sejam eles políticos e/ou econômicos –, pelo dever ético de exercer a crítica de modo implacável, se necessário. Tudo isso, em conjunto, define uma espécie de postura moral do intelectual que, ao fim e ao cabo, o define (PASSIANI, 2018, p.19).

Pensar criticamente e livremente é uma ameaça para sociedades autoritárias, no que tange o modelo governamental estabelecido no país. Considerando a definição acima, ao intelectual é atribuído uma postura ética diante do que produz, e as universidades são as formadoras desse tipo de profissional, por isso, tão perseguidas pelos que se opõe aos resultados alcançados lá. Dentro dessa linha de pensamento, o educador **Heitor Medeiros** afirma que:

[...] a própria ciência, a própria academia e a própria educação são resultadas do modelo colonial, e que ele é uma estratégia de dominação, porém, o que são as universidades, um espaço da liberdade, um espaço da gente construir uma possibilidade de as pessoas pensarem um mundo melhor[...]

Considerando o histórico da educação no país, Medeiros afirma a influência do período colonial em um modelo de educação para dominação, surgindo as universidades como contraponto a esse modelo. Dentro de uma realidade de autonomia constitucional, a universidade cumpre sua prerrogativa de uma educação crítica e emancipatória, com embasamento científico, considerando as linhas epistemológicas⁴⁶ do conhecimento e suas diferenças. As universidades seguem como mecanismo de resistência ao sistema opressor.

⁴⁶ A tarefa principal da epistemologia, consiste principalmente na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. As principais linhas epistemológicas contemporâneas são: a epistemologia genética de Piaget, a epistemologia histórica de Bachelard, a epistemologia arqueológica de Foucault, a epistemologia racionalista crítica de Popper, a epistemologia crítica de Habermas. Artigo publicado em Revistas UFPR, 1995. Gelson João Tesser, professor do departamento de educação da UFPR.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36044/22233> Acesso em 11 de setembro de 2020.

Sócrates, quando disse que a vida irrefletida não compensa ser vivida, atingiu a essência da questão. Podemos ouvir no curso da história, as vozes de muitos intelectuais manifestando a percepção desse sentimento, cada qual de acordo com sua época, lugar e cultura. A função peculiar da raça humana, tomada como um todo, escreveu Dante no *De Monarchia*, é atualizar continuamente a máxima capacidade possível do intelecto, primeiramente na especulação, e depois por decorrência dela e graças a ela, secundariamente na ação. A coisa mais nobre e a mais próxima possível da divindade é, portanto, o ato de conhecer (HOFSTADTER, 1963, p.36).

A identificação do fenômeno do Anti-intelectualismo no mundo e no Brasil é relatado por muitos estudiosos, considera-se aqui o que Hofstadter (1963) afirma se tratar de um fenômeno cíclico, que surge em alguns países em momentos de crises econômicas e políticas, que se utiliza da falta de criticidade política da população para manipular, como também, privilegiar o modelo governamental capitalista, onde a força física vale mais que o intelecto e que os valores morais religiosos são utilizados como ferramenta de dominação. O pensamento anti-intelectual e suas características são identificadas nas afirmações feitas pelo educador **Layrargues**:

[...] O embate ideológico ficou demarcado pelas opiniões pessoais apartadas de qualquer reflexão competente ou referência científica crível. O discurso anti-cientificista parte da lógica de que não há um saber universal acumulado, e que tudo pode ser posto em xeque mesmo que com argumentos espúrios. É bom lembrar que talvez a forte adesão ao Anti-intelectualismo se deva à crítica ao pedantismo de uma fração da elite acadêmica, que se julga superior aos mortais..., mas o que fica saliente no anticientificismo é que ele se refinou, na medida que aderiu a um suposto debate acadêmico, trazendo personalidades que orbitam a periferia da academia ao centro do debate, apenas para dizer que existem referências científicas que embasam as narrativas anti-cientificistas.

O ressentimento com a academia é antigo, não se trata de um fenômeno novo. O educador Layrargues relata um dos motivos do ódio aos intelectuais. O academicismo reproduzido por uma parte da elite acadêmica, sendo pertinente tratar, pois, em muitos aspectos a ciência é feita de uma maneira não acessível para as classes menos favorecidas, cultural, social e politicamente, criando um abismo social entre o intelectual e o restante da população, maximizando as diferenças entre as classes sociais. A crítica ao pedantismo acadêmico tem sido utilizada em um momento oportuno para atacar todas as pesquisas científicas que interferem de alguma maneira nos ideais de exploração capitalista. Para o educador **Marcos Sorrentino**:

o Anti-intelectualismo que se desdobra em diversas formas de autoritarismo e de rejeição a racionalidade, é extremamente grave e preocupante, nós que

*sempre tivemos críticas a uma universidade que desenvolve pesquisas extremamente refinadas e não consegue aproximá-las da compreensão da população, precisamos agora reforçar a universidade e o campo científico e intelectual. Por que se criticávamos a ciência como era feita, era porque a ciência muitas vezes e por muitas pessoas, era compreendida de forma quase religiosa, com um endeusamento do método, com pouca abertura para inovação, para criatividade, mas essa crítica que fazíamos e fazemos, **não significa rejeitar a ciência e o conhecimento científico.***

A autocrítica necessária relembrada por Sorrentino, demonstra o afastamento do conhecimento acadêmico das pessoas mais simples, das massas, deixando-as vulneráveis as ideologias capitalistas. A ciência em nome do desenvolvimento criou mecanismos perigosos, como a manipulação dos átomos para desenvolver armamentos de guerras, a criação dos agrotóxicos, entre outros malefícios para as formas de vida. Assim como afirma o educador **Heitor Medeiros:**

[...], mas, é de dentro da universidade que saíram as pesquisas para produzirmos bomba atômica, para a gente produzir os agrotóxicos, que estão contaminando todo o solo, todas as águas. É importante a academia, é importante universidade, mas, nós temos que ter um olhar crítico sobre ela também. Quanto interessa contrapor o governo atual, que é o governo da ignorância, aí nós gritamos; alto lá! A academia é extremamente importante.

Considerando o pressuposto de autocrítica, o educador Medeiros traz ao centro de discussão a importância da reflexão ao papel da universidade e da ciência em contexto social, sendo extremamente relevante em um movimento dialético, considerar os avanços e retrocessos da ciência, possibilitando assim, o aparo das arestas e possíveis sínteses que favoreçam o avanço da ciência como mecanismo a favor da vida no planeta. Porém, como bem colocou, quando diz respeito a enfrentar governos autoritários e negacionistas, o que vale é defender a universidade e o papel que ela exerce na sociedade a todo custo.

Evidenciando a importância da ciência, é através dela que se criam mecanismos de medição de poluentes no ar, da água, do solo. É através de pesquisa científica que Rachel Carson, denunciou a utilização descontrolada de agrotóxicos, afetando todo o sistema ambiental nos Estados Unidos, é através do mesmo método científico, que o educador Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, por mais de uma década coletou dados, analisou e diagnosticou vestígios de agrotóxicos no leite materno de mulheres do norte do Estado, assim como Rachel Carson da Década de sessenta nos Estados Unidos (PESQUISA..., 2011).

Seis substâncias foram detectadas nas amostras de leite materno. Uma delas é proibida no Brasil há 10 anos. O professor Wanderlei Antônio Pignati, orientador da pesquisa, afirma que não existe legislação que estabeleça o limite de agrotóxico no leite materno, apenas no leite de vaca. Na pesquisa, segundo ele, alguns resíduos estavam acima do permitido até mesmo para o leite de vaca (PESQUISA..., 2011, p.1).

Também, a ciência proporcionou que Institutos, grupos de pesquisas e entidades ligadas ao Meio Ambiente criassem mecanismos de combate a degradação ambiental. Quanto a importância do pensamento científico, o educador **Marcos Sorrentino**, afirma que:

A importância do conhecimento racional, e o papel que o intelecto tem para codificar tudo isso, então é muito importante hoje, mais do que nunca, que nós compreendamos que a busca que muitas vezes é abduzida e oportunisticamente aproveitada pelos setores mais conservadores, a busca por sentidos espirituais, por sentidos mais profundos para existência humana, a busca pelos cuidados com a vida, com o cotidiano com o prosaico, ela não significa abrir mão da racionalidade sistematizadora, da racionalidade que busca compreender intelectualmente, compreender com razão, quais são as respostas, para as inquietações que temos enquanto seres humanos.

Sorrentino destaca o papel fundamental da academia, mesmo não possuidora de toda forma de conhecimento, se faz fundamental, no modo sistematizado e racional de conhecer. Na busca dessa completude, o desenvolvimento do intelecto é fundamental na ânsia por acalmar as inquietações humanas, a capacidade racional de observar, criticar e escolher, é fundamental em uma sociedade que tende à exploração e alienação. O Anti-intelectualismo presente na atualidade brasileira representa bem essa intencionalidade de alienação com uma forte apologia à ignorância. Somente no primeiro ano de governo, os principais jornais do país e do mundo noticiaram questões como: a refutação de dados científicos, a liberação de agrotóxicos, as desregulamentações políticas embasadas em argumentos anti-intelectuais. Ainda em meio a crises, o Ministro do Meio Ambiente, em uma reunião presidencial, sugere que o governo aproveite a condição de pandemia no Brasil, em que as atenções estão voltadas para a crise sanitária, para afrouxar mais as leis ambientais “passando a boiada”, favorecendo o agronegócio (ALESSI, 2020). Quanto ao conhecimento científico, o educador **Irineu Tamaio** expõe que:

[...]o conhecimento científico para nós tem um valor muito grande, e vivemos num momento, que é esse momento fascista, e esse momento de perseguição, esse momento de muita polêmica, em que nós estamos vendo aí o negacionismo científico, como apoio ao criacionismo, a ideologia anti-vacina, que a gente vem observando, ou seja, esse Anti-intelectualismo que está muito presente, que é um Anti-intelectualismo tanto de mercado como também autoritário.

O negacionismo citado, está relacionado aos atos do atual governo estabelecido no país, infelizmente, em nome do capital e com o pretexto da moral religiosa, inúmeras ações negacionistas tem causado impactos significativos no meio ambiente e na sociedade em geral. Ideia como a de que a natureza está para ser usufruída, que proteção ambiental, direitos humanos, são retrocessos para a nação, que as vacinas são ineficientes, que as universidades são antros de balbúrdias, são disseminadas no país pelo governo atual.

Ainda no campo científico, os “anti-intelectuais” questionam a eficácia de algumas vacinas e rejeitam veementemente a Teoria da Evolução formulada por Charles Darwin. No terreno pedagógico, os “anti-intelectuais” (que nunca pisaram em uma sala de aula, exceto, é claro, como alunos) querem extirpar Paulo Freire das escolas, porém acreditam que as instituições de ensino brasileiras não respeitam os valores tradicionais da família, pois são responsáveis por promover a “ideologia de gênero”, o “cientificismo” e a “doutrinação comunista”. No tocante à história do Brasil, a moda entre os “anti-intelectuais” é ser “politicamente incorreto” e negar acontecimentos como o massacre de indígenas durante o período colonial, a escravidão de negros e o golpe militar de 1964 (LADEIRA, 2019).

Na via do embate com a ciência, o Anti-intelectualismo brasileiro mostrou mais uma de suas características, as “notícias falsas” ou “fake News”. Fato importante em um processo de conquista da massa populacional em um momento eleitoral. As redes sociais proporcionaram um embate entre doxa⁴⁷ (opinião) e episteme⁴⁸ (conhecimento), ganhou o primeiro. sobre as notícias falsas a educadora **Michèle Sato**, afirma que:

[...] esse movimento, enredado nas aulas fascistas do Bozo, carregada de mentiras. Eles fazem de propósito as fake News para enganar a gente, por que a gente é bobo, e a gente não precisa saber, a gente precisa ser enganado por eles, então a armadilha que se constrói em torno desse movimento vem no sentido de você falar assim: nós não precisamos de educação, nós não precisamos de universidade pública gratuita, nós não precisamos de cientistas, de pesquisa, vamos reduzir os valores aqui, [...] então, essa é a estratégia mor da direita fascista que hoje chega tentando derrubar a ciência, o saber, a educação ambiental, o clima, exatamente porque, não querem sair da sua zona de conforto, então não é novidade, é o esperado desse enredo, é uma trama complexa que está junto, que você não consegue separar, porque isso faz parte desse sistema, o que talvez nos surpreenda é a intensidade disso, porque eu acho que o mais espertinho da gente, nunca [acreditou] que fosse eleger um presidente com fake News.

⁴⁷ Dóxico (*al. Doxisch*). De Doxa (opinião), Husserl indica com esse adjetivo todos os caracteres próprios da crença (ou doxa) (ABBAGNANO, 2000, p.294).

⁴⁸ O termo grego episteme, que significa ciência, por oposição a Doxa (opinião) e a *techné* (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar espaço [...] (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 87-88).

Em setembro de 2019 foi instaurada uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar as fake News (notícias falsas), citadas pela educadora acima, as notícias teriam sido espalhadas pelas redes sociais durante as campanhas eleitorais de 2018. Os ataques cibernéticos, para os responsáveis, atacam diretamente a democracia, e podem ter interferido diretamente no resultado da eleição presidencial.

Fake News é uma expressão charmosa para o que sempre foi chamado de mentira. Só que há algo mais aqui. Podemos mentir mil vezes em coisas pontuais, mas as fakes News fazem parte de um sistema, de uma estratégia. Uma mentira sozinha não é fake News. Só é fake News quando integra um sistema de mentiras, organizado para obter vantagens políticas e/ou econômicas (RIBEIRO, 2019, p.1).

Na guerra formada contra intelectuais, é o interesse político e econômico, que está em jogo, as notícias falsas, os ataques a ciência, às universidades públicas, a tudo que se opõe aos padrões morais religiosos, pois, a moral religiosa também se torna importante instrumento político em tempos de apologia à ignorância, são as justificativas utilizadas para o autoritarismo e a manipulação das massas. Ainda, quanto ao Anti-intelectualismo o educador **Heitor Medeiros** também dá sua contribuição, afirmando que:

[...] essa questão que você está chamando de anti-intelectualidade, que está ligada a esse movimento que nós estamos assistindo do governo contra a ciência, contra tudo quanto é tipo de ação que não atenda aos interesses ideológicos do grupo que está no poder, e você tem todo uma caça às bruxas as universidades. Então é importante a gente entender uma coisa, que é o seguinte, esse é um movimento extremamente nocivo, quando a gente olha o que está por trás disso, desqualificar o conhecimento, que é uma estratégia de dominação e que isso é real.

Os entrevistados afirmaram a nocividade do pensamento anti-intelectual frente a Educação Ambiental e a realidade de Crise Climática. Dados importantes para a pesquisa, como também, uma possibilidade de autocrítica diante do acesso da sociedade a ciência, que também consiga também dialogar com outras dimensões do conhecimento, a estética, a arte, a filosofia e a dimensão política, denunciando os impactos do pensamento anti-intelectual.

Na concepção de antítese, convergem o Anti-intelectualismo, o academicismo e o negacionismo. O negacionismo do clima contrariando a realidade de Crise Climática é último seguimento a ser apresentado. Quanto ao negacionismo, **Layrargues** afirma que:

Um bom exemplo está no campo das mudanças climáticas, o qual os céticos foram se transmutando em negacionistas. Nesse campo vemos por exemplo, uma literatura absolutamente questionável produzida por exemplo pelo Dom Bertrand de Orleans e Bragança, chamada Psicose Ambientalista. Ali, como em muitas outras, existe uma distorção gigante da realidade, que foi incorporada no discurso do clã Bolsonaro e do (anti)ministro do meio ambiente, de que há uma conspiração da esquerda global para impedir o progresso do capitalismo no Brasil. Argumenta-se que a pauta ambiental foi ideologicamente contaminada pelo pensamento de esquerda. E aí, toda e qualquer pauta em defesa da luta ambiental é enquadrada e condenada nesse perfil demonizado, justificando-se assim o desmonte em curso.

A distorção da realidade se concretiza em retóricas vazias de um grupo de defensores da exploração, da dominação e controle. Grupo esse, em que se enquadra os apoiadores do atual presidente, que consideram inimigos, todos os que se opõe ao modelo de progresso que degrada e explora. Sobre a literatura questionável citada por Layrargues:

Nos manuais de psiquiatria, a psicose é descrita como uma perturbação que impede a pessoa de perceber o que é real. Delírios e alucinações são alguns dos sintomas relacionados à doença. Lançada em 2012, a obra “Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma religião ecológica, igualitária e anticristã”, de autoria do príncipe Bertrand Maria José de Orléans e Bragança – líder do fracassado movimento que pretendeu restabelecer a monarquia no Brasil – poderia ser descrita como uma demonstração dessa patologia na forma de livro. Ignorando a avalanche de evidências científicas de que experimentamos uma crise ambiental sem precedentes na história da Humanidade, o bisneto da princesa Isabel procurou associar o ambientalismo ao comunismo, entre outras bizarrices, e atribuir aos defensores do meio ambiente a “implantação de um igualitarismo ecologista radical numa sociedade neotribal” (TRIGUEIRO, 2019, p.1).

Trigueiro afirma que as distorções escritas em tal livro, citada pelo educador Layrargues, estaria em ostracismo a muito tempo, até ser lembrado em diversas falas do presidente da república atual. A ideologização do tema ambiental descrito no livro Psicose ambiental, encontrou campo fértil no governo Bolsonaro, que vem efetuando o desmonte de políticas públicas ambientais (TRIGUEIRO, 2019).

Ideologicamente gestada, a ideia binária de “os que estão com o governo atual e os que estão contra”, se mostra estratégia muito presente no modo neoliberal de governar, demonizando qualquer um que se oponha, no caso, os educadores ambientalistas. No campo da Crise Climática, **Irineu Tamaio** afirma que:

Nós no campo do colapso climático, o Anti-intelectualismo e sobretudo o papel dos negacionistas que negam o fenômeno climático, mostra uma dinâmica de disputa que vem sendo acentuada de uma forma triste, e de uma forma muito

preocupante para todos nós. Nós vimos hoje o que é, vivemos um momento, sobretudo no colapso climático, vivemos um momento climático muito difícil, de crises, a ciência está apontando e mostrando, e as evidências são claras em relação a isso. No entanto, tem uma dinâmica de disputa tanto material quanto simbólica pelas mudanças e pela leitura que se tem da crise do colapso climático e dos seus sentidos, ou seja, o Anti-intelectualismo não é nada mais, nada menos do que uma disputa simbólica de poder, uma disputa simbólica pela narrativa dominante, quem vai ter o poder da narrativa dominante e todo pensamento obscurantista e fascista que odeia a inteligência. É isso que estamos vivendo e nós da Educação Ambiental também sofremos consequências disso.

O educador acima, afirma a luta de poder travada entre os que desejam manter seus padrões insustentáveis, contra aqueles que evidenciam suas mazelas, reverberadas em uma gigantesca desigualdade social que insiste em negar a inteligência, reverenciando o obscurantismo e a subserviência cega.

O projeto antidemocrático que naturaliza e justifica a distribuição das pessoas segundo status desiguais – expressão explícita do conservadorismo brasileiro – costuma recusar o debate intelectual quando este se aplica à busca de superação das desigualdades. Tendências anti-intelectualistas deste tipo têm aparecido, por exemplo, nos ataques feitos às ciências humanas, tidas por inúteis, e à universidade pública em geral, por esta abrigar pesquisas que questionam a reprodução da sociedade tal como ela é (ACSELRAD, 2018, p.1).

É na tentativa de distorção da realidade, que entram os negacionistas do clima. É preciso justificar a manutenção do modus operandi do sistema capitalista. Na maioria dos argumentos negacionistas a não responsabilização humana é premissa básica, pois, só assim, se justifica a continuação da exploração e degradação do planeta com a única afirmação, de que o aquecimento terrestre se dá apenas de forma natural e não provocada. Esses cientistas negam a condição de crise climática, assim como a intervenção humana no processo de aquecimento da terra. A educadora **Michèle Sato** pesquisou o assunto e afirmou que:

Então vem a negação da questão ambiental, inclusive o golpe e o clima, são exatamente a comprovação disso, por que que existem negacionistas do clima! Com 97% dos cientistas afirmando que o ser humano tem influência direta no ambiente e por que 3% dos cientistas dizem que não. Eu fui estudar esses 3%. Estudei com Pierre Girard, que é um geólogo do Canadá, nós estudamos juntos, na verdade, o Pierre que deu os textos para ler, e nós discutimos juntos.

Com um número considerado de pesquisas na área, com dados comprovados, e ainda assim, há quem conteste, não há problema algum em contestar, o método científico pressupõe refutação, o problema está na não consistência das refutações, assim como, no

percentual dos que se opõe e de seus financiadores. A educadora continua explicando a origem desses negacionistas do clima:

Então, aí a gente chegou à constatação que os 3% dos negacionistas, eram geólogos do petróleo que tinham pesquisa em andamento, em desenvolvimento, e muito dinheiro por sinal, inclusive com enriquecimento ilícito dessas pessoas que faziam pesquisa. E por que isso? Porque eram geólogos do petróleo, muito ligados a EXXON. A EXXON é a companhia petrolífera que está destruindo os polos, hoje nós temos 40% da extinção dos ursos polares, e as calotas polares, em franco degelo assustador. [...] E por fim, os irmãos Cook dos Estados Unidos que sempre determinaram as eleições dos Estados Unidos, pelo excesso de dinheiro que eles têm, pelo poder em função do lucro monetário que essa família perpetua no sistema estadunidense. E nos nossos estudos, nós vimos que a família Cook é ligada a parte mais direita da igreja católica, então é fácil você entender porque essas três organizações sustentam as pesquisas dos negacionistas. A EXXON, a igreja católica da direita e o sindicato patronal.

Compreende-se então, partindo do que afirmou a educadora, que os cientistas que contrapõe o fato de intervenção do ser humano no meio ambiente, causando a Crise Climática afirmada por também cientistas, não estão a serviço da ciência, mas, a mando do capital, que deseja a todo custo em nome do “desenvolvimento” enriquecer os donos dos meios de produção, aumentando ainda mais o abismo entre a classe trabalhadora, que são mais vulneráveis às catástrofes climáticas. Realidade tratada no capítulo segundo desta pesquisa. Ligando a esse grupo, a educadora também cita uma parte da igreja católica de extrema direita, que exerce uma influência, que tenta perpetuar seu histórico de controle e dominação. Para o educador **Marcos Sorrentino**:

Eles negam o aquecimento global ou pelo menos as causas antrópicas do aquecimento global, e se negam a tomar qualquer medida que possa significar menos progresso econômico, nas mãos das poucas pessoas que usufruem do progresso econômico, eles têm uma postura extremamente anti-intelectual, negam toda e qualquer informação, isso está levando ao colapso que nós vivemos hoje.

O que afirma também o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, é o fator econômico implicando diretamente na ação dos negacionistas do clima, não é a defesa da ciência pura e simples, que concebe a refutação como premissa básica, o que se revela é a intencionalidade da defesa da classe dominante que necessita justificar seu modo de produção.

No Brasil, os negacionistas do clima são comandados pelo professor aposentado da Federal de Alagoas, Luiz Carlos Molion. Segundo o Observatório do Clima, o grupo

do professor Molion, enviou uma carta para o governo federal demandando “inação climática já!”

Eles argumentam que não há evidências “físicas” da influência humana no clima global, que essa hipótese causa um “risco às políticas públicas” e o governo deveria investir dinheiro para pesquisar coisas mais relevantes, como o que aconteceu com o clima 2,6 milhões de anos atrás. A carta é assinada por 20 pessoas que o site “Notícias Agrícolas” chamou de “cientistas brasileiros”, liderados pelo meteorologista Luiz Carlos Molion, professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas. É endereçada, com esperança, ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que tem sistematicamente manifestado que o aquecimento global é uma discussão “acadêmica”. Nessas duas dezenas de bravos há 6 geógrafos, 4 meteorologistas, 3 geólogos, 3 físicos, 1 agrônomo, 1 biólogo, 1 engenheiro eletricista e 1 jornalista. Apenas seis, com boa vontade para entender sobre climatologia (ÂNGELO, 2019, p.1).

Segundo reportagem, o professor Molion vive hoje dando palestras a sojicultores do cerrado brasileiro, argumentando que Crise climática não existe. Em uma explicação resumida, segundo o professor Molion, o aquecimento ocorrido é natural, e a cobertura de nuvens faz o resfriamento natural, a tendência daqui para frente não é o aquecimento da terra, mais o resfriamento. Ainda argumenta que os índices do IPCC sobre emissão de CO2 são imprecisos, assim como a responsabilização humana é imprecisa, atrapalhando o desenvolvimento econômico do país (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.1) Sobre os negacionistas, **Irineu Tamaio** afirma:

[...] tem um grupo que é minoritário, mas, que tem um poder imenso, porque eles são bancados, porque eles trabalham com a anti-ciência, são bancados pelas grandes corporações petrolíferas, que é aquilo que nós chamamos de negacionista. Antigamente, se chamavam céticos, mas, não são céticos, porque eles não trabalham a lógica da ciência, eles são de fato, negacionistas [...].

Os argumentos dos negacionistas brasileiros aparentam estar ligados aos fatores econômicos e não exatamente as questões científicas de fato. Em contraponto, na mesma audiência conjunta, o astro geofísico Gylvan Meira, colaborador do IPCC até o ano de 2015, alertou que:

[...] especialmente nos EUA — país que mais abriga negacionistas no mundo — esta vertente de cientistas tradicionalmente é ligada ao lobby de poderosos setores industriais, como o do petróleo. O que não impede os EUA de serem, por outro lado, a nação mais avançada nas pesquisas científicas tratando do impacto humano para o acúmulo de CO2 na atmosfera, e de ser onde mais organizações e empresas já adotam medidas mitigadoras concretas, aliadas a um pujante engajamento social (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.2).

As pesquisas relacionando a ação humana ao aumento de emissão de gases poluentes na atmosfera são muito bem alicerçadas. Não se diz respeito a uma teoria sem embasamento, foi o argumento dos cientistas brasileiros envolvidos nas pesquisas sobre Crise Climática, em audiência no senado federal.

É importante ressaltarmos que esta é uma área de investigação muito ativa mundialmente. A cada semana são publicados pelo menos quatro ou cinco *papers* de impacto internacional. Só nos últimos seis meses, foram divulgados trabalhos de pesquisas coletando esforços de quase três mil cientistas, todos apontando questões preocupantes quanto à sustentabilidade ambiental no que tange às atividades humanas. A experiência indica que é improvável que três mil cientistas estejam equivocados em suas investigações, e apenas dois ou três estejam corretos — afirmou Paulo Artaxo, físico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que também colabora junto ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.2).

A realidade descrita é de negação da ciência, descredibilizando estudiosos e instituições, utilizando da moral religiosa, do poder econômico, para manipular, oprimir e controlar, eis a antítese desta pesquisa, a explicitação de todo pensamento contrário ao intelectualismo, educação ambiental e a realidade de Crise Climática. Da contradição dos temas tratados, não da negação, surge uma possível síntese. O Anti-intelectualismo, o academicismo e o negacionismo climático, contrariam diretamente a realidade de Crise Climática e de crise ambiental, e o academicismo e negacionismo potencializam também a crise de confiança na ciência. Em um processo dialético, partindo de termos contrários, se pensa uma realidade que está em constante mudança, buscando uma síntese, que não é nem tese, nem antítese, mas, uma nova forma de pensar a realidade.

4.3 SÍNTESE: IMPACTOS DO ANTI-INTELECTUALISMO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E RESISTÊNCIA

O materialismo histórico dialético opõe-se a dicotomia sujeito-objeto, entendendo ambos dois aspectos de uma mesma realidade. Para o método se faz necessário uma compreensão concreta do sujeito e do objeto, a noção de que se vive em uma sociedade parcialmente alienada, necessitando ser superada. Sendo assim, o método compreende o movimento dialético como o confronto de lados que se contradizem, pois, é a partir do confronto, da contradição que se supera a posição anterior, através da própria

ação sobre a realidade que uma nova realidade é pensada (LEITE, 2017). Esse é o papel da síntese, o que se propõe nesta última análise dos resultados.

Por consequência, o que faz o mundo ser como é, o que o produz em todas as dimensões, são as relações materiais que se estabelecem em sua dinâmica cotidiana. É por causa dessas relações que a sociedade, e o homem individualmente em seu interior, desenvolve-se e, mediante a um processo histórico, pode ser superada por um novo modelo que comporta um novo tipo de homem. Por meio desse humanismo materialista, o materialismo histórico-dialético considera que o homem é o maior artesão da realidade que se constitui a partir das relações que a humanidade estabelece entre si e entre a natureza (LEITE, 2017, p.5).

Na busca de uma nova forma de refletir a realidade e de alteração das práticas sociais, considerou-se as contradições entre a Educação Ambiental, a realidade da Crise Climática se contrapondo ao Anti-intelectualismo, academicismo e o negacionismo climático. Dialeticamente, percebeu-se a necessidade de uma Educação Ambiental crítica, que discuta a questão ambiental em uma perspectiva política e econômica, não apenas educacional e social, considerando o sistema capitalista como responsável pela degradação e exploração da natureza como um todo, agravando o que se considera hoje uma Crise do Clima. Diante da realidade de Crise Climática, surge o pensamento anti-intelectual, negando, descredibilizando fatos e dados científicos. Ideias anti-intelectuais encontraram terreno fértil no país, utilizando do academicismo, do distanciamento da academia da população leiga, do negacionismo climático a serviço do capital, justificando ações que colocam o meio ambiente e as formas de vida em situação de vulnerabilidade. Da contradição emergem os impactos do pensamento anti-intelectual, comprovando a nocividade do fenômeno sobre o meio ambiente, especialmente sobre a Crise Climática e sobre a sociedade em condição de vulnerabilidade, revelando também, a necessidade de autocrítica da academia, sobre o papel da ciência na construção do conhecimento e como este pode chegar a toda a população. Dentro da perspectiva de contraponto ao pensamento anti-intelectual, resta então, evidenciar os mecanismos de resistência como instrumento político, para uma sociedade mais justa e mais sustentável. Sobre os impactos do Anti-intelectualismo, o educador **Marcos Sorrentino** afirma que:

[...] o obscurantismo, que é essa postura anti-intelectual, anti científica, que quer recolocar a humanidade na idade média, no período das trevas, nos comportamentos mais abjetos de uma religiosidade que quer ter pessoas, seres humanos, seguidores de falsas ideias, seguidores de “mitos” seguidores de falsos profetas, de religiosos embusteiros, que só desejam sequestrar o espírito humano, a iniciativa, a criatividade, a capacidade inventiva, a serviço da

manutenção de um poder econômico que está na mão de poucos, de um poder econômico que não serve a totalidade da humanidade e muito menos aos não humanos, não serve um poder humano que não tem nenhum compromisso com as árvores, com os animais, com o clima, com as águas, com a vida em uma forma geral, então, o Anti-intelectualismo está a serviço da manutenção de um poder político e econômico, a serviço da dominação de muitos por alguns poucos.

O Anti-intelectualismo presente no país tem apresentado significativos impactos, afirmados aqui pelo educador Sorrentino, como um retrocesso em décadas de lutas por políticas públicas que buscam um equilíbrio entre o modelo de produção e uma sociedade sustentável. Um dos impactos do pensamento anti-intelectual relatado, faz referência a uma das características do fenômeno, a utilização da moral religiosa para fins puramente políticos, a alienação religiosa na crença de um “messias”, um salvador que limpa das mazelas corruptivas que envolvem a vida política, salvaria a nação, implementando ideais que oprimem, hostilizam e punem os que pensam diferente, demonizando principalmente todos que fomentam um pensamento livre e crítico da realidade.

O historiador Hofstadter, relata o movimento fundamentalista religioso vivido em seu país na década de sessenta: “o culto da inteligência é o grande pecado do mundo intelectual de hoje. Somente o coração, que é o terreno da religião pode disciplinar as coisas da inteligência de modo que elas ajam para o bem” (HOFSTADTER, 1963, p.160). Essa era a expressão do mundo religioso acerca da ciência. Mesma realidade vivida no Brasil atual, a manipulação da fé a favor da política:

Exemplo concreto de manipulação da religião em benefício do poder político foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira nesta semana: no dia 19 de maio o Presidente Jair Bolsonaro divulgou um vídeo em sua conta no Facebook no qual um pastor congolês, por nome Steve Kunda, líder de uma igreja evangélica em Orleans, França, afirma que Bolsonaro, tal qual Ciro (o imperador persa, não o Gomes) foi “estabelecido por Deus” para guiar o país. Kunda, que se apresenta como “apóstolo”, ainda pede a todos, evangélicos, católicos, todos sem distinção, que apoiem Bolsonaro, que ele não seja criticado e que não se lhe faça oposição. No vídeo, enquanto Kunda fala, aparece no canto direito inferior da tela uma foto de um sorridente Jair Bolsonaro. Em sua postagem Bolsonaro afirmou: “não existe teoria da conspiração, existe uma mudança de paradigma na política” e que “quem deve ditar os rumos do país é o povo! Assim são as democracias” (CALDAS, 2019, p.1).

Para **Layrargues** os impactos do pensamento anti-intelectual atingem o país através de teorias conspiratórias criadas para mascarar o descaso com o meio ambiente por parte do governo:

Teorias conspiratórias parecem ter encontrado terreno fértil na sociedade brasileira, e o dano pode ser enorme, haja vista o caso do derramamento de petróleo no litoral nordestino, acusado inicialmente como sabotagem venezuelana e depois de uma das maiores e mais expressivas organizações não-governamentais, o Greenpeace, haja visto o caso das queimadas na Amazônia e em destaque em Alter do Chão, os dados do INPE em relação ao registro de aumento de desmatamento e queimada na Amazônia... Teorias conspiratórias atingem também a própria Greta Thunberg, por ela estar sendo manipulada por interesses de terceiros, argumento este também utilizado para neutralizar lideranças indígenas no Brasil.

Quanto ao posicionamento de Layrargues, os impactos do Anti-intelectualismo atingem diretamente a questão ambiental⁴⁹. As justificativas para os desastres ambientais no Brasil são inúmeras, mas, nenhuma apresenta uma preocupação legítima com o meio ambiente. Os discursos em nome de uma economia forte que favoreça o agronegócio, as indústrias, a pecuária, entre outros, tem desacreditado toda pesquisa que se apresenta contrária ao modelo neoliberal estabelecido e está refletido no afrouxamento das políticas públicas de preservação e conservação ambiental⁵⁰.

Polêmicas em relação ao meio ambiente marcaram a campanha, a transição e o início do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Apoiado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, o capitão reformado do Exército questionou os compromissos estabelecidos pelo Acordo de Paris e alinhou-se a um discurso negacionista reforçado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O argumento é de preservar a “soberania nacional”, ao mesmo tempo em que se atribui um “viés ideológico” a instituições ambientais independentes, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além, é claro, da desistência de sediar a Conferência do Clima da ONU em 2019, a COP-25 (DAMÁSIO, 2019, p.1).

⁴⁹ O atual cenário político e socioambiental brasileiro demonstra o resultado do desmonte realizado pelo Governo Bolsonaro, os ataques constantes contra os órgãos e entidades socioambientais, além dos discursos contra a atuação dos servidores e as normas ambientais. Desde 2019, com o início do atual governo, tem havido um aumento em número e extensão dos incêndios florestais, expansão do desmatamento da Amazônia; vazamento de óleo atingiu diversos pontos da costa brasileira sem que o governo se mostrasse capaz de dar uma resposta rápida e competente que possibilitasse descobrir os responsáveis por sua origem; as tentativas de incriminar e intimidar indígenas, ambientalistas e organizações não-governamentais, além de intimidação e cerceamento da ação dos servidores da área ambiental, resultando em um real e deliberado desmonte das instituições públicas de meio ambiente. ASCEMA- Dossiê disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf.

Incêndio em Alter do Chão: O incêndio teve início no dia 14 de setembro e só foi controlado três dias depois. Uma área equivalente a mais de 1000 campos de futebol foi atingida. A Polícia Civil investiga se o incêndio foi criminoso.

Reportagem disponível em: <https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional-amazonia/2019/09/pesquisadores-de-universidade-no-para-avaliam-impacto-de-incendio> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵⁰ 01/12/2018 – O presidente eleito crítica órgãos de controle e gestão ambiental afirmando que eles emitem “multas a torto e a direito”. E completou afirmando: “Não vou mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio. Essa festa vai acabar”. Bolsonaro prossegue com o discurso de quando era parlamentar. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/12/01/bolsonaro-critica-ibamae-icmbio.htm> Acesso em 13 de setembro de 2020.

É explícito o negacionismo por parte do governo atual ao questionar um tratado assinado em Paris, de redução de emissão de gases de efeito estufa, tratado esse, elaborado a partir de dados científicos. O afrouxamento das legislações ambientais ocasionou em muitos abusos, invasões, exploração de garimpos em terras indígenas, queimadas em grande escala. Na intencionalidade de desvelar o fenômeno do Anti-intelectualismo como prejudicial ao meio ambiente torna-se então, relevante registrar as principais violações ao meio ambiente deste período, na expectativa de combatê-las, e quem sabe a longo prazo, reverter as que ainda forem possíveis. Muitos são os exemplos das violações na área ambiental brasileira: A reforma Ministerial⁵¹ do governo atual, possibilita o desmonte e o controle a ruralistas dos órgãos ambientais. O esvaziamento da pasta do Meio Ambiente, desestruturando o IBAMA, os servidores sob o efeito da lei da mordada⁵², o ICMBio, com a retirada de autonomia dos servidores no que diz respeito às questões de fiscalização ambiental⁵³, contrariando a própria Constituição Federal, em seu artigo 6º da lei 6.938/81, redação dada pela Lei 8028/90⁵⁴, dispendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente,

⁵¹ A reforma Ministerial da Gestão Bolsonaro (MPV 870/2019) possibilita o desmonte e o controle por ruralistas de órgãos ambientais, direitos de populações indígenas e tradicionais. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é esvaziado de competências e perde a capacidade de formular e conduzir algumas políticas fundamentais para as competências históricas (e lógicas) da pasta. A Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas é extinta, além disso, o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) vão para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (ANA) vai para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A FUNAI deixa o Ministério da Justiça e de Segurança Pública (MJSP) e vai para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A competência de demarcação de terras indígenas, contudo, vai para o MAPA.

Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-anatomia-do-desmontedas-politicas-socioambientais> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵² – O Ministro do Meio Ambiente estabelece a “lei da mordada” no Ibama e no ICMBio, proibindo que os órgãos atendam diretamente à imprensa. Logo, entrevistas e pedidos de informações precisam ser encaminhados à assessoria de comunicação do MMA.

Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/informacoes-sobre-ibama-e-icmbio-so-com-oministerio-do-meio-ambiente> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵³ Os servidores de órgãos ambientais federais (MMA, IBAMA, ICMBio e SFB), mesmo sofrendo com o assédio institucional e perseguição, vêm alertando sobre a gravidade dos problemas que, por sua vez, são reforçados pela falta de eficiência da gestão e a estratégia de desmonte. A desestruturação e enfraquecimento do MMA e de suas autarquias, como a extinção de setores e cargos de direção deixados vagos por longos períodos nos órgãos, contribuem para a paralisação e deliberada ineficiência das suas atividades. Além disso, a falta de critérios técnicos para a nomeação de pessoas, muitas sem conhecimento suficiente e sem experiência prévia para cargos de direção, com destaque para a substituição de servidores de carreira por militares das Forças Armadas ou policiais militares (inexperientes, porém obedientes), demonstram a intencionalidade do enfraquecimento da área ambiental na atual gestão.

ASCEMA. Dossiê disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵⁴ Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado: I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da

e também, a transferência do serviço Florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura; a redução e flexibilização por crimes ambientais, através de um decreto presidencial, que pode alterar o valor da multa aplicada ou até mesmo excluí-la (ALDRIN, 2019).

O Decreto 9.760, de 2019, estabelece que os órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são obrigados a estimular a conciliação nos casos de infrações administrativas por danos ambientais e seguir um rito estabelecido para encerrar os processos (AGÊNCIA SENADO, 2019, p.1).

O desmonte anti-intelectual continua, o INPE (Instituto nacional de Pesquisas Espaciais) órgão responsável pelo monitoramento da Amazônia, divulgou os dados oficiais de desmatamento⁵⁵, que indicavam uma forte aceleração nos últimos dois meses. Os dados foram refutados pelo então presidente, que se pronunciou afirmando que os dados do INPE eram “mentirosos” e continuou dizendo que “o diretor do instituto deveria estar a serviço de alguma organização estrangeira”. O diretor foi demitido de seu cargo (EXONERAÇÃO..., 2019).

Dados do início de agosto mostram que nos últimos doze meses (até 31 de julho), a Amazônia perdeu 5.879 quilômetros quadrados, 40% a mais do que um

República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990). II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990). III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990). IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências: (Redação dada pela Lei nº 12.856, de 2013).

⁵⁵ O INPE publica que o número de alertas de desmatamento e degradação aumentou cerca de 88% em relação ao mesmo mês de 2018. No primeiro semestre do ano os alertas de desmatamento em terras indígenas aumentaram 38% e em Unidades de Conservação federais aumentaram 85%. O Presidente Jair Bolsonaro chama os dados do Instituto de manipulados e insinua que o diretor Ricardo Galvão possa estar “a serviço de uma ong”. “Nós entendemos a importância da Amazônia para o mundo, mas a Amazônia é nossa. Não vai ter mais aquele tipo de política que era feita no passado”, disse Bolsonaro.

Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-diz-que-diretor-do-inpepode-estar-a-servico-de-alguma-ong/> Acesso em 13 de setembro de 2020.

Segundo dados do INPE, área da Amazônia com alerta de desmatamento sobe 278% em junho, em comparação ao mesmo período de 2018. Em 2018 a área foi de 596,6 km² e em 2019 foi de 2.254,9 km². <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/area-com-alertas-dedesmatamento-na-amazonia-sobem-278percent-em-julho-comparado-ao-mesmes-de-2018.ghtml> Acesso em 13 de setembro de 2020.

ano antes. O presidente Jair Bolsonaro negou os dados de desmatamento e gerou uma crise com sua própria equipe de Governo, que culminou na saída de Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão responsável pelas medições (NEGRÃO, 2019, p.1).

O fundo bilionário da Amazônia foi interrompido⁵⁶, sendo outro retrocesso para o meio Ambiente. O cancelamento de projetos de proteção, por conta do aumento do desmatamento se efetivou no país, em 2019 e 2020. Desmatamento esse fomentado pela desregulamentação política, recriminando a ação de fiscais que combatem madeireiros e garimpeiros que atuam na região.

Em entrevista publicada no jornal norueguês *Dagens Naeringsliv*, o ministro do Clima e do Meio Ambiente norueguês, Ola Elvestuen, afirmou que o Brasil quebrou o acordo firmado com a Noruega e Alemanha. Os dois países respondem por quase todo o dinheiro do fundo que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo a Noruega o principal doador desde a criação do pacto com o Brasil, em 2008 (NEGRÃO, 2019, p.1).

O desmonte em 2019 foi significativo, a extinção dos órgãos colegiados⁵⁷ do Ministério do Meio Ambiente, os projetos de ocupação da Amazônia⁵⁸, os cortes no orçamento⁵⁹ do IBAMA e ICMBIO, a falácia de regularização fundiária, é outro

⁵⁶ Ministro do governo, Salles, em coletiva de imprensa, disse que analisou cerca de 25% dos contratos do Fundo Amazônia e verificou inconsistências em 100% dos projetos de ONGs. Contudo, não informou sobre como foram feitas as análises. Além disso, afirmou que se realizou reunião com os embaixadores da Noruega e Alemanha e que eles teriam concordado com alterações na gestão do Fundo. “Todos entendem que as mudanças são necessárias”. Em seguida as embaixadas desmentiram o ministro. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/17/ministro-do-meio-ambiente-dizter-analisado-14-dos-contratos-do-fundo-amazonia-e-verificado-inconsistencias.ghtml> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵⁷ Publicado o Decreto 9759/2019 que extingue e estabelece novas regras e limitações para colegiados da administração pública. Extinção do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e sua respectiva Comissão (Conaveg), a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) e a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor). Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/revogaco-extingue-orgaos-colegiados-doministerio-do-meio-ambiente/> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵⁸ A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República realiza reunião em Belém para apresentação para empresários de um esboço do chamado “Projeto Barão do Rio Branco”, que tem por objetivo ocupar parte da Amazônia. A iniciativa lista grandes obras de infraestrutura e investimentos para alavancar as atividades na região, que inclui áreas entre as mais preservadas do bioma. Disponível em: <http://sistemafaepa.com.br/amazoniarural/2019/04/26/desenvolvimento-e-integracao-da-calha-norte-reune-governo-federal-e-autoridades-do-para/> Acesso em 13 de setembro de 2020.

⁵⁹ Entre abril e maio de 2019, o Ministro Ricardo Salles corta 24% do orçamento do Ibama, restando apenas R\$ 279,4 milhões. O Instituto perde R\$ 89,9 milhões, o que, por sua vez, impactará suas operações de fiscalização e outras ações de gestão do meio ambiente dentro das suas competências. A previsão é que corte semelhante afete o ICMBio.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-ricardo-salles-manda-cortar24-do-orcamento-do-ibama,70002806082>

Governo Federal corta R\$ 187 milhões do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O ICMBio perde R\$ 45 milhões do orçamento previsto para o ano de 2019, destinado à criação, gestão e implementação das

desmonte, uma Medida Provisória (MP) que concede a grileiros via autodeclaração o direito de legalizar terras apropriadas ilegalmente. Assim como, a proposta de redução das terras indígenas e áreas remanescentes quilombolas, aumentando os conflitos e consequentemente aumentando a violência no campo. Em audiência pública no senado, representantes das comunidades envolvidas se pronunciaram a respeito da MP 910/2019:

Para Oriel Rodrigues de Moraes, advogado da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a MP contraria a Constituição. [...] É um grande desafio, um grande medo e uma grande insegurança para a gente. Imagine qualquer um ir lá e dizer que é dele as terras que os quilombolas usam há mais de 200 anos — afirmou. Elias d'Ângelo Borges, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criticou o que chamou de política de esvaziamento do Incra. Para ele, os termos da MP beneficiam quem tem mais condição econômica para solicitar a regularização de terras, o que resultaria em procedimentos que ignoram as famílias que lá vivem. Saulo Ferreira Reis, representando a Comissão Pastoral da Terra (CPT), também considera a MP superficial. A autodeclaração, diz ele, pode contribuir para a grilagem de terras, pois não afere objetivamente quem tem a posse da terra. Ele chamou atenção para o grande passivo de regularização de áreas indígenas e quilombolas, e pediu respeito aos direitos das pessoas que foram para a Amazônia incentivadas pelo próprio governo, em projetos de povoamento (AGÊNCIA SENADO, 2019).

No que diz respeito ao estado do Mato Grosso, de onde oriunda esta pesquisa, o decreto 6.961/2209⁶⁰ que proibia o avanço das plantações sobre os biomas pantaneiros e amazônicos foi revogado; Dois importantes biomas estão expostos a expansão predatória e ao modelo de desenvolvimento insustentável (OLIVEIRA, 2019). O bioma pantaneiro que arde em chamas em 2020.⁶¹

Unidades de Conservação Federais, numa redução de 26%. A pasta também perde 23% da sua verba para despesas discricionárias.

Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/governo-corta-r-187-milhoes-do-mma-saiba-comoo-corte-foi-dividido/> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶⁰ O governo revogou um decreto criado em 2009 que colocava limites para a expansão da produção de cana-de-açúcar em áreas, por exemplo, de floresta nativa, terras indígenas, a Bacia do Alto Paraguai e os biomas Pantanal e Amazônia. O fim da legislação foi assinado no evento de 300 dias de governo Jair Bolsonaro. Com o fim da legislação, em tese, não existem mais restrições para o plantio da cultura no país, podendo ser possível abrir áreas de produção em biomas que estão protegidos há uma década. Hoje, a atividade está concentrada no Sudeste e Centro-Oeste do país.

Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/11/06/governo-revoga-decreto-que-colocava-limites-para-a-expansao-da-producao-de-cana-na-amazonia-e-no-pantanal.ghtml> Acesso em 29 de agosto de 2019.

⁶¹ O cenário do Pantanal é descrito como desolador. Para aqueles que acompanham de perto a atual situação do bioma, a sensação é de profunda tristeza. Enquanto o fogo avança de forma nunca vista nas últimas décadas, animais mortos e árvores destruídas se tornam situações cada vez mais comuns. As chamas já atingiram 2,3 milhões de hectares do Pantanal, segundo dados do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). O número representa mais de 15% de toda a extensão do bioma no Brasil, conforme levantamento do Instituto SOS Pantanal. A área queimada corresponde, por exemplo, a quase três vezes a região metropolitana de São Paulo, que abriga 39 municípios, ou 15 vezes a área da capital paulista.

Depois de admitir a investidores árabes que “potencializou” as queimadas na Amazônia por discordar de políticas ambientais de governos anteriores, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) decretou que a região – bem como o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, na mesma região – está liberada para o plantio da cana. O Decreto 10.084, de 5 de novembro, publicado hoje (6) no *Diário Oficial da União*, revoga o Decreto 6.961, de setembro de 2009, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o zoneamento para o plantio da cana e as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro. Além de Bolsonaro, assinam o decreto a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e o ministro da Economia, Paulo Guedes (OLIVEIRA, 2019, p.1).

Diante de todos os impactos listados até agora, as previsões para o meio ambiente no país, são no mínimo, desesperadoras. Para o educador **Heitor Medeiros**:

Nós estamos vivendo um momento em que as pessoas não tem a menor preocupação com isso, o ministro do meio ambiente é um cara que está lá fazendo todas as ações para desmontar o que já conseguimos avançar, então nós temos um ministro do meio ambiente que é contra a área ambiental, então nesse momento atual é o momento de um retrocesso, muito mais perigoso para a gente [...]

O efeito negacionista do governo⁶², refletido pelas más ações do próprio ministro do Meio Ambiente é exposto em reunião Ministerial⁶³ realizada em maio de 2020, onde o Ministro do Meio Ambiente sugere que se aproveite o momento de pandemia para aprovar as leis de desregulamentações ambientais. Sobre os retrocessos, **Irineu Tamaio**, afirma:

[...] nós vemos hoje a defesa do genocídio indígena, e como a história dos negros escravizados são minimizadas e são negadas, o Anti-intelectualismo está chegando até a história, e para nós, que somos educadores ambientais, o conhecimento científico, ele tem um embasamento muito importante para nós, ele não é único, ele não tem resposta pra tudo, mas ele é importante. Agora essa

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54095561> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶² Em evento junto com empresários da Fiesp, Jair Bolsonaro comemora a queda da fiscalização: “No primeiro bimestre deste ano, tivemos um menor percentual de multas no campo, e vão continuar diminuindo” e complementou elogiando o Ministro Salles: “Ele é o homem que está no lugar certo; é o homem que está conseguindo fazer o casamento do meio ambiente com a produção”.

Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-comemora-queda-de-fiscalizacao-pelo-ibama-especialista-ve-pulverizacao-do-estado-brasileiro/> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶³ O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, autoriza a publicação do vídeo da reunião interministerial do dia 22/04. Durante a reunião o Ministro Ricardo Salles fala: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Além disso, ele afirma que seu Ministério é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal, porque “tudo que a gente faz é pau no Judiciário, no dia seguinte”. 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> Acesso em 29 de agosto de 2020.

era do Anti-intelectualismo ela está presente como fruto de uma disputa, é uma dinâmica de disputa simbólica.

É característica do fenômeno anti-intelectual negar fatos históricos que não favoreçam o governo vigente. No Brasil tal característica tem se apresentado nas diversas vezes em que o presidente nega a existência de um golpe militar no país ou quando alguns participantes do governo ou simpatizantes afirmam que no país não há racismo, nem pobreza ou desmatamento ilegal na Amazônia. Desqualificando ou negando dados e fatos que podem comprometer seus ideários.

Essas ações podem realmente causar danos, à medida que uma população ouve de seus próprios governantes que, questões ambientais não são assuntos relevantes e que ambientalistas são terroristas anti-desenvolvimento, cria-se uma maior apatia quanto ao assunto. No que diz respeito aos impactos das ações anti-intelectuais, os discursos em defesa do avanço da agricultura ou agropecuária, culminam com o simultâneo avanço das queimadas na Amazônia⁶⁴ e liberação de agrotóxicos⁶⁵ antes proibidos. Exploração da Mata Atlântica⁶⁶, bioma mais degradado do país. E ainda, quando uma PEC (projeto de emenda à Constituição) apresentada pelo presidente, quanto a exploração de recursos minerais⁶⁷ e hídricos em terras demarcadas⁶⁸, sem consulta aos indígenas, que é direito constitucional, ou seja, os povos originários tem poder de veto (MAZUI; BARBIÉRI,

⁶⁴ Estimulados pelo Presidente Bolsonaro, fazendeiros e grileiros de terra da região de Novo Progresso no sudoeste do Pará realizam o “dia do fogo” com a queima coordenada de pastagens, áreas invadidas e desmatamento. Um dos organizadores afirmou: “Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. E para formar e limpar nossas pastagens, é com fogo”. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶⁵ A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publica novo marco regulatório para a avaliação de riscos de agrotóxicos. Assim, pesticidas considerados altamente tóxicos poderão ser rotulados como de toxicidade moderada. A lista de produtos “extremamente tóxicos” foi reduzida de 702 para 43. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/07/24/entenda-o-quemuda-na-classificacao-dos-agrotoxicos-pela-anvisa.ghtml> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶⁶ O Ministério do Meio Ambiente elaborou um decreto, ainda não publicado, que reduz a proteção da Mata Atlântica e facilita a liberação de licenças ambientais para a construção de empreendimentos, como hotéis e condomínios, no bioma mais desmatado do país. 2020.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/reporterbrasil/2020/06/12/decreto-que-reduz-protacao-da-mata-atlantica-espera-assinaturade-bolsonaro.htm> Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶⁷ O Executivo Federal envia à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera a mineração e outras atividades de alto impacto ambiental em terras indígenas. 2020. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governoviabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/ Acesso em 29 de agosto de 2020.

⁶⁸ Invasões em terras indígenas, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aumentaram em 44% do total de ataques em relação ao ano de 2018. Foram registradas 160 invasões em 153 terras indígenas. Violência realizada com o aval do governo federal. 2019.

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/maislidias/siga-em-tempo-real-a-coletiva-da-pf-sobre-afase-da-lava-jato-que-mira-lula-1.1249032/invasoes-a-terras-indigenas-disparam-sobbolsonaro-aponta-braco-da-cnbb-1.2241031> Acesso em 29 de agosto de 2020.

2020). Os retrocessos aqui relatados, representam os impactos do Anti-intelectualismo, fenômeno utilizado como ferramenta política de dominação.

A questão ambiental já a algum tempo, não é do interesse da população, pelos discursos falaciosos, pelo medo ou por uma questão de prioridades. Na realidade da classe trabalhadora, não há tempo para se pensar em questões ambientais, em crise do clima, a máquina capitalista os consome, não permite reflexão sobre a própria vida ou a vida do planeta. Quanto aos poucos que se aventuram e resistem, precisam conviver com uma realidade desagradável. Ser um educador ambientalista em um país como o Brasil, pode ser perigoso, como afirma os dados do jornal *El País* (2019) sobre ambientalistas assassinados no país:

Mesmo antes de Jair Bolsonaro virar presidente e levar à cúpula do poder seu discurso contra os ativistas que defendem a natureza, o Brasil já era o país mais perigoso do mundo para os ambientalistas (uma classificação em que foi superado pela Colômbia em 2018). São crimes que na imensa maioria dos casos não foram esclarecidos, nem sequer julgados. Dos 300 defensores da Amazônia brasileira assassinados na última década, só 14 casos acabaram diante de um tribunal, revela a organização não governamental Human Rights Watch (HRW) no relatório intitulado *As Máfias da Floresta Tropical* (GORTÁZAR, 2019, p.1).

Ideias que negam e criminalizam as entidades formadoras e educadores, que são disseminadas pelo país, também geram violência, pois, são as instituições universitárias públicas que ainda mantêm uma resistência diante do modelo capitalista, promovendo pesquisas contrárias à sua lógica. Lógica essa, representada pelas indústrias, agronegócio, latifúndio, bancos, entre outros.

A violência do discurso capitalista desenvolvimentista, tem impactado também o campo, com a criminalização e morte de ativistas que lutam pelo meio ambiente e por suas famílias nas comunidades originárias indígenas, na luta pela demarcação de suas terras. Foram sete lideranças assassinadas no ano de 2019, ainda somam as violências em comunidades quilombolas, em assentamentos do MST (COLÓN, 2019). Segue o gráfico elaborado pela Pastoral da Terra em 2019, (Gráfico 2) representando os impactos do pensamento anti-intelectual no Meio ambiente, mais propriamente na vida dos povos originários:

Assassinato de índios e lideranças indígenas no campo

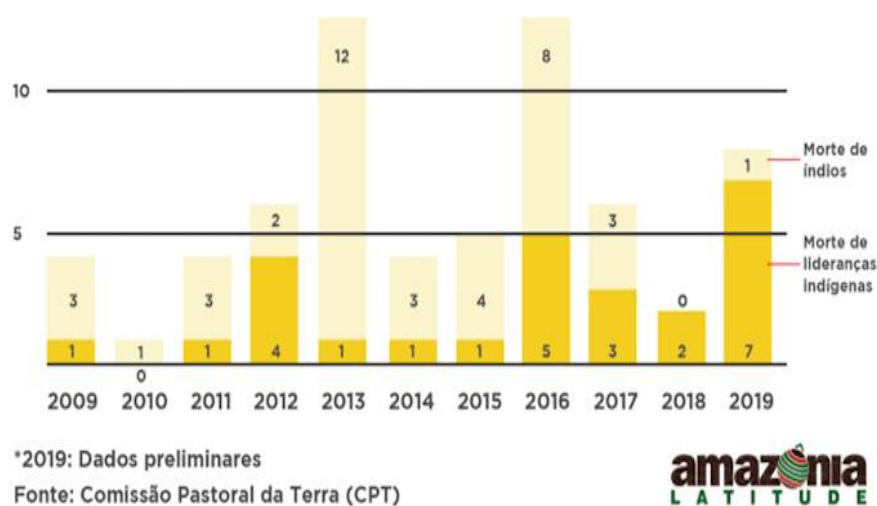


GRÁFICO 2: Comissão da Pastoral da Terra: Assassinato de lideranças indígenas. **FONTE:** Conexão Planeta.2020.<http://conexaoplaneta.com.br/blog/numero-de-lideres-indigenas-mortos-em-2019-e-o-maior-da-decada>

A marginalização da luta pelo meio ambiente através de notícias falsas, do descredito aos dados científicos de discursos autoritários e violentos, tem colocado a população acuada e desestimulada a participar de estudos relativos a Educação Ambiental e a Crise Climática, muito menos, tomar parte na defesa do meio ambiente. Isso reflete no relato apresentado pela educadora **Michèle Sato**, sobre o processo de seleção na pós-graduação:

E eu vejo isso nos processos de seleção por exemplo, antigamente eu tinha muitos candidatos, esse montante caiu bastante, se bem que meus colegas falaram que o deles também caíram, mas tem até gente falando que tem que juntar turmas, porque não está dando força. Mas é verdade que tem pouco, tem pouco candidato para estudar educação ambiental, mas para quê? para ser baleado? para apanhar na rua? Então, não é um atrativo. A imprensa já tirou essa pauta de sua programação atrativa, não chama mais atenção.

Mais do que descredibilizar, o Anti-intelectualismo brasileiro é acompanhado de discursos autoritários e morais, teor afirmado pelos entrevistados, considerando nocivo o pensamento de negação da ciência e tudo que lhe diz respeito. Identifica-se então, que a pauta da Educação Ambiental, assim como a realidade de Crise Climática não são tão relevantes quanto as pautas econômicas.

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou estado de pandemia por conta do novo Corona vírus (COVID 19), um vírus que apresenta sintomas de uma gripe, com agravante de febre e nos casos mais graves, crise respiratória aguda, sendo necessário respiradores artificiais como parte do tratamento, há vacinas em testes, e nenhum remédio com comprovação científica que possa tratar e alterar os quadros.

FIGURA 10: Corona vírus: Brasil já tem mais mil mortos no período de 24h.



FONTE: Gazeta do Povo. 2020. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/coronavirus-brasil-1004/>

A imagem acima (Figura 10) reflete a condição de crise pandêmica no país, nos casos de óbitos, não estão ocorrendo velórios, apenas o enterro, com todos os cuidados necessários pelo alto índice de contaminação, são utilizadas roupas adequadas, máscaras e viseiras. Em setembro de 2020, o vírus já havia contaminado mais de quatro milhões de pessoas no Brasil, e desse montante, mais de cento e trinta mil pessoas morreram. Todos os países no mundo foram condicionados a adotar uma medida de isolamento social. O Brasil, que registrou o primeiro caso em fevereiro, segue em curva crescente em alguns estados, o país registrou quase novecentas mortes em vinte e quatro horas (BRASIL..., 2020).

A razão deste relato se refere ao comportamento anti-intelectual e irresponsável do atual presidente da república, mais do que apenas negar fatos científicos, este coloca em risco uma nação inteira. Ultrapassando todos os limites do bom senso, desacreditando dados científicos, pois, muitos países já compartilharam com o mundo suas experiências com o vírus. A unanimidade nas estratégias de contenção está no isolamento social, fato

que conseguiu achatar a curva de crescimento do vírus em muitos países, pois, o fato de evitar aglomerações impede que o vírus se propague. O vírus é transmitido através de uma pessoa doente para outra, por contato próximo, um aperto de mão, gotículas de saliva, espirros, tosses, objetos ou superfícies contaminadas. O distanciamento social dificulta a proliferação do vírus, aumentando o tempo para que o sistema de saúde do país tome as devidas precauções para atendimento da população infectada. Os países que não adotaram medidas de isolamento no início da pandemia, hoje apresentam um grande número de infectados e mortos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL, 2020).

Na contramão do mundo, o presidente brasileiro, em rede nacional, desacredita dados científicos, zombando do vírus, que chamou de “gripezinha” e apenas uma histeria da imprensa (GIMENES, 2020, p.1). Sobre a pandemia, no final de março de 2020, em entrevista ele afirma:

"O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércios e o confinamento em massa. O que se passa no mundo têm mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Por que fechar escolas? (SOARES, 2020, p.1).

Não há como negar que a preocupação com a economia seja válida e justa, porém, colocar a vida das pessoas em risco em nome da manutenção da mesma, fere todos os direitos constituídos, especialmente o direito à vida, considerando o crescente número de casos de óbitos no mundo. Não justifica a retórica de manutenção do sistema econômico em favor do povo, quando o meio de manter a subsistência é permitindo que milhares de pessoas morram. Quando o que ocorre na verdade é uma pressão do mercado econômico, que desconsidera uma pandemia. Sendo aqui, a pauta da crise sanitária irrelevante, no que consiste a manutenção da economia.

Hofstadter (1963), afirmou que o Anti-intelectualismo era um fenômeno cíclico, que em determinados momentos de crise ele surgia como ferramenta de controle, o país já o experimentou em uma outra crise pandêmica. O Brasil vivenciou no período de janeiro de 1918 a dezembro de 1920, uma das maiores pandemias de sua história, a “gripe Espanhola”, uma violenta mutação do vírus da gripe. Na época em que a gripe chegou no Brasil, Carlos Seidl era o diretor geral da saúde. Este foi o primeiro a reproduzir na época um discurso anti-intelectual, poderia ser considerado uma mera coincidência, porém, os fatos são repetidos no Brasil atual. Seidl afirmou que: “a gripe espanhola, era apenas

sensacionalismo histórico da imprensa”. Em reunião com o presidente Venceslau Braz, solicitou a “censura total da imprensa”, desconsiderando o histórico da gripe no mundo (BUENO, 2020). Mesmo fato registrado em 2020, em meio a uma pandemia, sendo agora, o presidente da república usando tal argumento para tratar de um vírus que já matou desde janeiro de 2020, mais de oitocentos e quatorze mil pessoas no mundo (MORTES..., 2020, p.1). Bolsonaro nega todos os dados científicos e o histórico de morte em outros países.

A tragédia da gripe Espanhola, afetou consideravelmente o país, o sistema de saúde colapsou rapidamente, chegando ao ponto de familiares colocarem seus mortos nas calçadas, tentando evitar a contaminação, os serviços de sepultamento não conseguiram atender a demanda. O país registrou entre quarenta e cinco e cinquenta mil mortos. A gripe vitimou até mesmo o presidente eleito, que não chegou a tomar posse, Rodrigues Alves, que ironicamente, em sua crença positivista negava a existência de micróbios (BUENO, 2020).

Durante a propagação da gripe Espanhola surgiram inúmeros elixires salvadores. Como a Hidroxicloroquina⁶⁹, droga que a princípio foi considerada como possibilidade ao tratamento da Covid-19, porém, não houve nenhum laboratório que confirmasse sua eficácia. Mesmo diante do posicionamento da organização mundial da saúde sobre a ineficácia do medicamento, o presidente atual, insistiu em defender a cloroquina como medicamento de combate ao coronavírus (BOLSONARO..., 2020). Anti-intelectualismo que foi justificado pela aquisição de uma quantidade considerável de Hidroxicloroquina aprovada pelo governo federal:

Adquirido da Índia, sem licitação, custou seis vezes mais que o valor pago pelo Ministério da Saúde no ano passado. Finalizada no Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, a produção do comprimido aumentou 84 vezes em relação ao ano passado, diz Ministério público (PONTES, 2020, p.1).

⁶⁹ Hidroxicloroquina é o sulfato de Hidroxicloroquina, um sal cristalino incolor, solúvel em água até um mínimo de 20%, conhecido quimicamente como 2-[4-[(7-cloro-4-quinolil) amino] pentil] etilamino] etanol sulfato (1:1). Hidroxicloroquina é uma 4-aminoquinolina antimalárica com ação esquizotóxica e algum efeito gametocida, sendo também considerado um antirreumático de ação lenta. Bula do remédio. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/hidroxicloroquina/bula> Acesso em 15 de agosto de 2020. A Organização Mundial da Saúde (OMS) não reconhece nenhum medicamento ou vacina para a covid-19. O Comitê Científico e a Diretoria da Sociedade Brasileira de Imunologia divulgaram um documento em que afirma que "ainda é precoce a recomendação de uso deste medicamento na covid-19, visto que diferentes estudos mostram não haver benefícios para os pacientes que utilizaram hidroxicloroquina" (Gragnani, 2020) BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52686122> Acesso em 15 de agosto de 2020.

Em 1919, como elixires curadores também surgiram a água de quinino, cachaça com limão, chás de canela e gengibre. A verdade era que a gripe não tinha cura, o que houve foi a negação da ciência e o aumento dos preços dos elixires milagrosos (WESTIN, 2020).

No que diz respeito aos impactos do Anti-intelectualismo, constatou-se que o fenômeno é danoso, até mesmo letal, nos casos da Crise Climática e sanitária, porém, na perspectiva da contradição, se faz necessário, conceber o fenômeno anti-intelectual como uma oportunidade de rever o papel da ciência ambiental na vida cotidiana, as influências das instituições de ensino no processo de formação, dialogando com outras dimensões, buscando alcançar toda a população. É o que afirma **Marcos Sorrentino**:

[...] então, a temática que você está se debruçando, Kathy, é importante, por que ela permite que façamos uma autocrítica, sim, procurando visualizar como que o conhecimento lógico – formal, precisa e pode dialogar com as dimensões da espiritualidade, com as dimensões de sentidos mais profundos e apropriados a cada ser humano, como que o conhecimento científico pode e deve dialogar com questões políticas, com questões estéticas, com as artes, com a filosofia, mas ao mesmo tempo a sua pesquisa e o seu estudo deve e pode desvelar com profunda preocupação, com bastante relevo e bastante visibilidade o que é o obscurantismo, o que é essa postura anti intelectual, anti científica[...]

Para Sorrentino, se faz necessário uma autocrítica e uma consideração especial nas formas de conhecer, fazendo uma ponte do conhecimento formal com outros saberes. Uma nova realidade pensada, revendo a importância dada ao conhecimento intelectual, vencendo o arraigado modelo colonial, estendendo a possibilidade de uma formação mais crítica no sentido político da palavra, evitando as ondas ideológicas que disfarçam a luta de classes presente no país. Nas relações de exploração da classe trabalhadora por uma minoria detentora dos meios de produção, que detém também o conhecimento intelectual, fazendo do país um campeão em desigualdade social, decorrente da péssima distribuição de renda e dos baixos investimentos em educação. Identificando também, que existe um hiato de comunicação entre a academia e o cidadão comum. A possibilidade de autocrítica sugerida acima, pode criar perspectivas de transformação nas relações da academia com a sociedade, eliminando o academicismo. Como se dará esse movimento dialógico, é o grande desafio, especialmente do educador ambiental, nesse sentido pensar mecanismos de estreitamento dessa relação educador/estudante, na busca de uma construção de uma nova realidade pode ser um passo inicial.

Na contradição entre as ideias defendidas pelos cientistas ambientais e as dos negacionistas do clima, é preciso considerar os interesses envolvidos e já relatados. Por

trás da negação aos dados científicos estão as petrolíferas, as empresas que desejam a todo custo a manutenção de seu padrão de consumo e o aprofundamento do abismo social. Essa discussão tem sido evitada ao longo do desenvolvimento educacional brasileiro e não é diferente na educação ambiental. Talvez esse seja o maior desafio, fazer com que as pessoas se interessem e entendam que coabitam o planeta com outros seres e que, para que a estadia seja agradável para todos é preciso haver um equilíbrio nessa relação.

Em uma reflexão sobre a realidade de Crise Climática, é fato que todos sofrerão os impactos do colapso climático, porém, algumas comunidades serão mais expostas que outras, reafirmando a condição de vulnerabilidade que grande parte da população está exposta. Verdade expressa na fala de **Irineu Tamaio**:

[...]para que haja mudança nesse modelo societário, significa que essa crise e o colapso climático tem que ter o senso de urgência da sociedade, é um tema fundamental que afetará a todos, não de forma igual, um discurso que existe é que todos serão afetados, mas não serão, os grupos sociais em condições de vulnerabilidade e os grupos economicamente desfavoráveis serão os mais afetados, o que não é posto para a sociedade[...]

A Justiça Climática é um dos pontos da síntese desta pesquisa. A tese da Crise Climática foi contrariada pelos negacionistas do clima, que pelos dados coletados foram desacreditados, restando a realidade de crise do clima, com seus impactos no mundo, alcançando todas as pessoas, porém, com intensidades diferenciadas. Os impactos da crise estão refletidos nas comunidades em situação de vulnerabilidade, as quais a capacidade de resposta é mais comprometida, aí entra a questão da justiça climática.

Entendendo que as mudanças climáticas atingem e atingirão todos os seres vivos do planeta e que a capacidade de resposta será diferenciada, chamo a atenção para as injustiças socioambientais, em especial as injustiças climáticas, decorrentes das ações humanas onde os mais afetados são os que contribuem com uma parcela pouco significativa para os problemas ambientais. Os maiores poluidores são os que possuem maior recurso financeiro para lidar com os impactos decorrentes das alterações climáticas e esses são os que realmente precisam agir para mitigar os efeitos das mudanças climáticas em nível mundial, começando pela mudança da matriz energética bem como repensando o consumo e a relação com o ambiente natural (DALA NORA, 2018, p.41).

Os educadores Irineu Tamaio e Dala Nora, afirmam mais uma vez a condição do sistema econômico capitalista como causador, sendo insustentável e injusto. Concebendo a ideia de justiça climática, Dala Nora afirma a cima, a responsabilidade dos maiores poluidores, os mesmos que possuem maiores recursos para se adaptar, como para investir

em mecanismos de combate aos efeitos da crise do clima, que conseqüentemente atingirão em maior proporção os menos favorecidos, é o que afirma, **Michèle Sato**:

A terra inteira será atingida, ricos e pobres, contudo em escala de magnitude e proporção e justiça de uma forma totalmente diferente, obviamente aqueles economicamente menos privilegiados sofrerão mais, e aí nós atribuímos isso a justiça climática, então, não que não nos interessa os ricos, mas os que vão sofrer mais, precisam de mais ajuda, então a pesquisa de educação ambiental ela é assistencialista, não, ela é justa, é diferente, ela não vem no sentido da caridade nem do combate, ela vem no sentido da justiça, o que é um referencial bastante diferente.

Em mais uma definição da Educação Ambiental, Sato, revela a justiça como fator preponderante na prática da Educação Ambiental. Ela busca a justiça, ela evidencia as diferenças de classes sociais, dando voz aos que estão à margem da sociedade, revelando os exploradores, buscando um caminho no qual todos sejam beneficiados, seres humanos, natureza, de maneira sustentável e justa.

A justiça climática é uma resistência nascida nos movimentos sociais, por estudiosos do clima, nas universidades, pelos ambientalistas e pelos militantes dos direitos humanos, entre outros, na perspectiva de alertar a sociedade para as desigualdades e os conflitos socioambientais, decorrentes de seus efeitos (DALA NORA, 2018, p.42).

Sendo esta uma síntese relevante, tratar a causa e não somente os efeitos, se faz necessário afirmar que o Anti-intelectualismo como ferramenta do sistema capitalista, cria elementos que auxiliam na manutenção da classe dominante, prezando pela alienação da classe explorada. Na crise ambiental é o sistema capitalista criando mecanismos para que os que poluem menos, a população mais pobre do país, seja responsabilizada, e assim, os que realmente poluem e degradam em grande escala, continuem justificados e recebam o aval para explorar o meio ambiente.

Uma parte significativa das entrevistas, aconteceu na fala do educador Layrargues, afirmando a domesticação da Educação Ambiental pelo capitalismo. Em uma crítica aos mecanismos de ação que colocam a educação ambiental em um papel de cúmplice do capitalismo, onde a criticidade é substituída pela passividade. Como uma nova maneira de enxergar a realidade, a “instrumentalização” do capitalismo, pode ser um contraponto ao mesmo, que aliena e instrumentaliza tudo, e para que deixe de ser “selvagem”, se faz necessário bons mecanismos de frenagem, como a apropriação do conhecimento formal, uma educação politizada, criando cidadãos capazes de escolher para o bem comum,

mesmo diante das contradições e limitações do sistema educacional brasileiro, é através, também, da educação que se pode transformar a realidade. Depois da apropriação do conhecimento, fazer com que esse conhecimento transforme a prática social, alcançando a base, os trabalhadores brasileiros, desvelando as fragilidades do sistema, revelando seus mecanismos de exploração, degradação e injustiças, dando visibilidade às crises, reforçando o potencial de criticidade, fundamental no processo de transformação da realidade. A desconstrução do modelo consumista, desvinculando o ideário de sucesso e felicidade a capacidade de consumo. A utilização dos espaços públicos, quaisquer que sejam, para promover o pensamento crítico, transformador e emancipatório. Os mecanismos serão possíveis de se efetivarem a partir da participação política, do comprometimento com questões que envolvam o bem estar de toda a sociedade. Esses mecanismos são identificados nas práticas de resistência dos entrevistados:

Em 1985, nós percebemos que se nós quiséssemos ter mais potência de ação no que já fazíamos, a gente precisava ter um tipo de organização que tivesse CNPJ, é quando a gente cria a associação mato-grossense de ecologia. E a nossa ação se estruturava muito em cima de performances. Assim, desde nós, começamos possivelmente no Brasil, limpezas de rios e cachoeiras, e aí levamos isso para Cuiabá e fazia uma performance lá para ter um envolvimento da mídia[...]
Heitor Medeiros.

Há uma invisibilização das questões ambientais, das questões climáticas, o canal de comunicação com a sociedade pode e deve ser ampliado. Na perspectiva da domesticação do capitalismo a criação de mecanismos que possibilitem a sensibilização da opinião pública na retomada das leis que favoreçam o meio ambiente, o fortalecimento dos movimentos sociais organizados com os oprimidos do capitalismo, transformando o discurso ideológico da manutenção das classes. São possibilidades de transformação da realidade, é o que afirma o educador **Heitor Medeiros**:

[...]a questão ambiental passa a ser pauta dos movimentos populares, a questão ambiental é pauta do MST, que é o grupo social mais importante popular que a gente tem no Brasil. Está na pauta do MST a temática ambiental, agricultura orgânica, e eles estão produzindo produtos orgânicos, e tem na sua proposta política, a temática ambiental é importante nesses grupos.

A arte também é um canal para comunicação ambiental, massificando o discurso, como faz eficazmente a educadora Michèle Sato, em seu grupo pesquisador GPEA⁷⁰. A partir da influência da arte como mecanismo de visibilização das crises, produziu-se um Vídeo Documentário⁷¹, dos resultados obtidos nesta pesquisa, contendo fragmentos dos entrevistados, expondo o papel da Educação Ambiental, a condição de Crise Climática e a nocividade do Anti-intelectualismo nas questões ambientais. Produzir esse registro causou-me satisfação, pois, além de dar visibilização a questão ambiental, o vídeo é um registro das significativas contribuições dos educadores entrevistados, demonstrando sua prática ambiental como resistência ao sistema.

Optar por uma forma de cultivo de alimentos mais saudáveis, é uma maneira de dar visibilização a uma opção que contrapõe o cultivo químico-dependente, como faz o Movimento Sem Terra no cultivo de orgânicos, evidenciando um manejo que favoreça a natureza e o ser humano ao mesmo tempo, e também a não dependência da indústria de sementes e agrotóxicos, nessa mesma perspectiva, o MST, acredita na educação como ferramenta política contra sistemas opressores e injustos. O movimento luta por uma educação do campo, além do movimento pela reforma agrária.

Ao olhar o movimento nacional “Por uma da Educação do Campo”, a própria história dos movimentos sociais, como o caso do MST, evidencia que a luta pela reforma agrária, juntamente com a luta pela educação faz parte destes cenários que ratificam a relação tensiva entre o estado e a sociedade (SENRA, 2014, p. 119).

Sendo a educação defendida pelo MST e por esta pesquisa, uma educação crítica e emancipatória, pode consequentemente desagradar os que pretendem manter a condição de dominador e dominados. E a tensão relatada pelo educador Senra, é inevitável quando o que está em jogo é a defesa de uma sociedade mais justa. Um cidadão político, passa a entender sua condição social e entende a necessidade de resistir. Sobre os mecanismos de

⁷⁰ O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) possui diversas experiências de pesquisa, mas tem mais foco com a educação popular, especialmente com pequenas comunidades. Temos também considerado a comunidade escolar dessas comunidades, na perspectiva da construção de Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC). Temos vivências com os três biomas do estado (Amazônia, Pantanal e Cerrado) e investigado o território mato-grossense por meio de suas narrativas, percepções, existências e esperanças. Somos os estudiosos que se aventuram nas ciências tentando interpretar o mosaico humano em contato com a natureza.

Disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/historico.html>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

⁷¹ Vídeo produzido a partir dos resultados obtido nesta pesquisa, intitulado: Anti-intelectualismo e educação ambiental. Aprovado pelo edital 46/2019. PROPES/IFMT. 2020.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dFpLEkfQAg> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

resistência diante dos ataques de estruturas ultraliberais e autoritárias, **Irineu Tamaio** revela que:

[...] nós não vamos ter a solução pra tudo, mas nós temos nosso papel político, não confundir com político-partidário, nós temos nosso papel político de tentar construir e desenvolver lutas em forma de resistências, pragmaticamente como eu faço isso: Desenvolvendo um trabalho com os meus estudantes, com os meus orientandos, sejam eles na graduação, sejam eles na pós graduação, que eles desenvolvam temas científicos, que desenvolvam pesquisas que questionem essa ordem política dominante, hegemônica e massacrante, que elegeu um determinado grupo, e que possui como linha de frente uma compreensão de que o meio ambiente é meramente um recurso a ser explorado para atendimento dos grandes interesses capitalistas das corporações. Olha, como educador, em uma perspectiva Freiriana, é desenvolver debates políticos.

O educador afirma a necessidade do cidadão político no que consiste a prática de educação ambiental, desvelando os interesses do capital ao construir os mecanismos de resistência, sendo imprescindível o acesso dos que aprendem, a compreensão das relações das classes dominantes exploradoras da natureza e do ser humano e a classe trabalhadora oprimida e alienada. **Layrargues** explica o que pensa sobre resistir:

Pensar em resistência antes de tudo me faz lembrar da fala do Ailton Krenak (me permitindo um parêntese para elogiar esse pensador que possui uma sabedoria profunda, talvez porque, seja ancestral): os povos indígenas estão na resistência há 500 anos... Antes de pensar, ou tão importante quanto, em como resistir, isso remete a uma temporalidade que desconhecemos completamente; sobretudo porque nosso tempo foi comprimido pelo paradigma do 'time is Money', ambicionamos ver resultados imediatos para nossas ações. Esperamos conseguir frear e reverter esse tsunami de retrocessos socioambientais imediatamente, até porque eles são mesmo intoleráveis. Creio que a resistência que precisamos aprender com a fala do Krenak seja um pouco dessa 'paciência histórica' daquilo que parece ser um novo ciclo no horizonte do espírito do tempo presente; que tem como pano de fundo a ascensão do elogio ao politicamente incorreto, que na prática, significa a supressão dos direitos humanos em todas suas expressões, conquistados a duras penas pelo exercício da cidadania ativa.

Layrargues contribui significativamente, a ideia de mudança de paradigma, um novo pensamento a respeito da realidade, entendida a partir de Ailton Krenak⁷², revendo

⁷² Aos 66 anos, Krenak segue resistindo. Lançou este ano o livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (Companhia das Letras) e vive intensa agenda de palestras, entrevistas e eventos. De sua aldeia Krenak, às margens do rio Doce, em Minas Gerais – ecossistema destruído pela lama da mineração –, o filósofo, escritor, jornalista, ativista e líder de seu povo circula pelo mundo orientado pela intuição e por seus sonhos, com a urgência de traduzir para os brancos fragmentos da cosmovisão dos povos indígenas. Quando os índios falam que a Terra é nossa mãe, dizem ‘Eles são tão poéticos, que imagem mais bonita’. Isso não é poesia, é a nossa vida. Estamos colados no corpo da Terra. Somos terminal nervoso dela. Quando alguém fura, machuca ou arranha a Terra, desorganiza o nosso mundo. Entrevista à revista Cult, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ailton-krenak-entrevista/> Acesso em 18 de Junho de 2020.

a noção da dita parte “civilizada” da população, entende por bem viver, permitindo a conexão com os saberes ancestrais, de consciência da não dicotomia humano/natureza, e sim da simbiose entre ambos. Quanto ao tempo na concepção do bem viver dos povos originários, não é dinheiro, tempo é vida. Não pode o dinheiro determinar a vida, pois, este é uma artificialidade, uma convenção social. As relações podem determinar a vida, as relações humanas com a natureza e com outros humanos. Nessa perspectiva, resistir para **Marcos Sorrentino** é:

[Usar] os mecanismos de resistência que temos utilizado desde a ditadura militar e nesse momento em especial, são sempre os mesmos, o do diálogo, da participação, do envolvimento, do convite a fazer junto, valores como do diálogo ou da comunidade da identidade, do sentimento de pertença, da potência de agir, são valores que nós trabalhamos aqui. O que eu percebo que vem sendo trabalhado desde os anos setenta, quando o movimento ambientalista se aproximou muito ou se identificou muito com todos os movimentos de resistência ao autoritarismo, com todos os movimentos de luta por uma cultura de procedimentos democráticos, então, o que nós estamos fazendo para resistir vai desde um ato público em São Paulo pelo simbolismo desse espaço político, reunindo ativistas de todas as faunas políticas, religiosas, artísticos-culturais, movimentos sociais diversos, para dar um grito contra o autoritarismo e pela democracia, até atividades cotidianas de pesquisa dentro da universidade, atividades de extensão, articulações de novas organizações[...].

A consciência de classe e a noção de que em grupo a ação pode ser maximizada, permeia a noção de resistência defendida pelo educador Sorrentino, demonstrando mais uma maneira de ultrapassar a velha forma de pensar a realidade individualizada, como propõe o capitalismo. Para **Michèle Sato**, a capacidade de resistir se inicia ao:

[...] acho que nossa capacidade de indignação é também nossa resistência, a capacidade de dizer não, eu posso não poder fazer muita coisa, mas que fique registrado minha indignação, é uma forma nossa de resistência, e então tudo está ligado, o clima, é um fato enfrentar o clima, é preciso estudar, tem que ter ciência, então eu interrompo todo esse processo, porque ele me atinge a minha zona de conforto naquilo que eu chamo de capitalismo.

Se indignar é o primeiro passo para a transformação, para uma interpretação da realidade como ela é, esclarecimento trazido pela fala da educadora Sato. Pensar a luta de interesses para manutenção desse sistema é compreender também o papel desempenhado por quem ensina. A realidade não pode ser ignorada, camuflada ou abafada, ela precisa ser debatida criticamente, politicamente, considerando todos os aspectos, até a superação da antiga forma de pensar e que provoque uma transformação, social, política, estética e

cultural. No caso da condição de habitantes do mesmo planeta, se faz necessário conceber a urgência da mudança do modo de vida humana na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever e interpretar as possíveis implicações do Anti-intelectualismo sobre a Educação Ambiental, especialmente no que implica a Crise Climática, proporcionou um significativo aprendizado, especialmente na perspectiva de transformação da realidade atual, reafirmando a possibilidade de uma sociedade mais justa, mais sustentável. No aporte do Materialismo Histórico Dialético o desvelo dos impactos do fenômeno anti-intelectual, evidenciou uma luta de classes, que é estruturada por um sistema econômico injusto, exploratório e predatório. No relato histórico da Educação Ambiental, o sistema econômico capitalista se relaciona diretamente aos efeitos danosos ao meio ambiente, conseqüentemente a toda vida planetária. Quanto ao Anti-intelectualismo, este se revela como uma ferramenta do sistema capitalista, sendo um fenômeno com características próprias, que se mostrou em muitos aspectos, presente na realidade brasileira, tornando um risco ao agravamento da crise ambiental, climática e mais recentemente, sanitária.

Da concepção de Educação Ambiental apresentada pelos entrevistados, todas convergem para uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória. Desde a denúncia feita pelo educador Layrargues de uma Educação Ambiental domesticada pelo capital, evidenciando a necessidade de uma transformação da Educação Ambiental, recuperando sua criticidade e poder militante, até a definição feita pela educadora Michèle Sato, de que a educação Ambiental deve se configurar como uma luta política, capaz de transformações significativas no modo de vida da sociedade, se configura em um modelo de educação crítica, não se diferenciando das definições dadas pelos outros entrevistados, que também defendem a concepção de uma modo de educar ambientalmente transformador, já não se pode conceber um sistema de produção da vida material ancorado no consumo, na falácia do discurso de “desenvolvimento”, para a manutenção da economia do país.

A realidade das Crises, ambientais, climáticas e sanitárias, trazem a necessidade emergente de transformação do sistema econômico, que se mostra cada vez mais injusto, insustentável. As entrevistas e os referenciais teóricos definem o Anti-intelectualismo, revelando as estratégias de alienação e controle, utilizado como uma eficaz ferramenta do sistema capitalista. Sendo suas características os ataques diretos a ciência e tudo que a representa, descredibilizando, negando, tudo que de alguma forma diverge dos ideais

capitalistas, como a discussão feita nas universidades sobre a distribuição injusta de renda, a realidade da fome, da miséria, da desigualdade social, da degradação ambiental. Realidade justificada pelo capital por discursos falaciosos de negação de dados e fatos científicos, na tentativa de mascaramento da realidade, enaltecendo a máxima capitalista do individualismo, na defesa do discurso meritocrático. O apelo ao moralismo religioso, também surge como estratégia do pensamento anti-intelectual. A realidade política brasileira explicita a força da utilização da moral religiosa para manipulação das eleições em um país majoritariamente cristão. Mesmo em um país constitucionalmente laico, são os valores morais religiosos cristãos que elegem um presidente autoritário e negacionista. Discussão que reverberou até o período de colonização do país, revelando o caráter domesticador do modelo educacional imposto pelos jesuítas, refletido até os dias atuais, na condição não politizada da população.

Diante da realidade do pensamento anti-intelectual no país, também surge a necessidade de se repensar o papel da academia frente a população civil, uma crítica necessária ao academicismo, ao fazer ciência. O intelectual foi colocado no mundo acadêmico, em seu pedestal, e esse conhecimento produzido na academia, não alcançou todas as classes sociais, sendo imprescindível, como afirma o Educador Sorrentino, uma autorreflexão sobre o papel da ciência na realidade social, de como se faz necessário que o conhecimento chegue a toda população, para que essa não fique à mercê das notícias falsas nas redes sociais, discursos autoritários e obediência cega, disseminada pelo dogmatismo religioso. Esse hiato criado entre o intelectual e a população pode ser superado a partir de um movimento dialógico, o desafio é grande, mas, não impossível. Essa relação pode resultar em transformações significativas.

Quanto ao objetivo principal desta pesquisa, a realidade dos impactos do pensamento anti-intelectual sobre a Educação Ambiental, implicando diretamente a condição de Crise Climática, os dados revelam o fenômeno como extremamente danoso ao meio ambiente, podendo agravar a condição de Crise do Clima. Como ferramenta do capitalismo, o fenômeno, através do descrédito e negação cria mecanismos de justificação para o sistema econômico. A construção de um discurso desenvolvimentista, envolve a negação de dados dos mecanismos de proteção ambiental, por exemplo, favorecendo o desmonte de décadas de luta por políticas públicas ambientais. Desmonte presente na realidade brasileira no avanço do desmatamento e queimadas no bioma Amazônico e Pantaneiro, no afrouxamento das leis de regulamentação ambiental, no controle e extinção

de instituições reguladoras, na contaminação por agrotóxicos do ar, solo, água, alimentos, leite materno, na condição de vulnerabilidade das comunidades quilombolas, dos povos originários, são alguns dos impactos do pensamento anti-intelectual fomentando uma crise já existente. Considerando os impactos da negação da ciência nas questões ambientais, os sintomas são ampliados para a população mundial, catástrofes, inundações, secas extremas, migração climática, entre outros fatores, poderão agravar a condição de toda forma de vida terrestre, porém, os vulneráveis terão menos condição de enfrentar tais impactos, sendo necessário considerar as relações de classes e a condição de justiça climática.

Ao revelar os impactos do pensamento anti-intelectual, surge também a urgência de combate a tal fenômeno. A educação Ambiental na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória é um mecanismo de resistência política ao sistema opressor e limitador do capitalismo. O embasamento teórico crítico, atrelado à práxis, em ações políticas efetivas, resultam em possíveis transformações da realidade. As práticas de resistências compartilhadas pelos entrevistados, surgem na pesquisa, como um mecanismo de combate ao pensamento anti-intelectual. Os discursos a favor da ciência e de uma sociedade mais justa, sustentável, buscam criar mecanismos de transformação e emancipação, entendendo a necessidade de visibilização das crises, especialmente das causas, de tais crises. Além da extensa produção acadêmica, os entrevistados resistem nas ações diretas em movimentos sociais, nas formações nas universidades, assim como nas comunidades, demonstrando o caráter político de sua luta.

Não há neutralidade nesta pesquisa, há a necessidade de se discutir um modo de vida humana que contemple todas as formas de vida planetária, que se atente a necessidades de todos os seres. Que eduque a população, de forma que consiga encontrar meios dignos de suprir suas necessidades, distribuindo renda justa, para que assim consigam encontrar tempo, para pensar o meio em que vivem e sua condição de finitude. Enquanto a população estiver lutando para comer um dia de cada vez, não haverá tempo para refletir as outras formas de vida, sendo assim, são os detentores do poder, da produção material e os que recebem poder para governar, que precisam criar meios para que essa população seja melhor assistida. As práticas de resistência dos educadores entrevistados, revelam décadas de luta por políticas públicas sociais e ambientais mais justas, a realidade atual revela a desregulamentação dessas políticas, aumentando o

desafio de transformação da realidade, porém, não eliminando a coragem para continuar resistindo. Eis o papel fundante da Educação Ambiental Crítica, denunciar, agir, resistir!

Dar visibilização as questões ambientais, é parte significativa desta pesquisa, concebendo a visibilização, também, como uma forma de resistência, um ponto de partida para possíveis transformações da realidade. Espera-se que esta pesquisa cumpra seu papel de resistência frente às demandas atuais de ataques ao meio ambiente e a vida como um todo. Considerando a Educação Ambiental e a Crise Climática, temas relevantes e complexos, assim como o Anti-intelectualismo, cabe ressaltar as limitações da pesquisa, que se concentrou em recortes históricos, sendo então, necessário para avanços futuros, um aprofundamento nos temas tratados. Segundo a metodologia adotada, o conhecimento é uma constante espiral, sendo possível uma verdade temporal. Partindo das contradições entre tese e antítese, surge uma síntese, e dessa síntese, uma nova tese e antítese, sendo assim, uma espiral ascendente. Nessa perspectiva, esta pesquisa, com limitações diversas, abre precedente, para novos estudos futuros.

Todos as décadas de dedicação à causa ambiental, refletem a importância do tema e a urgência na mudança do sistema. A continuação permanente da disseminação de uma educação ambiental crítica e atuante politicamente, a aproximação das pesquisas acadêmicas com a sociedade, eliminando o abismo entre ciência e a sociedade, revelando a realidade de degradação ambiental que o capital quer esconder. A busca por alternativas de produção material da vida que favoreça o meio ambiente e toda vida existente. Na busca por mudanças, a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, revela as injustiças, se indigna diante delas e luta para transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia/ Nicola Abbagnano**: Introdução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes.2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Era do antropoceno. **Capital natural**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=76gfeB1n-FI> Acesso em 13 de setembro 2019.

ACSELRAD, Henri. Espectros do Anti-Intelectualismo Tropical. **Le Monde Diplomatique**. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/espectros-do-anti-intelectualismo-tropical/>. Acesso em 13 de setembro 2019.

A EXTREMA desigualdade das emissões de carbono”. **Oxfam Internacional** (dezembro) 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/la-desigualdad-extrema-de-las-emisiones-de-carbono> , acesso em 11 de junho de 2020.

AGUILAR, Andrea. As mentiras de Trump. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560244565_656746.html Acesso em: 13 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Ministro da educação no senado. **Senado. leg**. 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9603> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

AGÊNCIA, Senado. Ambientalistas criticam política ambiental de Bolsonaro. **Senado. Leg**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/06/ambientalistas-criticam-politica-ambiental-de-bolsonaro> Acesso em 13 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Projeto susta decreto de Bolsonaro que flexibiliza multas ambientais. **Senado. leg**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/projeto-susta-decreto-de-bolsonaro-que-flexibiliza-multas-ambientais> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Ministra nega dados da Fiocruz. **Senado. Leg**. 2019 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/27/agrotoxicos-causam-polemica-em-audiencia-com-ministra-da-agricultura> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Ministro questiona contribuição humana no aquecimento global. **Senado. Leg**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/27/ministro-questiona-contribuicao-humana-no-aquecimento-global> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Tese do aquecimento global é frágil afirma Luiz Molion. **Senado. Leg**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/28/tese-do-aquecimento-global-e-fragil-afirma-meteorologista-luiz-molion> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Carlos Nobre, aquecimento global pode ser catastrófico. **Senado. Leg.** 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/30/aquecimento-global-pode-ser-catastrofico-para-o-brasil-alertam-cientistas> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

AGÊNCIA, Senado. Mp da regularização fundiária. **Senado. leg.** 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/04/mp-da-regularizacao-fundiaria-divide-opinioes-em-comissao-mista> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

AGÊNCIA. Senado. Relatório aponta desmonte da Política Nacional de Mudanças Climáticas. **Senado. leg.** 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/04/relatorio-aponta-desmonte-da-politica-nacional-sobre-mudancas-climaticas> Acesso em 26 de Maio de 2019.

ALDRIN, S. Ronie. As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro. **Carta Capital.** 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/> Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

ALEGRETTI, Laís. BARRUCHO, Luís. Na Alemanha ele estaria preso. Vídeo de Alvin. **BBC.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51149263> Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

ALESSI, Gil. Salles vê oportunidade com coronavírus para passar de boiada, desregulação da proteção ao meio ambiente. **EL País.** 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protECAo-ao-meio-ambiente.html> Acesso em: 22 de junho de 2020.

ALGUNS vão morrer lamento é a vida, diz Bolsonaro. **Brasil 247.** 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/alguns-vaO-morrer-lamento-e-a-vida-diz-bolsonaro> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

ALFANOS, Bruno. Rondônia manda recolher clássicos de escola pública. **O Globo.** 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/rondonia-manda-recolher-livros-de-machado-de-assis-nelson-rodrigues-depois-recua-1-24234039> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

ALLEN, Jonathan. CHERELUS, Gina. Nova York decreta emergência devido a surto de sarampo. **G1 Globo.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/04/09/nova-york-declara-emergencia-devido-a-surto-de-sarampo.ghtml> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

AMADO, Guilherme. Weintraub quintuplicou salário no Banco Mundial. **Época. Globo.** 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/weintraub-quintuplicara-salario-no-banco-mundial-1-24486398> Acesso em: 16 de agosto de 2020.

ANGUS, Ian. Antropoceno ou capitaloceno? erra o ponto. Revisão do livro. **GPEA/UFMT.** 2016. Disponível em:

<https://gpeaufmt.blogspot.com/search?q=ecosocialist+notebook> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

ANGELO, Claudio. Negacionistas não desistem. **Observatório do Clima**. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/os-negacionistas-brasileiros-nao-desistem-nunca/> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

ARENDT, Hannah. **A origem do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

BARBOSA, Juliana. Chanceler atribui aumento da temperatura da terra a asfalto quente. **Metrópoles**. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/chanceler-atribui-aumento-da-temperatura-da-terra-a-asfalto-quente> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BASÍLIO, Ana Luísa. Filmar professor em sala de aula é um direito, declara Weintraub. **Carta Capital**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/filmar-professores-em-sala-de-aula-e-um-direito-declara-weintraub/> Acesso em : 29 de agosto de 2019.

BENITES, Afonso. A máquina de fake News nos grupos a favor de Bolsonaro. **El País**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html Acesso em: 29 de agosto de 2019.

BERGER, Dário. Sobre o censo escolar. **Senado. leg**. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/455426> Acesso em: 11 de outubro de 2019

BIANCHINI, Lia. Bolsonaro e o fascismo. **Brasil de Fato**. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

BOEHM, Camila. VILELA, Pedro Rafael. Para Bolsonaro, não houve ditadura no Brasil. **Agência Brasil EBC**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil> Acesso em: 15 de novembro de 2019.

BOLSONARO, defende o uso da Cloroquina. Agência de Notícias. **BBC**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52224256> Acesso em: 29 de agosto de 2020.

BOLSONARO sugere confinar ambientalistas na Amazônia. **Rede Brasil Atual. RBA**. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/02/bolsonaro-confinar-ambientalistas-amazonia/> Acesso em: 11 de junho de 2020.

BRANDLIN, Anne, S. Injustiça Global Climática. **DW. Deutsche Welle emissora internacional da Alemanha**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a->

[injusti%C3%A7a-global-da-crise-clim%C3%A1tica/a-50291890](#) Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Constituição Federal da República. Brasília. DF. 1988. Artigo 231. **Senado. leg.** Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231.asp Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL foi o sexto país em desastres ambientais. **Estadão.** 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-2009-brasil-foi-o-6-pais-em-desastres-naturais,503992> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRASIL passa de cento e trinta mil mortos por COVID19; quatro estados aparecem com alta de óbitos. G1. **Globo.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/11/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-11-de-setembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em 13 de setembro de 2020.

BRECHT, B. Terra nossa: newsletter of Project Abraço, North Americans in Solidarity with the People of Brazil. **Santa Cruz: Resource Center for Nonviolence**; 1988. p. 42. vols. 1–7. Disponível em: <http://bit.ly/2f13kQO> .Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRUM, Eliane. Promessas de campanha sobre o Meio ambiente. **El País.** 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/opinion/1539799897_917536.html Acesso em: 14 de agosto de 2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** 4º Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BOCCHINI, Bruno. Agência Brasil. Enchentes em São Paulo. **EBC. 2019.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/passei-por-20-enchentes-mas-essa-foi-pior-diz-sobrevivente> Acesso em: 15 de agosto de 2019

BUENO, Eduardo. 1 Vídeo (16:53). Gripe Espanhola- a gripezinha que matou 20 milhões. Publicado: **Canal Buenas Ideias Youtube.** 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UIta1pNmzs> Acesso em 5 de maio de 2020.

BUENO, Eduardo. 1 Vídeo (1:13:46). 17º **Fórum da Liberdade:** 3º Painel. 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WYuV0UG6ww4>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

CALDAS, Carlos. Escolhido por Deus para guiar o Brasil. **Ihu Unisinos.** 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589356-escolhido-por-deus-para-guiar-o-brasil-da-manipulacao-da-religiao-pela-politica> Acesso em: 31 de agosto de 2019.

CAPRA, Fritjof; **O Ponto de Mutação.** São Paulo: Cultrix. 1982.

CARLOS Nobre: modelo econômico de floresta em pé tornaria a Amazônia mais soberana e competitiva. **RBA**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/01/ministro-da-educacao-diz-que-universidade-para-todos-nao-existe/> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Trad. Raul de Polillo. 2ª Edição. São Paulo: Editora Pórtico, 1969.

CAMPANHA confirma vídeo em que Bolsonaro fala em fuzilar petralhada. **O Globo**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033857> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

CÉTICOS do clima são menos de 1% da comunidade científica, segundo John Cook. **Eco debate**. 2013. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/05/28/ceticos-do-clima-sao-menos-de-1-da-comunidade-cientifica-diz-estudo/> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação a Filosofia: ensino médio, volume único**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 2013.

CIENTISTA cético admite que o homem causou mudanças climáticas. **G1. Globo**. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/07/cientista-cetico-admite-que-homem-causou-mudancas-climaticas.html> Acesso em: 11 de agosto de 2019.

CLARO, Carolina. A.B. **Refugiados Ambientais: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global**. Carolina de Abreu Batista Claro. Brasília, 2012. 113 p.: il. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. DF. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11970/1/2012_CarolinadeAbreuBatistaClaro.pdf Acesso em 29 de agosto de 2019.

COLÓN, Marcos. Número de líderes indígenas mortos em 2019. **Conexão Planeta**. Gráfico. 2019. Disponível em: <http://conexaoplaneta.com.br/blog/numero-de-lideres-indigenas-mortos-em-2019-e-o-maior-da-decada/> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

COTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da Filosofia**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMO Ciência e Tecnologia Podem Contribuir para a Redução da Pobreza e da Desigualdade. **ABC. Conferência Internacional**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/evento/iap-spec-conference-2019/> Acesso em: 11 de novembro de 2019.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas. A história das COPs. **Terra**. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/infograficos/cops/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

CONFIRA na íntegra do discurso de Jair Bolsonaro no congresso. **O Globo.** 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/confira-integra-do-discurso-de-jair-bolsonaro-no-congresso-23339328> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

CONTRA alta na temperatura. **G1 Globo.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/26/contra-alta-de-32c-na-temperatura-emissoes-de-gases-precisa-cair-mais-de-7percent-ao-ano-diz-onu.ghtml> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

CONTURBADA até o fim, COP 25 falha em aumentar ambição. Entrevista Carlos Rittl. **Observatório do Clima.** 2019. Disponível em: <http://www.observatorioclima.eco.br/conturbada-ate-o-fim-cop25-falha-em-aumentar-ambicao/> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

CORTE de bolsas de pesquisa. **Rede Brasil atual. RBA.** 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/governo-bolsonaro-anuncia-novo-corte-e-cancela-58-mil-bolsas-de-pesquisa/> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

CRÉDITO, de Carbono pode ser pior do que nada. **BBC.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48369790> Acesso em: 2019.

CUNHA, Diogo. Anti- intelectualismo culto da ignorância. **Carta Maior.** 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Anti-intelectualismo-culto-da-ignorancia-e-autoritarismo-Bolsonaro-e-o-ataque-as-universidades-federais-4/44011> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

DALA-NORA, Giseli. **A água e a Cartografia do Imaginário nos climas de três territórios geográficos.** Giseli Dala-Nora. Tese de doutorado. Cuiabá. MT. 2018. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de pós graduação em Educação, Cuiabá. 2018. Disponível em: http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1889/1/TESE_2018_Giseli%20Dalla%20Nora.pdf Acesso em: 29 de agosto de 2019.

DAMÁSIO, Kevin. Entrevista de Carlos Nobre sobre a Amazônia. **National Geographic Brasil.** 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/entrevista/2019/01/entrevista-carlos-nobre-clima-amazonia-bolsonaro-governo> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

DAMÁSIO, Kevin. Brasil já sente impactos das mudanças climáticas e situação pode agravar. **National Geographic Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/02/brasil-ja-sente-impactos-das-mudancas-climaticas-e-situacao-pode-se-agravar> Acesso em: 13 de junho de 2020.

DEMITIDO após reproduzir discurso nazista; secretário lamenta: estou orando sem parar. **Jornal de Brasília.** 2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/demitido-apos-reproduzir-discurso-nazista-secretario-lamenta-estou-orando-sem-parar/> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

DI GIAIMO, Maira. Alegações falsas dos céticos do Clima. **Climatempo**. 2017. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2017/04/25/quatro-alegacoes-falsas-de-ceticos-do-clima-2081> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

ECO, Umberto. As redes sociais deram voz a uma legião de imbecis. **O Martelo de Nietzsche**. 2018. Disponível em: <https://omartelodenietzsche.com/2018/10/18/umberto-eco-as-redes-sociais-deram-voz-a-uma-legiao-de-imbecis-y/> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

EMISSORA internacional da Alemanha e produz jornalismo independente. Concentração de gases do efeito estufa. Deutsche Welle. **DW**. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/concentra%C3%A7%C3%A3o-de-gases-do-efeito-estufa-bate-recorde-em-2018/a-51408377> Acesso em: 30 de novembro de 2019.

ENCHENTES tiram 14mil pessoas de casa. **G1 Globo**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/enchentes-tiram-14-mi-de-pessoas-de-casa-e-atingem-1543-cidades-diz-ibge.html> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

EVIDÊNCIAS sobre as mudanças climáticas. **Observatório do Clima**. 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/dez-evidencias-conclusivas-para-apresentar-aos-amigos-no-bar-de-que-mudanca-climatica-e-real/> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

EXONERAÇÃO do diretor do INPE. **G1 Globo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/exoneracao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial.ghtml> Acesso em: 30 de novembro de 2019.

FAUTH, Gerson. Tempo geológico e o antropoceno. **TEDX Unisinos**. 2019. Disponível em: <https://amara.org/sr-latn/videos/HZ2NvJ1yoCDH/info/o-tempo-geologico-e-o-antropoceno-gerson-fauth-tedxunisinos/> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

FRASES de Bolsonaro o candidato que despreza as minorias. **Isto é**. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/> Acesso em 29 de agosto de 2019.

FRATESCHI, Yara. 1 Vídeo (1:46:22) Butler, Davis e Fraser: feminismo e democracia. **Café Filosófico**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5Z9srVsCaU> Acesso em 22 de abril de 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Eras Geológicas"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eras-geologicas.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Roberto de Barros. **Participação Política como Exercício de Cidadania**. Roberto de Barros Freire. Departamento de Filosofia da USP, SP. 2006. Tese de

Doutorado. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-01112007-154422/publico/TESE_ROBERTO_BARROS_FREIRE.pdf Acesso em: 30 de outubro de 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, Vozes, 2001.

FURNO, Juliane. Bolsonaro e a pec. das domésticas. **Brasil de Fato**. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/26/bolsonaro-e-a-pec-das-domesticas-o-brasil-servil-de-novo> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

GASPARINI, Carlos. A. Carlos Lacerda e o golpe militar. **Revista PUCSP**. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/9985/7418> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

GERBELLI, G. Luiz. Concentração de renda volta a crescer. **G1 GLOBO**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-n> Acesso em outubro de 2019.

GIMENES, Erick. Da negação à contaminação: o trajeto de Jair Bolsonaro até o encontro com o vírus. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/da-negacao-a-contaminacao-o-trajeto-de-jair-bolsonaro-ate-o-encontro-com-o-virus> Acesso em: 13 de agosto de 2020.

GLIFOSATO tem nova derrota na justiça dos EUA. **Rede Brasil Atual. RBA**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2019/03/glifosato-tem-nova-derrota-na-justica-dos-eua-e-acoes-da-bayer-despencam> 11 de agosto de 2019.

GOMES, Irene. Quase 25% da renda de mais pobres, vem da aposentadoria e programa sociais. **Agência IBGE Notícias**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25608-quase-25-da-renda-de-mais-pobres-vem-de-aposentadorias-e-programas-sociais> Acesso em 26 de Maio de 2020.

GORTÁZAR, G. Naiara. Brasil só julgou 14 dos 300 casos de assassinatos de ambientalistas. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/16/politica/1568661819_648829.html Acesso em: 22 de novembro de 2019.

GORTÁZAR, G. Naiara. Bolsonaro; o Brasil começa a se libertar do socialismo e do politicamente correto. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546380630_050685.html Acesso em: 22 de agosto de 2019.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias. As profecias de Guattari**. Trad. Maria Cristina F. Bitencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, Mauro. MEDEIROS, Q. Heitor. Outras Epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **Periódicos**

furg: 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5959/3682>
Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

GUILHERME, Alexandre. A. PICOLI, Bruno. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **A. Rev. Bras. Educ. vol.23** Rio de Janeiro 2018. Epub July 26, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 29 de agosto de 2019.

GURGEL, Aline. Fiocruz-agrotóxicos. **Fiocruz**. 2019. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/agrotoxicos-os-interesses-economicos-nao-podem-se-sobrepoe-aos-interesses> Acesso em: 30 de novembro de 2019.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Climacom Cultura Científica** - pesquisa, jornalismo e arte I, [s. l.], v. 02 Ano 3, n. N. 5, p. 139–146, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5258&fs=#_edn1> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

HISTÓRIA, da Conferência do Clima. **Instituto Socio Ambiental**. Disponível em: <https://widgets.socioambiental.org/widgets/timeline/535> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

HOLANDA, Marianna. Deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas, disse Damares. **Estadão**. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/deixamos-a-teoria-da-evolucao-entrar-nas-escolas-disse-damares-alves,70002673258> Acesso 2 de setembro de 2019.

HOFSTADTER, Richard. **Anti-intelectualismo nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

IPCC. Painel intergovernamental sobre alterações climáticas. **IPCC**. 2018. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg1_spmportuguese.pdf
Acesso em: 11 de setembro de 2019.

IPCC. Painel intergovernamental sobre alterações climáticas. Relatório Especial. **IPCC**. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf> Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: **o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educ. Pesquisa. vol.31 no.2 São Paulo May/Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007 Acesso em: 22 de agosto de 2019.

JACOBY, Susan. Como emburrecer americanos. **Estadão**. 2018. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,como-emburrecer-americanos,133332> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

JAMESON, Frederic. **Periodizando os anos 60**. In: HOLANDA. H. B (org.). Pós-modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1972.p.81-26.

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de bolsas de pesquisa. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html Acesso em: 30 de outubro de 2019.

KUHN, Thomas. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LADEIRA, F. FRANCISCO. A era do Anti-intelectualismo. **Observatório da Imprensa**. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-contemporaneos/a-era-do-anti-intelectualismo/> Acesso em: 30 de novembro de 2019.

LAYRARGUES, P. Philippe. **Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente**. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.; 28cm.

LAYRARGUES, Philippe. **Anti- ecologismo no Brasil. Reflexões ecopolíticas sobre o modelo do desenvolvimento extrativista predatório e a desregulação ambiental pública**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Philippe_Layrargues/publication/314990543 Acesso em: 29 de agosto de 2019.

LEITE, S. C. Priscila. **Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades**. 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/140> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

LEME, Patrícia. Crise Ambiental e Sustentabilidade. **Univesp- Universidade Virtual do Estado de São Paulo**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qop11qf3tTs>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

LEWIS, S. **Não vai acontecer aqui**. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

LICHTERBECK, P. Brasil, um país do passado. **Deutsche Welle, DW**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-um-pa%C3%ADs-do-passado/a-46477566>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

LOUREIRO, C. F. B **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **FURG**. 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355> Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição Marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. RS. FURG**. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/viewFile/5536/3443> Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974. edição brasileira: São Paulo: Martins Fontes. 2003.

MACHADO, Clarissa. Populações Vulneráveis. **ASCOM/ABC**. 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/05/preveno-prevenindo-e-mitigando-o-impacto-de-desastres-sobre-populacoes-vulneraveis/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada. **UNESP**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf.C Acesso em: 22 de Maio de 2019.

MARS, Amanda. Discurso de Estado da União exibe a hostilidade política nos EUA. **El País**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-05/discurso-do-estado-da-uniao-exibe-a-hostilidade-politica-nos-eua.html> Acesso em: 4 de maio de 2020.

MARX, K. ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. ENGELS, F. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v.3.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. In: VV. AA. Os filósofos através dos textos. Trad. Constança Terezinha M. César. São Paulo: EDUSC 1997.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro chama Paulo Freire de energúmeno. **G1 Globo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

MAZUI, Guilherme. BARBIÉRI, Luiz Felipe. Bolsonaro assina projeto com regras para mineração e geração de energia em terras indígenas. **G1. Globo**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-para-regulamentar-mineracao-e-geracao-de-energia-em-terras-indigenas.ghtml> Acesso em 13 de Junho de 2020.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro chama Ustra de herói. **G1 Globo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

MEIER, Celito. **Filosofia; por uma inteligência da complexidade**: volume único. 2ª Edição. Belo Horizonte: Pax Editora e distribuidora, 2014.

MELLO, Fátima. A Cúpula dos povos e a luta do Fórum global de 1992. **Portal RIO + 20**. 2012. Disponível em: <http://rio20.net/pt-br/documentos/a-cupula-dos-povos-e-as-lutas-do-forum-global-de-1992/#:~:text=Em%201992%2C%20rec%C3%A9m%20sa%C3%ADdos%20da,unidade%20na%20resist%C3%Aancia%20ao%20neoliberalismo>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil. Número de inscritos ENEM 2019. **Portal do MEC**. 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=418#:~:text=Mais%20de%203%2C9%20milh%C3%B5es,M%C3%A9dio%20\(Enem\)...](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=418#:~:text=Mais%20de%203%2C9%20milh%C3%B5es,M%C3%A9dio%20(Enem)...) Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Brasil. Agenda 21 brasileira. **MMA**. 2004. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html> Acesso em: 22 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Brasil. Carta da Terra. **M.M.A.** 2000. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf Acesso em: 22 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Brasil. Convenção das Nações Unidas. **MMA**. 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas.html> Acesso em: 22 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil. Coronavírus: o que você precisa saber. **Ministério da Saúde**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/> Acesso em: 14 de abril de 2020.

MINISTRO da Educação diz que universidade para todos não existe. **Rede Brasil Atual**. **RBA**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/01/ministro-da-educacao-diz-que-universidade-para-todos-nao-existe/> Acesso em: 24 de maio de 2019.

MILANEZ, Bruno. Injustiça Climática. **IPEA**. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf Acesso em: 22 de maio de 2019.

MONTAIGNE, Michel de. **Os Ensaios Livro I**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOORE, Jason. Entrevista: Antropoceno ou capitaloceno. **Sinpermiso**. 2018. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/antropoceno-mas-bien-capitaloceno-entrevista> Acesso em: 15 de junho de 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORTES por Covid-19 no mundo ultrapassa 800 mil, diz relatório divulgado pela Johns Hopkins. Valor. **Globo**. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/22/mortes-por-covid-19-no-mundo-ultrapassam-800-mil-diz-relatorio.ghtml> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

MOTA, Beatriz. Agrotóxicos: os interesses econômicos não podem se sobrepor sobre os interesses da vida. **EPSJV/ Fiocruz**. 2019. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/agrotoxicos-os-interesses-economicos-nao-podem-se-sobrepor-aos-interesses-da> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

MUDANÇA do clima e estiagem no Paraná. **Climainfo**. 2020. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/05/21/mudanca-do-clima-e-a-estiagem-no-parana/> Acesso em: 13 de junho de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Mudança climática. **Nações Unidas. ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mudanca-climatica/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Crise climática deve alterar padrões de assentamentos e migrações. **Nações Unidas. ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/crise-climatica-deve-alterar-padroes-de-assentamentos-e-migracoes-diz-autoridade-da-onu/> Acesso em: 20 de junho de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Partes. COP 21. **Nações Unidas. ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cop21/> Acesso em: 24 de junho de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Acordo de Paris. **Nações Unidas. ONU**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acordodeparis/> Acesso em: 24 de junho de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Mais de 90% dos trabalhadores resgatados da escravidão vêm de municípios com baixos índices de desenvolvimento. **Nações Unidas. ONU**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-90-dos-trabalhadores-resgatados-da-escravidao-vem-de-municipios-com-baixos-indices-de-desenvolvimento-revela-novo-observatorio/> Acesso em: 21 de agosto de 2020.

NARITA, Felipe. Z. MORELOCK, Jeremiah. Dialética do populismo. **Jornal da USP**. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/dialetica-do-populismo/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

NEGRÃO, Heloisa. Após a Alemanha, a Noruega cancela fundo para a Amazônia. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html Acesso em: 30 de outubro de 2019.

NEHER, Clarissa. A praça da ignorância. **Dw. Deutsche Welle**. Emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-pra%C3%A7a-da-ignor%C3%A2ncia/a-48598994> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas. **Agência IBGE Notícias**. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> Acesso em: 22 de junho de 2019.

NETTO, J. Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano - um livro para espíritos livres**. In: Obras Incompletas. São Paulo: Abril Cultural [Os Pensadores], 1996, p.61-133.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. E. Disciplinas USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4993606/mod_resource/content/1/Aula%2011b_NOBRE-Marcos-A-Teoria-Critica.pdf Acesso em: 22 de agosto de 2020.

NOSSAS expectativas para COP 24. **Observatório do Clima**. 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/nossas-expectativas-para-cop24/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

OBAMA, Barack. 1 Vídeo (2:44) Anti-intelectualismo, Ciência e Carl Sagan. **Vídeo Youtube**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1CKOt161Igo&t=11s> Acesso em: 22 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Cida. Bolsonaro autoriza plantio de cana de açúcar na Amazônia e Pantanal. **Rede Brasil Atual**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/11/bolsonaro-cana-amazonia-pantanal/> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

O QUE nós esperamos da COP 23. **Observatório do Clima**. 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/o-que-nos-esperamos-da-cop23/> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

O REICH tropical: a onda fascista no Brasil. **Carta Capital**. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-reich-tropical-a-onda-fascista-no-brasil-2883/> Acesso em 20 de junho de 2020.

PAINEL, Brasileiro de Mudanças Climáticas. Novo estudo sobre o clima muda opinião de cientistas céticos. **PBMC**. 2011. Disponível em: <http://pbmc.coppe.ufrj.br/index.php/en/news/278-novo-estudo-sobre-clima-muda-opinio-de-cientistas-ceticos> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

PAINS, Clarissa. Menino veste azul, menina veste rosa. **O Globo**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damara-alves-em-video-23343024> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

PAULO Guedes repete ameaça do AI.5. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html Acesso em: 22 de dezembro de 2019

PARREIRAS, Mateus. Buscas por desaparecidos em Brumadinho. **EM**. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/02/23/interna_gerais,1123911/buscas-por-desaparecidos-de-brumadinho-seguem-m-esmo-no-carnaval.shtml Acesso em: 22 de maio de 2020.

PEREIRA, Tiago. Paulo Guedes degradação ambiental é culpa de mais pobres. **Rede Brasil Atual**. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2020/01/para-paulo-guedes-degradacao-ambiental-e-culpa-dos-mais-pobres/> Acesso em: 20 de maio de 2020.

PASSIANI, Enio. Figuras do Intelectual: Gênese e Devir. **SciELO**. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v20n47/1517-4522-soc-20-47-00016.pdf> Acesso em: 22 de junho de 2019.

PESQUISA na UFMT identifica agrotóxico em amostra de leite materno. **O Globo**. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pesquisa-da-ufmt-identifica-agrotoxico-em-amostras-de-leite-materno-no-mato-grosso-2806645> Acesso em: 29 de agosto de 2019 .

PIRES, Anderson. Capitalismo e Desigualdade. **Pragmatismo político**. 2019. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/10/maior-startup-capitalismo-desigualdade.html> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

PINTO, Teguyco. Mudanças climáticas causam mais migrações do que guerras. **Ihu. Unisinos**. 2019 .Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589305-a-mudanca-climatica-causa-mais-migracoes-do-que-guerras-e-fatores-economicos> Acesso em: 22 de novembro de 2019.

PLANELLES, Daniel. Greta Thunberg na COP 25. **El País**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/06/internacional/1575656551_961484.html Acesso em: 30 de outubro de 2019.

PONTES, Nádia. Produção de cloroquina coloca Bolsonaro na mira da justiça. **DW**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/produ%C3%A7%C3%A3o-de-cloroquina-coloca-bolsonaro-na-mira-da-justi%C3%A7a/a-54413561> Acesso em: 17 de agosto de 2020.

PRAZERES, Leandro. Terras indígenas alvo de mineração. **O Globo**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/metade-das-terras-indigenas-da-amazonia-alvo-de-mineracao-24252782> Acesso em: 24 de setembro de 2020.

PRINCIPAIS resultados nas negociações climáticas. COP 23. **WWF. org**. 2017. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/carbon_brief/?63182/COP23-Principais-resultados-acertados-nas-negociaes-climticas-da-ONU-em-Bonn Acesso em: 29 de agosto de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Saber. **Clacso. edu.** 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 22 de junho de 2019.

RAMIREZ, C. E. Omar. capitaloceno e adaptação elitista. **Ecologia Política.** 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=9698> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. Fake News tiram sua força do entretenimento. **FEPESP.** 2019. Disponível em: <http://fepesp.org.br/artigo/fake-news-tiram-sua-forca-do-entretenimento-por-renato-janine-ribeiro/> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SALDAÑA, Paulo. MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades Federais. **Folha UOL.** 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml> Acesso em 19 de maio de 2020.

SAMPAIO, Cristiane. Brasil de Fato. Proposta de Bolsonaro para o meio ambiente coloca o país em risco, avisam ativistas. **Brasil de Fato.** 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/propostas-de-bolsonaro-para-meio-ambiente-colocam-o-pais-em-risco-avisam-ativistas> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

SATO, Michèle. SENRA, Ronaldo. F. S. OLIVEIRA, Herman. *Et al* **Processo Formador de Educação Ambiental a distância: módulo 4:** Projeto escolar ambiental comunitário - Michèle Sato (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2009.

SATO, Michèle. SILVA, Regina. JABER, Michelle. **Educação Ambiental: tessituras de esperanças.** Cuiabá: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018.

SATO, Michèle; SENRA, Ronaldo. **Estrelas e Constelações: Aprendizes De Um Grupo Pesquisador.** Ambiente & Educação, v. 14, n. 2, p. 139-145, 2009.

SATO, Michèle. 1 vídeo (4:10 min). Clima e Educação Ambiental 2019. Publicado pelo canal Michèle Sato. 2019. **Vídeo do Youtube.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ctKTieTo7NY&t=27s> Acesso: 03 de junho de 2020.

SASSINE, Vinicius. Damares reconhece abstinência sexual como políticas públicas em construção. **O GLOBO.** 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/damares-reconhece-abstinencia-sexual-como-politica-publica-em-construcao-1-24182738>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

SAUNDERS, A. C DE C.M. **História Social dos Escravos Libertos negros em Portugal** (1441-1555) Lisboa: Imprensa Nacional, casa da moeda, 1982.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes da educação ambiental.** In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel (org.). Educação Ambiental: Pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.17-44.

SENRA, Ronaldo E. F. **Por uma Contrapedagogia Libertadora no Quilombo do Mata Cavalo**. Ronaldo E.F. Senra. Dissertação de Mestrado. Cuiabá. MT. 2009. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de pós graduação em Educação, Cuiabá. 2009. Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=17DC7D667214610D&resid=17DC7D667214610D%21362&app=WordPdf> Acesso em 04 de junho de 2020.

SENRA, Ronaldo E. F. Educação do Campo no IFMT: Campus São Vicente: **Desafios da construção de uma Educação Dialógica** / Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra. Tese de Doutorado. Cuiabá. MT. 2014. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de pós graduação em Educação. Cuiabá 2014. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ADuEN9epncbHiqk&cid=6F738C9CF42A30B0&id=6F738C9CF42A30B0%216954&parId=6F738C9CF42A30B0%214077&o=OneUp> Acesso em 4 de junho de 2020.

SILVA, Daniel Neves. Ditadura Militar no Brasil. **Brasil Escola**. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

SOARES, Ingrid. Para Bolsonaro tamanho de terras indígenas no Brasil É Abusivo. **Correio Braziliense**. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/11/interna_politica,827353/para-bolsonaro-tamanho-das-terras-indigenas-no-brasil-e-abusivo.shtml Acesso em: 20 de junho de 2020.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro pede abertura das escolas e crítica governadores. **Correio Braziliense**. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/24/interna_politica,836430/bolsonaro-pede-reabertura-de-escolas-e-critica-governadores.shtml Acesso em: 14 de abril de 2020.

SODRÉ, Lu. Agrotóxicos 44 princípios ativos liberados no Brasil são proibidos na Europa. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/06/agrotoxicos-44-dos-principios-ativos-liberados-no-brasil-sao-proibidos-na-europa> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

SODRÉ, Lu. Mudanças climáticas e planejamento urbano defasado agravam enchente em SP. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/11/mudancas-climaticas-e-planejamento-urbano-defasado-agravam-enchentes-em-sp> Acesso em: 14 de abril de 2020.

SORRENTINO, Marcos. TRAJBER, Rachel. MENDONÇA, Patrícia. FERRARO JÚNIOR, L. Antônio. **Educação ambiental como política pública**. Marcos Sorrentino Ministério do Meio Ambiente Rachel Trajber. Patrícia Mendonça. Ministério da Educação e Cultura Luiz Antônio Ferraro Junior Universidade Estadual de Feira de Santana. Educação e pesquisa. São Paulo, v31, n2, P.285-299.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso / da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUESS, Paulo. **A conquista Espiritual da América Espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

TAMAIO, Irineu. **Educação Ambiental e Mudanças Climáticas**. Diálogo necessário em um mundo em Transição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013.

TENHO uma missão de Deus diz Bolsonaro. **O Globo**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tenho-uma-missao-de-deus-vejo-dessa-maneira-diz-bolsonaro-23711516> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

TEROSSI, M. C; SANTANA, L. C. **Educação Ambiental: Tendências Pedagógicas, fontes epistemológicas e a Pedagogia de Projetos**. Comunicações. Piracicaba. Ano 22. n. 2. p. 65-83. Ed. Especial. 2015. ISSN Impresso 0104-8481. ISSN Eletrônico 2238-121X 65 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n2ep65-83>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2350> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

TIBURI, Márcia; CASARA, Rubens. Ódio à inteligência: sobre o Anti-intelectualismo. **Revista Cult**. 12 out 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/50931-2/> Acesso em: 23 de julho de 2019.

THOREAU, H.D. **Desobediência Civil** (Resistência ao governo civil) Walden. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

TOZONI-REIS, Marília. F. de C. **Temas ambientais como “Temas Geradores”:** **Contribuições para uma metodologia Ambiental Crítica, transformadora e emancipatória**. Educar Curitiba, n 27. ed: UFPR, 2006. p.93-110. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/25814/1/S0104-40602006000100007.pdf> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

TRAJBER, Rachel. *Et al.* **Processo Formador de Educação Ambiental a distância: módulo 1 e 2:** Projeto escolar ambiental comunitário - Michèle Sato (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2009.

TREIN, Eunice S. **Educação ambiental crítica: crítica de que?** Revista Contemporânea de Educação. v. 7, n. 14, ago. Dez. 2012.

TRÊS anos de rompimento da barragem em Mariana. **G1 Globo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml> Acesso em: 23 de julho de 2019.

TRIGUEIRO, André. Psicose ambientalista de Bolsonaro. **Amda**. 2019. Disponível em: <https://www.amda.org.br/index.php/comunicacao/opiniao/5679-psicose-antiambientalista-de-bolsonaro> Acesso em: 20 de setembro de 2019.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro diz que não fará demarcação em terras indígenas. **Agência Brasil**. 2019. Disponível

em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

VERGES, João Vitor Gobis. V613m **Mudanças climáticas no Brasil: movimentos sociais e assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP** / João Vitor Gobis Verges. - Presidente Prudente: [s.n.], Tese de doutorado. 2017.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro defendeu não realizar COP 25 no Brasil. **Agência Brasil EBC**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bolsonaro-defendeu-nao-realizar-cop-25-no-brasil> Acesso em 11 de junho de 2020.

WEINTRAUB, sugere prender ministros do STF em vídeo de reunião ministerial. **CNN Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/weintraub-sugere-mandar-prender-ministros-do-stf-em-video-de-reuniao-ministerial> Acesso em: 16 de agosto de 2020.

WESTIN, Ricardo. Em 1918, gripe espanhola espalhou morte e pânico e gerou a semente do sus. **El País**. 2020. Gráfico, p3. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-16/em-1918-gripe-espanhola-espalhou-morte-e-panico-e-gerou-a-semente-do-sus.html> Acesso em: 22 de maio de 2020.

ZALASIEWICZ, Jan. Ciência e Sociedade do Antropoceno: Transição a partir do Holoceno. **Com ciência**. 2017. Disponível em: <http://www.comciencia.br/ciencia-e-sociedade-do-antropoceno-transicao-partir-do-holoceno/> Acesso em: 30 de julho de 2019.

ZIEGELMAIER, Rosemarie. **O Livro da Filosofia**. Trad. Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Globo, 2011.